

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História



Tese

**"Acho que, como fomos silenciadas por tanto tempo, o próprio timbre da
nossa voz desacomoda": as vozes femininas nas ondas da RádioCom (2001 –
2024)**

Silvana de Araújo Moreira

Pelotas, 2024

Silvana de Araújo Moreira

"Acho que, como fomos silenciadas por tanto tempo, o próprio timbre da nossa voz desacomoda": as vozes femininas nas ondas da RádioCom (2001 – 2024)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutora em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lorena Almeida Gill

Pelotas, 2024

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

M838a Moreira, Silvana de Araujo

"Acho que, como fomos silenciadas por tanto tempo, o próprio timbre da nossa voz desacomoda" [recurso eletrônico] : as vozes femininas nas ondas da RádioCom (2001 - 2024) / Silvana de Araujo Moreira ; Lorena Almeida Gill, orientadora. — Pelotas, 2024.
307 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2024.

1. RádioCom. 2. História oral. 3. Radialistas. 4. Mulheres trabalhadoras. 5. História do rádio. I. Gill, Lorena Almeida, orient. II. Título.

CDD 305.4

Silvana de Araújo Moreira

"Acho que, como fomos silenciadas por tanto tempo, o próprio timbre da nossa voz desacomoda.": as vozes femininas nas ondas da RádioCom (2001 – 2024)

Tese aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em História, Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 28 de outubro de 2024

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Lorena Almeida Gill (Orientadora) – UFPel
Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Prof^a. Dr^a. Claudia Musa Fay – PUC- RS
Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof^a. Dr^a. Ana Clara Corrêa Henning – UFPel
Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Dr^a. Daniele Gallindo Gonçalves – UFPel
Doutora em Germanística/Literatura Alemã Antiga pela Otto-Friedrich-Universität Bamberg

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas – UFPel
Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Agradecimentos

Resultado de muitas horas de trabalho, esta tese não teria sido concluída sem o apoio de pessoas especiais. Sou imensamente grata a todos e todas que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, seja com palavras de apoio, compreensão ou paciência diante das minhas ausências. Cada gesto de carinho e suporte tornou essa caminhada mais leve e possível.

Em primeiro lugar, dedico esta conquista ao meu filho, Matheus, que é a maior razão de tudo o que busco e conquisto. Por ser mãe solo, essa jornada foi mais desafiadora, mas sempre teve o objetivo de construir um futuro melhor para ele. Cada passo dado foi com ele no coração. Meu amor, tudo o que faço é por ti e para ti. Esta vitória é nossa!

Meus agradecimentos vão também ao meu pai Tadeu e ao meu irmão Alexandre, por estarem sempre presentes, oferecendo suporte nos momentos que precisei. De maneira especial, dedico esta conquista à minha mãe, cujo apoio e compreensão foram fundamentais. Tua presença acolhedora, sempre pronta para oferecer um ombro amigo e palavras de incentivo, foi uma fonte de força nos momentos mais difíceis. Mãe, este momento é nosso, pois foi com o teu apoio que caminhei ao longo deste percurso.

Sou grata à minha avó, Maria Rosa, que através da sua força e resistência me ensinou que a vida é feita de lutas e persistência. Através dela, agradeço a todos os meus familiares e amigos que, de alguma forma, contribuíram para que eu chegasse até aqui.

Não poderia deixar de mencionar minha comadre Helena Garcia, minha maior fã e motivadora, uma verdadeira parceira de caminhada, assim como eu sou dela. Sua confiança em mim sempre me impulsionou a seguir adiante e seu apoio foi essencial para que eu chegasse até aqui.

Nos últimos dois anos, meu companheiro Rodrigo esteve ao meu lado, dando-me força e coragem nos momentos desafiadores. Sua presença foi um ponto de apoio para seguir a caminhada e sou profundamente grata pelo amor e incentivo que recebi de você nessa reta final.

Agradeço à minha amiga Jaque, por todo o apoio e incentivo. Dedico também este trabalho para que meninas como sua filha possam ter um futuro promissor e repleto de oportunidades, livres de discriminações e limitações.

Agradeço também aos meus companheiros de quatro patas: Mustache, Sussu, Sissi, Fred, Café e Amy. Esses pequenos companheiros estiveram ao meu lado, trazendo companhia e momentos de descontração nos dias mais difíceis. Um agradecimento especial ao Mustache, que por diversas vezes caminhou pelo teclado do computador, deletando ou digitando letras aleatórias no texto da tese, me lembrando de levar as coisas com leveza.

A Dra. Lorena Almeida Gill, minha orientadora querida, merece um agradecimento especial. Sua orientação, paciência e incentivo ao longo dessa jornada foram fundamentais. Sua humanidade e suas respostas tranquilas e esclarecedoras me ajudaram a superar as dúvidas e a concluir este trabalho com segurança.

Aos colegas e servidores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, meu reconhecimento pela oportunidade de crescimento. O PPGH foi um espaço de aprendizado, trocas valiosas e amadurecimento, tanto profissional quanto pessoal.

Deixo ainda meu agradecimento às dez mulheres que compartilharam suas histórias comigo durante as entrevistas para esta pesquisa. Muitas delas trouxeram relatos difíceis, mas sempre com coragem e generosidade. Suas vozes e experiências foram essenciais para a construção deste trabalho e sou profundamente grata pela confiança e abertura.

Por fim, a todos que lutam por um mundo mais justo, no qual as questões de gênero são enfrentadas com coragem e determinação. Que cada passo dado para diminuir as desigualdades e discriminações nos aproxime de uma sociedade mais igualitária, em que homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades em todas as esferas. Que a busca pela igualdade de direitos continue a nos guiar, assim como a luta por uma inserção cada vez mais significativa das mulheres em diversas áreas.

*[...] e quando falamos temos medo
que nossas palavras não sejam ouvidas
nem benvindas
mas quando estamos em silêncio
ainda assim temos medo
Então é melhor falar
lembrando-nos
de que nunca fomos destinados a sobreviver
Uma litania para a sobrevivência
Audre Lorde*

*Será que a gente nota quando
a história está acontecendo?*
Filme Medida Provisória

Resumo

MOREIRA, Silvana de Araújo. **"Acho que, como fomos silenciadas por tanto tempo, o próprio timbre da nossa voz desacomoda"**: as vozes femininas nas ondas da RádioCom (2001 – 2024). Tese. Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

Ao longo da história, as mulheres têm conquistado mais espaço no mundo do trabalho. No entanto, muitas profissões ainda permanecem predominantemente masculinas. Durante a pesquisa de mestrado sobre a história da Rádio Federal FM, emissora vinculada à Universidade Federal de Pelotas, observou-se que, em seus 37 anos de existência na época, apenas quatro mulheres atuaram como radialistas. Esse cenário, reflete a realidade de outras rádios pelotenses. A pesquisa desenvolvida para esta tese foi realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, na Linha de Pesquisa Trajetórias: entre Identidades, Memória e Conflito Social e compreende um trabalho historiográfico que busca ampliar o estudo sobre a trajetória das mulheres que ingressaram em um ambiente dominado por homens. O objetivo é investigar a atuação de radialistas na rádio comunitária RádioCom, identificando os espaços ocupados por essas mulheres, as dificuldades enfrentadas e o papel que desempenham dentro dos veículos de comunicação. Partindo da tese de que, em uma rádio comunitária, o espaço para mulheres é maior, impulsionado pelo caráter comunitário e pelo apoio dos sindicatos que a mantêm, a pesquisa analisa se esse ambiente proporciona uma inclusão feminina mais ampla, contrastando com a estrutura presente em veículos de comunicação de caráter comercial. Também investiga se ambientes vistos como progressistas carregam traços de opressões, refletidos no tratamento dado às mulheres, na invisibilização em posições de lideranças e no silenciamento. Através da memória, que tem a capacidade de armazenar informações e acontecimentos experienciados ao longo da vida, é possível reconstruir fatos do passado que, muitas vezes, foram esquecidos pelas pessoas ou não foram registrados em outro tipo de documento. Dessa forma, utilizando a metodologia de História Oral, em sua vertente temática, a pesquisa se concentrará na reconstrução de memórias de oito radialistas, possibilitando a compreensão dos desafios enfrentados e a evolução da presença feminina na RádioCom. Por meio dessas narrativas, será possível explorar como essas mulheres romperam barreiras e contribuíram para a diversificação do ambiente radiofônico. Esta pesquisa contribui para a maior compreensão da história e do papel das mulheres no rádio, oferecendo novos *insights* sobre a diversificação e inclusão nesse setor.

Palavras-chave: RádioCom. História Oral. Radialistas. Mulheres Trabalhadoras. História do Rádio.

Abstract

MOREIRA, Silvana de Araújo. **"I think that, as we were silenced for so long, the very tone of our voice unsettles": female voices on the waves of RádioCom (2001–2024)**. Thesis. Ph.D. in History. Graduate Program in History, Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2024.

Throughout history, women have gained more space in the workforce. However, many professions remain predominantly male-dominated. During a master's research project on the history of Rádio Federal FM, a station affiliated with the Federal University of Pelotas, it was observed that in its 37 years of existence at the time, only four women worked as radio broadcasters. This scenario reflects the reality of other radio stations in Pelotas. The research conducted for this thesis was carried out within the Graduate Program in History at the Federal University of Pelotas, under the Research Line "Trajectories: Between Identities, Memory, and Social Conflict." It constitutes a historiographical effort to broaden the study of the trajectory of women who entered a male-dominated environment. The goal is to investigate the role of female broadcasters at the community radio station RádioCom, identifying the spaces occupied by these women, the challenges they faced, and the roles they played within media outlets. Starting from the thesis that, in a community radio station, there is a broader space for women, driven by its community character and the support of the trade unions that maintain it, the research examines whether this environment provides a greater degree of female inclusion, in contrast to the structure of commercial media outlets. It also investigates whether progressive environments bear traces of oppression, reflected in the treatment of women, their invisibility in leadership positions, and their silencing. Through memory, which can store information and events experienced throughout life, it is possible to reconstruct past events that were often forgotten or not recorded in other types of documents. Thus, employing the methodology of Oral History in its thematic approach, the research focuses on the reconstruction of the memories of eight female broadcasters, enabling an understanding of the challenges faced and the evolution of the female presence at RádioCom. Through these narratives, it becomes possible to explore how these women broke barriers and contributed to diversifying the radio environment. This research contributes to a greater understanding of the history and role of women in radio, offering new insights into diversification and inclusion in this sector.

Keywords: RádioCom. Oral History. Radio Broadcasters. Working Women. Radio History.

Lista de Figuras

Figura 1 - Sociedade Rádio Pelotense	74
Figura 2 - RU inicia hoje programação oficial	75
Figura 3 - Cultura e Tupanci cresceram trabalhando para a Zona Sul	77
Figura 4 - Rádio FM Cosmos será inaugurada hoje	78
Figura 5 - Zona Sul ganha hoje a primeira emissora educativa FM	79
Figura 6 - Rádio Com está no ar para democratização	81

Sumário

Introdução	12
1 Sintonias invisíveis: histórias, vozes e caminhos nas ondas da pesquisa...21	
1.1 Primeiras frequências da pesquisa	21
1.2 A história das mulheres e os mundos do trabalho	28
1.3 Gênero e interseccionalidade	54
1.4 Memória e História Oral	63
1.5 Estudos sobre radialistas e a história do rádio em Pelotas	71
2 Vozes que resistem: narrativas das radialistas pelotenses	91
2.1 DJ Helô – “É um ambiente muito masculino, qualquer rádio, mesmo a nossa que é uma rádio de esquerda, mantida pelos sindicatos”	91
2.1.1 DJ Helô e sua narrativa	91
2.1.2 Decodificando vozes: análise da narrativa da DJ Helô	96
2.2 Ediane Oliveira – “Se os jogadores sofrem racismo imagina uma jornalista mulher e negra?”	104
2.2.1 Ediane Oliveira e sua narrativa	105
2.2.2 Decodificando vozes: análise da narrativa de Ediane Oliveira	118
2.3 Vanessa Silveira - “Eu não era escutada, eu falava as coisas e nada mudava, até algum homem falar a mesma coisa”	126
2.3.1 Vanessa Silveira e sua narrativa.....	127
2.3.2 Decodificando vozes: análise da narrativa de Vanessa Silveira.....	138
2.4 Lili Rubim - “Tinha um radialista que questionava a existência de um programa exclusivo de mulheres”	146
2.4.1 Lili Rubim e sua narrativa	146
2.4.2 Decodificando vozes: análise da narrativa de Lili Rubim	158
2.5 Helena Oliveira - “A importância delas para história da rádio é muito grande e eu sinto que elas não foram valorizadas”	165
2.5.1 Helena Oliveira e sua narrativa.....	166
2.5.2 Decodificando vozes: análise da narrativa de Helena Oliveira	176
2.6 Vera Lopes - “O mundo e o espaço público, foi feito para os homens. A mulher é quase uma intrusa”	182
2.6.1 Vera Lopes e sua narrativa.....	183

2.6.2 Decodificando vozes: análise da narrativa de Vera Lopes	196
2.7 Clarissa Henning - "Você tem que fazer marcações de poder, mesmo sem querer, para ser respeitada."	203
2.7.1 Clarissa Henning e sua narrativa	204
2.7.2 Decodificando vozes: análise da narrativa de Clarissa Henning	212
2.8 Maria Fernanda Passos – “A gente cresce sem perceber que sofre violências, porque elas são naturalizadas, fazem parte da vida de ser mulher”	217
2.8.1 Maria Fernanda e sua narrativa	218
2.8.2 Decodificando vozes: análise da narrativa de Maria Fernanda Passos	228
2.9 Tereza Fuji – "Parece que querem nos empurrar de volta para dentro de casa, como se nosso lugar fosse apenas ali"	235
2.9.1 Tereza Fuji e sua narrativa	236
2.9.2 Decodificando vozes: análise da narrativa de Tereza Fuji	239
2.10 Celeste Pereira - "Às vezes, o único jeito que ela encontra para ser ouvida é falar mais alto, porque, se falar baixinho, sua opinião pode ser ignorada"	242
2.10.1 Celeste Pereira e sua narrativa	243
2.10.2 Decodificando vozes: análise da narrativa de Celeste Pereira.....	256
3 Vozes cruzadas: análise das narrativas das radialistas	263
3.1 Gênero, poder e representatividade: lutas femininas nos espaços radiofônicos	263
3.2 Lua Sangrenta: feminismo e coletividade nas ondas do rádio comunitário	270
Conclusões.....	286
Fontes e Referências Bibliográficas.....	295

Introdução

A evolução do rádio¹ reflete as transformações sociais e tecnológicas do século XX. Desde as primeiras experimentações até sua consolidação como uma plataforma de massa, o rádio desempenhou um papel fundamental na divulgação de informações, no entretenimento e na formação de opinião pública. No Brasil, a consolidação do rádio ocorreu nos anos 1920, destacando-se como um dos principais meios de comunicação, especialmente por sua capacidade de alcançar grandes audiências em uma época em que outras formas de comunicação de massa ainda estavam em desenvolvimento.

Pelotas, uma cidade com uma significativa herança cultural e histórica, também não ficou de fora dessa transformação. A história do rádio pelotense iniciou com a Rádio Pelotense, inaugurada em 1925, destacando-se como a primeira do interior do Rio Grande do Sul e a mais antiga em atividade contínua no estado. A trajetória da Rádio Pelotense chegou ao fim na noite de 31 de agosto de 2023, após 98 anos de existência, encerrando suas operações pouco antes de atingir o marco de cem anos. Sua criação foi resultado do empreendedorismo local, liderado por figuras como Carlos Sica e João Abrantes, acompanhados de outros entusiastas da nova tecnologia que fundaram a Sociedade Rádio Pelotense.

O papel da emissora e de outras que surgiram posteriormente mostrou-se fundamental para o desenvolvimento social e cultural de Pelotas. As rádios locais serviram como verdadeiros palcos para a política, arenas de debates culturais e fontes de música e notícias, desempenhando um papel essencial na comunicação da cidade ao longo dos anos. Bordões icônicos, como "Caiu, caiu a Saia da Menina... que felicidade!" do radialista Paulo Nogueira ao narrar um gol, e "No ar e muito Alto, programa Mário Antônio", que abria sempre o programa do radialista, além da frase de impacto "É profundamente lamentável" de Otávio Soares, e a vinheta da Rádio Universidade, com a música do Roupas Nova ao fundo, "É como sol de verão queimando no peito, sinto a magia dentro do meu coração", tornaram-se parte da memória coletiva da cidade. Esses bordões simbolizam a forte conexão emocional que os radialistas cultivavam com seus ouvintes.

¹ Ao longo do texto, as expressões "o/no rádio" referem-se ao veículo de comunicação de maneira geral, enquanto "a/na rádio" dizem respeito especificamente à RádioCom ou a outras emissoras citadas.

A chegada do rádio em Pelotas também representa uma era de inovações e mudanças significativas no panorama midiático global. A capacidade do rádio de transmitir em tempo real e alcançar lugares remotos tornou-se um elemento essencial no cotidiano das pessoas, influenciando e sendo influenciado pelo contexto social e cultural da época. Em Pelotas, esse meio ajudou a construir uma comunidade mais informada, contribuindo para a criação de uma identidade local, ao mesmo tempo em que mantinha os cidadãos conectados com o mundo.

Portanto, a história do rádio em Pelotas não se limita à história de uma tecnologia, mas também está entrelaçada com a história da própria cidade e de seu povo. As ondas do rádio trouxeram mudanças políticas, sociais e culturais, tornando-o um elemento fundamental da narrativa histórica da cidade.

De todo modo, a disparidade de gênero no rádio, especialmente evidente em cidades do interior como Pelotas, aponta para um problema maior que persiste há décadas na indústria da mídia, a baixa representação feminina. Historicamente, o rádio, assim como muitos outros campos profissionais, foi dominado por homens, não apenas em termos de emprego, mas principalmente na gestão, na produção de conteúdo e nas vozes que predominavam nas transmissões. Esse cenário foi moldado por normas sociais e culturais que relegavam às mulheres papéis secundários, confinando-as frequentemente a funções de suporte ou a programas voltados especificamente ao público feminino.

Em Pelotas, a situação das mulheres no rádio reflete tanto a herança do patriarcado quanto desafios locais específicos. A cidade, embora rica em cultura e tradição, não escapou das influências de uma estrutura social conservadora que frequentemente limita a participação feminina em setores considerados masculinos, como nos programas esportivos e políticos realizados pelas emissoras. Essa tendência é agravada pelo foco que as rádios pelotenses dão às jornadas esportivas, que historicamente atraem um público majoritariamente masculino. A persistência dessa tendência resulta não apenas na exclusão das mulheres de papéis de decisão, mas também influencia o tipo de conteúdo transmitido, perpetuando estereótipos de gênero e ignorando as perspectivas femininas.

A presença feminina em posições de liderança nas rádios de Pelotas é quase inexistente, refletindo as dificuldades invisíveis enfrentadas por muitas profissionais ao longo de suas carreiras. Essas barreiras não são apenas de ordem profissional, mas também cultural, nas quais preconceitos e estereótipos sobre o papel das

mulheres limitam suas oportunidades de avanço. Essa realidade não apenas desestimula a participação feminina no rádio, mas também leva muitas profissionais talentosas a buscarem oportunidades em outros meios de comunicação, como televisão, jornais impressos e assessoria de imprensa, onde percebem maiores chances de evolução na carreira.

Portanto, este estudo visa identificar essas disparidades, investigando as raízes e as consequências da baixa representação feminina no rádio. Ao fazer isso, a pesquisa se propõe a contribuir para uma compreensão mais profunda das dinâmicas de gênero dentro do rádio.

A relevância desta pesquisa ultrapassa a simples documentação das desigualdades de gênero na RádioCom. Ela se situa na interseção de diversas áreas críticas de estudo e prática social, incluindo estudos de gênero, comunicação e história local. O trabalho explora como as normas de gênero são reproduzidas e desafiadas em um setor tradicionalmente dominado por homens, dentro de um contexto geográfico e cultural específico.

A pesquisa busca preencher uma lacuna na literatura sobre mídia e estudos de gênero no Brasil, particularmente no que se refere às rádios em cidades de porte médio e ambientes mais conservadores. Embora haja uma quantidade razoável de pesquisa sobre gênero e mídia em contextos metropolitanos e em relação à televisão e ao jornalismo impresso, os estudos sobre rádio, especialmente fora dos grandes centros, são notadamente escassos. Este estudo busca enriquecer o entendimento científico das dinâmicas de gênero no rádio, fornecendo perspectivas que possam fundamentar futuras pesquisas e políticas.

Os resultados deste estudo podem servir como base para o desenvolvimento de políticas de inclusão, estratégias e programas voltados à promoção da igualdade de gênero nas mídias. Ao revelar as experiências das radialistas de Pelotas, a pesquisa não apenas valoriza suas contribuições, muitas vezes subestimadas, mas também promove uma maior conscientização sobre a necessidade de políticas de igualdade de gênero mais eficazes.

Este estudo explora a complexidade das experiências das mulheres no rádio em Pelotas, investigando, ao longo do tempo, o cotidiano das radialistas. A pesquisa analisa as dinâmicas diárias nas estações de rádio, incluindo interações entre colegas, distribuição de tarefas e participação em decisões editoriais. Analisa-se o cotidiano sob as lentes de gênero, poder, raça e classe, destacando a importância da história

local, o empoderamento feminino e discussões sobre assédio e vivências no ambiente radiofônico.

Além disso, o estudo pretende identificar as dificuldades, preconceitos e assédios que as radialistas enfrentam ou enfrentaram. A coleta e análise de relatos de discriminação, preconceito e assédio são essenciais para compreender os desafios específicos enfrentados pelas mulheres no ambiente radiofônico. Também faz parte da análise avaliar os mecanismos de suporte e resistência dentro das emissoras, incluindo redes de apoio entre as mulheres e políticas institucionais.

Outro aspecto central é a análise do empoderamento dessas mulheres, com ênfase nas trajetórias de radialistas que conquistaram posições de destaque ou exerceram influência na RádioCom. Além disso, é relevante investigar as contribuições dessas profissionais para a programação e a gestão da emissora, bem como o impacto dessas ações na forma como as mulheres são percebidas e tratadas.

Desta forma, o estudo visa fornecer uma visão detalhada das realidades enfrentadas pelos radialistas em Pelotas, destacando tanto as barreiras quanto os avanços no contexto de um ambiente de trabalho dinâmico e frequentemente desafiador.

A metodologia escolhida para esta pesquisa tem como base a História do Tempo Presente, permitindo uma análise aprofundada das condições e experiências das radialistas em Pelotas. A escolha dessa vertente reflete a necessidade de compreender não apenas os eventos históricos que influenciaram a presença das mulheres no rádio, mas também as experiências pessoais e coletivas que caracterizam a realidade atual.

O método principal deste estudo é a História Oral, em sua vertente temática. Essa abordagem é ideal para reconstruir memórias, percepções e sentimentos das radialistas, proporcionando uma compreensão que não é facilmente acessível por meio de fontes documentais tradicionais. A História Oral é particularmente eficaz ao revelar as dinâmicas internas da emissora de rádio e o impacto das normas de gênero nas carreiras das mulheres. Além das entrevistas, a pesquisa incluirá a análise documental (CELLARD, 2012).

As entrevistas fornecem pontos de vista subjetivos sobre as experiências das mulheres no setor e foram realizadas com diversas radialistas de diferentes gerações e posições dentro da emissora. As conversas permitem a identificação das mudanças nas contribuições das mulheres na RádioCom, ao longo do tempo. Além disso, foram

entrevistadas representantes dos sindicatos mantenedores da RádioCom para obter perspectivas adicionais sobre as dinâmicas de gênero na emissora e verificar o conhecimento sobre a situação das trabalhadoras da emissora.

A pesquisa seguiu rigorosamente as normas éticas, especialmente no que diz respeito ao consentimento informado das participantes. Cada entrevista foi realizada após uma explicação sobre os objetivos da pesquisa, o uso das informações coletadas e a proteção de sua privacidade e anonimato, caso assim desejasse.

Os dados coletados foram analisados em busca de padrões, temas e discordâncias nas narrativas. Também será empregada uma análise comparativa também será empregada para contrastar as experiências das entrevistadas com as tendências indicadas na literatura.

Ao integrar esses métodos e fontes, este estudo busca fornecer uma compreensão abrangente das barreiras e oportunidades para as mulheres na rádio de Pelotas, contribuindo para debates acadêmicos e práticos sobre gênero e mídia.

Faz-se necessária a revisão bibliográfica sobre a história do rádio no Brasil, especialmente a partir do período de início das atividades da Rádio Pelotense, em 1925. Diversos autores se dedicam ao estudo da História do Rádio e das Mídias como um todo. A pesquisa contará com os estudos de Gisela Ortriwano ²(1985), que aborda a história do Rádio no Brasil em seus 62 anos de existência, desde a fase de implantação até as diferenças entre os sistemas estatais e comerciais.

Valci Zuculoto & Ediane Mattos (2017) trabalham com a permanência do rádio, suas teorias e questões técnicas do radiojornalismo, além da inserção feminina no ambiente radiofônico. Para as autoras (2017, p. 3), “quando se percorre, mesmo que em observação breve e geral, a constituição histórica do rádio esportivo, uma das verificações que se sobressaem é a da hegemonia masculina neste fazer radiofônico, sobretudo nas funções que vão aos microfones”.

Ferraretto (2002, 2007, 2014, 2021) pesquisa as técnicas do rádio e a história do rádio no Rio Grande do Sul. Em uma de suas obras, o autor dá destaque à trajetória da Rádio Pelotense, além de tecer um panorama cultural, econômico e político da época da inauguração da emissora.

² Considerando que esta pesquisa aborda questões de gênero e a necessidade de maior visibilidade, poder e igualdade de direitos para as mulheres, optou-se por citar autoras mulheres com nome e sobrenome, conferindo-lhes o destaque merecido. Essa escolha busca contrapor a invisibilidade histórica enfrentada pelas mulheres, frequentemente sub-representadas e esquecidas nas produções acadêmicas e sociais.

As questões de gênero serão abordadas tendo como base estudos como os de Michelle Perrot (1988, 1998, 2005, 2008), Joan Scott (1991, 1992) e Flávia Biroli (2018). Michelle Perrot analisa o espaço das mulheres na história, destacando o aumento da visibilidade e suas conquistas nos espaços públicos e privados. Segundo a autora (2005, p. 251), “as mulheres sempre trabalharam. Elas nem sempre exerceram profissões”. A autora ressalta que essa realidade muitas vezes impede que as mulheres alcancem cargos de maior responsabilidade dentro das empresas.

Joan Scott, por sua vez, estuda a história do movimento e das mulheres, tendo dado uma contribuição significativa para a compreensão do conceito de gênero. Para ela (1991, p. 86), “o núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições, o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”.

Flávia Biroli (2018) estuda gênero e democracia, destacando as desigualdades de gênero por meio de uma análise interseccional, que considera as relações entre classe, raça, etnia e sexualidade. Dessa forma, ao abordar as questões relacionadas à história do rádio, as especificidades da memória e as questões de gênero, será possível elucidar e embasar o tema, contribuindo para as análises e para a construção do conhecimento científico.

O conceito de interseccionalidade será abordado a partir de Sueli Carneiro (2003), Carla Akotirene (2020) e Patricia Hill Collins (2015). Sueli Carneiro examina como racismo e sexismo se entrelaçam para intensificar desigualdades enfrentadas por mulheres negras no Brasil. Carla Akotirene aprofunda o conceito de interseccionalidade, destacando sua importância para compreender as múltiplas exclusões de mulheres negras e periféricas. Patricia Hill Collins explora como gênero, raça e classe formam estruturas de poder que moldam as vivências das mulheres. Essas perspectivas são essenciais para a análise das experiências das radialistas nesta pesquisa.

O processo de entrevistas orais requer a observação de diversos cuidados em relação a realização, gravação, transcrição, autorização e restituição das entrevistas. Para isso, foram seguidos critérios estabelecidos por alguns autores que se dedicaram à metodologia da História Oral, como Portelli (1998, 2016), Verena Alberti (1989, 2004, 2013) e Meihy & Fabíola Holanda (2017).

A estrutura é projetada para explorar a presença/ausência e a experiência das mulheres no rádio de Pelotas, adotando uma abordagem interdisciplinar que engloba história, gênero e comunicação. A tese é dividida em três capítulos, cada um focado em uma área específica da pesquisa e análise.

O Capítulo 1 da tese, intitulado “Sintonias invisíveis: histórias, vozes e caminhos nas ondas da pesquisa”, aborda a trajetória inicial do projeto de pesquisa, detalhando os fundamentos teóricos e metodológicos que o orientam. O capítulo começa explorando a origem e a motivação da pesquisa, conectando esses aspectos à trajetória pessoal da autora e à relevância social do tema.

Em seguida, o capítulo discute o papel histórico das mulheres no mundo do trabalho, com foco no ambiente radiofônico, marcado por desigualdades de gênero. A interseccionalidade entre gênero, classe e raça também é abordada como um fator central para compreender as experiências das radialistas.

A metodologia baseada na memória e na História Oral ganha destaque como um meio essencial para capturar as narrativas das mulheres, oferecendo um espaço para que suas vozes sejam ouvidas de maneira efetiva. Além disso, o capítulo apresenta um estado da arte e um contexto da história do rádio em Pelotas, destacando suas contribuições ao longo do tempo.

O Capítulo 2 da tese, intitulado “Vozes que resistem: narrativas das radialistas pelotenses”, apresenta a transcrição³ das entrevistas realizadas com as radialistas e as representantes dos sindicatos que mantêm a RádioCom em Pelotas, bem como as análises detalhadas dessas narrativas. Este capítulo é essencial para que as próprias mulheres relatem suas trajetórias.

As entrevistas revelam as experiências de inserção e permanência das mulheres no rádio, suas lutas cotidianas contra a discriminação de gênero e os desafios enfrentados ao trabalhar em um meio tradicionalmente dominado por homens. Além disso, as representantes sindicais compartilham suas perspectivas sobre a importância das rádios comunitárias como plataformas de expressão para essas mulheres, destacando como essas emissoras contribuem para manter uma programação inclusiva e plural e, sobretudo, qual é a gerência dos sindicatos mantenedores sobre a condição das trabalhadoras dentro da emissora.

³ A transcrição, no campo da História Oral, é uma prática que prioriza o sentido do discurso e as subjetividades presentes na entrevista, em vez de uma transcrição literal.

Por meio dessa transcrição, o capítulo permite que as próprias narradoras, com suas palavras e vivências, revelem os detalhes de suas jornadas. Assim, as entrevistas servem como base documental para as análises e interpretações que serão realizadas, fortalecendo a relação entre teoria e prática na pesquisa. O capítulo examina as contribuições dessas mulheres para a estrutura e programação das emissoras, enfatizando suas trajetórias de superação e o papel transformador que desempenham no rádio.

A análise foca em compreender como as histórias individuais se conectam a questões mais amplas de identidade, resistência e enfrentamento das desigualdades no meio radiofônico. O Capítulo 2 examina os temas recorrentes nas falas das entrevistadas, como as barreiras impostas por questões de gênero, as estratégias de resistência adotadas e as formas como as mulheres constroem espaços de poder dentro do rádio. Além disso, destaca o papel da memória e da oralidade como formas de resistência, preservação e transmissão de histórias de vida que, de outra forma, poderiam ser apagadas.

O Capítulo 3, intitulado “Vozes cruzadas: análise das narrativas das radialistas”, explora as intersecções de gênero nas narrativas das entrevistadas, além de oferecer uma análise detalhada do programa “Lua Sangrenta”, um marco feminista transmitido pela RádioCom, produzido por mulheres e voltado para temas de gênero, direitos das mulheres e questões sociais. As análises revelam não apenas os desafios enfrentados e as múltiplas formas de opressão compartilhadas, mas também a coragem e a força das mulheres que atuam no rádio. Essas narrativas proporcionam uma compreensão mais profunda sobre o papel das radialistas no contexto histórico e social de Pelotas. O capítulo detalha as entrevistas que falam sobre o “Lua Sangrenta”, destacando suas percepções sobre a importância do programa para fortalecer vozes femininas e promover o ativismo feminista. O “Lua Sangrenta” é examinado como um exemplo de resistência cultural, onde o rádio serve como uma ferramenta de conscientização e mobilização, subvertendo a lógica patriarcal do meio radiofônico e criando um espaço de expressão crítica e livre para as mulheres.

Ao explorar as experiências das radialistas e os desafios enfrentados em um ambiente marcado por desigualdades, o trabalho amplia o olhar sobre as transformações sociais e culturais que permeiam o rádio, revelando como essas mulheres resistem e transformam esse espaço. Assim, a pesquisa não apenas conta as histórias individuais, mas também se posiciona como uma contribuição para o

debate mais amplo sobre gênero, mídia e inclusão, em um esforço para dar visibilidade às vozes muitas vezes silenciadas nas ondas do rádio.

1 Sintonias invisíveis: histórias, vozes e caminhos nas ondas da pesquisa

1.1 Primeiras frequências da pesquisa⁴

Peço licença às leitoras e leitores para me apresentar⁵. Meu nome é Silvana de Araújo Moreira, sou mãe solo de um menino de 16 anos, nasci na periferia da cidade de Pelotas, na Vila Gotuzzo e cresci na Cohab-Fragata. Minha trajetória foi marcada por desafios e conquistas que moldaram minha visão sobre o gênero na comunicação e nas diferentes esferas da vida.

Estudei em escolas públicas até o ensino médio e depois ingressei na Universidade Católica de Pelotas. Naquela época, a Universidade Federal de Pelotas oferecia poucos cursos noturnos e eu precisava trabalhar. Durante a faculdade, trabalhei nos turnos da manhã e da tarde para pagar o curso de Publicidade e Propaganda, as aulas eram à noite, e consegui terminar o curso em seis anos, em 2006. Logo depois, completei a habilitação em Jornalismo em mais dois anos, em 2008, ano em que me tornei mãe e fui aprovada em um concurso para a Universidade Federal de Pelotas, onde sou técnica-administrativa (jornalista) desde então.

Crescendo em um lar de origem humilde, fui a primeira da minha família a conquistar um diploma. Sou desenhista industrial, publicitária, jornalista, especialista em Comunicação Pública, mestra e doutoranda em História. Sou uma mulher que sempre gostou de aprender, transformar-se e desenvolver-se.

Atualmente, atuo como jornalista na Universidade Federal de Pelotas, onde, há 16 anos, exerço as funções de assessora de imprensa e social media. Sou feminista, antirracista e antifascista, mas reconheço que ainda carrego resquícios de comportamentos machistas, homofóbicos e racistas, e me empenho diariamente em me tornar uma mulher menos opressora.

⁴ Nesse subtítulo, adota-se o uso da primeira pessoa do singular, considerando a apresentação da trajetória e do desenvolvimento da pesquisa, integrando reflexões e experiências pessoais ao contexto investigativo.

⁵ A primeira vez que for citada cada uma das interlocutoras desta pesquisa, elas serão apresentadas por elas mesmas. Esta estratégia tem como propósito mostrar como cada uma se enxerga no mundo após toda a vivência pela qual passaram, dentro e fora do ambiente radiofônico. A pergunta foi realizada durante a entrevista de História Oral, foi a última pergunta feita para cada participante e será a primeira informação que vocês terão de cada uma delas. Todas, sem exceção, acharam a pergunta muito difícil, mas muitas agradeceram a oportunidade de parar para pensar sobre quem são. Achei importante fazer a minha apresentação também, tendo em vista que me identifico em cada narrativa e penso que as histórias destas mulheres já são um pouco da minha história também.

Minha politização ocorreu tardiamente. Lembro que, durante a infância e adolescência, costumava dizer que tinha mais amigos homens porque via as mulheres como sem graça e cheias de “mimimis”. Com o tempo, as vivências e os aprendizados me ensinaram a admirar as mulheres, suas histórias e suas lutas. Passei a valorizar seus sonhos, lamentar seus infortúnios, emocionar-me com suas tragédias e comemorar suas conquistas.

Ao longo da minha vida pessoal e profissional, como muitas de nós, fui diversas vezes discriminada, desrespeitada, subestimada, invalidada, assediada e silenciada, simplesmente por ser mulher. Lembro de um episódio em que estava saindo de um relacionamento abusivo e precisei recorrer à Lei Maria da Penha devido ao comportamento agressivo do meu ex-companheiro. Durante o processo, uma promotora insinuou, de forma debochada, que eu era apenas mais uma mulher traída buscando vingança, mesmo não tendo sido traída. Esse comentário veio em um momento em que eu já estava extremamente fragilizada, tornando a situação ainda mais dolorosa.

Em outra ocasião, ao ser convidada para assumir um cargo na instituição na qual trabalho, um colega me disse que eu não deveria me preocupar, pois a equipe poderia tomar as decisões e minha função seria apenas assinar os documentos. Na época, muitos subestimaram minha capacidade, alegando que eu não tinha experiência suficiente, apesar de já possuir duas graduações na área, uma especialização, quinze anos de experiência profissional, além de diversos cursos de profissionalização.

Esses episódios são apenas dois exemplos de como nós, mulheres, somos cotidianamente atacadas em diversas esferas da sociedade. Foi assim que senti a necessidade de me apropriar e pesquisar sobre o tema de gênero. Ao longo da minha dissertação, me interessei particularmente pela trajetória das quatro mulheres radialistas que identifiquei na história da Rádio Federal FM. Na dissertação intitulada “ZYD 579, 107,9 MEGA HERTZ – RÁDIO FEDERAL FM”: O PROTAGONISMO DO RADIALISTA COMO SOBREVIVENTE DAS MÍDIAS (1980-2017), procurei reconstruir a história da Rádio Federal FM, emissora vinculada à Universidade Federal de Pelotas, fundada em 1980, por meio da memória de seus trabalhadoras e trabalhadores. O objetivo era identificar o protagonismo de profissionais de rádio para a sobrevivência deste veículo de comunicação, considerando as diversas tecnologias que surgiram e ameaçaram sua continuidade.

O estudo sobre a história da Rádio Federal FM, utilizando a construção de narrativas com a metodologia de História Oral, permitiu-me acessar acontecimentos muito importantes para a análise da história da emissora, como a inserção da mulher neste ambiente prioritariamente masculino. Esses fatos dificilmente seriam encontrados ao trabalhar com outros tipos de fontes. As fontes orais mostram não só o que a pessoa entrevistada presenciou ou fez, mas também o que desejava ter presenciado ou feito, o que acreditava estar vivenciando ou realizando e, ainda, o que percebe ou interpreta ter vivido ou feito, considerando a sua visão do presente.

Durante a pesquisa, percebi uma disparidade gritante de gênero no rádio. Ao levantar os dados dos trabalhadores e trabalhadoras que passaram pela emissora, constatei que o ambiente radiofônico é majoritariamente masculino. Na história da Rádio Federal FM, cerca de vinte homens trabalharam ou trabalham como radialistas, enquanto apenas quatro mulheres desempenharam essas funções. Desde 2013, a emissora contava apenas com uma mulher no quadro efetivo, que se aposentou em 2022. Atualmente, não há mulheres atuando efetivamente na Rádio Federal FM. A história dessas quatro radialistas recebeu um capítulo especial na dissertação.

Essa observação despertou em mim uma curiosidade que logo se transformou no foco central do projeto, levando-me a investigar com mais profundidade as barreiras enfrentadas pelas mulheres no rádio. Dada a riqueza de suas narrativas e trajetórias, senti ser essencial incluir as histórias dessas mulheres de forma mais detalhada na pesquisa. A partir dessas informações, pude refletir e analisar o papel das mulheres no rádio, além das dificuldades que enfrentaram para entrar e se manter nesse espaço.

Observei a trajetória das mulheres que participaram do cotidiano da emissora, utilizando a metodologia de História Oral em sua vertente temática, com base nas construções narrativas realizadas entre agosto de 2017 e outubro de 2018. As histórias das quatro radialistas não apenas confirmaram, mas também evidenciaram a força e coragem necessárias para que as mulheres ocupem espaços culturalmente dominados por homens. Cada uma, com suas características e maneiras distintas de enfrentar o mundo, revelou um pouco da determinação necessária para romper essas barreiras.

O capítulo foi descrito pela banca de defesa do mestrado como “a cereja do bolo da dissertação”. A riqueza do material coletado fez com que a banca sugerisse a continuidade da pesquisa no doutorado, uma ideia que já havia passado pela minha

mente durante o desenvolvimento da dissertação, tamanha a profundidade e relevância dos relatos obtidos.

Para a tese, senti a necessidade de ampliar esse estudo para todas as rádios de Pelotas, identificando um pouco mais de vinte mulheres que trabalharam nas funções de radialista nas rádios pelotenses. O objetivo inicial da pesquisa era entrevistar todas essas mulheres, seguindo as regras da metodologia de História Oral, a fim de construir narrativas sobre suas vivências e cotidiano.

Apesar da primeira rádio de Pelotas ter sido inaugurada em 1925, poucas mulheres conseguiram se destacar e ganhar espaço nos microfones da cidade. Sabe-se que a ausência de espaços de poder não é uma realidade restrita ao campo da comunicação. Contudo, sendo jornalista e trabalhando nesse setor, sempre percebi que alguns ambientes são predominantemente masculinos. Mesmo em segmentos da comunicação que admitem maior presença feminina, como o telejornalismo, poucas conseguem alcançar cargos de maior poder e decisão.

Essa realidade também se reflete no serviço público. Como já citado, a Rádio Federal FM teve apenas quatro radialistas mulheres, e essa disparidade também é visível em outros setores da Coordenação de Comunicação Social da UFPel, chefiada por homens até 2013, com uma breve exceção. Em 2008, ao ingressar na Universidade, eu era a única jornalista mulher ao lado de quatro jornalistas homens. Essas questões estruturais que permeiam a divisão sexual do trabalho refletem-se não só na área de comunicação da Universidade, mas também em outras áreas. A luta pelos direitos das mulheres e pela equidade entre homens e mulheres está ganhando força a cada ano, mas mesmo em espaços progressistas⁶, a necessidade de mudanças nas relações de gênero ainda é evidente.

Quando a Rádio Pelotense⁷ fechou, nenhuma mulher integrava a equipe, que era composta por oito pessoas. Essa mesma realidade encontra-se na equipe da Rádio Federal FM, que possui doze radialistas homens, e a última radialista mulher que trabalhava na emissora se aposentou em 2022. Em seu *website*, a Rádio

⁶ 'Progressismo' é uma palavra constante no discurso político das esquerdas desde a primeira metade do século XX, no sentido de designar os atores políticos favoráveis ao que se costuma chamar de 'transformação social', em contraposição ao conservadorismo e ao elitismo, geralmente associados às posições da direita. Refere-se à ideia de 'progresso social', interpretada como a conquista de níveis crescentes de bem-estar para a maioria da população, ampliação dos direitos sociais e igualdade no exercício dos direitos políticos, desenvolvimento econômico, usufruto das riquezas naturais a partir de critérios de soberania nacional. (FUSER, 2018, p. 84).

⁷ Website da Rádio Pelotense: <http://www.radiopelotense.com.br/Inicial>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

Universidade⁸ informa a participação de quatorze homens em sua programação. A Rádio Tupanci⁹ descreve a sua programação em seu *website* com a apresentação de dezoito radialistas homens. Verifica-se que a presença de mulheres é quase nula se comparada à dos homens. Essa realidade contrasta com o número de mulheres que cursam Jornalismo¹⁰ nas Universidades, que é superior ao de homens.

Eu pretendia que a pesquisa analisasse as principais rádios AM e FM de Pelotas, focando nas que possuem uma programação jornalística mais ampla, permitindo que as profissionais desempenhem funções de radialistas além da locução de músicas. As rádios em análise incluiriam: Rádio Pelotense, Rádio Universidade, Rádio Cultura, Rádio Tupanci, Rádio Federal FM e a antiga Rádio Alfa, atual Mais Nova FM. Cada emissora tem uma linha editorial distinta, com algumas focadas em esporte, outras em religião ou política, o que enriqueceria a análise.

No caderno de campo da pesquisa, encontrei apenas quatorze radialistas mulheres nas rádios tradicionais de Pelotas, além das quatro radialistas da Rádio Federal FM entrevistadas para a dissertação (Maria Alice Estrella, Vera Lopes, Teresa Cunha e Zari Machado). Foram elas: Maria Clara Michels Pinho, da Rádio Pelotense, Fátima Salois, da Rádio Tupanci, Dora Elisa (nome artístico ou codinome) (falecida), da Rádio Pelotense, Cleusa Pimenta (falecida), da Rádio Universidade, Rádio Pelotense e Nativa de Rio Grande, Cláudia Rodrigues, da Rádio Alfa e Cultura, Heloisa Helena Correa, da Rádio Cultura, Candinha Rocha (falecida), da Rádio Pelotense, Malu Madeira, da Rádio Pelotense, Marlene, da Tupanci, Regina Macedo, da Rádio Cultura, Nara Beatriz, da Rádio Tupanci, Vanda Leite, da Rádio Nativa, Rita Gastal, da Rádio Atlântida, Maria José, da RádioTupanci.

Curiosamente, sabe-se que a Dora Elisa utilizava esta denominação como nome artístico ou codinome, fato que considero interessante pesquisar posteriormente, tendo em vista duas hipóteses: a de que o nome artístico era usual no rádio desde os tempos da chamada “Era do Rádio”, com os programas de auditório e as cantoras; e o contexto de que as mulheres não eram socialmente aceitas como

⁸ Website da Rádio Universidade: <http://ru.ucpel.edu.br/>. Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

⁹ Website da Rádio Tupanci: <http://www.radiotupanci.com.br/>. Acesso em 10 de janeiro de 2019.

¹⁰ O Censo da Educação Superior 2019 mostra que as mulheres correspondiam a 58,8% entre os matriculados em cursos de graduação presenciais na área de Comunicação e informação. CENSO da educação superior 2019. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: jan. 2022.

radialistas, precisando usar codinomes para atuar na imprensa. Segundo o radialista aposentado Luiz Carlos Vaz (2017), um dos narradores da dissertação, trabalhar na imprensa era coisa para boêmios, pessoas “da noite”, muito em função dos fechamentos dos jornais que ocorriam à meia-noite.

Contudo, a banca de qualificação sugeriu que eu me concentrasse nas mulheres que trabalharam ou trabalham na RádioCom. A sugestão surgiu a partir das cinco entrevistas que apresentei naquele momento, todas de radialistas da emissora.

O fato é que a RádioCom possui um diferencial em relação às outras rádios pelotenses e acumula o maior número de mulheres radialistas localizadas pela pesquisa. A RádioCom é um veículo de comunicação e mobilização fundamental no município, distinguindo-se das outras rádios devido à sua história, que foi moldada coletivamente pela colaboração entre os movimentos sindical e social de Pelotas.

A RádioCom é uma rádio comunitária, ligada aos interesses dos trabalhadores e, é a única que possuiu um programa feito exclusivamente por mulheres, o “Lua Sangrenta”. O programa era produzido por um coletivo de mesmo nome, composto por mulheres do movimento feminista de Pelotas. Como já apontado, outro diferencial é o número de mulheres que emprestam suas vozes à emissora, cerca de dez mulheres, quase o total de mulheres que trabalham ou trabalharam nas outras emissoras durante toda a história do rádio em Pelotas. Entre as radialistas estão: Heloisa Duarte, conhecida como Dj Helô, Vanessa Silveira, Ediane Oliveira, Betânia Dédalos, Helena Oliveira, Tais Galindo, Jéssica Porciúncula, Lili Rubim, Maria Fernanda Passos e Clarissa Corrêa Henning.

A pesquisa intitulada *“Acho que, como fomos silenciadas por tanto tempo, o próprio timbre da nossa voz desacomoda” - as vozes femininas nas ondas da RádioCom*, utiliza como título um recorte da narrativa da radialista Maria Fernanda Passos, entrevistada durante a pesquisa de doutorado. Essa fala poderosa reflete a complexidade da relação das mulheres com suas vozes, que carregam marcas históricas de silenciamento e opressão. Ao apontar que o timbre de sua voz pode desacomodar, Maria Fernanda Passos revela como a presença feminina no rádio desafia convenções enraizadas e desestabiliza o espaço tradicionalmente dominado por homens. Sua narrativa evidencia o processo de ressignificação e aceitação de uma característica que antes era percebida como incômoda, transformando-a em um instrumento de resistência e afirmação. A escolha dessa fala como título sintetiza a essência deste estudo, que busca amplificar as vozes femininas no rádio comunitário,

destacando suas trajetórias de enfrentamento e conquista em um ambiente permeado por desigualdades e marcado pela invisibilidade das mulheres.

Além de uma análise quantitativa, que facilmente identificaria a desproporcional presença de homens e mulheres nesses ambientes, quero compreender a vida profissional dessas mulheres. Pretendo entender como ocorreu a inserção delas no ambiente radiofônico, identificar as dificuldades que enfrentaram para desempenhar suas funções, analisar o cotidiano na emissora e investigar os assédios, preconceitos e discriminações pelas quais passaram.

É importante salientar a necessidade de um olhar interseccional para o seletivo grupo de mulheres que conseguiu chegar a este ambiente preponderantemente masculino do rádio. Embora a maioria seja branca, há uma diversidade que não pode ser analisada com um olhar homogêneo. Essas mulheres tiveram percursos, oportunidades, dificuldades e lutas diferentes, e essa multiplicidade de experiências precisa ser reconhecida.

E por que eu, uma mulher branca, resolvi tratar desse assunto? Justamente por ter crescido na periferia, ter presenciado de perto as desigualdades sociais e, ao ocupar os espaços das universidades e do mundo do trabalho, perceber que a realidade do meu mundo periférico não estava representada naqueles ambientes. Dessa forma, não consigo analisar a presença de mulheres no rádio sem observar também a diversidade dessas mulheres, a classe, a raça, a idade, a sexualidade e tantos outros marcadores que sobrepõem as desigualdades sociais.

De acordo com a filósofa Djamila Ribeiro (2017), não é necessário ser mulher para falar de gênero e não é preciso ser negro para falar de raça. A confusão fica por conta da representatividade e do lugar de fala. “Uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco cis, mas esse homem branco cis pode teorizar sobre a realidade das pessoas trans e travestis a partir do lugar que ele ocupa” (RIBEIRO, 2017, p.83). Dessa forma, preocupo-me em pensar as questões de interseccionalidade, a partir dessa minha localização.

O recorte temporal desta pesquisa tem como base o início das transmissões da RádioCom (2001) até os dias de hoje. A RádioCom, inaugurada em 1999, surgiu a partir da iniciativa de algumas pessoas e sindicatos de trabalhadores de Pelotas. Segundo seu *website*¹¹, a rádio tem como “princípios a luta pela liberdade e

¹¹ Website a RádioCom FM: <http://www.radiocom.org.br/a-radio/>. Acesso em: 26 de janeiro de 2019.

democratização dos meios de comunicação, dar voz aos movimentos sociais que são geralmente excluídos da mídia oficial local, denunciar os abusos da mídia oficial, ter programação voltada para a informação e educação, valorizar a cultura local e popular e proporcionar a participação da sociedade na emissora”.

É nesse sentido que a pesquisa busca as contribuições que as mulheres deram para o rádio pelotense, marcadas por todas as dificuldades, diferenças e discriminações.

Vale ressaltar que, tendo em vista a pandemia da Covid-19, a pesquisa teve seu cronograma de entrevistas atrasado. As entrevistas presenciais foram impossibilitadas a partir de março de 2020 em decorrência do distanciamento social, uma das principais medidas para combater a disseminação do vírus. No entanto, como tantas outras adaptações pelas quais a humanidade passou neste período, alguns autores trabalharam com a possibilidade de realização de entrevistas via internet em situações extremas, nas quais seria impossível ter acesso a essas narrativas, como é o caso da pandemia. Dessa forma, algumas das entrevistas foram realizadas nesse formato digital (SANTHIAGO & VALÉRIA DE MAGALHÃES, 2020).

Além disso, precisei solicitar prorrogação da qualificação, tendo em vista que, para além das mudanças e dificuldades que todos nós vivenciamos, passei por problemas familiares e perdi duas pessoas muito próximas, minha tia/madrinha (irmã da minha mãe) e minha tia-avó (irmã da minha avó materna), pessoas muito importantes para mim e minhas maiores incentivadoras para os estudos. Consequentemente, minha mãe ficou muito abalada, minha avó entrou em depressão e precisei dar suporte para elas nesse momento. Após esse período em que assumi esses outros papéis, além dos que eu já estava responsável, comecei a apresentar alguns sintomas de estresse e precisei fazer um acompanhamento psicológico. É importante salientar que todo esse contexto ocorreu sem afastamento do trabalho.

1.2 A história das mulheres e os mundos do trabalho

Diferenças sociais e culturais às quais as pessoas são expostas ao longo da vida criam realidades que moldam homens e mulheres de modos distintos. Essas diferenças não são estabelecidas apenas por fatores biológicos, mas são formadas, prioritariamente, a partir de discursos, ações, cultura e história.

Dessa forma, no nascimento cada pessoa carrega consigo características biológicas que definirão algumas nuances de sua vida, já que é nesse momento que as pessoas são classificadas como homem ou mulher, o que pode ser analisado antes mesmo do nascimento, com a utilização da tecnologia que possibilita examinar, já nos primeiros meses de gestação, o sexo do bebê.

A partir desse momento, toda uma carga cultural passa a influenciar a vida da criança. Questões como os espaços que poderá ocupar, as profissões que poderá seguir, quais brinquedos poderá ter, quais roupas serão usadas e até mesmo quais cores serão preponderantes em seu mundo, são questões que, geralmente, já acompanham o imaginário dos pais ao descobrirem o chamado sexo do bebê. Atualmente, por exemplo, está em alta no Brasil o chá de revelação, uma festa que reúne familiares e amigos dos futuros pais, com o objetivo de descobrir junto com eles o sexo do bebê. Na festa, atividades criativas são propostas para revelar se o bebê é menina ou menino, como, por exemplo, o bolo revelação que apresenta a novidade a partir do seu recheio: rosa ou azul.

Consideremos a interpelação médica que, apesar da emergência recente das ecografias, transforma uma criança, de um ser "neutro" em um "ele ou em uma "ela": nessa nomeação, a garota torna-se uma garota, ela é trazida para o domínio da linguagem e do parentesco através da interpelação do gênero. Mas esse tornar-se garota da garota não termina ali; pelo contrário, essa interpelação fundante é reiterada por várias autoridades, e ao longo de vários intervalos de tempo, para reforçar ou contestar esse efeito naturalizado. A nomeação é, ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma fronteira e também a inculcação repetida de uma norma (JUDITH BUTLER, 2010, p.116).

De modo geral, com essa informação, as roupas começam a ser compradas, o quarto passa a ser decorado, os primeiros brinquedos são adquiridos e os amigos e parentes passam a presentear a família de acordo com o sexo do bebê. Além disso, o futuro dessa criança começa a ser traçado. Por exemplo, caso seja menino, é possível que, desde pequeno, ele seja incentivado a jogar futebol (uma das grandes paixões nacionais no Brasil) e a bola de futebol acompanhará o crescimento da criança. No caso de uma menina, muitas vezes ela brincará com bonecas e panelinhas, já trilhando um caminho que refletirá em profissões ligadas ao cuidado das pessoas e da residência.

Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo (GUACIRA LOURO, 1997, p. 28).

Essas construções direcionam o comportamento dos meninos e das meninas e fortalecem-se no decorrer do tempo, marcando a fronteira entre masculinidade e feminilidade, uma fronteira invisível, mas que demarca o que é aceitável para meninos e meninas, garotos e garotas, e homens e mulheres. Quais são as brincadeiras de menino, quais são as atitudes de uma garota, como deve se comportar um homem, tudo vigiado e julgado pela sociedade. São códigos de conduta que vão moldando as pessoas, direcionando homens e mulheres para certos campos de trabalho.

O conceito de “cotidiano” também pode contribuir para o estudo e será usado tanto na perspectiva defendida por Certeau (1996, p. 31) que diz que cotidiano “é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente”, quanto no debate que Agnes Heller (1972, p. 26) faz, ao afirmar que: “A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade”. Segundo a autora, a vida cotidiana representa a totalidade da existência humana, englobando todas as particularidades e experiências do indivíduo, em uma constante interação entre a atividade intelectual e física, onde todos, independentemente da posição social ou da função desempenhada, estão inevitavelmente inseridos.

Agnes Heller vê o cotidiano como o cerne do acontecer histórico, ou seja, é por meio dele que o indivíduo constrói a história e é moldado por ela. Para a autora (1972, p.38), “a vida cotidiana não está fora da história, mas no centro do acontecer histórico: é a verdadeira essência da substância social”.

A vida cotidiana, de acordo com a autora, é heterogênea e hierárquica, composta por fragmentos orgânicos que vão desde o trabalho e a vida privada até os momentos de lazer e interação social. Essa heterogeneidade, segundo ela, torna o cotidiano suscetível à alienação, uma vez que as pessoas tendem a vivê-lo sem questionar ou buscar mudanças significativas. A autora (1972) argumenta que, para determinadas classes sociais, o trabalho ocupou um papel central nessa hierarquia ao longo da história, como foi o caso dos servos, cuja vida cotidiana era quase inteiramente subordinada ao trabalho. Assim, cada aspecto da vida cotidiana é vivido

de forma intensa e distinta, com maior ou menor prioridade, dependendo do contexto histórico e social.

Outro ponto relevante abordado por Agnes Heller é que, embora o homem construa a história, ele também é afetado pelas circunstâncias imprevisíveis do cotidiano, que podem modificar suas aspirações e produzir resultados inesperados. Ela observa que “os homens aspiram a certos fins, mas estes estão determinados pelas circunstâncias, as quais, de resto, modificam tais esforços e aspirações, produzindo desse modo resultados que divergem dos fins inicialmente colocados” (1972, p. 13). Dessa forma, a autora defende que o ser humano é ao mesmo tempo um ser particular e genérico, com necessidades e características individuais, mas também expressando sua humanidade através das atividades sociais, como o trabalho, que o conectam ao gênero humano.

O conceito de “fronteira” possibilita pensar os espaços que permitem a definição dos limites entre as pessoas, as relações de poder, as tensões sociais e do cotidiano. De acordo com Silveira (2005, p.18), “as fronteiras sempre implicam um nível relacional, evidenciado pela interação de diferenças, sejam elas quais forem”. O autor defende que essa margem da fronteira é porosa, permeável, possibilitando um relacionamento, uma abertura, mas também uma interdição. Esse aspecto pressupõe uma diferença, uma polaridade entre os lados da fronteira, mas também há pontos de contato.

Nesse sentido, as construções culturais que moldam desde a infância o comportamento de meninas e meninos constituem-se como fronteiras simbólicas que permeiam a vida das pessoas. De acordo com Heleieth Saffioti (2015, p. 47), há um campo limitado de consenso entre as autoras que trabalham com o tema, de que “o gênero é a construção social do masculino e do feminino”, uma construção que regula as relações entre homens e mulheres, tornando-as relações de poder.

Ao aceitarmos que a construção do gênero é histórica e se faz incessantemente, estamos entendendo que as relações entre homens e mulheres, os discursos e as representações dessas relações estão em constante mudança. Isso supõe que as identidades de gênero estão continuamente se transformando (GUACIRA LOURO, 1997, p. 35).

Para Candau (2012), a “identidade” é um conceito complexo que se relaciona diretamente com a memória e a cultura, sendo que ambas estão intrinsecamente interligadas. Ele explica que a identidade não pode ser vista como uma característica

estável de um indivíduo ou grupo, mas sim como um “estado” que se molda a partir das experiências e memórias compartilhadas. Esse estado é formado por narrativas e lembranças que os indivíduos utilizam para dar sentido ao passado e fortalecer seu sentimento de pertencimento.

Sem memória o sujeito se esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. Sua identidade desaparece. Não produz mais do que um sucedâneo de pensamento, um pensamento sem duração, sem a lembrança de sua gênese que é a condição necessária para a consciência e o conhecimento de si. (CANDAU, 2012, p. 59-60)

Assim, a memória é o fio que costura a continuidade da identidade e permite ao sujeito uma compreensão de si mesmo e de seu lugar no mundo. Em especial, Candau (2012) enfatiza duas “âncoras” importantes para a formação identitária: a origem e o acontecimento. A origem representa os laços de filiação histórica, enquanto o acontecimento se refere aos marcos que se destacam na memória de um grupo ou indivíduo. Essas âncoras ajudam a estruturar a identidade narrativa, reforçando a continuidade e a coesão em um grupo, tornando a identidade uma “memória em ação”. Além disso, Candau aponta que o compartilhamento de memórias varia de acordo com o tamanho e a proximidade do grupo. Em pequenas comunidades, como vilas ou núcleos familiares, é mais provável que exista uma identidade coletiva mais coesa e um maior compartilhamento de memórias. Já em grupos maiores, como nações, esse compartilhamento se fragmenta, dificultando uma identidade comum. Nesse processo, o passado é mantido, mas reinterpretado e adaptado, reforçando a ideia de que a identidade é uma construção contínua mediada por símbolos e práticas culturais.

O aspecto biológico que caracteriza o ser humano como homem ou mulher não é único na definição da identidade, uma vez que sofre uma constante interferência de camadas sociais e culturais às quais as pessoas são expostas em seus cotidianos. A identidade é construída constantemente ao longo da vida através das vivências, discurso, interações, crenças, entre outros aspectos aos quais os sujeitos são submetidos.

Essas construções estabelecem fronteiras simbólicas entre homens e mulheres, definindo o que é aceitável para cada um em diferentes âmbitos da vida. As características que diferenciam os homens das mulheres não são apenas de origem biológica, mas também culturais e sociais, profundamente moldadas ao longo do

tempo. É essencial questionar o que é natural e o que é construído socialmente e, muitas vezes, naturalizado como norma.

Desde a infância, meninos e meninas são separados em determinadas atividades, o que reforça a ideia de que há tarefas específicas para cada gênero. Esse comportamento, transmitido de geração em geração, torna-se algo internalizado e normatizado pela sociedade. As brincadeiras, os papéis assumidos e as expectativas impostas criam e reforçam essas fronteiras invisíveis, que as crianças aprendem a não ultrapassar. Quando o fazem, são frequentemente corrigidas e até punidas, consolidando os limites de cada um dentro da sociedade.

Na vida adulta, essas fronteiras continuam a moldar ideais de masculinidade e feminilidade, delimitando não apenas os espaços em que homens e mulheres podem atuar, mas também suas atitudes e ações permitidas. São padrões de conduta que estabelecem e perpetuam relações de dominação e opressão. Essas margens que moldam os indivíduos não são naturais nem determinadas por suas características biológicas; são, na verdade, construções sociais. No entanto, a divisão sexual do trabalho, seja ele remunerado ou não, apresenta-se de formas distintas entre mulheres de diferentes contextos.

Há, de fato, um tipo de exploração que se efetiva porque o trabalho doméstico é realizado pelas mulheres, mas isso não significa que seja realizado nas mesmas condições por mulheres brancas e negras, pelas mais ricas e pelas mais pobres ou por mulheres de diferentes partes do mundo. Ao mesmo tempo, o acesso ao mercado de trabalho também se dá de forma distinta, segundo raça, posição de classe e nacionalidade, se levarmos em conta os fluxos migratórios. Na conexão entre divisão sexual do trabalho não remunerado e trabalho remunerado, a vida das mulheres se organiza de maneiras distintas, segundo a posição que elas ocupem em outros eixos nos quais se definem vantagens e desvantagens (FLÁVIA BIROLI, 2018, p. 36).

Como construção social, essas margens podem ser questionadas, corrompidas e até mesmo desfeitas ou reconstruídas sob novas perspectivas. De fato, essas fronteiras já vêm sofrendo deslocamentos através das lutas dos movimentos feministas e de direitos humanos. Nesse contexto, os estudos de gênero se tornam ferramentas essenciais para a análise e o debate das desigualdades, buscando uma desconstrução dos padrões impostos pelas estruturas de dominação e propondo rupturas com essas formas de opressão.

Então, o menino e a menina tornam-se adultos e precisam entrar no mundo do trabalho e, mais uma vez as fronteiras estabelecidas entre o que uma mulher pode

ser e o que um homem pode ser enquanto trabalhadores e trabalhadoras interferem nas decisões dessas pessoas. Esses aspectos refletem o cotidiano hierarquizado que demonstra uma superioridade do homem em relação à mulher.

Para Elias (1994), a sociedade dos indivíduos forma-se como um elemento essencial de relacionamentos, dependências, entrelaçamentos sociais e autorregulações que não ocorrem a nível individual e modelam o indivíduo e a sociedade no tempo e espaço através de relações funcionais, econômicas, políticas e culturais que envolvem diversos aspectos da vida como trabalho, amizade e família, por exemplo. De acordo com o autor (1994, p.67), “toda sociedade humana consiste em indivíduos distintos e todo indivíduo humano só se humaniza ao aprender a agir, falar e sentir no convívio com outros”.

Virginia Wolf (2020), em seu discurso para a Sociedade Nacional de Auxílio às Mulheres, em 21 de janeiro de 1931, discorreu sobre profissões para mulheres e contou sobre a sua experiência como escritora. Na oportunidade, a autora ressaltou dificuldades relacionadas à atuação das mulheres no mundo do trabalho, e outras questões que também estão relacionadas a como a estrutura patriarcal construiu a figura da mulher. Nesse contexto, as mulheres vão formando sua personalidade, descreditando da própria capacidade. Autossabotagem e síndrome da impostora são algumas das nomenclaturas utilizadas para dar conta de uma forma de interação comum no cotidiano feminino, que dialoga com preconceitos e define, muitas vezes, limites pessoais, ligados ao desvalor da mulher na sociedade. A autossabotagem surge como uma fuga para evitar o confronto destas limitações. Ademais, as mulheres acabam tendo uma grande dificuldade de serem ouvidas, fazendo com que suas reivindicações não sejam validadas. Em sua fala, Wolf ainda admite que sua posição privilegiada a coloca em outro patamar em relação à maioria das mulheres.

E, quando eu estava escrevendo aquela resenha, descobri que, se fosse resenhar livros, ia ter de combater um certo fantasma. E o fantasma era uma mulher, e quando a conheci melhor, dei a ela o nome da heroína de um famoso poema, “O anjo do lar”¹². Era ela que costumava aparecer entre mim e o papel enquanto eu fazia as resenhas. Era ela que me incomodava, tomava meu tempo e me atormentava tanto que no fim matei essa mulher. Vocês, que são de uma geração mais feliz, talvez não tenham ouvido falar dela - talvez não saibam o que quero dizer com o Anjo do Lar. Vou tentar resumir. Ela era extremamente simpática. Imensamente encantadora.

¹² O anjo do lar - Poema de Coventry Patmore (1823-1896) que celebrava o amor conjugal e idealizava o papel doméstico das mulheres.

Totalmente altruísta. Excelente nas difíceis artes do convívio familiar. Sacrificava-se todos os dias. Se o almoço era frango, ela ficava com o pé; se havia ar encanado, era ali que ia sentar – em suma, seu feitio era nunca ter opinião ou vontade própria, e preferia sempre concordar com as opiniões e vontades dos outros. E acima de tudo – nem preciso dizer – ela era pura. Sua pureza era tida como sua maior beleza – enrubescer era seu grande encanto. Naqueles dias – os últimos da rainha Vitória – toda casa tinha seu anjo. E quando fui escrever, topei com ela já nas primeiras palavras. Suas asas fizeram sombra na página; ouvi o farfalhar de suas saias no quarto. Quer dizer, na hora em que peguei a caneta para resenhar aquele romance de um homem famoso, ela logo apareceu atrás de mim e sussurrou: “Querida, você é uma moça. Está escrevendo sobre um livro que foi escrito por um homem. Seja afável; seja meiga; lisonjeie; engane; use todas as artes e manhas de nosso sexo. Nunca deixe ninguém perceber que você tem opinião própria. E principalmente seja pura. E ela fez que ia guiar a minha caneta. E agora eu conto a única ação minha em que vejo algum mérito próprio, embora na verdade o mérito seja de alguns antepassados que me deixaram um bom dinheiro – digamos, umas quinhentas libras anuais – e assim eu não precisava só do charme para viver. Fui para cima dela e agarrei-a pela garganta. Fiz de tudo para esganá-la. Minha desculpa, se tivesse de comparecer a um tribunal, seria legítima defesa, se eu não a matasse, ela é que me mataria. Arrancaria o coração da minha escrita (VIRGINIA WOLF, 2020, p. 13).

Fica evidente que o mundo do trabalho ainda reflete as fronteiras de uma sociedade que construiu parâmetros sociais de convivência entre homens e mulheres, revelando discriminações, diferenças, preconceitos e hierarquias. Sabe-se que a luta das mulheres pela emancipação e igualdade, tanto no Brasil como no mundo, tem conquistado algumas vitórias ao longo do caminho, com a ocupação de determinados espaços. Contudo, no campo do trabalho, por exemplo, ainda hoje são encontrados setores profissionais preponderantemente masculinos. Além disso, ainda há uma disparidade de salários aliada às dificuldades que as mulheres encontram ao ter que dar conta do trabalho e dos cuidados com a família e com a casa.

Entre 1970 e o início do século seguinte, o percentual de mulheres economicamente ativas passou de 18,5% para cerca de 55% tendo alcançado um teto de 59% em 2005. Modificaram-se, assim, os ritmos e as feições da vida cotidiana. A posição delas se modificou, também, no acesso à escolarização. Hoje têm em média mais tempo de educação formal do que os homens, passando a ser maioria entre as pessoas matriculadas no ensino superior. Apesar disso, a diferença entre o rendimento médio das mulheres e o dos homens permanece em torno de 25%, e a profissionalização não garantiu acesso igualitário às diferentes ocupações (FLÁVIA BIROLI, 2018, p.21).

As diferenças de gênero no mundo do trabalho se manifestam em diversas esferas, resultando de fatores sociais, culturais e econômicos. Um dos aspectos mais citados é a disparidade salarial, em que, de modo geral, as mulheres ganham menos que os homens, mesmo desempenhando o mesmo trabalho. Para Flávia Biroli (2018, p. 65), embora tenha havido mudanças na posição das mulheres no mercado de trabalho remunerado fora do lar, “elas continuam a dedicar muito mais tempo que os homens às tarefas domésticas e, por outro lado, a ter rendimentos bem menores que os deles na esfera pública”. Essa desigualdade está enraizada em preconceitos inconscientes e discriminação estrutural.

As diversas correntes do pensamento feminista afirmam a existência da subordinação feminina, mas questionam o suposto caráter natural dessa subordinação. Elas sustentam, ao contrário, que essa subordinação é decorrente das maneiras como a mulher é construída socialmente. Isto é fundamental, pois a ideia subjacente é a de que o que é construído pode ser modificado. Portanto, alterando as maneiras como as mulheres são percebidas, seria possível mudar o espaço social por elas ocupado (ADRIANA PISCITELLI, 2002, p. 9).

As mulheres também enfrentam o que se chama de “teto de vidro”, uma barreira invisível que impede que elas alcancem cargos mais altos de poder e liderança, especialmente em grandes corporações, mesmo que estejam cada vez mais presentes no mundo do trabalho. A realidade da dupla jornada também pesa sobre as mulheres, que, além de trabalhar fora de casa, ainda são frequentemente responsáveis pela maior parte das tarefas domésticas e o cuidado com os filhos. Esse acúmulo de responsabilidades afeta tanto sua saúde quanto seu bem-estar. Outro grande desafio é o assédio e a discriminação que afetam suas trajetórias profissionais e pessoais. Segundo Djamila Ribeiro:

[...] quando falamos de pontos de partida, não estamos falando de experiências de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania. Seria, principalmente, um debate estrutural. Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades (DJAMILA RIBEIRO, 2017, p.60).

As mulheres são mais propensas a enfrentar assédio no ambiente de trabalho, seja ele moral ou sexual, o que pode comprometer suas carreiras e seu emocional. Além disso, mesmo quando desempenham seu trabalho de maneira igual ou superior à dos homens, elas tendem a ser menos promovidas e reconhecidas. O trabalho

feminino muitas vezes é subvalorizado, o que contribui para a perpetuação das desigualdades no ambiente de trabalho.

Outro ponto importante é a segregação ocupacional, que divide o mercado de trabalho em profissões tradicionalmente masculinas, como engenharia e tecnologia, e femininas, como enfermagem e educação infantil. Essa segmentação limita, muitas vezes, o acesso das mulheres a setores de alta remuneração.

Nesse sentido, é importante destacar as fronteiras entre o trabalho do homem e da mulher. Enquanto os homens são preparados para profissões que exigem maior intelecto, maior responsabilidade, as mulheres acabam sendo direcionadas para trabalhos que reflitam cuidados. O magistério, por exemplo, era uma das poucas fontes de renda em que era permitido que mulheres instruídas atuassem no Brasil do século XIX. Nessa lógica, a maternidade permite que a mulher seja responsável pela educação no âmbito familiar e profissional.

A distinção entre o público e privado implica uma segregação sexual crescente do espaço. Uma das suas chaves talvez seja a definição do espaço público como espaço político reservado aos homens [...] e os operários, quando reivindicam o acesso à esfera política, reproduzem o modelo burguês, excluindo as mulheres. Através da coisa pública, dos assuntos políticos, desenha-se um mundo da sociabilidade masculina – uma “civilização do café” (Philippe Ariès) – de onde as mulheres estão excluídas. (MICHELLE PERROT, 2001, p.218)

Mais tarde, no século XX, a crise econômica permitiu que as mulheres ocupassem outros postos de trabalho, desde que não competissem com o homem. Mesmo assim, era comum que mulheres exercessem as profissões de professora, enfermeira, secretária e telefonista, além daquelas que se vinculam ao mercado mais informal e, muitas vezes, reproduzem suas funções na casa, como lavadeiras, doceiras, costureiras, dentre outras.

Para Michelle Perrot (2008, p. 37), existe uma segregação sexual dos espaços públicos, ambientes laborais praticamente proibidos às mulheres como os “políticos, judiciários, intelectuais, e até esportivos [...], já outros espaços são quase que exclusivamente reservados a elas como as “lavanderias, grandes magazines, salões de chá [...]”. Contudo, a autora destaca que as mulheres resistem, adquirindo poderes invisíveis perante a sociedade:

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas

se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história (MICHELLE PERROT, 2005, p.212).

Para Foucault (2004), o poder é sempre relacional, o que significa que ele não reside exclusivamente em um indivíduo "poderoso" ou na ausência de poder de um sujeito "sem poder". Todos os indivíduos ocupam posições em que exercem e se submetem a relações de poder constantemente. Para Foucault, o poder não é algo que se possui, mas algo que circula nas interações humanas e que constitui os sujeitos na minúcia das práticas cotidianas. Onde há poder, há também resistência, criando um embate constante entre forças. Dessa forma, o autor convida à compreensão do poder como micropolíticas que se manifestam em cada pequena interação e que, ao longo do tempo, moldam-nos e nos constituem enquanto indivíduos e sociedade.

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (FOUCAULT, 2004, p. 193)

Nesse contexto, as mulheres, por exemplo, não seriam vistas como passivas ou submissas, mas sim como ocupantes de diferentes posições de sujeito, exercendo poder e resistência de acordo com as relações e situações em que se encontram. Para Foucault, o poder não tem uma única face e, assim, as mulheres não são meras vítimas das estruturas de poder; elas também as influenciam e resistem. Essa visão desafia concepções tradicionais, pois vê o poder em constante movimento, sem um centro definido, e revela as complexidades da atuação e resistência das mulheres nas estruturas sociais.

Em consonância, Silveira (2005, p.23) defende que as fronteiras são espaços simbólicos em que as diferenças são demarcadas, “estando longe de significar um enlace afetivo e uma destituição de conflitos que determinados intelectuais, por vezes, parecem desconsiderar em suas análises sobre o tema”. Dessa forma, a divisão sexual do trabalho, sendo uma forma de hierarquização da sociedade não representa um espaço de convivência tranquilo, mas sim um espaço de conflito, uma fronteira que deve ser analisada e debatida, tendo em vista que gera a percepção sobre o que o cidadão e a cidadã representam para o mundo e qual o papel de cada um e de cada uma na sociedade. Para Virginia Wolf:

Na verdade, penso eu, ainda vai levar muito tempo até que uma mulher possa se sentar e escrever um livro sem encontrar um fantasma que precise matar, uma rocha que precise enfrentar. E se é assim na literatura, a profissão mais livre de todas para as mulheres, quem dirá nas novas profissões que agora vocês estão exercendo pela primeira vez? [...] Mesmo quando o caminho está nominalmente aberto – nada impede que uma mulher seja médica, advogada, funcionária pública –, são muitos, imagino eu, os fantasmas e obstáculos pelo caminho. Penso que é muito bom e importante discutir e defini-los, pois só assim é possível dividir o trabalho, resolver as dificuldades. Mas, além disso, também é necessário discutir as metas e os fins pelos quais lutamos, pelos quais combatemos esses obstáculos tremendos. Não podemos achar que essas metas estão dadas; precisam ser questionadas e examinadas constantemente (VIRGINIA WOLF, 2020, p. 17).

A história das mulheres trabalhadoras no Brasil e no mundo é assinalada pela discriminação e pelo preconceito. Contudo, com muita luta e resistência, algumas conquistas foram alcançadas. Com o decorrer do tempo, as mulheres foram conquistando espaços anteriormente atribuídos aos homens e conseguindo marcar um protagonismo em relação à história.

Apesar da entrada das mulheres nos veículos de comunicação ter ocorrido a partir da regulamentação da profissão de jornalista, em 1969, e da abertura de graduações na área de Jornalismo, por muito tempo a presença das mulheres foi muito pequena nesses ambientes. Aos poucos, elas foram conquistando espaços nas redações e nos programas. Contudo, no caso do rádio, principalmente no que tange às emissoras do interior, é ainda atualmente um espaço com muitos homens e poucas mulheres.

O tema da mulher nos meios de comunicação não é inédito. Tem encontrado espaço nos estudos de historiadores e cientistas sociais,

que em geral se voltam, porém, para as publicações dirigidas às mulheres, para o tipo de discurso dessas publicações, para as características da imprensa feminina. Ainda são poucos os estudos que analisam o papel das mulheres jornalistas nos espaços antes ocupados pelos homens. (ALZIRA ABREU & DORA ROCHA, 2006, p.7)

De acordo com Michelle Perrot (2008), contar a história das mulheres na atualidade é algo natural, pois parece difícil pensar fatos históricos sem discorrer sobre o protagonismo feminino. No entanto, até meados do século XX, identificar na historiografia esse protagonismo era muito raro. A história era contada quase que exclusivamente a partir de uma visão masculina; a decisão do que deveria ser historicizado era dos homens e os personagens dos fatos históricos também eram homens.

O “ofício do historiador” é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando anexam novos territórios. Econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e negligência os sexos. Cultural ou “mental”, ela fala do Homem em geral, tão assexuado quanto a Humanidade. Célebres – piedosas ou escandalosas -, as mulheres alimentam as crônicas da “pequena” história, meras coadjuvantes da *História*. Assim também – segunda volta a chave – nos materiais que esses historiadores utilizam (arquivos, diplomáticos ou administrativos, documentos parlamentares, biografias ou publicações periódicas...) são produtos de homens que têm o monopólio do texto e da coisa pública. (MICHELLE PERROT, 2001, p.185, grifos da autora)

O apagamento da história das mulheres foi sistematicamente reforçado ao longo dos séculos por meio de religiões, sistemas políticos e instituições que limitaram suas narrativas e silenciaram suas contribuições. Muitas tradições religiosas e estruturas de poder restringiram o papel feminino ao espaço doméstico, invisibilizando suas participações nos campos político, científico e cultural. Reconhecer a importância da contribuição feminina na historiografia é, assim, um passo crucial para desconstruir preconceitos e discriminações, permitindo que as histórias das mulheres ocupem seu devido lugar e promovam uma visão mais inclusiva e equilibrada da história.

Evidentemente, a irrupção de uma presença e de uma fala femininas em locais que lhes eram até então proibidos, ou pouco familiares, é uma inovação do século XIX que muda o horizonte sonoro. Subsistem, no entanto, muitas zonas mudas e, no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais, da História, este relato que, por muito tempo, “esqueceu” as mulheres, como se, por serem destinadas à

obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento (MICHELLE PERROT, 2005, p. 9).

Excluídas do espaço público e apagadas da história por muito tempo, as mulheres foram alocadas à margem dos grandes acontecimentos do mundo. Essas concepções eram consequência de uma sociedade hierarquizada, que funcionava a partir de uma cultura de superioridade do homem em relação à mulher, baseadas em qualidade e aptidões que se acreditava serem diferenciadas. Os homens eram detentores de inteligência e capacidade de decisão; já as mulheres possuíam sentimentos e tinham o dever de cuidar do espaço privado da família.

Em meados do século XX, enquanto os meninos saíam para brincar com maior liberdade nas vias públicas, nas famílias dos setores médios da sociedade, as meninas auxiliavam suas mães na cozinha e nas tarefas domésticas mais leves, tais como secar louça, tirar o pó dos móveis, passar roupa, bem como cuidar dos irmãos e irmãs mais jovens. A divisão sexual do trabalho começava desde cedo e permaneceria na fase adulta (SILVIA AREND, 2016, p.72).

Foi nas últimas décadas do século XX que as diversas correntes historiográficas passaram a trabalhar a interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento, transformando a perspectiva das análises. Diferentes pesquisas sobre a história das mulheres ganharam relevância, apontando uma nova forma de compreensão da história. Michelle Perrot (2005) analisa as transformações advindas da presença das mulheres na historiografia, que passou de história das mulheres para história do gênero, salientando as lutas pela equidade de direitos e pelo fim de várias desigualdades entre homens e mulheres. Com o decorrer do tempo, através das lutas feministas e dos movimentos sociais, essa realidade passou a ser modificada.

Ademais, no campo da história surgiu, a partir do movimento intitulado Escola dos Annales, uma relevância para a História Social, que busca, com problemáticas e metodologias próprias, dar visibilidade a sujeitos que anteriormente estavam à margem da historiografia tradicional. A História Social trouxe a ação humana novamente para dentro da história, destacando o tempo da experiência e do vivido e abordando questões socioeconômicas.

Segundo Hobsbawm (2013), o termo História Social tem uma definição conceitual complexa. Em geral, já foi utilizado para fazer referência à história das classes subalternas e do movimento social; outras vezes, para designar trabalhos relacionados a usos, costumes e vida cotidiana, além de designar o “social” interligado

com a história econômica. Contudo, foi a partir da década de 1950, que a história social passou a ser efetivamente utilizada pelos historiadores. Segundo o autor:

Em resumo, hoje é impossível levar adiante muitas atividades do cientista social de uma maneira que não seja trivial sem chegar a um acordo com a estrutura social e suas transformações: sem a história das sociedades (HOBSBAWM, 2013, p.110)

A história social recolocou a ação das pessoas como tema para a história, buscando a abordagem do tempo, da experiência e do vivido para as pesquisas. Nesse sentido, Thompson (1997, p. 10), que foi um dos primeiros a incluir grupos de minorias na historiografia, apresenta em suas pesquisas a observação de acontecimentos históricos “sempre encarnada em pessoas e contextos reais”. Thompson (2001) destaca como os personagens históricos mais tradicionais, como políticos e empresários, estão sendo colocados em segundo plano nas narrativas mais recentes, enquanto grupos antes ignorados, como as classes trabalhadoras e outros “figurantes”, estão ganhando visibilidade e se tornando centrais nas análises históricas. A história social, nesse sentido, pode ser usada para ilustrar como sujeitos marginalizados, como as mulheres trabalhadoras, por exemplo, estão finalmente sendo reconhecidos como atores importantes na história, especialmente no contexto das lutas por igualdade e reconhecimento social.

Para conduzir as suas pesquisas em História Social do Trabalho, o autor utilizou-se do conceito de “a história vista de baixo”, em uma perspectiva de dar visibilidade aos que foram e são silenciados e invisibilizados nos documentos oficiais: ou seja, as pessoas comuns. Essa mudança se dá a partir da crítica aos silenciamentos da história.

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do ‘obsoleto’ tear manual, o artesão ‘utópico’ (...). Seus ofícios e tradições poderiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo poderia ser retrógrada. Seus ideais comunitários poderiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais poderiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser condenados em vida, vítimas acidentais (THOMPSON, 1997, p. 13).

Segundo Hobsbawm (2013, p. 114), com a necessidade de compreender as diversas modificações pelas quais as sociedades passam, “experimentamos igual

necessidade das técnicas para observação e análise em profundidade de indivíduos específicos, pequenos grupos e situações que também foram destravadas fora da história”. Hobsbawm sugere que, ao revisitar a história das pessoas comuns, não se trata apenas de dar-lhes um significado político que pode não ter existido originalmente. Em vez disso, o objetivo é descobrir e entender aspectos desconhecidos do passado, revelando novas dimensões da experiência humana que antes não eram exploradas.

Para o autor, os historiadores da “história vista de baixo” debruçam seus estudos na compreensão de como as sociedades funcionam e de como elas se transformam ao longo do tempo. O trabalho é responsável pela sobrevivência humana e é através dele que a maioria das pessoas produz os meios para o seu sustento. Contar e analisar a história dos trabalhadores é de suma importância para entender as mudanças nos processos de produção e as tensões vivenciadas pelos trabalhadores.

Thompson (1997) apresenta em suas pesquisas uma análise de fatos históricos focados em pessoas e contextos reais. De acordo com o autor (2001, p.234), “à medida que alguns atores principais da história – políticos, pensadores, empresários, generais – retiram-se da nossa atenção, um imenso elenco de suporte, que supúnhamos ser composto de simples figurantes, força sua entrada em cena”.

O advento da História das Mulheres deu-se na Grã-Bretanha e os EUA nos anos de 1960 e França uma década depois. Diferentes fatores imbricados – científicos, sociológicos, políticos – ocorreram para a emergência do objeto “mulher”, nas ciências humanas em geral e na História em particular (MICHELLE PERROT, 2008, p. 19, grifos da autora).

Nesse sentido, a História das Mulheres, de acordo com Carla Pinsky (2009), constituiu-se a partir da década de 1970, com os movimentos feministas e da ampliação de temas específicos na historiografia, como família, sexualidade, representações e cotidiano. Para a autora, diversos trabalhos passaram a contestar a prevalência do homem branco ocidental. Para a autora (2009, p. 160), “Vários historiadores, após denunciar a exclusão das mulheres nos trabalhos de História feitos até então, procuraram torná-las visíveis na chamada História Geral”.

A História das Mulheres deixava clara a importância da diferença sexual na organização da vida social em diversos contextos muito bem

mapeados. Um grande avanço, sem dúvida, mas ainda insatisfatório para os que reivindicavam resultados mais amplos para além das meras descrições. Não basta acrescentar as mulheres aos livros de História – disseram –, é preciso repensar o próprio saber histórico e privilegiar abordagens analíticas. Atendendo ao apelo, vários historiadores procuraram explicar o desenrolar do processo histórico oferecendo novas narrativas, apresentando novas causas e mostrando consequências antes ignoradas (CARLA PINSKY, 2009, p. 161).

Houve uma intenção de abordagens exclusivas sobre as mulheres que, posteriormente, deu lugar ao estudo das relações entre estas e os homens. As preocupações em tornar o saber histórico atento à construção social das diferenças sexuais um campo de investigação mais analítico ainda permanece.

Segundo Ana Maria Colling (2004), o foco não está apenas nas diferenças entre os sexos, mas na forma como as relações entre eles são organizadas de maneira hierárquica, estruturando a sociedade e posicionando a mulher como inferior ao homem. A partir dos estudos de gênero, ela defende que é possível incluir nas análises históricas a dimensão dessas relações, reconhecendo que elas não são naturais, mas construções sociais que estão em constante transformação.

No mesmo sentido, Flávia Biroli (2018) discute a divisão sexual do trabalho pensando nas associações realizadas como “trabalho de mulher”, “lugar de mulher” e “competência de mulher”. Para a autora, as hierarquias de gênero, classe e raça são diretamente influenciadas por essa divisão que cria identidades, vantagens e desvantagens.

Muitas das percepções sobre quem somos no mundo, o que representamos para as pessoas próximas e o nosso papel na sociedade estão relacionadas à divisão sexual do trabalho. Nela se definem, também, dificuldades cotidianas que vão conformando trajetórias, possibilidades diferenciadas na vida de mulheres e homens. (FLÁVIA BIROLI, 2018, p.21)

Para Maria Izilda Matos e Andrea Borelli (2016, p. 127), o termo “trabalho de mulher” conduz a vários sentidos: “alguns confundem trabalho feminino com as funções domésticas, os cuidados com a família e a casa; já outros entendem que ele envolve as atividades remuneradas realizadas no próprio domicílio e mesmo a participação das mulheres no mercado de trabalho”.

Na história, as mulheres sempre trabalharam, porém nem sempre tiveram profissões (MICHELLE PERROT, 2005). A consolidação da entrada das mulheres no mundo do trabalho ocorreu principalmente com a Revolução Industrial, em um

momento no qual havia necessidade de uma contribuição feminina para o orçamento familiar. A indústria acabou absorvendo a mão-de-obra das mulheres, que passou a ter importância sobretudo pelo barateamento do salário e longas jornadas a partir da exploração e da limitação dos direitos das trabalhadoras.

Foi a partir da Segunda Guerra Mundial que os movimentos sociais se consolidaram, abrindo espaço para as mulheres participarem com mais protagonismo das esferas sociais, políticas e econômicas. Além disso, as mulheres passaram a assumir os negócios familiares e as posições de poder dos homens, tendo em vista que muitos deles precisaram integrar as frentes de batalha. Com o fim da guerra, uma nova atitude das mulheres modificou a realidade da sociedade. Elas começaram a ocupar de forma mais assertiva os espaços públicos e privados, reivindicando direitos e igualdade de oportunidades.

Com o passar dos anos, as mulheres foram conquistando mais espaço no mundo do trabalho. Ainda assim, no espaço público, há uma divisão nítida entre os papéis atribuídos a homens e mulheres, em que o homem é visto como uma figura de poder e prestígio, enquanto a mulher, ao ocupar o mesmo ambiente, é frequentemente estigmatizada. O homem é celebrado por suas contribuições e pode até receber homenagens formais, enquanto a mulher, ao se destacar publicamente, é associada a comportamentos indesejados e julgada de forma negativa. Essa distinção reflete uma hierarquia que reforça o patriarcado, mantendo as mulheres restritas ao espaço privado e limitando sua atuação e reconhecimento em ambientes de poder e influência.

No espaço público, aquele da cidade, homens e mulheres situam-se nas duas extremidades da escala de valores. Opõem-se como o dia e a noite. Investido de uma função oficial, o homem público desempenha um papel importante e reconhecido. Mais ou menos célebre, participa do poder. Talvez lhe deem um enterro com honras nacionais. É candidato em potencial ao Panteão dos Grandes Homens que a Pátria reconhecida homenageia. Depravada, debochada, lúbrica venal, a mulher – também se diz ‘rapariga’ – pública é uma ‘criatura’, mulher comum que pertence a todos (MICHELLE PERROT, 1998, p. 7, grifos da autora).

O patriarcado, no senso comum, é percebido como "a submissão da família e, especialmente das mulheres, à figura masculina, seja essa a do pai ou do marido" (ELISIANE CHAVES, 2023, p. 34). Segundo a autora, trata-se de um sistema em que "os homens são os detentores de todas as decisões sociais, econômicas e políticas,

bem como dos corpos femininos". Esse modelo de dominação remonta a tempos antigos, nos quais o poder patriarcal se organizava em núcleos familiares, cabendo ao pai decidir sobre a vida dos filhos, e, principalmente, das filhas. Ao se casarem, as mulheres transferiam esse poder ao marido, que passava a exercer o controle sobre elas e as futuras gerações femininas. Essa estrutura hierárquica e centralizada tornou-se um elemento arraigado na sociedade, perpetuando a figura masculina como símbolo de autoridade e dominação nas esferas pública e privada.

Para Heleieth Saffioti (2015), o patriarcado pode ser compreendido como uma estrutura de relações sociais sustentada por uma base material, onde homens ocupam posições hierárquicas e mantêm uma solidariedade entre si, o que lhes permite exercer controle sobre as mulheres. Trata-se, portanto, de um sistema criado e mantido pelos homens para a opressão feminina. Em sua análise histórica, a autora (2015, p. 59) observa que essa estrutura de poder masculino "conta com a idade de 5.203 anos" e é, portanto, "um recém-nascido em face da idade da humanidade, estimada em 230 mil a 300 mil anos". Segundo ela (2015, p. 59), "foi, por conseguinte, na chamada 'sombra e água fresca' que os homens criaram sistemas simbólicos da maior eficácia para destronar suas parceiras". Esses sistemas, fundados em hierarquias e valores simbólicos, solidificaram o patriarcado e garantiram sua perpetuação, apesar da resistência das mulheres, impondo um modelo cultural que normalizou a dominação masculina ao longo dos séculos.

No Brasil, no século XIX, o magistério apresentou-se como uma das principais possibilidades de atuação profissional feminina, devido à concepção de que a maternidade também tornava as mulheres responsáveis e competentes para a educação. Já no século XX, o trabalho da mulher era necessário como uma forma de superação das crises econômicas e sociais que assolavam o país.

A partir da década de 1960, a empregabilidade feminina cresceria de forma sistemática tornando-se constante, intensa e diversificada. Vários elementos contribuíram para tanto. A redução do poder de compra e o arrocho salarial colocaram em xeque a sobrevivência e capacidade de consumo das famílias, levando mulheres de setores populares ao mercado de trabalho. Mudanças comportamentais (trazidas pelos movimentos feministas e de contracultura) alimentaram novas expectativas femininas, despertando o desejo de autonomia financeira e de realização profissional nas mulheres das camadas médias. A divulgação de novas possibilidades no controle de natalidade, como a difusão do consumo da pílula contraceptiva, possibilitou às mulheres escolherem o número de filhos, diminuir e/ou postergar a maternidade, influenciando a entrada e permanência

feminina no mercado de trabalho (MARIA IZILDA MATOS & ANDREA BORELLI, 2026, p.143).

No entanto, o trabalho não poderia atrapalhar os afazeres domésticos das mulheres, o que as obrigava e as obriga até hoje a cumprir duplas e triplas jornadas de trabalho, sobrecarregando-as e dificultando o seu desenvolvimento pessoal, profissional e financeiro. O acúmulo de tarefas laborais com as tarefas domésticas acaba exaurindo, estressando e comprometendo a saúde feminina.

Não obstante, as funções destinadas ao público feminino não poderiam colocar a mulher em uma posição de competição com o homem, sequer uma posição de poder sobre eles.

Quando as mulheres de classe média quiseram trabalhar tiveram de ouvir que “estavam tirando o trabalho dos chefes de família.” Assim, o trabalho remunerado manteve-se por longo tempo reprovado moralmente, pois submetia a mulher a uma condição considerada “imprópria para o seu sexo (MARIA LYGIA MORAES, 2003, p.497, grifos do autor).

Como já citado, com salários menores e jornadas de trabalho maiores que a dos homens que desempenhavam a mesma função, era habitual que as mulheres exercessem profissões específicas como professoras, enfermeiras, secretárias e telefonistas, além de funções ligadas ao mercado mais informal que reproduziam suas funções domésticas, como lavadeiras, doceiras, costureiras, dentre outras. Outrossim, em posição de subordinação, contratadas como mão-de-obra barata e com jornadas insalubres:

Desta forma, logo começaram a surgir informações sobre mulheres que morriam de cansaço por terem sido obrigadas a trabalhar, por longas horas e sob condições precárias em que atuavam [...] provocou escândalos e protestos que forçaram o governo a controlar as horas de trabalho e exigir melhorias qualitativas nos locais de trabalho. Assim, surgiram as leis que procuravam proteger as mulheres nas oficinas e fábricas (CARLA PINSKY & JOANA MARIA PEDRO, 2003, p.280).

Com a evolução da legislação brasileira, as mulheres foram aos poucos conquistando seus direitos políticos, trabalhistas, econômicos e sociais e sendo reconhecidas como cidadãs, embora ainda sejam tratadas com desigualdade. A evolução das leis, contudo, foi um processo lento que intercalou avanços e retrocessos, regados a muita luta e reivindicação. Por muito tempo, o papel das

mulheres na sociedade ficou restrito à procriação, cuidados com o lar e educação dos filhos.

Durante séculos a mulher brasileira foi mantida reclusa no lar, reduzida à condição de mãe e esposa e exercitando artesanato doméstico ou exercendo profissões de menor prestígio social. Era sexualmente reprimida e economicamente dependente; foi afastada da atividade política e da administração, e relegada pela história (ANA MARIA COLLING, 1997, p.200).

Apesar dos códigos religiosos e morais da época reprimirem o comportamento feminino com um controle rígido e autoritário, houve resistência das mulheres perante esse cenário patriarcal.

O sistema patriarcal instalado no Brasil colonial, sistema que encontrou grande esforço da Igreja Católica que via as mulheres como indivíduos submissos e inferiores, acabou por deixar-lhes, aparentemente, pouco espaço de ação explícita. Mas insisto: isso era apenas mera aparência, pois, tanto na vida familiar, quanto no mundo do trabalho, as mulheres souberam estabelecer formas de sociabilidade e de solidariedade que funcionavam, em diversas situações, como uma rede de conexões capazes de reforçar o seu poder individual ou de grupo, pessoal ou comunitário (MARY DEL PRIORE, 2000, p. 09).

Algumas leis e atos administrativos colaboraram para a ampliação das diferenças entre o trabalho masculino e feminino, como o Decreto nº 21.417 de 1932, assinado por Getúlio Vargas, que regulamentou as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais. Com várias cláusulas de proteção à mulher trabalhadora, o Decreto buscou equiparar o salário de mulheres e homens, restringindo o trabalho noturno das trabalhadoras nas indústrias e comércios a casos excepcionais, como funções de telefonia em órgãos de saúde. Proibiu o trabalho feminino em ambientes considerados perigosos e insalubres, como locais subterrâneos, construção civil e funções que colocassem em risco a segurança e a saúde feminina. Além disso, a normativa definiu a licença-maternidade e vetou a demissão durante o período da gravidez, obrigando estabelecimentos com mais de 30 trabalhadoras a oferecer um espaço apropriado para os filhos em período de amamentação.

Em diversas manifestações de sindicatos e ligas operárias, regidas em sua maioria por homens, observamos a necessidade do cuidado para com as mulheres, seus filhos e o lar. É na perspectiva do cuidado que tanto as primeiras reivindicações sindicais, como as políticas

institucionais em prol da mulher nos anos de 1930 se consolidaram na esfera social. A lógica do cuidado é nítida no texto do decreto nº. 21.417-A, de 1932, primeira política institucional de âmbito nacional adotada pelo então governo provisório de Vargas. (PINHO, 2021, p. 8)

No campo constitucional, a evolução reflete e de uma certa maneira marca as lutas femininas no decorrer da história. A primeira Carta Magna do Brasil, a Constituição Imperial de 1824, revogada em 1891, é a primeira legislação que delimita o princípio da igualdade¹³, embora de uma forma genérica. O período marca a permissão para a presença de meninas nos ambientes escolares com a Lei Geral, em 1827; contudo, não era permitido às meninas aprenderem todas as matérias oferecidas aos meninos, como Geometria, mas deveriam aprender as “artes do lar”. Em 1871, ocorreu a assinatura da Lei do Ventre Livre pela Princesa Isabel, que tornou livres as crianças filhas de mulheres escravizadas, nascidas após a data da promulgação da lei. Apesar das controvérsias a respeito dessa lei, foi a partir dela que os proprietários de escravizados perderam o controle ilimitado sobre os corpos das mulheres escravizadas. Ainda no período de vigência da Carta Imperial, em 1890, o Decreto nº 181, instituiu o casamento civil e laico e, apesar de identificar uma figura feminina submissa ao marido que detém o pátrio poder sobre a mulher, a normativa retirou do marido o direito de impor castigo corpóreo à mulher e aos filhos.

Na Constituição Republicana de 1891, o princípio de igualdade¹⁴ não apresenta mudanças significativas. Nesse sentido, a Carta Magna, sem menção de gênero, evidencia que as mulheres ainda não eram consideradas como sujeitos de direito. Contudo, nessa época as lutas feministas passaram a ser reconhecidas. O Código Eleitoral de 1932 concedeu o direito ao voto para mulheres acima de 20 anos de idade, incorporando-as à democracia. Logo em seguida, a Constituição de 1934 introduziu novidades para as mulheres: o princípio de igualdade¹⁵ proibiu as distinções em razão do sexo e assegurou o direito à maternidade e à infância¹⁶ e impediu diferenças de

¹³ Artigo 179 – Inciso XIII. A Lei será igual para todos, quer proteja, quer castigue, o recompensará em proporção dos merecimentos de cada um.

¹⁴ Art. 72. [...] § 2º: Todos são iguais perante a lei. A República não admite privilégios de nascimento, desconhece foros de nobreza e extingue as ordens honoríficas existentes e todas as suas prerrogativas e regalias, bem como os títulos nobiliárquicos e de conselho.

¹⁵ Art. 113, § 1º, Todos são iguais perante a lei. Não haverá privilégios, nem distinções, por motivo de nascimento, sexo, raça, profissões próprias ou do país, classe social, riqueza, crenças religiosas ou ideias políticas.

¹⁶ Art. 121 § 3º. Os serviços de amparo à maternidade e à infância, os referentes ao lar e ao trabalho feminino, assim como a fiscalização e a orientação respectivas, serão incumbidos de preferência a mulheres habilitadas.

salários para um mesmo trabalho por diferenças de sexo. Para Pinho (2021, p. 16), apesar disso, o “§ 3º prevê que os serviços referentes ao lar, à mulher e à infância sejam preferencialmente geridos e fiscalizados por mulheres habilitadas”.

Apesar das novidades do texto, as mulheres ainda enfrentavam as barreiras da proibição do trabalho noturno e do trabalho em ambiente insalubre, medidas de proteção paternalista destinadas especialmente às mulheres pobres que se empregavam na indústria. (PINHO, 2021, p. 16)

Já a Constituição de 1946 autorizou a diferença salarial de 10% a favor dos homens, ampliou a obrigatoriedade do voto feminino e garantiu a liberdade dos sexos e o direito de votar e ser votada. A igualdade entre homens e mulheres, com relação aos direitos e obrigações, foi conquistada apenas mais tarde, com a Constituição de 1988. Contudo, a realidade ainda mostra um cenário bem diferente daquele indicado pela legislação.

O movimento feminista tomou corpo no Brasil na década de 1960, especialmente com a ampla resistência das mulheres à ditadura do momento, implementada a partir de 1964. A organização das mulheres tinha como objetivo demarcar a política, reivindicar direitos e lutar contra as discriminações e abusos vividos por elas.

A Lei 6.121, de 1962, chamada de Estatuto da Mulher Casada, foi um marco relevante na luta pelos direitos femininos, promovendo a emancipação das mulheres, abolindo normas discriminatórias e alterando o Código Civil de 1916, que instituiu que a mulher, ao casar-se, tornava-se relativamente capaz, precisando de uma autorização do marido para trabalhar.

Deve-se, ainda, considerar que a mulher casada tinha apenas a autorização presumida para atuar em emprego formal. Caso o marido julgasse que a ocupação de suas funções desestruturava a família, poderia reivindicar o fim do seu vínculo empregatício. Tal situação só foi modificada pela Lei 4.121 de 1962, denominada de Estatuto da Mulher Casada, embora, a partir de 1932, com a criação das juntas, as mulheres que estavam no mercado de trabalho pudessem lutar por seus direitos (LORENA GILL, 2019, p. 13).

A Constituição Federativa de 1967 reafirmou o princípio da igualdade, destacando novamente a proibição de distinção de sexo e raça e reduzindo o prazo para a aposentadoria, de 35 para 30 anos. Através do movimento feminista, foi

conquistado em 1988 a inserção de um artigo na Constituição que proibia a discriminação das mulheres em seus empregos.

O movimento feminista brasileiro foi ator fundamental nesse processo de mudança legislativa e social, denunciando desigualdades, propondo políticas públicas, atuando junto ao Poder Legislativo e, também na interpretação da lei. Desde meados da década de 70, o movimento feminista brasileiro tem lutado em defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres, dos Ideais de Direitos Humanos, defendendo todas as formas de discriminação, tanto nas leis como nas práticas sociais. De fato, a ação organizada do movimento de mulheres, no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, ensejou a conquista de inúmeros novos direitos e obrigações correlatas do Estado, tais como o reconhecimento da igualdade da família, e repúdio à violência doméstica, a igualdade entre filhos, o reconhecimento de direitos reprodutivos, etc. (LEILA BARSTED, 2001, p. 31).

O princípio da igualdade teve um avanço considerável, tendo em vista a proibição da distinção entre homens e mulheres¹⁷. O texto constitucional destacou que homens e mulheres têm os mesmos direitos e deveres familiares¹⁸. Quanto aos direitos trabalhistas¹⁹, o regulamento vetou a discriminação por motivo de sexo, raça ou cor. Dentre os direitos trabalhistas, a lei maior proibiu a diferença salarial, admissão e função por motivo de sexo, estipulou a licença à gestante com duração de 120 dias, sem prejuízo do emprego e do salário, protegeu o mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, garantiu a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento, até 6 anos de idade em creches e pré-escolas e estipulou os direitos das trabalhadoras domésticas, com salário mínimo, proibição de redução salarial, 13º salário, folga semanal, férias remuneradas, licença gestante, licença paternidade, aposentadoria e integração à previdência social.

A resistência masculina colaborou para as dificuldades de concretização da inserção da mulher no mundo do trabalho. Além disso, as próprias mulheres enxergavam as atividades laborais com preconceito, levando em conta a construção

¹⁷ Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.

¹⁸ Art. 226, define em seu § 5º que “Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher.”

¹⁹ Art. 7º XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

cultural machista em que foram criadas. De acordo com Lipovetsky (2000), essa realidade preconceituosa foi superada somente depois que a liberdade sexual deixou de ser percebida como imoralidade.

Modificar questões culturais profundamente enraizadas é um processo desafiador, pois envolve estruturas sociais e simbólicas que se perpetuam e se legitimam ao longo do tempo. Bourdieu (2010) explora essa complexidade em sua análise da dominação masculina, destacando que as normas culturais são sustentadas por mecanismos de reprodução social que operam de forma invisível e simbólica. A ordem social, conforme Bourdieu, não é apenas uma ideia ou ideologia, mas um sistema duradouro, inscrito nos corpos, nas atividades e nas posições sociais dos indivíduos. Essa estrutura se reproduz de forma tão naturalizada que a dominação masculina, por exemplo, parece fazer parte da "ordem das coisas", legitimando-se como uma consequência "natural" das diferenças biológicas entre homens e mulheres. Essa naturalização torna a cultura resistente a mudanças, pois transforma valores e hierarquias sociais em algo que parece inevitável e imutável.

A dominação masculina, segundo Bourdieu (2012), exemplifica como a cultura se perpetua de forma sutil, por meio do que ele chama de "violência simbólica", uma forma de coerção invisível que não necessita de força física para se impor. Essa violência é reproduzida tanto pelos dominadores quanto pelos dominados, que, ao internalizarem as normas, acabam por reforçá-las inconscientemente. Bourdieu argumenta que essa internalização ocorre através do *habitus*, um conjunto de disposições inconscientes que organiza o comportamento dos indivíduos de acordo com as expectativas culturais. Como resultado, homens e mulheres passam a atuar de acordo com papéis sociais predeterminados, o que contribui para a perpetuação das desigualdades. Mesmo mudanças no entendimento da cultura são difíceis, pois as próprias categorias de pensamento que os indivíduos utilizam para compreender o mundo estão fundamentadas nas estruturas de dominação que desejam alterar.

A dificuldade de transformar essas estruturas culturais está presente no processo de socialização que legitima a divisão de papéis entre homens e mulheres em diversas esferas sociais, como a família, a religião e o sistema educacional. Bourdieu (2012) sugere que instituições como a família e a escola reforçam continuamente as hierarquias de gênero ao moldarem as identidades e as capacidades percebidas de homens e mulheres desde cedo. Esse processo cria um "trabalho coletivo de reprodução" que solidifica as normas culturais como parte da

realidade social. Dessa forma, a cultura, ao ser perpetuada de maneira simbólica e coletiva, apresenta uma resistência poderosa às mudanças, uma vez que se enraíza nas práticas e nas percepções cotidianas, fazendo com que as tentativas de transformação enfrentem um sistema que se autovalida e se preserva ao longo das gerações.

Ao ingressarem no mercado de trabalho, as mulheres se depararam com preconceitos vindos não apenas dos homens, que duvidavam de suas capacidades, mas também de outras mulheres, que associavam essa entrada ao conceito de liberação sexual, como detalha Laura Luz (2015).

No rádio, as mulheres desempenharam um papel importante desde os primórdios. Contudo, foi apenas em meados da década de 1970 que elas começaram a atuar no radiojornalismo esportivo. A Rádio Mulher, de São Paulo, destacou-se como a primeira emissora a contar com uma equipe completamente feminina dedicada aos esportes, incluindo a transmissão de futebol.

A trajetória das mulheres no rádio esportivo no Rio Grande do Sul reflete um longo processo de exclusão e luta por reconhecimento em um ambiente predominantemente masculino. Embora a Rádio Gaúcha tenha sido uma das pioneiras na cobertura esportiva, realizando transmissões que datam da década de 1930, a participação feminina nesse cenário era quase inexistente.

No Rio Grande do Sul, a primeira mulher que se tem notícia a integrar uma equipe de radiojornalismo esportivo é Eva Mendonça, na década de 1960. Ela fazia parte do departamento de notícias da Rádio Gaúcha e realizava esporadicamente atividades restritas a área administrativa ou de radioescuta na equipe esportiva. A Rádio Gaúcha realizava coberturas esportivas, tanto de futebol como de corridas automobilísticas, turfe e regatas que aconteciam no rio Guaíba, desde a década de 30, sendo realizada a primeira transmissão esportiva de futebol no estado gaúcho, na partida entre Grêmio e Paraná, em 1931, com a locução de Ernani Ruschel. Entretanto, inicialmente a equipe esportiva era formada exclusivamente por homens. Somente em 1970, a emissora contratou a primeira mulher para integrar a equipe de esportes da Rádio, Rita Campos Daudt, para exercer a função de repórter de campo. (VALCI ZUCULOTO & EDIANE MATTOS, 2017, p. 6)

Diante de todo o contexto histórico e cultural apresentado, fica evidente que as fronteiras de gênero no mundo do trabalho são construções sociais que limitam e direcionam as possibilidades tanto para homens quanto para mulheres. Essas fronteiras, ainda que invisíveis, atuam de maneira contundente na forma como os

espaços profissionais são organizados e acessados por cada gênero. No entanto, é importante lembrar que essas barreiras são constantemente questionadas e transformadas, graças às lutas históricas e contemporâneas das mulheres por equidade. Ao reconhecer que as identidades de gênero estão em constante processo de construção, torna-se possível abrir novos caminhos para a superação dessas desigualdades, permitindo que homens e mulheres possam, juntos, reconfigurar suas posições no mundo do trabalho. A análise das barreiras e oportunidades que surgem para as mulheres em diversos campos profissionais mostra que, embora avanços tenham sido conquistados, ainda há muito a ser feito para desconstruir as dinâmicas de poder que perpetuam as desigualdades de gênero.

1.3 Gênero e interseccionalidade

A discussão sobre as desigualdades entre homens e mulheres não é recente, inúmeros estudos abordam esse tema. São pesquisas que evidenciam que a sociedade há muito tempo trata a mulher como um ser inferior, ao qual é relegado um espaço de menor destaque, com deveres que se resumiam à vida privada e aos cuidados com a casa e com a família. É inegável que ainda hoje a mulher sofre uma grande desigualdade em diversos aspectos da vida. Salários mais baixos, dificuldades em chegar a determinados cargos e alto índice de violência são algumas das opressões pelas quais as mulheres passam.

Especificamente no mercado de trabalho brasileiro, as desigualdades de gênero e raça são significativas o que reflete fortemente na exclusão social e aumento da vulnerabilidade social, entendida aqui não apenas a partir de reflexos econômicos, mas também na perspectiva de fracos laços relacionais (CASTEL, 2006). Essas desigualdades não estão restritas às “minorias”, pois estão presentes na vida de grande maioria da população. Contudo, a taxa de participação no mercado de trabalho de mulheres pobres, negras e com menos escolaridade é muito menor do que a de mulheres de classe mais alta e com mais escolaridade. Sabendo que, na atualidade, as mulheres mais pobres precisam trabalhar, fica evidente as diferenças entre as mulheres relacionadas à condição econômica. Nesse sentido, é necessário destacar que essas mulheres que não estão inseridas no mercado de trabalho, acabam sendo deslocadas para o trabalho informal, no qual sempre estiveram.

Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! (SUELI CARNEIRO, 2003, p.11)

Segundo dados de 2020 do IBGE, 41,6% dos trabalhadores ativos estavam na informalidade. Entre as trabalhadoras e trabalhadores que se encontram dentro da informalidade, é comum encontrar pessoas sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto. A pesquisa aponta que a população preta ou parda estava mais inserida em empregos informais em todos os estados do Brasil, cerca de 47,4%, quando comparada à população branca, cerca de 34,5%. Quando analisado o gênero, a taxa de desocupação total entre as mulheres no quarto trimestre de 2019 foi de 13,1%, enquanto entre os homens o índice era de 9,2%.

Conforme os dados estatísticos do DIEESE de 2020, entre o terceiro trimestre de 2019 e 2020, o número de mulheres fora do mercado de trabalho aumentou 8,6 milhões, a ocupação feminina diminuiu 5,7 milhões e mais de 504 mil mulheres ficaram desempregadas. Estes números são ainda mais preocupantes quando comparados entre mulheres negras e não negras, em que a taxa de desemprego cresceu 3,2 e 2,9 pontos percentuais, respectivamente, sendo que entre as mulheres negras, a taxa chega a 19,8%. É evidente que estes números devem ser pensados em um contexto pandêmico, mas eles não se alteram tanto tendo em vista as diferenças de oportunidades para homens e mulheres, especialmente se comparados à situação de pessoas negras. Esses números tornam-se ainda mais alarmantes ao se considerar o alto número de famílias monoparentais no Brasil, chefiadas majoritariamente por mulheres, que enfrentam maiores dificuldades de inserção e estabilidade no mercado de trabalho.

De acordo com Ângela Maria Araújo & Maria Rosa Lombardi (2013, p. 456): “As desigualdades sociais estão presentes e se reproduzem na informalidade, diante das desiguais oportunidades de mulheres e negros, quando comparados a homens e brancos”. O trabalho precarizado²⁰, além de gerar incertezas com o futuro, geralmente

²⁰ “Uma ocupação pode ser considerada precária quando a inserção no mercado de trabalho está fora das normas vigentes (subemprego, informalidade e desproteção social), os rendimentos são insuficientes e a incerteza quanto à continuidade da atividade gera alta insegurança (Rogers, 1989;

é acompanhado de baixas remunerações e desproteção social. Com ocupações ligadas ao trabalho doméstico, costura, catação de lixo, artesanato, as mulheres que ocupam a informalidade, precisam lidar com grandes riscos devido à falta de amparo de direitos trabalhistas e à conciliação com duplas e até triplas jornadas como mãe e dona de casa.

O conjunto de tais características acaba por impedir a ocorrência de oportunidades que rompam as circunstâncias de vida dessas trabalhadoras para que possam se firmar no mercado de trabalho de forma capaz de sustentar a si próprias e suas famílias (BERLINDES KÜCHEMANN, 2001, p. 162).

Diante desses dados, é importante pensar nas questões de gênero em relação às relações de trabalho. De acordo com Adriana Piscitelli (2002, p.8), o conceito de gênero surge dentro do pensamento feminista, englobando várias inovações, “associada à percepção da necessidade de associar essa preocupação política a uma melhor compreensão da maneira como o gênero opera em todas as sociedades, o que exige pensar de maneira mais complexa o poder”. O conceito surge com o objetivo de compreender cientificamente as desigualdades entre os sexos e sua interferência nas relações sociais.

No marco do debate sobre a natureza, gênese e causas da opressão e subordinação social da mulher, Rubin definiu o sistema sexo/gênero como o conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nas quais estas necessidades sociais transformadas são satisfeitas. Perguntando-se sobre as relações sociais que convertem as fêmeas em mulheres -- “a passagem de fêmea, como se fosse matéria prima, à mulher domesticada”, a autora elabora o conceito sistema de sexo/gênero -- “um conjunto de arranjos através dos quais a matéria prima biológica do sexo humano e da procriação é modelada pela intervenção social humana” --, localizando essa passagem no trânsito entre natureza e cultura, especificamente, no espaço da sexualidade e da procriação (ADRIANA PISCITELLI, 2002, p.8).

A antropóloga norte-americana Gayle Rubin deu o pontapé inicial na utilização da conceitualização de gênero em 1975, muito embora o termo já fosse empregado anteriormente. A autora, discutindo o pensamento de Lévi-Strauss e Freud, descreveu o sistema sexo/gênero, ainda usado, apesar das novas compreensões para o termo.

Kalleberg, 2009). Nesse artigo, são ressaltados três tipos de precariedade: o trabalho informal sem remuneração, o trabalho informal com rendimento mensal insuficiente (menor que o salário-mínimo legal) e o trabalho informal com rendimento relativamente baixo (arbitrariamente definido em menos de dois salários mínimos)” (PRONI & DARCILENE GOMES, 2015, p.141).

O conceito de Gayle Rubin trabalha com a dualidade entre sexo e gênero, sendo que sexo estaria ligado a natureza e gênero à cultura.

Gênero é uma divisão dos sexos imposta socialmente. É um produto das relações sociais de sexualidade. Os sistemas de parentesco baseiam-se no casamento. Por isso eles transformam pessoas do sexo masculino e pessoas do sexo feminino em “homens” e “mulheres”, sendo que cada um é uma metade incompleta que só pode completar-se unindo-se à outra. Homens e mulheres são, naturalmente, diferentes. Mas eles não são diferentes como o dia e a noite, terra e céu, yin e yang, vida e morte. Na verdade, da perspectiva da natureza, homens e mulheres são mais próximos um do outro que o são de qualquer outra coisa – por exemplo, montanhas, cangurus ou coqueiros. A ideia de que homens e mulheres são mais diferentes entre si que o são de qualquer outra coisa deve vir de alguma outra esfera que não a da natureza. Além disso, embora exista uma diferença normal entre pessoas do sexo masculino e pessoas do sexo feminino no que tange a diversos traços, a gama de variações desses traços mostra que há uma considerável área coincidente. Sempre haverá algumas mulheres mais altas que certos homens, por exemplo, ainda que, na média, os homens sejam mais altos que as mulheres. Mas a ideia de que homens e mulheres são duas categorias mutuamente excludentes deve ter origem em algo que não uma oposição “natural”, que na verdade não existe. * Longe de ser uma expressão de diferenças naturais, a identidade de gênero exclusiva é a supressão das semelhanças naturais. Ela exige repressão: no homem, de qualquer versão de traços “femininos”; nas mulheres, a de traços definidos como “masculinos”. A divisão dos sexos resulta na repressão de algumas características de personalidade de praticamente todo mundo, homens e mulheres. O mesmo sistema social que oprime as mulheres em suas (do sistema) relações de troca, oprime a todo mundo em sua insistência numa rígida divisão de personalidade (GAYLE RUBIN, 2018, p.27 e 28, grifos da autora).

Fazendo uma crítica à concepção sexo/gênero, Joan Scott (1991) inseriu novas perspectivas aos estudos de gênero, influenciada por Derrida e Foucault, reforçando uma utilidade analítica para o conceito. Scott defende que, ao utilizar o gênero como categoria de análise, é possível identificar as diferenças sociais, políticas e econômicas entre homens e mulheres, revelando como os estereótipos históricos intensificam as desigualdades, tanto pela divisão sexual do trabalho quanto pelas relações sociais, que refletem as dinâmicas de poder na sociedade. Para a autora, a definição de gênero conta com duas partes e várias subpartes que determinam as relações sociais e atribui um significado a elas:

Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero

é uma forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 1991, p.21)

A luta contra os preconceitos e a busca por ocupar um lugar de destaque na história levaram as mulheres a usarem diferentes meios para expressar suas ideias e se tornarem reconhecidas pela sociedade. Nesse contexto, o conceito de gênero se torna ainda mais poderoso e capaz de promover mudanças quando é associado à perspectiva feminista. A esse respeito, Maria Amélia Teles (2006, p. 57) afirma que: "Ao adotar o ponto de vista feminista, gênero reveste-se de mais poder para impulsionar os questionamentos fundamentais a fim de romper com as ideias patriarcais ainda presentes nos dias de hoje".

O conceito de gênero é essencial para entender as relações de trabalho que se formaram ao longo do tempo, pois ele permite identificar as desigualdades enfrentadas pelas mulheres no ambiente de trabalho e na sociedade como um todo.

No entanto, é necessário ter um olhar especial para a diversidade dessas mulheres. Nem todas vivenciam as mesmas opressões, nem todas têm as mesmas oportunidades, nem todas têm as mesmas lutas e elas não vivem as mesmas opressões. Na maternidade, por exemplo, as angústias e preocupações da mulher branca divergem das vivenciadas pelas mulheres negras. Para Carla Akotirene (2020), entre os dilemas das mães brancas, está a preocupação que seus filhos sejam envolvidos pelo patriarcado, já a mãe negra tem medo de perder seus filhos para a necropolítica, que decide quem deve viver e quem deve morrer e, assim, extermina a juventude negra nas periferias. E essa não é uma preocupação apenas da atualidade.

Não por acaso, Sojourner Truth, nascida acorrentada ao escravismo, vendida em leilão aos nove anos de idade, junto ao gado, tornou-se pioneira do feminismo negro. Em discurso de improviso *Eu não sou uma mulher?* proferido em 1851, durante a Convenção dos Direitos das Mulheres de Ohio, em Akron, ela denunciou que “ninguém nunca me ajudou a subir nas carruagens, nem pular poças de lama[...], eu tive treze filhos e vi a maioria ser vendida pra escravização”. Nestes fragmentos, a intelectual pioneiramente articula raça, classe e gênero, questionando a categoria mulher universal, mostrando que se a maternagem obrigatória revela um destino biológico para todas as mulheres, seria apropriado ressaltar que os filhos e as filhas africanas eram vendidos escravizados (CARLA AKOTIRENE, 2020, p. 25).

Patrícia Hill Collins (2015, p.26) acredita que “quando nos recusamos a lidar com raça ou classe porque elas não parecem ser diretamente relevantes ao gênero, estamos, na verdade, nos tornando parte dos problemas de outras pessoas”. Essa

citação reflete a importância de uma análise interseccional que reconheça como as diferentes formas de opressão, como o racismo e o classismo, se entrelaçam com o sexismo, impactando a vida das mulheres de maneiras variadas. Ignorar esses fatores não só enfraquece a luta feminista, como também perpetua as desigualdades estruturais que afetam mulheres de maneira diferenciada, especialmente aquelas pertencentes a grupos marginalizados. Da mesma forma, Flávia Biroli & Miguel (2015) exploram a complexidade das diferenças entre as mulheres e questionam a ideia de uma base comum para todas elas.

Quando se considera que não há apenas diferenças entre as mulheres, mas relações de privilégio, torna-se difícil operar com o entendimento de que há alguma base comum a todas elas sem incorrer numa visão naturalista, ancorada no sexo biológico. Ao mesmo tempo, a ideia de que haveria uma solidariedade decorrente do fato de ser mulher em sociedades nas quais o sexismo implica desvantagens para elas e vantagens para eles esbarra nas hierarquias entre as mulheres, com as formas alternativas de solidariedade (e, novamente, privilégio) a que correspondem. (FLÁVIA BIROLI & MIGUEL, 2015, p. 39)

Tal perspectiva significa que tratar todas as mulheres como um grupo homogêneo, com base apenas no fato de serem biologicamente mulheres, desconsidera as inúmeras camadas de desigualdade, como raça e classe, que também estruturam suas vidas. Além disso, a noção de que as mulheres, por enfrentarem sexismo, compartilham automaticamente uma solidariedade comum esbarra nas hierarquias entre elas. As mulheres brancas, embora sofram com o sexismo, ainda podem ocupar posições de privilégio em relação às mulheres negras ou de outras minorias. Embora o sexismo as afete, elas ainda podem se beneficiar de sistemas de opressão racial e classista que afetam desproporcionalmente mulheres negras e de classes mais baixas. Desta forma, é urgente considerar as desigualdades entrecruzadas nos estudos de gênero.

A interseccionalidade, conceito criado pela intelectual afro-americana Kimberlé Crenshaw em 1989, surgiu como uma resposta à insuficiência dos discursos feministas e antirracistas que, historicamente, não abordavam as múltiplas camadas de opressão enfrentadas por mulheres negras. No entanto, antes mesmo da formulação teórica de Crenshaw, o Manifesto de Combahee River, de 1977, já expressava a articulação de feministas negras e lésbicas, que denunciavam as diferentes formas de opressão baseadas em racismo, heterossexismo e exploração

econômica (HENNING, 2015). Esse manifesto evidenciava que as opressões que essas mulheres enfrentavam não podiam ser compreendidas isoladamente, uma vez que suas experiências eram moldadas por um entrecruzamento de fatores.

De acordo com Carla Akotirene (2020), o conceito de interseccionalidade foi pensado por feministas negras que não se sentiam contempladas nem pelas reivindicações intelectuais do feminismo branco, nem pelos discursos do movimento antirracista, que focavam prioritariamente nas lutas do homem negro. Essas feministas, por viverem uma sobreposição de opressões – por gênero, raça e classe –, necessitavam de uma abordagem que desse visibilidade às suas realidades específicas. Carla Akotirene explica que:

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (CARLA AKOTIRENE, 2020, p.19).

Desta forma, a interseccionalidade é uma ferramenta analítica para entender como diferentes sistemas de opressão não atuam separadamente, mas se sobrepõem e afetam, de forma estrutural, principalmente as mulheres negras. Para além das mulheres negras, o conceito de interseccionalidade tem o potencial de dialogar com outros grupos igualmente afetados por múltiplas camadas de opressão. Carla Akotirene (2020) sugere que o feminismo negro, por sua capacidade de perceber e lutar contra essas sobreposições de opressões, também se conecta com outras comunidades que enfrentam discriminação estrutural em diferentes âmbitos. Entre esses grupos estão lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, pessoas com deficiência, indígenas, praticantes de religiões de matriz africana, idosas e trabalhadoras.

A partir dessa perspectiva, o feminismo negro não apenas denuncia as opressões específicas enfrentadas pelas mulheres negras, mas também se expande para incluir e dialogar com outras experiências de marginalização que compartilham a característica de serem moldadas por estruturas múltiplas e entrelaçadas de poder e dominação. A interseccionalidade, portanto, não é apenas uma crítica às omissões dos movimentos feminista e antirracista, mas uma proposta para uma análise mais ampla e inclusiva das diferentes formas de exclusão e opressão que permeiam a sociedade. No mundo do trabalho, as mulheres brancas não têm os mesmos empecilhos para chegar a determinadas posições quanto às mulheres negras, por

exemplo, ou ainda quanto às mulheres com uma idade mais avançada²¹. A análise do mundo do trabalho é uma das dimensões possíveis de se averiguar a produção e reprodução dessas desigualdades sociais.

Como em outros campos de estudo, o ambiente laboral evidencia a sobreposição de grupos privilegiados com a definição de padrões e exclusões que, muitas vezes, impõem à sociedade quem pode ou não fazer parte de cada ambiente. Desta forma, determinados grupos são excluídos e, assim, compelidos a permanecer em espaços mais precários de trabalho e empregos informais. Para estes grupos, também há uma sobreposição de opressões que, da mesma forma, são impostas a eles estruturalmente. A intersecção de classe, raça, gênero, geração e sexualidade condiciona determinados grupos a uma desigualdade social no Brasil.

Em outro discurso, em 1867, Sojourner Truth, citada por Carla Akotirene (2020), ao denunciar o machismo dos homens negros quando conquistaram o direito ao voto, também chamou a atenção para o trabalho dessas mulheres negras que, segundo ela, “eram trabalhadoras nas casas das mulheres brancas instruídas”. Para Sojourner Truth, a mulher negra não tem um tempo determinado para cessar de trabalhar, porque o racismo estrutural a mantém no mercado de trabalho informal sem determinados direitos.

A despeito do feminismo hegemônico argumentar que na velhice as mulheres experimentam discriminações geracionais impostas pelo mercado de trabalho, o qual as consideram velhas; e de classe, porque perdem o dinheiro da aposentadoria para netos e adultos da família, é a marcação de raça que garantirá às mulheres brancas segurança social, pois estas tiveram emprego formal, e a marcação de classe irá mantê-las na condição de patroas (CARLA AKOTIRENE, 2020, p. 26)

No entanto, a autora atenta para a inexistência de uma hierarquia de opressão. A soma e as comparações de opressões, segundo Carla Akotirene (2020), que se utiliza da metodologia de Patricia Hill Collins, não é uma visão validada no feminismo negro. Para ilustrar, ela utiliza como exemplo o medo sentido por uma mulher branca

²¹ Atualmente, há uma discussão forte sobre o chamado etarismo no mundo do trabalho. “O etarismo teve sua primeira definição com Butler (1969 apud MACNICOL, 2006, p. 7): “[...] um processo de estereotipação sistemática e discriminação contra pessoas por elas serem velhas, assim como o racismo e o sexismo o fazem por causa da cor da pele e do gênero. A primeira definição de etarismo vislumbrava um preconceito somente contra os mais velhos, mas que já incorporam dois termos importantes: estereótipos e discriminação. Com uma visão mais abrangente Palmore (1999, p. 4, grifos nossos) define o etarismo “[...] como qualquer prejuízo ou discriminação contra ou a favor de uma faixa etária. [...] é o tratamento negativo inapropriado de membros daquela faixa etária.” (LOTH & NEREIDA SILVEIRA, 2014, p.69).

ao andar na periferia em certos horários e, ao mesmo tempo, o tormento do homem negro ao ser classificado como perigoso. Para a autora, a vulnerabilidade de um surge a partir da presença do outro e não há como defender a centralidade do sexismo ou do racismo.

Mulher + negra + nordestina + trabalhadora + travesti + gorda [...] Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas (CARLA AKOTIRENE, 2020, p. 43-44).

A autora (2020, p.45) trabalha com a possibilidade de que, em meio a tantas identidades que são permeadas pela matriz colonial, ao mesmo tempo em que são oprimidos, os grupos também podem exercer atitudes opressoras sobre outros. “Nem toda mulher é branca, nem todo negro é homem, nem todas as mulheres são adultos heterossexuais, nem todo adulto heterossexual tem locomoção política, visto as geografias do colonialismo limitarem as capacidades humanas”. Desta forma, não existe a possibilidade de hierarquizar o sofrimento e a interseccionalidade faz referência à forma política de lidar com a matriz da opressão que produz as diferenças que são relacionais. Henning (2015) também faz uma crítica à hierarquização das opressões a qual chama de “olimpíadas das diferenças”.

Em consonância, Patricia Hill Collins (2015, p. 13) ao citar Audre Lorde para quem o foco da mudança revolucionária não está nas situações opressivas das quais as pessoas querem escapar, mas “naquele pedaço do opressor que está plantado profundamente em cada um de nós”, atenta para a facilidade de nomear, dentro do sistema de opressão, aquele tipo de abuso do qual se é vítima e, ao mesmo tempo, a dificuldade de perceber os pensamentos e atitudes que causam subordinação a outras pessoas. Sobre isso, a autora faz uma crítica ao pensamento dicotômico do tipo ou/ou aplicados a análises de opressão, em que os indivíduos são classificados como oprimidos “ou” opressores, leitura que impede a possibilidade do indivíduo ser oprimido “e” opressor concomitantemente.

Apenas quando percebermos que existem poucos/as que são puramente vítimas ou opressores, e que cada um de nós experimentamos uma variedade de punições e privilégios de um

sistema de opressão múltiplo que enquadra nossa vida, estaremos em condição de ver a necessidade de novas formas de pensamento e ação (PATRICIA COLLINS, 2015, p.14).

As questões de imbricações de raça, classe e gênero tornam-se fundamentais para entender as bases estruturais da dominação e da subordinação, porém, é necessário que essas novas formas de pensar estejam acompanhadas de novos comportamentos.

Para dirigir-se a essas questões, insisto que temos que adquirir novas teorias de como raça, classe e gênero moldaram as experiências não apenas de mulheres negras, mas de todos os grupos. Além disso, nós temos que ver as conexões entre essas categorias de análise e as questões pessoais de nosso dia a dia, particularmente na nossa construção de conhecimento, no nosso ensino e nas nossas relações com colegas e estudantes (PATRICIA COLLINS, 2015, p. 16).

Sendo assim, é urgente que as pesquisas acadêmicas, além do olhar de gênero, tenham este olhar interseccional para o conhecimento desenvolvido nas universidades.

Como já citado, a diferença entre a presença de mulheres e homens no rádio pelotense é grande. Contudo, ao analisar as poucas mais de vinte mulheres identificadas até agora na pesquisa, percebe-se a presença de pelo menos quatro mulheres negras, três LGBTQIA+ e uma mulher idosa que ainda atua no rádio.

É evidente que a posição social, as experiências, as vivências e as necessidades dos indivíduos são atravessadas pela raça, gênero e classe, além de outros marcadores sociais. Ser branca e radialista, não é o mesmo que ser negra e radialista ou ser lésbica e radialista.

A partir dessa análise inicial, é necessário e importante pensar questões de desigualdade sobrepostas a essas mulheres, bem como estar atentos a outros marcadores que possam surgir ao iniciar as entrevistas.

As produções acadêmicas que envolvem estes aspectos interseccionais devem ser incentivadas e apoiadas. Só assim, a representatividade nesses espaços passará a ser debatida e questionada e, no futuro, o protagonismo dessas mulheres poderá ser amplificado.

1.4 Memória e História Oral

A pesquisa se enquadra no campo de estudo da História do Tempo Presente, tendo em vista o recorte temporal e o objeto de análise. A História do Tempo Presente engloba fatos que ainda não estão distantes no tempo, cujos atores ainda estão vivos e podem testemunhar os fenômenos em questão. Para Maria Inês Mudrovcic (2007, p.128), a História do Tempo Presente seria “aquela historiografia que tem por objeto acontecimentos ou fenômenos sociais que constituem recordações de ao menos uma das três gerações que compartilham um mesmo presente histórico”. Desta forma, esta experiência do passado recente está diretamente ligada à memória, como elemento indispensável para a reflexão dos acontecimentos.

De acordo com Fico (2012), apesar dos questionamentos com relação à subjetividade dos estudos do tempo vivido, que influenciam nas questões de neutralidade e imparcialidade dos historiadores, os relatos testemunhais foram essenciais para compreender os conflitos após as guerras mundiais.

Assim, praticamos, hoje, uma História do Tempo Presente bastante distinta da que prevaleceu na Antiguidade e Idade Média e perdurou de algum modo até a interdição estabelecida por Ranke. Após uma fase de busca de legitimação posterior à Segunda Guerra Mundial, o recurso às fontes orais e à temática dos eventos traumáticos tornou a questão do testemunho proeminente. Muito dessa história se fez a partir do depoimento dos que sobreviveram a aqueles eventos. Frequentemente, isso se deu com o propósito explícito (e político) de se evitar o esquecimento (FICO, 2012, p.47).

Realizar uma reflexão sobre um passado recente é um desafio para os pesquisadores, sobretudo por contemplar uma história em que algumas testemunhas ainda estão vivas e que há documentos ainda inacessíveis. No Brasil, a análise de fatos recentes era realizada especificamente por sociólogos, cientistas políticos e economistas (MARIA HELENA CAPELATO, 2014). Na mesma linha, Fico defende que:

Uma das principais peculiaridades da História do Tempo Presente é a pressão dos contemporâneos ou a coação pela verdade, isto é, a possibilidade desse conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que busca narrar e/ou explicar. Trata-se, talvez, da única particularidade que verdadeiramente distingue essa especialidade das demais, embora muitos autores tenham tentado destacar outras singularidades do ponto de vista metodológico ou mesmo teórico (FICO, 2012, p.44).

A grande polêmica entre os historiadores que ainda tecem críticas quanto à legitimidade da abordagem historiográfica é a falta de distanciamento do objeto e dos

pesquisadores que a utilizam em seus estudos. Para Fico (2012, p.47), “o historiador presente aos acontecimentos, outrora o fiador da narrativa verdadeira, tornou-se suspeito de envolvimento, de tendenciosidade”.

Outros pesquisadores que também defendem a História do Tempo Presente, acreditam que a proximidade temporal permite uma melhor contextualização sobre os fatos. Quanto ao marco temporal do “tempo presente”:

O desafio com respeito à análise histórica de acontecimentos próximos em relação ao presente do historiador começou a ser enfrentado anos depois do final da Segunda Guerra Mundial. [...] até hoje há contestações em relação a este último aspecto: para uns, o marco inicial do “tempo presente” é a última grande ruptura, ou seja, o desmembramento da União Soviética e o fim do socialismo; para outros a Segunda Guerra, mas há também os que consideram a Revolução comunista de 1917 como ponto de partida para esse campo (MARIA HELENA CAPELATO, 2014, p.301).

A autora defende a legitimidade da História do Tempo Presente por tratar-se de uma história com bases científicas validadas como a de outras abordagens utilizadas. Contudo, o campo de estudo possui singularidades que devem ser levadas em consideração pelos pesquisadores, como a linha tênue entre passado e presente e a interdisciplinaridade que possibilita (MARIA HELENA CAPELATO, 2014).

Na verdade, ainda hoje persiste alguma suspeita contra a história que não tenha um bom recuo temporal, na medida em que isso impossibilitaria a análise imparcial dos fenômenos. Muitas vezes se confunde recuo temporal e perspectiva (no sentido de ângulo ou ponto de vista) (FICO, 2012, p.46)

A reabilitação da História do Tempo Presente, de acordo com Fico (2012, p.47), ocorreu “em novos moldes, após as grandes guerras mundiais, quando introduziu o relato testemunhal como um dado essencial para a compreensão daqueles conflitos”. É nesse sentido que a História Oral se coloca como uma importante metodologia para pesquisas que abordam as experiências e o cotidiano das pessoas.

A pesquisa utiliza como metodologia principal a História Oral Temática, de forma a buscar a trajetória das mulheres trabalhadoras no rádio, utilizando a narrativa delas sobre esse percurso, bem como a pesquisa documental nos acervos das emissoras. A História Oral, em sua vertente temática, busca revelar experiências sobre um tema específico, especialmente, quando faz referência à vida das pessoas,

grupos ou comunidades. Trabalhar com experiências vivenciadas pelas pessoas que estiveram presentes em episódios a serem analisados, permite evidenciar os aspectos individuais e particularidades sobre o tema.

Segundo Lorena Gill e Eduarda Silva (2016, p. 8), na História Oral Temática: “O roteiro básico tem um papel fundamental e deve ser bem planejado e elaborado para abordar com amplitude e profundidade o objeto-problema. [...] Na análise desta, há um apreço pelo confronto de versões, já que se necessita de, pelo menos, alguns entrevistados para abarcar o assunto”.

A História Oral, como método de estudo, tem suas raízes tão antigas quanto a própria história, como nos ensina Thompson (1998). Ele destaca que, já no século XIX, historiadores como Jules Michelet, ao escrever sobre a Revolução Francesa, usaram suas próprias memórias como fonte. No entanto, a História Oral contemporânea emergiu apenas após a Segunda Guerra Mundial, período marcado por profundas mudanças sociais e tecnológicas. A introdução de ferramentas como o gravador de fitas permitiu o registro mais autêntico e genuíno de memórias e experiências de vida. O pós-guerra trouxe a necessidade de narrar vivências traumáticas, e a História Oral tornou-se um meio de registrar as vozes dos "pequenos" indivíduos, aqueles que foram silenciados pela história oficial. Esse movimento buscou valorizar as narrativas daqueles que antes eram ignorados, como soldados comuns, viúvas e trabalhadores. A metodologia rompe com a visão tradicional, que se focava nos grandes homens, e se volta para o cotidiano, a cultura e as experiências pessoais, permitindo que múltiplas vozes sejam ouvidas e reconhecidas.

Nesse contexto, a História Oral torna-se necessária para analisar as experiências vivenciadas pelas mulheres que trabalharam nessas rádios, que são de suma importância para o desenvolvimento da pesquisa. Em consonância com Alberti, cabe ainda ressaltar que por ser uma história do tempo presente, vários de seus protagonistas estão disponíveis como fonte:

[...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (VERENA ALBERTI, 1989, p. 52).

A História Oral engloba um conjunto de procedimentos que perpassam pela definição do projeto, entrevista, gravação, transcrição e autorização de uso. Para Thompson (1998, p. 44-45), “Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação [...] traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade”.

Uma entrevista é uma troca entre dois sujeitos: literalmente uma visão mútua. Uma parte não pode realmente ver a outra a menos que a outra possa vê-lo ou vê-la em troca. Os dois sujeitos, interagindo, não podem agir juntos a menos que alguma espécie de mutualidade seja estabelecida. O pesquisador de campo, entretanto, tem um objetivo amparado em igualdade, como condição para uma comunicação menos distorcida e um conjunto de informações menos tendenciosas. [...] a entrevista de campo, por conseguinte, não pode criar uma igualdade que não existe, mas ela pede por isto (PORTELLI, 1998, p. 9-10).

A metodologia de História Oral busca nas narrativas o que exclusivamente estes relatos podem revelar sobre o passado, construindo novas fontes e proporcionando uma análise mais aprofundada do assunto. As narrativas resultantes das entrevistas, muitas vezes não foram registradas em documentos ou ainda podem ser utilizadas em complemento a registros insuficientes sobre o fato pesquisado. Para Portelli (2016, p. 18):

A história oral, então, é história dos eventos, história da memória e história da interpretação dos eventos através da memória. A memória na verdade não é um mero depósito de informações, mas um processo contínuo de elaboração e reconstrução de significado (PORTELLI, 2016, p. 18).

Portelli (2016) entende que a História Oral explora as construções criadas pela memória das pessoas, destacando que a metodologia revela menos sobre os eventos em si e mais sobre os significados atribuídos a eles. As entrevistas com os indivíduos trazem à tona aspectos desconhecidos da vida cotidiana de grupos sociais que não estão no poder. A História Oral, portanto, tem como objetivo dar visibilidade a essas classes não hegemônicas, abordando questões sociais que geralmente permanecem ocultas e provocam desconforto.

O autor (1998) argumenta que a memória é um processo ativo e dinâmico, no qual os narradores reinterpretam o passado para dar significado às suas vidas. As mudanças na forma como os eventos são lembrados não devem ser vistas como falhas, mas como uma maneira de adaptar o passado às necessidades e percepções

do presente. Assim, as fontes orais são valiosas para os historiadores, pois revelam não apenas fatos, mas também como os indivíduos constroem e reinterpretam suas histórias pessoais dentro de um contexto histórico maior.

[...] a memória não é apenas um depósito passivo de fatos, mas um processo ativo de criação de significações. Assim, a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado, quanto nas muitas mudanças forjadas pela memória. Estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico (PORTELLI, 1998, p. 33).

A questão da memória se constitui como elemento central para esta investigação. É a partir dela que o entrevistado revisita os fatos do passado, transformando-os em narrativa através do olhar do presente, algumas vezes com projeções sobre o futuro. A memória é pensada a partir de Candau (2012, p. 23) como social e de alto nível, por se relacionar, especialmente aos saberes e fazeres dos narradores. Trata-se de uma “[...] memória de recordação ou reconhecimento, evocação deliberada ou invocação involuntária de lembranças autobiográficas ou pertencentes a uma memória enciclopédica (saberes, crenças, sensações, sentimentos etc)”. Pollak (1992) também aborda as questões relacionadas à memória, classificando-a como uma construção social e parcialmente herdada pelos sujeitos. Contudo, o indivíduo também participa da construção das lembranças do grupo.

Além desses acontecimentos, a memória é constituída por pessoas, personagens. Aqui também podemos aplicar o mesmo esquema, falar de personagens realmente encontradas no decorrer da vida, de personagens frequentadas por tabela, indiretamente, mas que, por assim dizer, se transformaram quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa. [...] Além dos acontecimentos e das personagens, podemos finalmente arrolar os lugares. Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico (POLLAK, 1992, p. 2).

A memória é um processo que envolve tanto lembrança quanto esquecimento, sendo a lembrança um ato deliberado que busca no passado informações relevantes. Esquecer não é resultado de negligência, mas parte da natureza humana. A sociedade está cercada de mecanismos que moldam comportamentos e identidades, incentivando tanto a lembrança de eventos que reforçam um senso de comunidade

quanto o esquecimento de experiências que não servem aos interesses daqueles que controlam o discurso. A memória, além de trazer o passado à tona, está profundamente conectada com a construção da identidade individual e coletiva, sendo constantemente reinterpretada e atualizada.

A memória é de fato mais um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um 'estar aqui' que vale menos pelo que é do que pelo que fazemos dele. A ideia segundo a qual as experiências passadas seriam memorizadas, conservadas e recuperadas em toda a sua integridade parece insustentável. (CANDAU, 2012, p.9)

Como já discutido anteriormente, a memória está profundamente ligada à identidade, uma vez que ambas se influenciam mutuamente para criar uma trajetória de vida ou uma narrativa. A memória fortalece tanto a identidade individual quanto a coletiva, sendo essencial na construção da identidade. Por esse motivo, ela é constantemente alvo de disputas entre grupos que buscam legitimar suas histórias e criar espaços de memória e patrimônio, já que tem o poder de moldar as estruturas da identidade.

Candau (2012) argumenta que, para a consciência humana, nada é simplesmente apresentado, mas sempre representado, ressaltando que a memória é viva e subjetiva, passível de transformação. O autor (2012, p. 65) ainda afirma que "a lembrança não é uma imagem fiel da coisa lembrada, mas algo novo, carregado de toda a complexidade do sujeito e de sua trajetória de vida". Para ele, a relação que cada pessoa estabelece consigo mesma, incluindo o processo de autoconhecimento e crescimento pessoal, está intimamente ligada ao funcionamento contínuo da memória. Essa memória atua em três frentes: a do passado, que envolve reflexões, avaliações e lembranças; a do presente, que se ocupa com ações que estão em constante mudança; e a do futuro, que abrange planos, expectativas, compromissos e esperanças para o que está por vir.

Candau (2012) defende a existência de um consenso entre autores que trabalham com o conceito de memória de que ela é uma reconstrução continuamente atualizada dos fatos passados. Pollak (1992, p. 214) afirma que a memória é seletiva, tendo em vista que diversos episódios não são recordados pelo interlocutor, outros são esquecidos, podem ser herdados quando não fazem referência a vida do indivíduo e alguns são escolhidos com o objetivo de contextualizar e ordenar as lembranças. Segundo o autor, "[...] a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é

evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização”. Já para Lucília Delgado (2014, p.68) tanto a História quanto a Memória são seletivas:

A prevalência da rememoração ou do esquecimento apresenta ressonância significativa no conteúdo da produção historiográfica, que se entrelaça à memória coletiva, contribuindo para destacar algum fenômeno ou processo social e também para construção de reconhecimentos que significam distinguir e identificar (LUCÍLIA DELGADO, 2014, p. 68).

As entrevistas realizadas para esta pesquisa, utilizam a metodologia de História Oral que busca nas narrativas o que apenas estes relatos podem revelar sobre o passado, complementando a documentação existente e proporcionando uma análise mais aprofundada do tema. Portelli (2016) defende que as fontes são valiosas e interessantes porque não apenas registram os fatos de forma passiva, mas constroem significados a partir deles, utilizando a memória e a linguagem para reinterpretá-los.

Verena Alberti (2004, p. 30) avalia que, embora a História Oral enfoque as perspectivas dos entrevistados, não significa que seja possível ignorar as fontes já disponíveis sobre o tema em questão. Desta forma, as entrevistas com as trabalhadoras possibilitam o acesso a essas versões do passado que poderão contribuir com a análise da pesquisa, que irá focar principalmente nas experiências e vivências das profissionais que fizeram parte do cotidiano das rádios pelotenses.

A coleta de dados é realizada através de uma conversa entre a pesquisadora e a narradora, ou seja, uma entrevista oral. Este encontro permite a compreensão, crítica e reconstituição do tema da pesquisa, enriquecida pelas experiências de vida dos atores.

A realização das entrevistas para essa pesquisa ocorreu a partir da definição do objeto de pesquisa, a partir de um roteiro (Apêndice 1) construído para dar conta dos objetivos da pesquisa. Foi construído um caderno de campo, para o estabelecimento de contato com os potenciais entrevistados, bem como para incorporar informações que não são verbalizadas durante a entrevista. No início de cada entrevista foi apresentado o projeto de pesquisa e seus objetivos. Todas elas foram gravadas em celular e gravador.

Com o material colhido, foram realizadas as transcrições e as transcrições de forma a filtrar as informações de interesse do trabalho e adequar o texto, corrigindo

erros, pontuação, conferindo nomes e outras adequações importantes para a presença da narrativa na presente pesquisa.

Para além das entrevistas, faz-se necessário, como apoio, a análise das fontes documentais produzidas nas emissoras ou conservadas em acervos pessoais. Os jornais Diário Popular e Diário da Manhã também contribuíram com informações relevantes sobre a história do rádio em Pelotas. Para a análise documental, se utilizará como suporte, prioritariamente, Cellard (2012). Para ele:

A qualidade e a validade de uma pesquisa resultam, por sua vez, em boa parte das preocupações de ordem crítica tomada pelo pesquisador. De modo mais geral, é a qualidade da informação, a diversidade das fontes utilizadas, das corroborações, das intersecções que dão sua profundidade, sua riqueza e seu refinamento a uma análise. [...] Uma análise confiável tenta cercar a questão recorrendo a elementos provenientes, tanto quanto possível, de fontes, pessoas e grupos representando muitos interesses diferentes, de modo a obter um ponto de vista tão global e diversificado quanto pode ser (CELLARD, 2012, p. 305).

A metodologia de História Oral, utilizada nesta pesquisa, permite acessar as experiências das mulheres que trabalharam no rádio, tanto através de suas narrativas pessoais quanto por meio de pesquisa documental em acervos das emissoras. O uso da História Oral Temática revela aspectos inéditos da vida dessas trabalhadoras, com ênfase nas suas vivências e desafios no ambiente de trabalho, que muitas vezes não estão documentados em registros formais. A valorização das memórias dessas mulheres é crucial, pois oferece uma visão única ao conectar o passado com a subjetividade dos narradores.

Por meio das entrevistas, é possível compreender como elas interpretam e ressignificam suas trajetórias, refletindo o contexto histórico e social em que estavam inseridas.

1.5 Estudos sobre radialistas e a história do rádio em Pelotas

Primeiro veículo de comunicação de massa, o rádio determinou comportamentos, consagrou nomes, levou e ainda leva muita informação e entretenimento aos lares brasileiros. Em um primeiro momento, ficou instituído que o rádio chega ao país no momento do centenário da independência, em 7 de setembro de 1922, quando teria ocorrido a primeira transmissão de rádio no Brasil. Naquele dia,

foi transmitido o discurso do então presidente da República, Epitácio Pessoa, em comemoração à data do centenário, através de uma estação radiofônica instalada no Corcovado, no Rio de Janeiro. Contudo, como a história é viva e passível de revisão, teóricos do rádio, reunidos no XII Encontro Nacional de História da Mídia, da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (ALCAR), realizado em 2019, na capital do Rio Grande do Norte, Natal, referendaram o pioneirismo do Rádio Clube de Pernambuco. Os pesquisadores defendem que a série de demonstrações de radiofonia, iniciada pela ocorrência no centenário, foram bancadas por duas empresas (estações SPC, da Westinghouse Electric and Manufacturing Company, instalada no Corcovado, e SPE, da Western Electric, na Praia Vermelha) para buscar novos clientes para seus produtos e não se diferenciam de outras realizadas anteriormente por outras empresas “como a da Marconi’s Wireless Telegraph Company, no Rio de Janeiro, em 1 de abril de 1920, conectando as instalações da Marinha, na ilha das Cobras, com o Palácio Rio Negro, local de veraneio da Presidência da República” (FERRARETTO, 2021, p.3).

Da mesma forma, a história oficial relata que, em abril de 1923, teria sido instalada a primeira emissora de rádio do país, fundada por Roquete Pinto, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro virou Rádio MEC anos depois e a data do aniversário do fundador, 25 de setembro, foi considerada o Dia Nacional do Rádio. De acordo com os mesmos pesquisadores, a Rádio Clube de Pernambuco, fundada em 6 de abril de 1919, seria a emissora pioneira do rádio no país.

Fique claro, portanto, que as transmissões de 7 de setembro de 1922 não eram nem oficiais, nem pioneiras, embora, pela instalação de alto-falantes nos pavilhões da exposição e em função da distribuição de receptores a figuras de destaque na sociedade, possa se dizer que tenha sido a mais pública até aquele momento, referendando-se o afirmado em outra oportunidade (FERRARETTO, 2007, p. 93-94). Por outro lado, no atual estágio da pesquisa histórica, perderam sentido assertivas que relativizam as experiências realizadas pelo Rádio Clube de Pernambuco em prol de um caráter supostamente mais “regular” (FERRARETTO, 2007, p. 95) das transmissões da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada em 20 de abril de 1923. Na sequência, sem diminuir o papel desse grupo de idealistas liderado por Edgard Roquette-Pinto, vai se demonstrar que o ocorrido na então capital federal faz parte de um processo maior cujo início remonta a meados da década de 1910 e tem por local a cidade de Recife (FERRARETTO, 2021, p.3, grifos do autor)

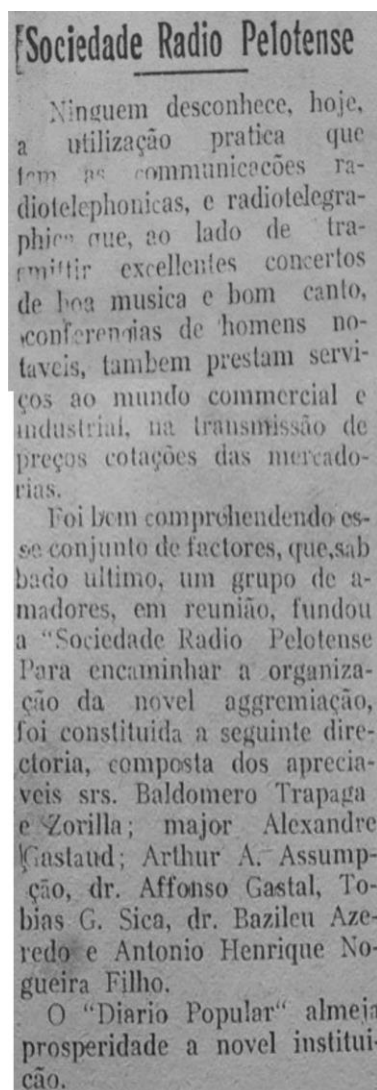
Nesse contexto de novas abordagens sobre a história do rádio, Pelotas perderia seu pioneirismo na história do rádio no Brasil, tendo em vista que, até então,

a Sociedade Rádio Pelotense AM, primeira rádio do interior do Rio Grande do Sul, fundada em 1925 por um grupo de amigos, era considerada a mais antiga rádio em funcionamento no Brasil. Ainda assim, pode-se imaginar o próspero panorama cultural, econômico e político de Pelotas²² na época, que, embora já vivesse uma certa decadência econômica, tendo em vista o apogeu do charque ter sido entre 1860 e 1890, ainda vivia a partir dos resquícios da época de ouro. Em notícia do Diário Popular de junho de 1925, p. 06 (Figura 1), sobre a inauguração da emissora, é possível identificar o contexto social e cultural da época, em que o rádio começava a ganhar espaço como meio de comunicação. O texto destaca que o rádio era associado não apenas ao entretenimento, como os "excelentes concertos de música e canto", mas também à intelectualidade, com a transmissão de "conferências de homens notáveis" e serviços comerciais, como cotações de mercadorias. Essa ênfase reflete não apenas o papel do rádio como ferramenta de modernização, mas também a exclusão de mulheres nesse cenário emergente. A direção da Sociedade Rádio Pelotense era composta exclusivamente por homens, reafirmando as dinâmicas de gênero da época, em que os espaços de decisão e liderança eram quase totalmente inacessíveis às mulheres.

Esse padrão de exclusão masculina não era uma particularidade da Rádio Pelotense, mas sim uma característica estrutural do ambiente radiofônico que, em muitos casos, permanece até os dias atuais. A notícia também revela um imaginário cultural que vinculava o rádio à elite intelectual e empresarial da cidade, algo coerente com o papel que Pelotas desempenhava no contexto do sul do Brasil, como um centro econômico e cultural, mesmo em meio às transformações que sinalizavam a perda de protagonismo econômico do charque. Assim, a inauguração da Sociedade Rádio Pelotense pode ser vista como um marco local de modernidade e inovação, mas também como um reflexo das exclusões e desigualdades sociais que permeavam a sociedade pelotense da época.

²² Para saber mais sobre História de Pelotas ver BEATRIZ LONER; LORENA GILL; MAGALHÃES (2017).

Figura 1 - Sociedade Rádio Pelotense

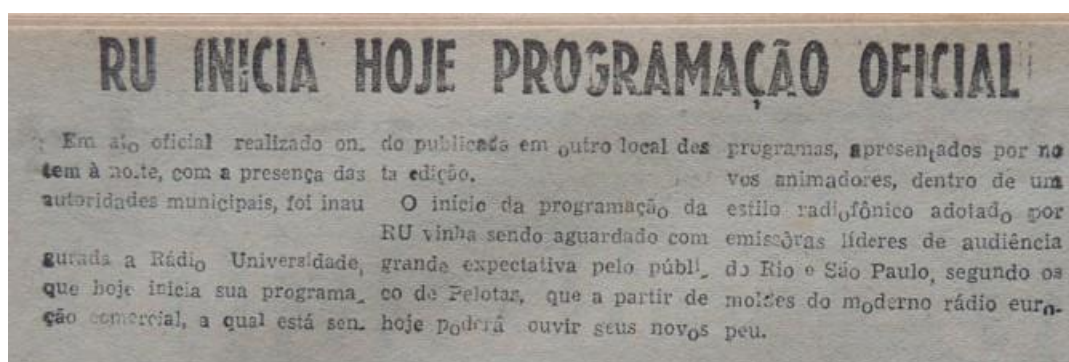


Fonte: Diário Popular do dia 09 de junho de 1925, p. 8 - Acervo Bibliotheca Pública Pelotense

A Rádio Universidade, inaugurada em 25 de julho de 1967, teve sua programação publicada diariamente nas páginas do periódico Diário Popular, destacando sua relevância no cenário comunicacional de Pelotas. A notícia (Figura 2) ressalta o caráter inovador da emissora, que adotava elementos do "moderno rádio europeu", alinhando-se aos modelos de emissoras líderes de audiência do Rio de Janeiro e São Paulo. Esse destaque evidencia o esforço da Rádio Universidade em modernizar seu estilo radiofônico, buscando aproximar-se de padrões de excelência e ampliar sua competitividade em relação às rádios comerciais. A referência à "atuação de novos profissionais" sugere uma renovação não apenas técnica, mas também no perfil das vozes que conduziam os programas, refletindo uma tentativa de dialogar com um público urbano e exigente.

O texto também menciona a expectativa do público pela estreia da programação, demonstrando como a rádio estava inserida em um contexto de transformação cultural e tecnológica, marcado por mudanças significativas na forma de consumo de mídia. Além disso, a presença de autoridades municipais no ato oficial de inauguração reforça o prestígio da emissora e sua inserção na esfera pública, não apenas como veículo de entretenimento, mas também como espaço de representatividade institucional e cultural para a cidade de Pelotas. Essa modernização, acompanhada pela divulgação em um veículo de grande circulação como o Diário Popular, revela o papel estratégico da Rádio Universidade em consolidar-se como um marco na comunicação local.

Figura 2 - RU inicia hoje programação oficial



Fonte: Diário Popular do dia 25 de julho de 1967, p. 10 - Acervo Bibliotheca Pública Pelotense

A Rádio Cultura foi inaugurada em 7 de setembro de 1933, destacando-se como uma das pioneiras no cenário radiofônico de Pelotas. De acordo com o texto de Marília Poliesti, publicado no Diário Popular em 10 de setembro de 1968, p. 4 (Figura 3), a emissora foi idealizada por Atahualpa Gonçalves Dias em parceria com Cândido Monti, Trajano Gomes, Waldemar Lajes, Ildefonso Alves de Carvalho e Martial Dias. Inicialmente, sua sede estava localizada na Rua 15 de Novembro, em um espaço modesto que simbolizava o início de um projeto ambicioso para o desenvolvimento cultural e informativo da cidade.

Em junho de 1956, a emissora deu um passo significativo ao inaugurar o chamado Palácio do Rádio, uma nova sede que, segundo a notícia, se consolidou como um dos maiores empreendimentos radiofônicos do sul do Brasil. Essa mudança de sede refletiu a expansão e a consolidação da Rádio Cultura como um importante

veículo de comunicação na região, com capacidade para competir em qualidade técnica e programática com as principais emissoras do país. A notícia também menciona o impacto cultural da emissora, que desempenhou um papel relevante na integração social e cultural da comunidade pelotense.

A mesma reportagem aborda os 10 anos de funcionamento da Rádio Tupanci, inaugurada em 1958, que trouxe uma proposta diferenciada para o cenário radiofônico local. Descrita como a "eletrola do pobre", a emissora inicialmente se concentrou em uma programação musical acessível, que atendia aos gostos populares, mas evoluiu ao longo dos anos para incluir conteúdos de formação religiosa e cultural. Esse modelo de programação revela o papel da Tupanci como um espaço inclusivo, que buscava atender tanto às demandas de entretenimento quanto às necessidades educativas e espirituais de sua audiência.

Tanto a Rádio Cultura quanto a Rádio Tupanci exemplificam a diversidade e o dinamismo do cenário radiofônico pelotense durante o século XX. Enquanto a Cultura consolidava sua posição como uma referência técnica e cultural de grande porte, a Tupanci ocupava um espaço de relevância social, voltado para as camadas mais populares da sociedade. Ambas as emissoras refletem os esforços de Pelotas em se estabelecer como um polo de inovação e protagonismo no sul do Brasil, mesmo em um contexto de transformações econômicas e sociais.

Figura 3 - Cultura e Tupanci cresceram trabalhando para a Zona Sul

CULTURA E TUPANCI CRESCERAM TRABALHANDO PARA A ZONA SUL

Texto: MARÍLIA POLIESTI

Pelotas, através dos tempos, vem demonstrando que também, no setor de imprensa falada, é realmente uma cidade digna de levar o título de "metrópole da Zona Sul", graças ao dinamismo de homens empreendedores que, sem esmorecer, dedicaram-se à difusão do rádio local. E, como exemplo, temos estas duas emissoras: Cultura e Tupanci, ambas nascidas num 7 de Setembro e que, portanto, aniversariando há pouco.

Desde 1933, a Rádio Cultura de Pelotas percorre os espaços infinitos, com suas mensagens de confiança, espalhando pelos recantos de nossa terra, a esperança e o amor. A seu lado, igualmente motivando a comunidade para os grandes problemas atuais, como a questão da paz, está a Rádio Tupanci, criada em 1954.

RÁDIO CULTURA

A 7 de setembro de 1933, um grupo dinâmico e cheio de idealismo, criava em Pelotas a Rádio Cultura. Na liderança, estava o sr. Ataíde Gonçalves Dias, que não levava em consideração a descrença e a incredulidade de muitos. Mas, aqueles que o acompanhavam sabiam também que poderiam concretizar o sonho. E entre eles, citaremos Cândido Monti, Trajano Gomes, Waldemar Lajes, Ildefonso Alves de Carvalho (primeiro locutor e redator do Rádio Jornal) e ainda Marcial Dias.

E passo a passo, vencendo dificuldades, solidificaram a sociedade recentemente fundada.

1.º PRÉDIO

A Rádio Cultura nasceu na casa comercial de Ataíde Gonçalves Dias localizada na rua 15 de Novembro.

Aí, era o quartel general da equipe, acrescida por Eleuterio Amaral e Luiz Medeiros, e mais tarde também por Alcides Lima Faria.

Nos momentos de quase capitulação, havia a palavra incentivadora de todos os outros interessados na sua sobrevivência.

PRESTÍGIO

Sómente em 20 de novembro de 1946, a Rádio Cultura adquiriu personalidade jurídica concreta.

A Rádio Cultura firmou-se, expandindo-se pelos céus da Princesa do Sul, rasgando horizontes e, paulatinamente, subindo degraus, que hoje, a colocam no prestígio e na popularidade de que goza.

Essa é a Cultura que já teve em seus microfones um Manoel Barcellos, um saudoso Hamilton Fernandes, um Salimén Júnior, entre aqueles que, hoje, estão mais longe, mais que aqui tiveram os alicerces para o meio radiofônico.

Também famosos artistas brasileiros se apresentaram no microfone da ZYH54.

PALÁCIO DO RÁDIO

Em junho de 1956, foi inaugurado o edifício sede, denominado "Palácio do Rádio". Nessa ocasião, mereceu em página da Revista do Globo, estas palavras: "realizando sem esmorecimentos, através de anos e anos de labor contínuo, de-

dicados exclusivamente à maior expansão da radiofonia brasileira, a Organização Rádio Cultura acaba de concretizar um dos maiores empreendimentos radiofônicos do sul do Brasil: o Palácio do Rádio."

A R. Cultura conta atualmente, na Direção Administrativa com o sr. Dirceu Mendes que reestruturou o quadro funcional, passando pela programação e reforma do edifício sede.

Conta também com funcionários de alto gabarito, onde se sobressaem locutores que podem fazer frente a qualquer prefixo, do mais alto quilate.

RÁDIO TUPANCI

Ao completar 10 anos de funcionamento, a Rádio Tupanci pode orgulhar-se de ter sempre atendido as causas comunitárias através de grandes promoções de incentivo e estímulo.

FELICITAÇÕES PELO NOSSO ANIVERSÁRIO

Ainda por motivo do transcurso do 78.º aniversário de fundação do DIÁRIO POPULAR, recebemos mais as mensagens congratulatórias abaixo transcritas.

ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES

"Saudações Cordiais:

Pela Associação Sul-Rio-Grandense de Professores, temos a honra e a satisfação de vir à presença de V. S.ª apresentar-lhe nossos efusivos parabéns por motivo da passagem de mais um ano da fundação desse conceituado matutino "Diário Popular" que durante seus setenta e oito anos de vida tem propagando pelas causas que visam difundir o amor à Pátria, o respeito entre conterrâneos todas as iniciativas que se empenham pelo bem estar da Comunidade e por tudo o que se possa realizar para solucionar ou minorar situações difíceis de quem quer que seja, sem considerar credo, político, cor partidária ou religião, numa verdadeira consciência de seus altos destinos.

Assim, permita-nos, Sr. Presidente, que, trazendo o nosso testemunho de nossa associação,

quês que ora labutam nesse Jornal, numa concepção de profissionais cónscios de suas responsabilidades prestando, ainda, nosso preito de saudade e de gratidão aos que, colaborando para que Pelotas pudesse elevar tão alto o conceito de que goza sua Imprensa e que, por designios da Providência, já não mais se encontram entre nós.

Renovando os protestos de nossa consideração e apreço, firmamo-nos, atentamente (a) Olga Maria D. Bainy, Presidente; Profa. Euridyce Saboia B. de Mello, 1.º Secretária".

CÂMARA DE RIO GRANDE

"Ilustríssimo Senhor:

A Câmara Municipal de Rio Grande tem a honrosa satisfação de levar ao vosso conhecimento que, aprovou, em sessão realizada ontem, indicação do nobre vereador Alvaro Becker de Freitas, cumprimentando esse valioso órgão de imprensa pela passagem de seu aniversário de fundação ocorrido a 27 de agosto p. passado.

Apresentamos, com o ensejo, renovar a V. S.ª os nossos protestos de elevado apreço e distinta consideração. (a) Silve-

Fonte: Diário Popular do dia 10 de setembro de 1968, p. 4 - Acervo Bibliotheca Pública Pelotense

A Rádio Federal FM, inaugurada em 8 de janeiro de 1981, na época chamada Rádio Cosmos FM, funcionou em caráter experimental desde 1980. A emissora é educativa, vinculada à Universidade Federal de Pelotas e foi a primeira rádio de caráter educativo a funcionar em canal de FM no Rio Grande do Sul (FONSECA, 2007). Nota-se que a equipe que iniciou os trabalhos na emissora era composta somente por homens:

A equipe que iniciou os trabalhos da Rádio Cosmos era coordenada, desde o período experimental, pelo diretor José Marques da Cunha e foi composta pelo locutor Cleber Luiz Zurchimitten, falecido em março de 2016, o operador Francisco Luis da Silva Magalhães, também falecido, o operador Giovani Mendes da Silva, o técnico Luiz Virgílio Lopes Padilha, o discotecário Paulo de Oliveira Mancini, falecido em agosto de 2016, o locutor Roberto Gustavo Engelbrecht e o técnico Rudinei Tellier de Freitas (SILVANA MOREIRA, 2019, p. 99).

Figura 4 - Rádio FM Cosmos será inaugurada hoje



Fonte: Diário da Manhã do dia 08 de janeiro de 1981, p. 2 - Acervo Bibliotheca Pública Pelotense.

Na única nota localizada no acervo da Biblioteca Pública Pelotense sobre a fundação da Rádio Federal FM, publicada no periódico Diário da Manhã, encontram-se informações significativas sobre a inauguração da então Rádio Cosmos. A notícia anuncia que a emissora foi inaugurada oficialmente às 10h, no Campus Universitário, como uma rádio educativa vinculada ao Centro de Teledifusão da UFPel, sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão. Essa vinculação à universidade

destaca o papel da emissora como um espaço de disseminação cultural e educativa, alinhando-se à missão institucional da UFPel de promover o acesso à cultura e à formação.

O texto fornece detalhes importantes sobre a estrutura e funcionamento inicial da emissora. Sob a direção do professor José Maria Cunha, a Rádio Cosmos operava em 10 KWZ de potência na frequência 107.9 Megahertz, com uma grade de programação que ia das 9h às 24h. A escolha desse horário de transmissão reflete uma preocupação em atingir o maior público possível, explorando horários estratégicos para a difusão de conteúdos educativos e culturais.

A programação inicial foi marcada pela diversidade musical, destacando-se com músicas clássicas, orquestradas e pela valorização da Música Popular Brasileira (MPB). Essa curadoria ficou sob a responsabilidade do discotecário Paulo Oliveira Mancini, cuja função era essencial para a construção da identidade cultural da emissora. A seleção musical não apenas reforça o caráter educativo da rádio, mas também posiciona a Rádio Cosmos como um veículo que buscava atender a diferentes públicos e promover uma conexão com a cultura nacional.

Figura 5 - Zona Sul ganha hoje a primeira emissora educativa FM



Fonte: Diário Popular do dia 08 de janeiro de 1981, p. 8 - Acervo Bibliotheca Pública Pelotense.

A notícia publicada no Diário Popular sobre a inauguração da Rádio Cosmos (Figura 5) destaca o pioneirismo da emissora, ressaltando seu papel como a primeira rádio educativa em FM na Zona Sul do estado. Esse marco é enfatizado como uma conquista significativa para Pelotas e para a região, evidenciando a importância da

Rádio Cosmos como um veículo de comunicação voltado para a educação, a cultura e a formação cidadã.

A reportagem celebra o papel inovador da emissora, vinculada à Universidade Federal de Pelotas (UFPel), que assumiu a responsabilidade de levar adiante uma proposta educativa e cultural em um formato tecnológico avançado para a época: a frequência modulada (FM). Essa característica permitia uma qualidade de som superior à das rádios AM tradicionais, garantindo maior alcance e fidelidade ao público, o que reforçava o impacto social e cultural da iniciativa.

Além disso, a nota menciona a estrutura organizacional e a concepção da rádio como um espaço educacional e cultural, alinhado às diretrizes da Pró-Reitoria de Extensão da UFPel. Essa vinculação institucional conferia à Rádio Cosmos um caráter acadêmico e comunitário, posicionando-a como um importante agente de disseminação do conhecimento e de valorização da cultura local e nacional.

O texto também reflete o contexto histórico em que a rádio foi inaugurada, destacando a relevância de iniciativas como essa em uma época de transformações sociais e econômicas. Ao enaltecer o pioneirismo da Rádio Cosmos, o Diário Popular reforça a importância da emissora como um símbolo de inovação e modernidade para a região da Zona Sul, reafirmando o papel do rádio como um instrumento de democratização do acesso à informação e à cultura.

A antiga Rádio Alfa FM foi inaugurada em 1º de outubro de 1979, atual Mais Nova FM, e era uma rádio educativa ligada à Universidade Católica de Pelotas.

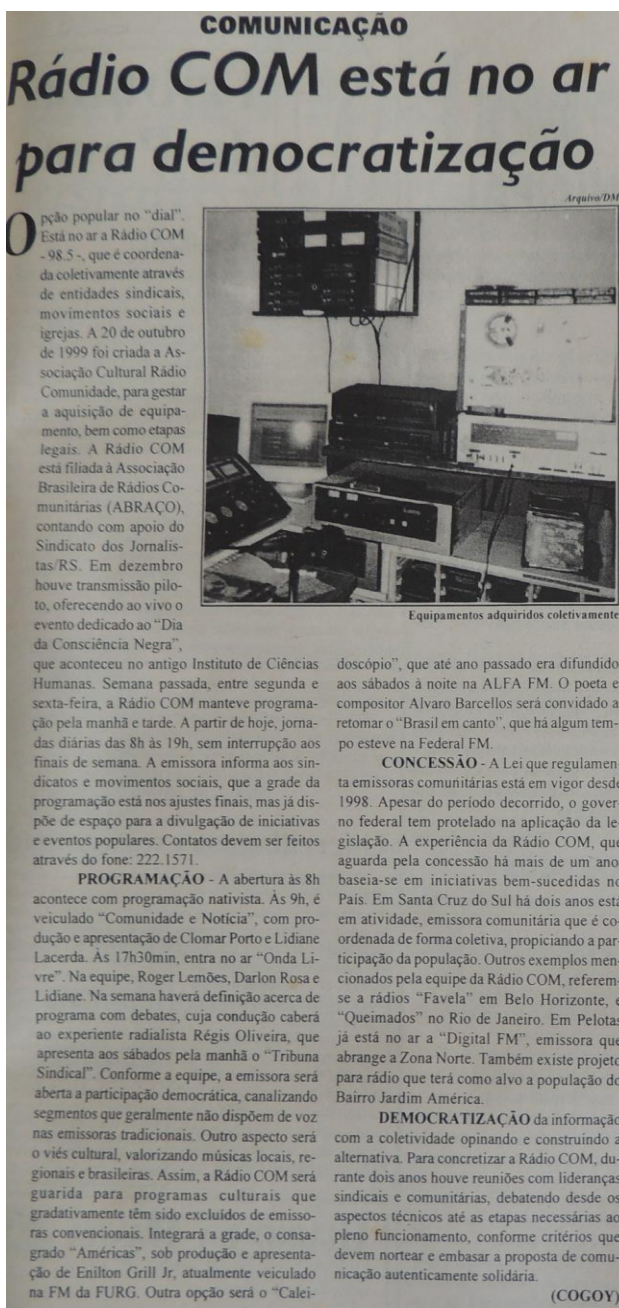
Uma notícia publicada no Diário da Manhã em 18 de junho de 2001, na página 3, aponta que a Associação Cultura Rádio Comunidade (RádioCom) foi fundada em 20 de outubro de 1999, com o propósito de coordenar a aquisição de equipamentos e condução as etapas legais permitidas para a criação da emissora.

Para concretizar a Rádio COM, durante dois anos houve reuniões com lideranças sindicais e comunitárias, debatendo desde os aspectos técnicos até as etapas necessárias ao pleno funcionamento, conforme critérios que devem nortear e embasar a proposta de comunicação autenticamente solidária (DIÁRIO DA MANHÃ, 2001, p. 3)

Já em dezembro daquele ano, ocorreu uma transmissão piloto, “oferecendo ‘ao vivo’ o evento dedicado ao Dia da Consciência Negra, que aconteceu no antigo Instituto de Ciências Humanas”.

A Rádíocom teve uma primeira experiência no ar, algo como uma pré-estreia, ao transmitir ao vivo do pátio do antigo Instituto de Ciências Humanas da UFPEL, um evento organizado pelo movimento negro de Pelotas: foi o 1º Encontro da Consciência Negra, que ocorreu no dia 18 de novembro de 2000. Os “rádiocomunitários” transferiram para o local todo o aparato de equipamentos da emissora para a realização da transmissão. O detalhe curioso é que a antena foi instalada no alto de um bambu, que foi tirado do varal de secar roupas da casa dos pais de um dos membros da rádio. Finalmente no dia 12 de junho de 2001 a Rádíocom entrou no ar. As coordenações são as seguintes: coordenação geral, financeiro, administrativo, programação, eventos, operação e patrimônio. (RÁDIOCOM, 2024)

Figura 6 - Rádio Com está no ar para democratização



Fonte: Diário da Manhã do dia 18 de junho de 2001, p. 3 - Acervo Bibliotheca Pública Pelotense

A notícia publicada sobre a RádioCom (Figura 6) enfatiza sua criação e funcionamento como um exemplo prático de democratização da comunicação. A RádioCom é descrita como um veículo comprometido com os movimentos sociais e sindicais, destacando-se por sua gestão coletiva e pelo vínculo com entidades de classe. A emissora surgiu em um contexto de luta por direitos e pluralidade, estabelecendo-se como um espaço alternativo frente aos veículos tradicionais.

O texto evidencia que a RádioCom opera com base na legislação específica de rádios comunitárias, regulamentada em 1998, o que confere legalidade às suas atividades. Essa regulamentação permitiu que a emissora fosse reconhecida como um canal de comunicação destinado à integração da comunidade, diferindo de rádios comerciais ao priorizar uma programação focada em temas locais e no fortalecimento de vozes marginalizadas.

A programação inicial da RádioCom é descrita como diversificada, incluindo programas como "Comunidade e Notícia", com enfoque no regionalismo, e "Onda Livre", que abrange debates culturais e sociais. Essa diversidade reflete o compromisso da emissora em atender aos interesses de diferentes segmentos da sociedade, promovendo a inclusão e a participação ativa de seus ouvintes. A rádio também se destaca pela transmissão de conteúdos educativos e culturais, como música nativista e programas de temática afro-brasileira, que dialogam com a riqueza cultural e histórica da região.

A matéria também aborda o papel da RádioCom como uma alternativa às emissoras tradicionais, permitindo que a comunidade exerça o direito à comunicação de forma participativa e horizontal. Essa proposta reafirma a importância das rádios comunitárias como instrumentos de democratização da informação, dando voz a grupos historicamente excluídos e promovendo debates sobre temas de relevância social.

Ao se consolidar como uma emissora comunitária que valoriza a coletividade e a pluralidade, a RádioCom exemplifica o potencial das rádios comunitárias para transformar o cenário comunicacional, oferecendo um espaço genuinamente democrático e acessível.

O site da emissora conta um pouco da sua história. A trajetória da Rádíocom teve seu início em 1998, impulsionada por sindicatos de trabalhadores de Pelotas, como o Sindicato dos Bancários e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Cooperativas da Alimentação. Esses sindicatos reconheceram “a importância da necessidade da democratização dos meios de comunicação no Brasil” e o seu papel como entidades representativas, decidindo promover encontros para a criação de uma rádio comunitária de caráter popular. Nas reuniões realizadas no Sindicato dos Bancários, ficou estabelecido que os princípios do movimento nacional de rádios comunitárias, representado pela Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO), seriam seguidos. Esse momento marcou o início de um processo de trocas de experiências, aberto à comunidade, que gradualmente incorporou mais sindicatos, movimentos e cidadãos.

Entre os setores que compuseram o “mosaico” inicial da experiência da Rádíocom estavam, além de representantes de diversos sindicatos, o movimento hip-hop, artesãos, músicos, ambientalistas, estudantes, curiosos, jornalistas, movimento negro, radialistas excluídos das rádios oficiais, etc. Um dado interessante é o de que, pelo fato da iniciativa de construção da emissora haver partido de sindicatos de trabalhadores, poderia haver o risco da emissora assumir um caráter de “rádio sindical”, porém desde o início o projeto orientou-se na perspectiva de um meio plural, aberto as iniciativas existentes na comunidade (RÁDIOCOM, 2024).

Os primeiros desafios na construção da emissora incluíam aspectos legais, financeiros e a definição de sua identidade. Para superar esses obstáculos, os sindicatos mobilizaram-se e implementaram uma política de cotas para aquisição de equipamentos. Ao mesmo tempo, foram discutidos temas como a potência da rádio, sua localização, modelo de gestão e programação.

Ficou definido que a emissora teria como princípios a luta pela liberdade e democratização dos meios de comunicação, dar voz aos movimentos sociais que são geralmente excluídos da mídia oficial local, denunciar os abusos da mídia oficial, ter programação voltada para a informação e educação, valorizar a cultura local e popular e proporcionar a participação da sociedade na emissora. (RÁDIOCOM, 2024)

O processo de fundação da Rádíocom se estendeu de 1998 a 2001, caracterizado por reuniões e debates sobre “o tipo de música que deveria e que não deveria tocar, de como seria a programação informativa, os programas, etc.”. Segundo o site da emissora, em 1999, após duas assembleias gerais abertas à comunidade e

divulgadas em jornais locais, “foi realizada a fundação da Associação Cultural Radio Comunidade FM de Pelotas – RádioCom”. Com a legalização da associação, foram enviados documentos ao Ministério das Comunicações solicitando a liberação de um canal de Rádio Comunitária para Pelotas, um pedido que até o momento ainda não foi deferido. No dia 18 de novembro de 2000, ocorreu uma pré-estréia da emissora, com a transmissão ao vivo do pátio do antigo Instituto de Ciências Humanas da UFPel, do 1º Encontro da Consciência Negra. Por fim, em 12 de junho de 2001, a RádioCom iniciou suas atividades.

A RádioCom se destaca como uma emissora comunitária comprometida com a democratização da comunicação e a participação ativa da comunidade. Em sua filosofia, a rádio não se limita a ser um mero veículo de transmissão de informações, mas busca promover um espaço de diálogo e engajamento social. Essa abordagem se reflete em suas práticas e na maneira como se relaciona com seus ouvintes.

Segundo a definição do sociólogo e ativista dos direitos humanos, Hebert de Souza, “o termômetro que mede a democracia numa sociedade é o mesmo que mede a participação dos cidadãos na comunicação”. A RádioCom preocupa-se em estar sempre posicionada ao lado dos agentes da transformação social. Dessa forma, a rádio não apenas divulga para o público ouvinte uma determinada informação e sim, convida-o para participar desse processo, sendo este um diferencial importante da RádioCom para os demais veículos de comunicação local. O caráter social, crítico e reflexivo das informações e músicas veiculadas na RádioCom se devem, em grande parte, a base de sustento e organização social, política e econômica deste veículo. Mantida por sindicatos de trabalhadores da cidade de Pelotas e demais cidadãos descontentes com os atuais rumos da comunicação no Brasil e conscientes da necessidade de participar no processo de formação e difusão das mensagens em meio a sociedade. A RádioCom está propondo uma nova forma de fazer comunicação em Pelotas e, recentemente, via internet, estende esta proposta ao mundo inteiro, por meio do sítio da rádio, www.radiocom.org.br (RÁDIOCOM, 2024).

A emissora adota uma abordagem fundamentada em princípios éticos que refletem seu compromisso com a justiça social e a inclusão. A rádio entende que, como veículo comunitário, sua missão vai além da simples veiculação de notícias; ela busca ser uma voz ativa nas lutas e demandas da sociedade.

A RádioCOM segue os princípios éticos da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO), a qual declara em seu artigo 2º que, “situa-se no campo dos movimentos populares, sendo seus associados comprometidos com os interesses e lutas destes setores

sociais, marcadamente contra qualquer forma de exclusão, discriminação ou preconceito, seja de raça, gênero, religião, orientação sexual, convicção política ideológico partidária ou condição social”. (RÁDIOCOM, 2024)

A RádioCom acredita que a comunicação deve ser reconhecida como um direito universal, não como uma concessão feita por autoridades. Esse princípio fundamental orienta a participação ativa dos ouvintes ao longo das 17 horas diárias de programação cultural da emissora. Em consonância com essa visão, a rádio adota o que está expresso no artigo XIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que afirma: “Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.” Assim, a RádioCom, em seu site institucional, defende que se empenha em criar um espaço em que a liberdade de expressão seja promovida e respeitada.

O entendimento do papel político e social deste veículo de comunicação não se limita à programação informativa da rádio. Por meio da programação musical, também ressaltasse o papel importante da diversidade cultural e da valorização da cultura local e regional brasileira, princípios essenciais da proposta de comunicação livre e educativa que a RádioCom se propõe a fazer. São cerca de 85 rádio-companheiros (pessoas que contribuem para a construção e manutenção desse canal comunitário) dedicando-se a levar para a comunidade pelotense um projeto de comunicação independente que abrange as lutas sociais da maioria silenciosa, ou seja, dos grupos sociais excluídos nos veículos de comunicação tradicionais. A RádioCom entende que é possível transformar o paradigma de comunicação existente na atualidade, o qual propõe que a informação é uma apenas uma mercadoria e os receptores meros consumidores de uma versão factual da realidade. A proposta da rádio é simples e clara, “não há pessoas nem sociedades livres sem liberdade de expressão e de imprensa. O exercício desta não é uma concessão das autoridades; é um direito inalienável do povo” (um dos princípios adotados pela Conferência Hemisférica sobre Liberdade de Expressão realizada em Chapultepec, México, D.F., no dia 11 de março de 1994) (RÁDIOCOM, 2024).

Entre os principais programas da emissora, pode-se destacar o “Navegando²³”, um programa musical que inclui notícias sobre o tema e entrevistas com artistas e produtores culturais. O programa “Ouvidores de Vozes²⁴”, no ar desde

²³ Navegando – Especial do Programa Navegando nos 19 anos da RádioCom. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vsHpu5-w8So>. Acesso em: 27 de junho de 2024.

²⁴ Ouvidores de Vozes – Especial do Programa Ouvidores de Vozes nos 19 anos da RádioCom. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DGWeV1zHL1I>. Acesso em: 27 de junho de 2024.

2018, iniciativa coletiva de integrantes da Associação dos Usuários de Serviços de Saúde Mental de Pelotas (AUSSMPE) e do Grupo de Pesquisa em Enfermagem, Saúde Mental e Saúde Coletiva da Faculdade de Enfermagem da UFPel, com o objetivo de promover a luta antimanicomial. Além dos programas “Nós Nosotros²⁵”, “Vozes do Mundo²⁶”, “Sociedade em Debate²⁷”, “Outras Vozes²⁸”, e o “Lua Sangrenta²⁹”, que será aprofundado mais adiante.

O rádio brasileiro, desde sua consolidação, recebeu muitas mulheres em sua prática laboral; entretanto, elas participavam das radionovelas e musicais e muito pouco em funções da radiodifusão. Nesses programas, as mulheres eram representadas de acordo com as regras de boas maneiras da época. Contudo, as equipes das emissoras eram majoritariamente compostas por homens.

As mulheres participaram do desenvolvimento do rádio brasileiro desde a formação das primeiras emissoras. No entanto, pouco sabemos sobre como se deu tal participação, menos ainda sobre as contribuições femininas para a popularização ou para os processos de inovação que possibilitaram a constante renovação da relevância política e social do meio. De maneira geral, os registros mais detalhados estão centrados na área da música, em particular, na experiência protagonizada pelas cantoras que se destacaram como rainhas na chamada era de ouro do rádio. Sobre as demais profissionais - que comandaram programas diversos, atuaram na área do jornalismo ou que foram responsáveis pelos trabalhos de gestão e produção -, o que encontramos são, principalmente, vestígios de presença, ou seja, alguns nomes e informações dispersas que aparecem citados em obras memorialistas e acadêmicas que compõem a narrativa histórica predominante. (JULIANA BETTI & VALCI ZUCULOTO, 2021, p. 1)

Com uma produção sofisticada na época, o rádio, com os programas de calouros, emergiu com a participação de muitas mulheres que, através dele, ficaram conhecidas e emocionaram o país, muitas delas tornaram-se “Divas do Rádio”, como é o caso de Dolores Duran, Maysa, Zezé Gonzaga, Ademilde Fonseca, Ângela Maria,

²⁵ Nós Nosotros – Especial Nós Nosotros nos 19 anos da RádioCom. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZRLVJUUYtWs>. Acesso em: 27 de junho de 2024.

²⁶ Vozes do Mundo – Especial Vozes do Mundo nos 19 anos da RádioCom. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fVKaTYOFEx8>. Acesso em: 27 de junho de 2024.

²⁷ Sociedade em Debate – Especial 19 anos da RádioCom – Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GeUT9QTY3LY>. Acesso em: 27 de junho de 2024.

²⁸ Outras Vozes – Especial Outras Vozes nos 19 anos da RádioCom. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fyAz7p5DCE>. Acesso em: 27 de junho de 2024.

²⁹ Lua Sangrenta – Especial Lua Sangrenta nos 19 anos da RádioCom. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fGMRwIYw-WQ&t=18s>. Acesso em 27 de junho de 2024.

Emilinha Borba, Marlene, Dalva de Oliveira, Elizeth Cardoso, Nora Ney, Linda e Dircinha, Isaurinha Garcia e Inezita Barroso (AGUIAR, 2010).

A Era do Ouro do Rádio, contudo, não trouxe consigo nenhuma mudança quanto à expressividade da participação feminina neste meio. Ao contrário, deste período até meados dos anos 1970, a presença feminina nas rádios brasileiras era reflexo da sua posição na sociedade: as mulheres que trabalhavam nas rádios tinham seu espaço limitado aos assuntos considerados de domínio feminino, como cuidados domésticos e com a aparência. Outro mote que permitia a presença feminina era a música e as radionovelas, onde a mulher também podia cumprir o papel de servir e cuidar do homem e da família (SOFIA DIETMANN & LESLIE CHAVES, 2020, p. 67).

Aos poucos, as mulheres conseguiram expandir sua participação no mundo do trabalho. Apesar da televisão ter dado mais espaço para as comunicadoras, o rádio continua sendo um ambiente muito masculino, especialmente, nas cidades do interior que ainda têm um forte apelo voltado ao público masculino no quadro de programação das emissoras. Vale ressaltar que, apesar da televisão ter uma participação maior de trabalhadoras, poucas delas conseguem assumir cargos de maior responsabilidade e poder.

Em Pelotas, foram identificadas poucas pesquisas que trabalham com o Rádio em geral e nenhuma delas trata de questões de gênero. No Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História, da Universidade Federal de Pelotas, intitulado NAS ONDAS DO RÁDIO: as transformações do ofício ao longo do século XX e a busca dos trabalhadores pelos seus direitos (Pelotas/RS), Kurz (2016), analisa a história do rádio no Brasil, traçando os processos de transformação desde as primeiras irradiações na década de 1920, até os dias de hoje com as transmissões via internet e a migração das emissoras de Amplitude Modulada (AM) para a Frequência Modulada (FM). No bacharelado em História, pela mesma Universidade, o pesquisador (2019) apresentou a monografia O RÁDIO PELOTENSE NA VIRADA DO SÉCULO XX (1995-2002): Organização do Arquivo Pessoal Sonoro do radialista Roberto dos Reis Costa, que apresenta a importância e as possibilidades de pesquisa dos Arquivos Pessoais para o estudo sobre a história do Rádio na cidade de Pelotas/RS. Já no mestrado, Kurz está pesquisando as relações da madrugada nas ondas do programa “Pelotas à Noite” (1997-2002).

Outra pesquisa que tem como objeto de estudo as emissoras pelotenses é a dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da

Universidade Federal de Santa Maria, a autora Kalliandra Conrad (2013) estuda a RádioCom FM, de Pelotas. A pesquisa busca investigar como as estratégias comunicacionais de mobilização social das rádios comunitárias contribuem para a democratização da comunicação.

Já no que diz respeito ao restante do país, uma pesquisa que investiga a presença feminina no radiojornalismo cearense, de autoria de Ana Vitória Paiva (2017) conta a trajetória da primeira radialista do Ceará, na década de 1980. De acordo com a autora, a radialista Adísia Sá inicialmente foi impedida por sua mãe de trabalhar, pois a emissora possuía apenas trabalhadores homens. Logo em seguida, teve o apoio do pai para tornar-se jornalista.

Sobre a história das mulheres no rádio, Maria Inês Amarante (2011) apresenta em um artigo três experiências radiofônicas femininas: o programa Palavra de Mulher da Rádio Educadora de Goiás, o programa Voz da Mulher, da Rádio Difusora de Goiânia, e o programa Vida de Mulher da Rádio Comunitária Independência, do Ceará. A autora pontua os diversos projetos desenvolvidos pelas mulheres que tornam esses programas realidade, que culminaram, por exemplo, com a fundação da Associação Mulheres na Comunicação, para efetivar capacitações de temáticas trabalhadas com multiplicadores nos movimentos sociais. Para ela:

Se apesar das desigualdades as mulheres já conquistaram vias próprias de acesso protagonizando tantos projetos nos meios de comunicação, ao ocuparem o poder elas, certamente, vão multiplicar este trabalho educativo, criativo e questionador para impulsionar a evolução feminina (MARIA INÊS AMARANTE, 2011, p. 13)

Em pesquisa que aborda a contribuição da mulher nas rádios de Imperatriz-Maranhão, desde a fundação da Rádio Imperatriz AM, em 1978, Sara Cristina Ribeiro (2017, p. 16) lembra que a emissora proporcionou a inserção da primeira mulher na sua comunicação radiofônica em 1982. A pesquisa revelou a participação de nove radialistas mulheres. “Dentre as nove entrevistadas, cinco compartilhavam o ‘sonho de fazer rádio’, afirmando, no passado, terem sonhado em poder algum momento da vida inserir-se na profissão e fazer parte do meio radiofônico”.

Outro estudo que aborda a presença feminina nas rádios de Chapecó-SC, mostra a mesma realidade. Lidiane Pagliosa e Hermes (2018, p.14), realizaram uma reflexão sobre os fatores que fazem o rádio chapecoense possuir poucas vozes femininas e identificaram 80 homens que trabalharam nas rádios da cidade, em

contrapartida a apenas 22 mulheres. A estimativa aponta que os homens no rádio ganham salários maiores que as mulheres, em parte porque ocupam mais funções ou possuem espaços terceirizados. As mulheres, por outro lado, têm menos chances de atuar em múltiplas funções, tanto pela falta de oportunidades quanto pela exigência de vender publicidade para expandir seu espaço.

Um artigo de Aline Schuster e Fernanda Pedrazzi (2008) aborda a presença feminina nas rádios de Frederico Westphalen, no Rio Grande do Sul, especificamente nas duas emissoras da cidade: Rádio Luz e Alegria e Rádio Comunitária. O estudo, realizado em 2007, revelou que, na Rádio Comunitária, apenas oito mulheres atuaram como locutoras, enquanto na Rádio Luz e Alegria, nenhuma mulher foi identificada ao longo dos 40 anos de existência da emissora. As autoras destacam, além da responsabilidade dos radialistas sobre o conteúdo transmitido, o poder que esses profissionais exercem ao decidir o que será veiculado e de que forma, influenciando diretamente a opinião pública e a vida das pessoas.

O rádio tem o poder de resumir, de maneira própria, e com simplicidade, o cotidiano da vida das pessoas, e de informá-las a respeito daquilo que não podem acompanhar de perto. E mais: quem define o que vai ser colocado no ar, e ouvido pelos clientes, é o jornalista responsável ou radialista, o que é, com certeza, uma grande responsabilidade (ALINE SCHUSTER & FERNANDA PEDRAZZI, 2008, p. 6).

Nas conclusões, as autoras ressaltam que o rádio na cidade ainda é dominado pelos homens, sendo que apenas uma mulher trabalhava na área naquele ano. Um dos motivos defendido pelas autoras para a quase nula participação feminina seria a dificuldade de conciliar a profissão, a vida pessoal e o trabalho na rádio, tendo em vista que não é possível para a mulher manter-se apenas com o trabalho de locutora, devido aos poucos rendimentos.

Em pesquisa sobre as mulheres no jornalismo esportivo de rádio e televisão em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Laura Luz (2015) avalia que os movimentos sociais feministas alcançaram várias conquistas; entretanto, ainda existem dificuldades para que as mulheres consigam atuar nessa área. Um fato que atrasou a entrada das mulheres nesses espaços foi a participação das mulheres no futebol, que foi proibida em alguns momentos da história no Brasil. Em 1941, por exemplo, o Conselho Nacional de Desportos proibiu a participação de mulheres em algumas

modalidades esportivas e, em 1965, a participação das mulheres foi proibida no futebol.

Ao avaliar as razões que a levaram a pesquisar sobre o tema, Laura Luz (2015) conta que trabalhou em dois veículos de comunicação, conjecturando uma vaga nos setores de esporte. O objetivo da autora era trabalhar na reportagem; contudo, a jornalista revela que não conseguiu chegar na produção. Na televisão, observa-se uma maior participação de mulheres nas coberturas esportivas, mas o rádio segue sendo um ambiente laboral preponderantemente masculino.

As mulheres não são passivas nem submissas [...] Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência [...] Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história (MICHELLE PERROT, 2001, p.212).

Como explicitado, apesar de ainda serem poucas as pesquisas relacionadas à presença feminina nos ambientes radiofônicos, há uma crescente nas pesquisas historiográficas que exploram esse objeto de estudo. São histórias marginalizadas, uma vez que, por vezes, importantes trabalhos realizados pelas mulheres na radiodifusão são esquecidos ou ignorados. Desta forma, essa pesquisa se soma a outras, buscando apontar o papel dessas mulheres no rádio e o papel do rádio na vida dessas mulheres, mostrando a importância dessa representatividade e a contribuição dessas mulheres para a democratização e evolução desses espaços dentro das relações de gênero.

2 Vozes que resistem: narrativas das radialistas pelotenses

2.1 DJ Helô – “É um ambiente muito masculino, qualquer rádio, mesmo a nossa que é uma rádio de esquerda, mantida pelos sindicatos”

A entrevista com a Heloisa Helena Ferreira Duarte, a DJ Helô, aconteceu em sua casa, no bairro Fátima. Como admiradora da artista, eu estava ansiosa para o encontro e convidei minha orientadora para me acompanhar na conversa, realizada no dia 24 de setembro de 2022. Mulher, negra, lésbica, DJ e radiocomunicadora, Helô tem uma trajetória marcada pela luta e resistência, com uma história de reconhecimento na cultura popular de Pelotas e região. O ambiente da casa da Helô, como amigos já haviam me descrito, é fascinante. Uma potente aparelhagem de som e uma vasta coleção de CDs, LPs e revistas sobre música decoram o espaço simples, revelando um pouco do imenso conhecimento que ela acumulou como artista, um verdadeiro patrimônio da cultura musical, sem grandes luxos.

Nascida no dia 2 de agosto de 1961, em Pelotas, Helô é cuidadora de uma tia que mora com ela e, além disso, compartilha o lar com um cachorro muito dócil. Durante a entrevista, que durou cerca de duas horas, a narradora relembrou sua trajetória como comunicadora que se conecta com a sua experiência como DJ.

Apesar de não ser jornalista, Helô começou a trabalhar como radialista em 1985, quando se mudou para Santa Vitória do Palmar. Posteriormente, retornou a Pelotas e, após receber vários convites, decidiu assumir um programa na RádioCom. Ela já participou do programa “Manhã Cultural” e, atualmente, é responsável pelos programas “Navegando” e “Quinta Preta”.

Oradora nata, Helô está acostumada a ser objeto de pesquisas acadêmicas e dar entrevistas.

2.1.1 DJ Helô e sua narrativa

Sou DJ³⁰, radialista, mãe de cachorro e cuidadora de tia. Eu sou muitas coisas. Nunca fiz um curso que me vinculasse a nada, exceto quando fui para a universidade

³⁰ As narrativas das mulheres entrevistadas serão apresentadas em itálico ao longo do texto, com o objetivo de facilitar a compreensão entre a análise autoral e as falas das entrevistadas.

estudar produção fonográfica. Sou autodidata em tudo, tanto como DJ quanto como radialista e não gosto de dizer que tenho nível superior, porque, para mim, nada é superior a nada.

Sempre fui DJ. Já trabalhei em loja, fui garçonete e tocava na boate ao mesmo tempo. Em 2023, completo 40 anos colocando som. Foi uma luta pra conseguir meu primeiro disco e toca-discos, mas assim que experimentei, não consegui mais parar. Hoje, essa é a minha vida. Tudo que eu compro, penso e imagino para o futuro está relacionado com música. Toco em casamentos, formaturas, batizados e faço as minhas próprias festas, como o réveillon e o meu aniversário. Sou muito feliz por ser considerada um patrimônio cultural da cidade. Já fui cartão postal, estou no Almanaque dos 200 anos e até no primeiro álbum de figurinhas da cidade. Tudo isso me orgulha muito, porque sou mulher, preta, pobre, sapatão e não precisei me prostituir. E quando digo prostituir, me refiro à prostituição musical, em que você faz qualquer coisa para tocar. Sempre cobre caro pelo meu trabalho e, mesmo assim, nunca fiquei sem serviço.

Minha trajetória musical tem muito a ver com a minha família. Em casa, escutávamos samba e bolero, mas o rádio AM sempre estava presente e foi de lá que tirei minha paixão pela música. Lá em casa, o rádio não estava ligado o tempo todo, porque a minha mãe não gostava muito de barulho, mas escutava as radionovelas. Eu lembro de poucas radionovelas, mas lembro das notícias. Pela manhã dava notícias sobre as pessoas que estavam hospitalizadas e no meio disso tudo tinha música, tinham programas musicais. Aos domingos ouvíamos as paradas de sucesso. A tia Inês, que mora comigo, até hoje dorme com o rádio baixinho ligado.

Minha entrada no rádio aconteceu em 1985, quando morei em Santa Vitória do Palmar. Eu adorava imitar os radialistas, principalmente quando eles liam as notas de falecimentos. Eu tinha uma amiga e a família dela tinha um baita som na sala e eu gostava de fazer um som e brincar de rádio lá na casa dela. Uma uruguaia, amiga deles, me ouviu e disse que ia me levar para fazer um comercial na Rádio Cultura. No dia seguinte, fui, fiz o comercial, me dei bem e já fiquei trabalhando. Pouco tempo depois, comecei a botar som na AABB, com apenas seis discos que nem eram meus e nunca mais parei. Fiquei por um ano e meio fazendo um programa de rádio de manhã, mas acabei saindo por conta do meu gosto musical. Santa Vitória tem muita ligação com granja, com estância, então o som da região era voltado mais para a música gaudéria.

Lá na Rádio Cultura, não lembro o nome do programa que eu fazia, mas era pela manhã, das 10h às 11h. Quando eu comecei a trabalhar na Rádio Cultura, o rádio era completamente analógico, mas quando eu entrei na RádioCom, já tinha computador e agora mudou mais ainda, porque agora ela é híbrida, o ouvinte pode “ver” a rádio nas redes sociais.

Voltei para Pelotas em 1991 e fiz uns dois spots³¹ de rádio, mas nunca mais trabalhei diretamente com isso, apenas participava de entrevistas como DJ. Quando começou a movimentação da RádioCom, fiz alguns spots e passei a participar do programa do Eduardo Matarredona, que era um diretor de teatro. Quando ele saiu, assumi o programa por um período, nas sextas-feiras, das 9h às 10h. Após 10 anos que eles pediam para voltar para a rádio, um dia liguei para o Zé e disse: “Amanhã me espera que eu vou fazer o programa”. Faz seis anos que estou fazendo o “Navegando” e o “Quinta Preta” que é dentro do “Navegando”.

Durante a pandemia, criamos o quadro “Navegando convida Amigos”, as pessoas nos mandavam playlists e fazíamos lives conversando sobre como elas tinham construído a playlist e porque elas gostavam de cada música. Depois que a pandemia terminou, voltei para o estúdio e o quadro terminou, mas o coletivo de amigos continua. Então nas segundas-feiras eles me mandam playlists com as informações e eu coloco no programa.

Na rádio, trabalho das 16h às 18h contando a história das músicas que eu toco no programa. Na segunda-feira o coletivo que me manda a playlist, na terça-feira monto a minha e falo dos discos, de cada música que eu toco, quem fez, quais são as versões. Na quarta-feira, entrevisto um artista local, na quinta-feira, faço a “Quinta Preta” e na sexta-feira, quando não há entrevista, chamo alguém que está divulgando um projeto. Tenho muito material, mas na rádio não tem mais aparelho de CD e prato para tocar LP, é tudo digital, no Spotify, mas nem tudo que a gente quer tocar está lá ou no Youtube. Além disso, muitas vezes a qualidade das faixas disponíveis online não é boa o suficiente para rodar. Então, é preciso filtrar o que podemos tocar e contar a história dessas músicas.

³¹ Spots – Com o advento da radiodifusão, o substantivo inglês spot – originalmente usado para designar um estigma moral, uma marca negativa (Oxford, 2009) - passou a indicar os anúncios curtos no intervalo das transmissões, explorando, do sentido da palavra, a ideia de algo que se destaca ou pretende se destacar em meio a dado contexto. (FERRARETTO, 2014, p. 243)

Em relação às mulheres na rádio, vi algumas figuras importantes. A Didi foi muito atuante no jornalismo e a Vanessa foi chefe do jornalismo e segurou a barra durante a pandemia. A Vera Lopes ia para o estúdio e tinha outras mulheres que faziam outros programas como o Pachamama, que com a pandemia foi terminando. Mas como dirigente da rádio nunca teve nenhuma mulher. Eu não tenho uma inspiração, mas eu gostava de escutar a voz da Cleusa Pimenta, uma voz muito peculiar na Rádio Pelotense. Assim como a Dora Elisa, elas trabalhavam juntas, fizeram rádio por muito tempo e eu achava bacana, porque era uma coisa mais calma. Por exemplo, quando a gente fala da Rita Gastal, da Atlântida, ela já é da vibe FM, que fala tudo muito rápido, é uma linguagem diferente, que eu acho legal também. A Cleusa e a Dora não foram minhas inspirações, porque nessa época eu não tinha a pretensão de fazer alguma coisa no rádio, mas eram figuras que eu admirava dentro daquilo que hoje eu penso para a rádio, eu gostava de ouvir.

Mas o rádio é um ambiente muito masculino, mesmo a nossa que é uma rádio de esquerda e é mantida pelos sindicatos. A RádioCom é uma rádio muito machista, as mulheres reclamam muito do ambiente e acho que pela nossa postura política, precisaríamos ter outro trato. A rádio fala pouquíssimo de negros, de racismo e é uma rádio muito machista. Vejo isso no programa “Sociedade em Debate”, a Vera é interrompida e ninguém deixa ela falar, ela não tem voz, mesmo tendo tanto conhecimento de história, de política e de muitos outros assuntos. Quando está o “macharedo” todo eu fico escrevendo assim: “Deixem a Vera falar, não interrompam”.

Na primeira rádio que eu passei, o preconceito era musical. Eu sei identificar quando a discriminação é racial ou de gênero. Na RádioCom, nunca tive problemas com isso, mas, como só o fato de manter um ambiente dominado por homens já pode ser considerado algo preconceituoso. Eu acredito que as rádios comunitárias devem ser um espaço para as pessoas serem quem elas são. A Rádio Favela que inspirou a RádioCom, começou com aquele transmissor pequeno, mas ela começou sendo uma rádio à serviço da comunidade mesmo, tipo: “Tem algum médico que possa atender o seu fulano, que está com dor”. A RádioCom, porém, é uma rádio política, mas não faz nenhuma ação comunitária. Proponho várias vezes campanhas sociais, mas nunca sou ouvida. A nossa rádio trata apenas de política, tanto que nós temos só um programa de música, que é o meu. Esse tipo de iniciativa é algo que geralmente vem das mulheres, mas falta ação.

Eu fico escrevendo quando escuto os programas: “Fulano, deixa a Fulana falar”. Uma amiga minha foi no “Contraponto” e saiu do programa sem conseguir falar. Eu disse para o entrevistador: “Porra, tu trata mal as mulheres, cara”. Acontecia muito com a Vera e é muito chato. Eles te perguntam e eles mesmo respondem.

O programa “Lua Sangrenta” era um programa sensacional, feito por cinco mulheres, mas como era voluntário, acabava gerando um pouco de insegurança. A RádioCom, com seus 21 anos, ainda é um pouco amadora, opera muito com base no voluntariado. No meu programa “Quinta Preta”, temos uma boa audiência, chamamos pessoas negras para contar suas histórias, desde o primeiro ato de racismo que elas lembram. Já tivemos entrevistados que disseram que nunca sofreram racismo. Três homens pretos disseram que não sofreram racismo e duas pessoas disseram que só se deram conta que eram pretas quando chegaram a Pelotas, porque elas eram filhas de negros mais claros com o cabelo alisado. Antes disso, elas não eram tratadas como negros e mesmo quando acontecia algum tipo de racismo na escola, por exemplo, elas não se colocavam nesse lugar. Então elas chegaram aqui, entraram na universidade e alguém tratou diferente ou alguém disse: “Preto, não sei o que?”. Também já colocamos pessoas brancas para falar do seu racismo. Perguntamos se elas são racistas e elas dizem que não. Mas quando perguntamos se elas conhecem alguém racista, elas dizem que sim.

Na pandemia, a RádioCom parou por um tempo, muita gente saiu, alguns programas terminaram e algumas coisas estão voltando agora. O Programa “Lua Sangrenta” foi um que terminou. Já o “Sociedade em Debate”, a Vera até hoje está fazendo de casa, até mesmo por problemas de saúde. Eu prefiro estar dentro do estúdio, porque a qualidade é melhor e o ambiente do estúdio é outro, por exemplo, eu estou aqui e o meu cachorro está latindo.

A pandemia para mim foi assim: “O que nós temos para fazer? Assistir séries ou ler um livro”. Embora para muitas pessoas isso não tivesse chegado, só os pensamentos, a falta de alguém, a falta de “alguéns”, a morte de “alguéns”, enfim... Para quem, como eu, se alimenta literalmente da arte, a pandemia mostrou como é estar só, sem afeto. Eu que sou uma pessoa que adora abraçar, é difícil passar muito tempo sem abraços. Ao mesmo tempo tu consegues olhar para ti e mexer nas tuas coisas, mexer em livros que há muito tempo tu não lês, mexer em discos que há muito tempo tu não escutas, falar de música pelo WhatsApp, conhecer autores e filmes novos, descobrir coisas que as pessoas inventaram para nos mostrar como é toda

essa solidão, porque a pandemia veio para nos mostrar como é estar só. E acho que serviu para os artistas mostrarem um outro tipo de criatividade. Fiz duas lives durante a pandemia e o réveillon, vendi 300 ingressos que na verdade eram 300 casas, mas cada casa tinha várias pessoas. E eu fui uma das artistas que mais ganhou dinheiro com isso, foram R\$ 7 mil em uma única live.

Hoje, a tecnologia permite que mais pessoas escutem o rádio. O RadiosNet³², por exemplo, permite que pessoas escutem rádios de todo o mundo. Para mim, a rádio nunca morreu, sempre tem alguém que ouve rádio. Eu sou apaixonada por futebol e nas grandes torcidas tu sempre vê pessoas com o radinho, a narração é diferente da televisão.

2.1.2 Decodificando vozes: análise da narrativa da DJ Helô

A narrativa de Helô mostra o quanto a atuação dela como DJ está refletida no trabalho de radialista. Apesar de ter começado primeiro no rádio, o programa já era musical. Além disso, a artista conta que muitas vezes participou de programas no rádio para falar sobre a sua profissão de DJ.

Ao longo de sua vida, Helô construiu uma identidade de resistência, o que se reflete em sua narrativa, na qual demonstra orgulho de suas conquistas e de sua identidade múltipla: preta, lésbica, periférica e autodidata. Ela vê sua própria existência como um ato de resistência e tem orgulho de ser considerada um "patrimônio cultural" da cidade de Pelotas, com sua presença registrada no "Almanaque dos 200 anos" e no "primeiro álbum de figurinhas da cidade". Esse reconhecimento é significativo, pois desafia as estruturas de poder que historicamente excluem pessoas negras e periféricas do reconhecimento oficial. Helô subverte essas normas ao ser reconhecida por sua trajetória de luta e resistência, reforçando a importância da cultura popular e do rádio comunitário.

Contudo, ela enfrenta em sua carreira a realidade de um ambiente predominantemente masculino. Mesmo em uma rádio de perfil progressista e de

³² RadiosNet - é o aplicativo do portal radios.com.br com milhares de rádios online do Brasil e do mundo separadas por país, estado, província, regiões e segmentos de programação, facilitando assim a busca da emissora desejada.

esquerda³³, como a RádioCom, ela destaca o machismo presente, refletido na maneira como as mulheres são tratadas, interrompidas e silenciadas. A invisibilização das mulheres em cargos de liderança é outro ponto crítico. Mesmo com sua experiência, a DJ vê poucas mulheres no comando de programas e menos ainda em posições decisórias. Quando o foco se volta para as mulheres negras, o cenário se torna ainda mais desafiador. A cultura contribui para a perpetuação de estereótipos predefinidos, transmitidos de geração em geração com poucas mudanças, restringindo a representação do negro a papéis populares, embora por vezes rentáveis. Conforme Lélia González (1982, p. 105), “no registro que o Brasil tem de si mesmo o negro tende à condição de invisibilidade”.

Helô afirma que, na RádioCom, não experimentou diretamente o racismo, mas essa afirmação levanta uma questão importante: em um ambiente onde o racismo estrutural é tão presente na sociedade, é possível que Helô realmente tenha escapado dessas dinâmicas? A ausência de um episódio específico de discriminação explícita não significa necessariamente que o racismo esteja ausente; ele pode, muitas vezes, manifestar-se de maneira sutil, quase invisível, por meio de comportamentos e normas culturais que acabam por reforçar hierarquias e estereótipos raciais. Djamilia Ribeiro (2017, p.133) alerta para as várias camadas da opressão racial que mulheres negras vivenciam, destacando que “a violência e a invisibilidade atingem de forma mais grave quem combina mais de uma opressão”. A ausência de uma percepção clara do racismo pode indicar, na verdade, um tipo de opressão silenciosa que se normaliza ao ponto de não ser diretamente identificada como discriminação.

Por outro lado, a valorização ou a depreciação de determinados estilos musicais, como Helô observou em outra rádio, também pode ser uma manifestação velada de racismo, já que muitos desses gêneros estão historicamente ligados à cultura negra. Embora a RádioCom, em sua missão de comunicação comunitária, busque dar espaço à diversidade cultural, permanece a dúvida se o racismo sutil e estrutural realmente está ausente em sua rotina. Helô pode não ter vivenciado o racismo de forma direta ou consciente, mas será que isso se deve a uma inclusão genuína ou à natureza mais invisível e indireta do preconceito racial? Essa

³³ Para o conceito de ‘esquerda’, a referência aqui utilizada tem como base a sintética definição de Norberto Bobbio, erigida sobre a dicotomia igualdade/desigualdade. Segundo o filósofo italiano, são ‘de esquerda’ os que encaram a igualdade como um valor primordial, enquanto o campo da ‘direita’ seria constituído pelos que priorizam a desigualdade, valorizada como algo positivo. (FUSER, 2018, p.84).

ambiguidade levanta uma reflexão crucial de como reconhecer e questionar o racismo quando ele não se apresenta de maneira explícita, mas se esconde nos detalhes da rotina e das interações cotidianas.

A própria Helô reflete também sobre como o racismo é muitas vezes invisível, tanto para a sociedade quanto para as próprias vítimas. Quando fala sobre racismo, Helô traz à tona o papel de narrativas que tentam invisibilizar o racismo, como quando entrevistados negros afirmam que nunca sofreram discriminação, até perceberem em algum momento de suas vidas. Esse fenômeno reflete como o racismo pode ser internalizado e mascarado por preconceitos culturais que não se reconhecem como opressivos.

Embora tenha se sentido protegida do racismo na RádioCom, Helô ainda observa como essa opressão afeta outras áreas da sociedade. Analisando a trajetória da interlocutora, que é uma mulher negra, empoderada, reconhecida e respeitada na cidade, principalmente nos movimentos sociais, é possível pensar que as pessoas prefiram não entrar em conflito com ela. Contudo, é importante destacar que uma das formas de racismo é o racismo velado, que ocorre de maneira disfarçada e sutil; até mesmo o agressor pode não perceber que está ferindo a honra e os direitos da vítima. Em entrevista ao programa “Roda Viva”, no dia 14 de março de 2022³⁴, a jornalista Glória Maria abordou a questão do racismo de forma incisiva. Quando questionada se sua fama a protegia do racismo, ela respondeu: “Nada blinda preto de racismo”. Com essa declaração, Glória Maria destacou a realidade do racismo que persiste independentemente de status social ou reconhecimento público. Sua resposta evidencia que a discriminação racial é um problema estrutural que afeta todas as pessoas negras, independentemente de suas conquistas ou visibilidade. Essa percepção é reforçada por estudos que evidenciam como o racismo no Brasil muitas vezes se manifesta de forma disfarçada, dificultando sua identificação e enfrentamento.

[...] torna-se muito difícil delinear a situação de discriminação racial, pois foram criados mecanismos sociais sofisticados que negam o preconceito. A discriminação é geralmente veiculada de uma forma encoberta, através de frases educadas e de eufemismos, alimentando a ideia de que no Brasil o preconceito não existe, o que evidentemente é uma inverdade. (FERREIRA & CAMARGO, 2011, p. 377)

³⁴ Programa Roda Viva do dia 14 de março de 2022 – A jornalista Vera Magalhães recebe Glória Maria, repórter e apresentadora. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wgkRIeIW7I8> . Acesso em: 14 de fevereiro de 2023.

Outro ponto de destaque na fala da DJ é o fato de que, apesar de ser um veículo de comunicação de esquerda, mantido por sindicatos da cidade e estar pautado por temáticas sociais, a RádioCom é um ambiente machista, em que as opressões estão presentes. Um ambiente progressista não necessariamente é um ambiente sem machismo, racismo, homofobia e demais discriminações e preconceitos, colaborando com a teoria de que todas as opressões são estruturais. Apesar de toda luta, ainda existe a separação de homens e mulheres em determinadas profissões, antes as mulheres eram encaminhadas para ofícios ligados à assistência e ao cuidado. Na atualidade, muitas vezes, essa discriminação se dá nos espaços, pela invisibilidade, pela presença acanhada de mulheres e pela desvalorização do trabalho. Helô ressalta que a emissora é um espaço muito machista, com poucas mulheres e nenhuma em cargos de poder.

Esse machismo é sentido de maneira mais aguda quando as mulheres tentam ocupar posições de destaque. O machismo no ambiente de trabalho também se manifesta na resistência que as mulheres enfrentam ao tentar ocupar espaços de poder. Helô comenta como Vera Lopes, sua colega na rádio, é frequentemente interrompida e desrespeitada, mesmo tendo grande conhecimento sobre história e política.

A liberdade de comunicação feminina é limitada por uma estrutura de violência em forma de diferentes barreiras que restringem a participação ativa de mulheres. A violência contra as mulheres é materializada no homem que agride uma mulher para silenciá-la, na violação do corpo feminino, no impedimento da denúncia de estupro, na invalidação do depoimento feminino e no silenciamento final via assassinato. Todas essas formas de violência não apenas ofendem e desrespeitam a dignidade das mulheres como sujeitos, mas também retiram seus direitos. Rebecca Solnit (2017, p. 35) observa que o silenciamento é mais do que a ausência de fala: “é uma recusa das nossas vozes e do que significa uma voz: o direito de autodeterminação, de participação, de concordância ou divergência, de viver e participar, de interpretar e narrar”.

Se ter voz, poder falar, ser ouvido e acreditado é essencial para ser um participante, uma pessoa com poder, um ser humano com pleno reconhecimento, então é importante reconhecer que o silêncio é a condição universal da opressão, e existem muitas espécies de silêncio e de silenciados. (REBECCA SOLNIT, 2017, p. 35)

Rebecca Solnit (2017, p. 35) também ressalta que “os direitos humanos não se resumem a isso, mas isso é essencial para eles, e assim pode-se considerar a história dos direitos e da falta dos direitos das mulheres como uma história do silêncio e do rompimento do silêncio.” Dessa forma, a luta para que as vozes femininas sejam ouvidas é uma luta pela garantia de direitos e pelo reconhecimento da plena cidadania das mulheres, rompendo com as múltiplas formas de opressão e violência que tentam lhes negar esse espaço.

Nesse sentido, a fala de Helô revela a dificuldade que as mulheres enfrentam na mídia, especificamente no rádio. Ela descreve um ambiente de trabalho em que o assédio não se manifesta necessariamente de forma física ou verbal, mas sim através da silenciadora cultura do machismo, na qual as mulheres têm sua participação interrompida ou são desacreditadas. A rádio, mesmo sendo comunitária e de esquerda, não está imune a essas práticas, o que revela a profundidade do problema do machismo em todos os setores da sociedade.

Para entender a profundidade dessas opressões, é importante olhar a trajetória de Helô sob a ótica da interseccionalidade. Seu percurso pode ser lido através dessa lente, que busca entender como diferentes opressões, como racismo, sexismo, classismo e homofobia, se sobrepõem e se reforçam mutuamente. Ela não apenas é uma mulher preta e homossexual, mas também vem de um contexto periférico e de baixa renda. A interseccionalidade em sua vida se manifesta no acesso limitado a oportunidades formais de educação e treinamento, o que levou a ser autodidata. Esse ponto é crucial, pois reflete as barreiras estruturais enfrentadas por pessoas negras e periféricas no acesso à educação formal. Seu aprendizado “na prática” mostra a coragem e a habilidade de aprender por meio da experiência, mas também levanta questões sobre a falta de oportunidades e apoio para a formação de profissionais de grupos marginalizados. No entanto, ela desafia o sistema, tornando-se uma profissional reconhecida, mesmo sem a validação acadêmica tradicional que, em muitos casos, é associada ao sucesso. Kimberlé Crenshaw (2002, p. 10) ilustra essa realidade, ao afirmar que “a interseccionalidade sugere uma sobreposição de grupos na escala de opressões”:

[...] ao sobrepormos o grupo das mulheres com o das pessoas negras, o das pessoas pobres e o das mulheres que sofrem discriminação por conta da sua idade ou por serem portadoras de alguma deficiência, vemos que as que se encontram no centro – e acredito que isso não ocorre por acaso – são as mulheres de pele mais escura e também as

que tendem a ser as mais excluídas das práticas tradicionais de direitos civis e humanos. (KIMBERLÉ CRENSHAW, 2010, p.10)

Essa sobreposição de opressões é evidente na vida de Helô, que, apesar de todos os desafios, construiu sua trajetória de resistência e conquistas, enfrentando múltiplas barreiras que se entrelaçam em sua identidade e posição social. Ela demonstra, através de sua fala, como a interseccionalidade também se aplica ao seu trabalho como DJ. Trabalhar como DJ e radialista não é apenas uma questão de entretenimento para ela; é um ato de afirmação cultural e resistência às normas de exclusão. Essa postura se reflete em sua constante busca por autenticidade e em sua crítica ao sistema, que muitas vezes, exige a subserviência dos artistas ao lucro, em detrimento de sua arte e identidade.

Helô se recusa a ceder às pressões comerciais que limitam a autenticidade de muitos artistas. Ela é um exemplo de resistência às normas opressoras da sociedade. Ao afirmar que “nunca precisei me prostituir”, ela se refere à sua recusa em se submeter às expectativas comerciais que muitas vezes ditam as escolhas de artistas negros e periféricos. Em vez disso, ela conseguiu se manter fiel às suas convicções artísticas e pessoais, cobrando pelo seu trabalho e recusando-se a ceder às pressões do mercado.

O conceito de “prostituição musical” que Helô menciona pode ser visto como uma metáfora para a imposição de padrões de consumo e sucesso comercial que muitas vezes pressionam artistas marginalizados a se conformarem a certas normas de mercado para sobreviver. A recusa de Helô em se prostituir musicalmente está ligada à sua integridade artística e à sua resistência em renunciar à sua autenticidade para alcançar o sucesso a qualquer custo. Sua experiência como mulher preta e lésbica, numa sociedade que marginaliza esses grupos, exacerba essas pressões.

Em termos de representatividades, a ausência de negros e mulheres em espaços de poder ainda é evidente. Ao analisar os lugares que cada um frequenta, é fácil chegar à conclusão que não há negros representados em diversos ambientes, assim como não há mulheres e muito menos ainda, mulheres negras. Apesar da Lei das Cotas³⁵, poucos negros estão nas salas de aulas das universidades, poucos negros trabalham em cargos de poder, pouquíssimos negros conseguem chegar aos cargos de chefia, um indício que só representatividade não é suficiente; há a

³⁵ Lei das Cotas – Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/sobre-sistema.html> . Acesso em: 14 de fevereiro de 2023.

necessidade de proporcionalidade. Em sua fala, Helô mostra um pouco dessa realidade ao demarcar o bom trabalho que as colegas Didi, Vanessa e Vera desempenharam e, ao mesmo tempo, chamar a atenção para o fato de que a RádioCom nunca teve uma mulher nos cargos de decisão.

Em subversão a essa lógica, algumas mulheres negras conseguem quebrar o ciclo de discriminação e adentrar a esses espaços. No entanto, são sempre minoria, por mais que sejam a maioria no quantitativo da população brasileira.

A limitada diversidade étnica na mídia brasileira representa um obstáculo para a construção de uma sociedade mais igualitária, já que muitos grupos não se veem representados nesses espaços, o que dificulta a sensação de pertencimento e representatividade.

A pouca representação negra em diversos espaços diminui os anseios de jovens negros, pois, além de terem como referência muitas significações indignas da população negra, ainda são poucos os que alcançam um lugar de sucesso e uma imagem séria e profissional. (AMANDA HAMERMÜLLER, 2018, p.46)

A visão de Helô sobre o papel do rádio comunitário vai além da representatividade. É importante destacar que o Serviço de Radiodifusão Comunitária foi criado pela Lei 9.612, de 1998, regulamentada pelo Decreto 2.615 do mesmo ano, cujo objetivo é consolidar uma programação pluralista, sem censura e aberta à expressão de toda a comunidade, através de informação, manifestações culturais, artísticas, folclóricas, sem discriminação de raça, religião, sexo, ideologia política e condições socioeconômicas. Para Helô, o rádio comunitário é um espaço de liberdade de expressão e deveria englobar ações comunitárias, como campanhas de alimentos e agasalho, o que não ocorre na RádioCom. Contudo, é importante destacar que essa abordagem assistencialista pode reforçar uma dinâmica de dependência em vez de promover a autonomia da comunidade.

Essa resistência não se limita ao pessoal, mas também reflete sua visão política. Ao criticar a falta de ação comunitária na RádioCom e ao propor soluções que envolvam mais participação e engajamento da comunidade, Helô desafia a ideia de que o rádio deve ser apenas um veículo para discussões políticas, defendendo que ele também deve servir como um espaço para a comunidade se expressar e se ajudar.

Helô enfatiza a importância do trabalho em equipe e das colaborações em sua atuação no rádio, mencionando como o "coletivo de amigos" ajudou a manter o

programa "Navegando" durante a pandemia. A noção de que a rádio deve ser um espaço comunitário, no qual as pessoas podem ser quem são, reflete sua crença na rádio como um espaço de inclusão e empoderamento. No entanto, ela também critica a falta de ações comunitárias reais na RádioCom, sugerindo que mais pode ser feito para envolver a comunidade de forma significativa.

A programação comunitária se define a partir do foco centrado na realidade local, e a gestão deve ser coletiva, contando com a participação direta da comunidade a partir da deliberação de conselhos e assembleias. A interatividade nessa modalidade de emissora se dá na medida em que o microfone é acessível para que a comunidade possa se manifestar. São ainda características da rádio comunitária a valorização da cultura local e compromisso com a cidadania, no sentido de se comprometer com a educação voltada para a construção e o exercício da cidadania e, por fim, a democratização da comunicação (LILIAN BAHIA, 2008, p. 33).

A fala de Helô destaca a solidão e a introspecção impostas pela pandemia, que, embora dolorosas, permitiram redescobertas e impulsionaram novas formas de expressão artística. Mesmo sem o contato físico, o formato digital possibilitou uma conexão criativa e rentável com o público, como mostram suas lives de sucesso, que representaram uma nova maneira de sustento e engajamento durante o isolamento.

De fato, a arte teve um papel fundamental durante a pandemia, oferecendo uma válvula de escape emocional e promovendo o bem-estar em um período de isolamento e incertezas. Em meio ao distanciamento social, manifestações artísticas como música, literatura, cinema e artes visuais serviram como formas de conexão humana e alívio psicológico, ajudando muitos a lidar com sentimentos de ansiedade e solidão. Ao mesmo tempo, a arte desempenhou um papel crítico na conscientização sobre a importância dos cuidados de saúde e na disseminação de mensagens de apoio, solidariedade e empatia. Assim, a arte foi mais do que entretenimento, proporcionando esperança e resiliência em tempos difíceis.

Esses pontos mostram como a trajetória de Helô está profundamente marcada por uma luta constante contra as opressões de gênero, raça e classe, ao mesmo tempo em que ela constrói um legado de resistência e autenticidade.

Em resumo, a fala da DJ Helô revela a luta constante de uma mulher preta, lésbica e periférica que se recusa a ser silenciada ou moldada pelos padrões de uma sociedade que historicamente marginaliza pessoas como ela. Sua história é de coragem, mas também de crítica às estruturas de poder que continuam a privilegiar

certos grupos em detrimento de outros. Helô constrói sua vida e sua carreira no espaço entre a exclusão e a criação, sempre afirmando sua identidade e autonomia.

2.2 Ediane Oliveira – “Se os jogadores sofrem racismo imagina uma jornalista mulher e negra?”

Ediane Barbosa de Oliveira, mais conhecida como Didi no meio cultural, nasceu no dia 13 de julho de 1987, em Pelotas. Formada em Jornalismo pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Didi traz em sua trajetória uma forte ligação com a comunicação e o ativismo cultural. Seu pai, Paulo de Lima Oliveira, foi funcionário da CTMR e sua mãe, Neiva Barbosa de Oliveira, é dona de casa. Há 13 anos, Didi perdeu o pai, uma experiência marcante em sua vida.

Atualmente, Didi reside em Florianópolis, Santa Catarina, e está cursando o doutorado em Comunicação na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A entrevista foi realizada por videoconferência em 28 de setembro de 2022, devido à sua mudança para a capital catarinense. A conversa durou cerca de duas horas e fluiu tranquilamente graças à boa qualidade da conexão.

Muitas vezes não se pode prescindir de uma entrevista. Foi o caso da Didi, que foi uma das radialistas mais atuantes na RádioCom, na qual trabalhou por cerca de 10 anos, com algumas pausas ao longo do tempo. Durante sua trajetória na emissora, foi responsável pelo programa “Navegando na RádioCom” e, ocasionalmente, cobriu o programa “Contraponto”, durante as férias dos apresentadores.

Além de sua dedicação à rádio, Didi profissionalizou o conteúdo dos programas que comandou, levando discussões de grande relevância para o ambiente radiofônico. Embora não se considere militante, por nunca ter se engajado formalmente em um movimento específico, ela é amplamente reconhecida por sua atuação nos movimentos de mulheres e de negros. Didi sempre usou sua profissão como ferramenta poderosa para amplificar as vozes desses grupos. Além disso, teve um papel importante no cenário cultural e artístico de Pelotas, contribuindo como produtora cultural e fortalecendo a conexão entre a comunicação e as expressões artísticas da cidade.

2.2.1 Ediane Oliveira e sua narrativa

Sou uma mulher negra e isso já diz muito sobre quem eu sou. Uma mulher que acredita profundamente no jornalismo como uma ferramenta da democracia e uma ponte para a transformação social através da informação. Sou uma mulher cheia de sonhos, de ver uma geração mais saudável emocionalmente, porque as opressões que vivemos diariamente nos ferem de maneiras muito profundas. Somos atingidas pelo genocídio, pelo feminicídio, pelos assédios, pelos silenciamentos e pelos estereótipos.

Entendo a arte e a cultura como uma forma mais bonita de enxergar o mundo. Acredito firmemente que a cultura é essencial para o desenvolvimento da sociedade e para o conhecimento, pois a arte nos permite fortalecer nossas subjetividades, nosso campo criativo, nosso lado sentimental e emocional. Esses pilares do jornalismo e da arte me ajudam a continuar em pé e a enfrentar os desafios diários, principalmente na minha luta contra o racismo e o machismo.

Eu não diria que houve em evento específico que me influenciou a ir para o rádio. No caso do jornalismo, meu contato com a poesia na adolescência despertou em mim o desejo de ser escritora, de trabalhar com crônicas e escolhi o Jornalismo como porta de entrada para isso. Já no rádio, minha chegada se deu por uma questão política.

Comecei como produtora, apresentadora e locutora, depois trabalhei com locução em diversos lugares, assessoria de imprensa e, mais tarde, na produção cultural. Entrei na RádioCom ainda no meu primeiro ano de faculdade, em 2006, a convite do Roger Peres, colega no curso de Jornalismo. Ele notou meu envolvimento com as questões sociais dentro da universidade e, por uma afinidade ideológica, me convidou a conhecer a rádio. Fiquei encantada com a proposta, que se conectava diretamente com o que discutíamos em sala de aula, uma comunicação mais democrática e ligada às camadas sociais.

Comecei como estagiária em um programa experimental da tarde chamado "Navegando na Contrainformação", que tratava de cultura, entrevistas e dava a agenda cultural da cidade. Como eu já tinha envolvimento com cultura, me senti em casa. Embora não ganhasse nada, era um estágio voluntário, uma experiência laboratorial em que aprendíamos a produzir, falar no rádio, mas tudo autogestionado. Comecei com outros colegas, não havia alguém para nos orientar, aprendíamos na

prática e foi ali que descobri meu gosto pela locução e pelo “ao vivo”, algo que eu achei que não iria acontecer no período que eu estava cursando Jornalismo. Achei que iria para o caminho da escrita e da produção, mas comecei a gostar daquele processo do “ao vivo” e do improviso, mas do improviso a partir de uma produção.

Com o passar do tempo, antes mesmo de me formar, recebi a proposta da RádioCom para assumir o programa como âncora e finalmente ser remunerada por isso. Embora não consiga lembrar exatamente os valores, era um salário de radialista, nunca de jornalista. Essa questão salarial sempre foi uma limitação na rádio.

Aceitei a proposta e permaneci no programa “Navegando” por cerca de 10 anos, com algumas pausas. Em um determinado momento, saí para fundar minha própria empresa, a Maria Bonita Comunicação e fiquei afastada da rádio por dois anos. Quando recebi o convite para voltar, assumi o programa com um nome mais enxuto: “Navegando RádioCom”. O nome original, “Navegando na Contrainformação”, era muito longo e os ouvintes já chamavam de “Navegando”, então decidi simplificar.

Nesse período, eu atuava como produtora, apresentadora e até mesmo como técnica de operação, em alguns momentos. Depois eu atuei no programa “Contraponto”, mas apenas para cobrir férias do Régis.

A rádio era bastante autogestionada, sem uma liderança formal, então cada um de nós acabava criando suas próprias soluções e aprendendo na prática. Como meu programa era um dos mais “abandonados” da rádio, apesar de ser tão importante quanto outros, precisei aprender a operar os equipamentos por conta própria. Embora o “Navegando” fosse um programa cultural de duas horas, maior até que o “Contraponto”, que tinha uma hora e meia, ele não recebia o mesmo cuidado. Enquanto o “Contraponto” contava com dois jornalistas e uma produção mais estruturada, o “Navegando” era mais experimental e recebia estagiários das universidades para colaborar. Inicialmente, era um programa coletivo, com várias pessoas contribuindo, uma falava de cinema, outra de literatura, outra conduzia entrevistas. Depois ele acabou mais profissional, mas no início eram várias vozes e muitas pessoas.

Apreendi a operar a rádio e esse aspecto técnico acabou sendo algo que gostei muito de fazer. No início, usávamos ferramentas básicas como Twitter e WhatsApp para interagir com os ouvintes, além dos telefonemas, o que ainda era muito analógico. Mais tarde, começamos a produzir vídeos, indo a eventos culturais com nossos celulares, publicando no blog e ampliando a cobertura do programa.

Foquei muito na locução e na produção, que por si só já era uma demanda enorme. A maior parte do meu trabalho era intelectual, preparar boas entrevistas, organizar as pautas e ainda gerenciar a produção musical. Minha rotina começava em casa, pela manhã, quando eu fazia a pré-produção. Chegava na rádio por volta das 14h e passava a primeira hora e meia ajustando tudo no computador da rádio, desde a escolha das músicas até os artistas locais que iriam ao ar. Depois, eu passava as duas horas do programa “ao vivo”, conduzindo entrevistas, tocando música e lendo notícias.

Como o nosso programa tinha duas horas de duração, havia muito espaço para conteúdo, então criamos diversos quadros temáticos. O boneco³⁶ do programa incluía notícias, música, entrevistas e esses quadros, que eram momentos dedicados a diferentes temáticas. Um deles era focado em literatura, no qual recitávamos poesias e discutíamos autores ou autoras. Nesse quadro, a estagiária Junelise Martino sempre participava ativamente. Outro quadro importante era o Negritude em Pauta, que trazia discussões sobre questões raciais e era conduzido pela estagiária Geanine Escobar.

Quando eu selecionava estagiários, sempre pensava na importância de ter mais mulheres no programa. Minha visão era que, quando eu saísse, uma mulher deveria assumir o meu lugar. Precisávamos de mais vozes femininas e uma maior presença de mulheres na rádio como um todo. Esse cuidado se estendia também à inclusão de pessoas LGBTQIA+, que muitas vezes não se sentiam confortáveis em programas jornalísticos mais tradicionais. O “Navegando”, sendo um programa cultural, oferecia um espaço em que essas pessoas se sentiam mais à vontade para participar.

Além disso, a presença feminina nas pautas era constante. Diariamente, eu incluía questões de gênero e fazia entrevistas com mulheres. O programa sempre foi muito interseccionalizado e nunca produzimos uma pauta sem contextualizar as questões de gênero. Essa abordagem era uma prioridade para mim.

No começo, tínhamos reuniões quinzenais com o coletivo da RádioCom, discutíamos melhorias, fazíamos críticas construtivas e organizávamos pautas. Mas

³⁶ Boneco – Originalmente utilizado no jornalismo impresso, o boneco é uma montagem de folhas representando as páginas do projeto do jornal ou revista com o objetivo de distribuir as matérias e elementos gráficos e definir o layout para pautar os repórteres. Contudo, a expressão é utilizada em diversas áreas do jornalismo como sinônimo de formato do produto jornalístico que guiará os roteiros.

essas reuniões duraram apenas um período e nos últimos anos em que estive lá, elas deixaram de acontecer.

A RádioCom tem uma característica muito especial, o ouvinte está sempre presente em nossa vida. Eles ligam, mandam mensagens, às vezes nos criticam, outras nos elogiam e isso é fundamental para a nossa formação dentro do rádio. Os ouvintes da RádioCom são extremamente exigentes, politizados e engajados com o que acontece na emissora. Essa interação criava uma cobrança constante, mas também uma satisfação enorme. Você fazia o programa e, em seguida, encontrava alguém que comentava sobre o que foi dito, elogiava a entrevista, ou até apontava algo que você poderia ter perguntado, sugerindo novas ideias. Essas trocas nos formam como comunicadores, porque não se trata apenas de atender pedidos musicais, mas de construir pautas junto com o público.

Lembro de uma situação marcante, um ouvinte ligou para falar de seu primo, um rapper que precisava de espaço para se apresentar e ele achava que o meu programa era o lugar certo. Essas oportunidades sempre me motivaram, porque eu sabia que estava dando abertura a quem não era visto pela grande mídia e isso ampliava muito minha experiência. Ao longo desses 10 anos, adquiri um conhecimento imenso, muito graças ao envolvimento direto com os ouvintes.

Houve uma situação que me marcou muito, porque o ouvinte que acompanhava o meu programa sabia exatamente como eu pensava. No meu programa, eu sempre tive um envolvimento muito forte com as pautas raciais, com a questão das mulheres negras, que envolve tanto gênero quanto raça e com a pauta cultural. O programa tinha música e sempre trazia entrevistas com artistas ou produtores culturais e a cultura sempre foi um dos pontos principais do programa. Através das músicas que eu tocava, os ouvintes acabavam conhecendo o meu gosto musical.

Um dos artistas que eu tocava muito era o Belchior, especialmente o álbum Alucinação. Eu falava bastante sobre sua trajetória e tinha um quadro no programa dedicado ao vinil, no qual tocava algumas músicas do disco e falava sobre o álbum e o artista. Quem ouvia o programa sabia que eu era muito fã do Belchior.

Um dia, enquanto estava “ao vivo” no programa, por volta das 16h30, o programa estava apenas na primeira meia hora, recebi uma ligação de um ouvinte. Eu já tinha uma entrevista programada, estava tudo certo, mas o ouvinte disse: “Didi, desliga tudo aí, deixa o Gil cuidar da parte musical, porque eu acabei de encontrar o

Belchior na Doceria Márcia Aquino. Falei para ele que tem uma radialista aqui em Pelotas que toca o disco dele na rádio e ele quer te conhecer."

Era justamente na época em que o Belchior estava recluso, sem dar entrevistas e o Fantástico havia feito uma matéria dizendo que ele estava no Uruguai. Eu não acreditei na hora, mas o ouvinte garantiu que era verdade. Então eu fui. Quando cheguei na doceria, lá estava o Belchior, sentado com uma térmica de chá e um pedaço de torta, me esperando.

Eu cheguei e disse: "Belchior, eu não acredito, sou a moça do rádio de quem o André falou." E ele respondeu: "Sim, minha querida, estou te esperando. Pode se sentar." Foi um dos dias mais especiais da minha vida. Ali, diante do meu ídolo, eu pude perceber a importância da RádioCom na minha vida, do quanto o meu trabalho reflete em outras pessoas e retorna para mim de uma maneira muito inusitada.

Passei a tarde conversando com o Belchior. Esse encontro acabou rendendo um texto, que foi publicado no E-Cult, em formato de crônica, porque ele me pediu que aquele momento não fosse transformado em um produto jornalístico. Ele disse: "Fiquei sabendo do teu trabalho, ouvi falar da RádioCom e por isso estou aqui. Mas não quero que seja uma entrevista formal, não estou dando entrevistas para a imprensa." Respeitei o pedido dele. Não gravei nada, não houve a voz dele no rádio, foi apenas um encontro entre uma fã e seu ídolo. Conversamos sobre tudo: o fechamento do Sete de Abril, um show que ele fez lá, muitos anos antes, falamos sobre desigualdade, sobre Pelotas, sobre Vitor Ramil...

Tirei uma foto para mostrar ao público que o Belchior esteve em Pelotas e que eu conversei com ele, mas respeitei totalmente o desejo dele de não fazer daquele momento algo jornalístico, já que ele estava evitando a mídia.

Eu me lembro de poucos nomes de mulheres que trabalharam no rádio, infelizmente, porque a presença feminina sempre foi reduzida. Quando entrei, uma das poucas que estava lá era a Maria Fernanda Passos, que fazia o "Contraponto", mas ela já estava quase encerrando sua trajetória na rádio. Lembro também da presença constante da Vera Lopes, que foi uma grande mestra para todos nós. A Vera era uma referência, principalmente na editoria política e sempre foi uma figura importante, dando o tom da rádio com todo o conhecimento que tinha.

Basicamente, essas duas são as mulheres que marcaram minha memória na rádio. Fora isso, havia alguns programas semanais com a presença de uma ou outra mulher, mas não era algo que eu via com muita frequência. Depois, com o tempo,

outras mulheres passaram a aparecer, como a Clarissa Henning, que assumiu o “Contraponto”, a Helô e a Ana Isabel, que fazia o programa “Manhã Cultural”.

Eu nunca fui muito de ouvir rádios locais em Pelotas, acabei me envolvendo profundamente com a RádioCom. Não tenho muita referência de outras mulheres no rádio da cidade, exceto quando comecei a trabalhar mais ativamente com produção cultural. Foi aí que tive contato com o trabalho da Marcela Mescalina, que é musicista e apresentava um programa cultural na Rádio Universidade. Ela sempre abria espaço para as produções que eu realizava.

Eu acho que a RádioCom super contribuiu no período pandêmico. Eu “assisti” muito à rádio nesse tempo, já que ela migrou para o formato de vídeo, tanto no YouTube quanto no Facebook. A emissora pautou as questões relacionadas à pandemia com muita responsabilidade, criticidade e informações relevantes. Para mim, a RádioCom voltou a fazer parte do meu dia a dia através das lives, especialmente do programa “Contraponto”, que foi o que mais acompanhei nesse período.

Ouvi bastante também o programa da Helô, o “Navegando”, que era o programa que eu fazia antes. A RádioCom foi uma companhia importante nesse momento em que todos estávamos muito em casa. Ela nos permitiu acessar informações além dos grandes veículos de comunicação, mas com um diferencial que sempre admirei o foco no local. A RádioCom sempre deu destaque às pautas da região e às pessoas que fazem parte dessa comunidade, algo que considero essencial.

Através da RádioCom, tive a oportunidade de realizar muitas coisas importantes. Fui delegada do Rio Grande do Sul no Fórum Nacional pela Democratização da Mídia, o que me levou a viajar bastante pelo país, sempre defendendo essa pauta. Também vivi experiências incríveis entrevistando artistas como Elza Soares, Alcione, Djavan, Hermeto Paschoal, entre outros. Eu sempre acompanhava os shows e as pessoas comentavam que me viam muito na noite. Eu explicava: “Cara, eu trabalho com isso. É aqui que faço a minha pauta, é aqui que vejo como o artista se apresenta e isso me ajuda a conduzir uma boa entrevista.”

Além disso, organizamos eventos muito importantes para a RádioCom, como o aniversário de 10 anos da emissora, que foi um grande acontecimento e a gravação do DVD Arte Daqui na Fábrica Cultural, ambos momentos culturais muito marcantes.

Quando comecei na RádioCom, uma das principais dificuldades foi a ausência de uma formação profissional formal. Por um lado, foi interessante a ideia de ser uma rádio autogestionada, pois construímos nossa própria maneira de fazer rádio. Mas, por outro lado, aprendíamos muito através dos erros, o que é complicado, já que o rádio não permite erros, quando você erra, as pessoas estão ouvindo em tempo real, não há como testar antes.

Outro desafio foi a questão salarial, que sempre foi um paradoxo. Trabalhávamos em uma rádio que defendia os direitos dos trabalhadores, formada por sindicatos, mas ela nunca conseguiu pagar o piso salarial de jornalista. Nem eu, nem ninguém na história da RádioCom recebeu o salário de jornalista e isso é um problema enorme. Por essa razão, sempre precisei buscar outras atividades em paralelo ao trabalho na rádio para conseguir me sustentar.

Além disso, existem as questões de machismo e racismo, que muitas vezes são romantizadas. Quando entrei na RádioCom, tinha apenas 18 anos, era muito nova e ainda não tinha a percepção que tenho hoje. Aprendi muito ao longo do tempo e essas experiências me ajudaram a enfrentar, de maneira mais assertiva, o machismo e o racismo que encontrei.

Uma das grandes críticas que faço à RádioCom é que, embora seja um espaço em que as pautas feministas, raciais e das comunidades LGBTQIA+ são amplamente discutidas e bem-vindas, a presença dessas pessoas nos espaços de decisão é muito limitada. O ambiente é majoritariamente masculino, com homens ocupando quase todas as posições de poder. A direção, muitas vezes, não está presente fisicamente na rádio, ou seja, são pessoas que tomam decisões por nós, mas que não convivem no dia a dia da emissora. Elas decidem pelo futuro da rádio, mas nem sempre a escutam.

Como é possível que uma rádio formada por sindicatos, que luta pelos direitos dos trabalhadores de diversos setores, não pague o piso salarial dos jornalistas que estão lá todos os dias? Isso é uma enorme incoerência, um verdadeiro absurdo. Sempre trouxe essa questão de maneira muito contundente, mas era vista como alguém que estava "reclamando". Isso me fazia sentir silenciada nesse aspecto.

Por outro lado, sempre me senti livre para criticar o racismo dentro da esquerda, porque ele existe, assim como o machismo, nos próprios espaços daqueles que estão atuando nesses movimentos. Como mulher negra, eu vivia isso de maneira muito evidente. Usava o microfone da rádio para falar que o racismo, o machismo e a

homofobia não estavam apenas entre nossos adversários, mas também nos espaços que se autointitulam democráticos. E, quando comecei a abordar essas questões mais frequentemente nas entrevistas, enfatizava que a esquerda precisa repensar seus lugares de privilégio, porque o racismo e o machismo são estruturais. Não é porque alguém veste uma camiseta vermelha ou faz parte de um partido de esquerda que está isento de reproduzir essas opressões.

Essa crítica, no entanto, não foi bem recebida. Eu não me sentia ouvida, não me sentia levada a sério, principalmente por ser mulher, negra e uma das mais jovens na RádioCom. Tudo o que eu dizia parecia ser deslegitimado, pois, no final das contas, nada mudava. Não havia nenhuma transformação.

No meio de tudo isso, aconteceu minha demissão da rádio. Eu fui demitida da RádioCom, não saí por vontade própria e isso revela muito sobre a situação. Foi num período em que eu estava muito envolvida com pautas de gênero e raça, além de ter recém ingressado no mestrado. Quando elaborei o projeto para o mestrado em Antropologia, as primeiras pessoas que informei foram as da rádio, porque eu tinha algumas aulas à tarde, justamente no horário do meu programa. Então, comuniquei a eles: "Olha, quero retomar minha vida acadêmica após 10 anos, mas desejo continuar envolvida com a RádioCom, porque acredito que uma coisa não invalida a outra. Vamos conversar para encontrar uma solução."

Na época, organizei tudo. Passei em primeiro lugar no mestrado, vi minha grade de horários e avisei a direção da emissora que em um dia da semana eu teria uma disciplina obrigatória e, nesse dia, não poderia estar na rádio. Ofereci alternativas, eu mesma pagaria o Fábio Cossio para cobrir esse dia, tirando do meu próprio salário, que já era baixíssimo. Também sugeri gravar o programa em um estúdio e disponibilizá-lo para que fosse transmitido. No entanto, deixei evidente que não iria renunciar ao meu mestrado, porque não havia futuro em continuar na RádioCom recebendo menos do que o piso salarial de jornalista. Em 2019, eu ganhava cerca de R\$ 1.100. Sabemos que crises financeiras afetam instituições como a RádioCom, mas eu esperava ser apoiada para continuar com meus estudos. Porém, não foi o que aconteceu.

No primeiro mês do mestrado, tudo correu bem. O Fábio me substituí a às quartas-feiras e, quando ele não podia, eu gravava o programa. Mas, de repente, recebi uma mensagem do diretor financeiro pedindo que eu fosse até a RádioCom para conversar. Cheguei lá e não houve qualquer ética na condução da situação. Me

sentei e a Vanessa estava presente. O diretor simplesmente se sentou e, sem sequer pedir para conversar em particular, disse na frente dela: "Olha, estamos reduzindo custos e não podemos mais te manter. Você não precisa mais vir à RádioCom."

Minha demissão aconteceu numa segunda-feira e eu tinha todo o meu programa pela frente, um programa que eu conduzi por 10 anos. O público estava acostumado comigo e nem me deixaram me despedir dos meus ouvintes. Não houve despedida e nunca mais voltei ao ar. Um tempo depois, eles convidaram a Helô para assumir o "Navegando", pagando metade do meu salário. A Helô, que já estava no "Manhã Cultural", não é jornalista, mas ela merecia receber um valor digno também.

Esse é o tratamento dado às mulheres. Quando há necessidade de cortar custos, quem leva o impacto? A mulher negra. Uma mulher negra que dedicou 10 anos de sua vida a esse espaço. Eu recebi inúmeras vezes convites do Diário Popular para assumir o caderno de Cultura, porque meu trabalho estava sendo reconhecido. Mas o Diário exige dedicação exclusiva, o que me forçaria a renunciar à RádioCom e naquele momento, meu envolvimento com a rádio era ideológico e me trazia satisfação pessoal.

Ao longo desses 10 anos, levei a rádio comigo para quer que eu fosse. Muitas pessoas me conheceram pela RádioCom e muita gente conheceu a RádioCom por minha causa, por conta da agenda cultural que eu sempre defendi. Eu sempre disse que a rádio deveria valorizar a cultura, porque essa pauta não é secundária. A cultura é tão importante quanto a educação e a política, porque cultura é política. Ela não é apenas entretenimento e lazer.

Eu me aproximava muito do público da rádio, trouxe muitas mulheres, pessoas negras e estudantes de Jornalismo. Fiz um trabalho de formação que eu mesma não tive. Eu ensinava minhas estagiárias e estagiários como falar no rádio, o que falar e como construir um texto para o rádio. Eu poupei a RádioCom de muitas críticas, nunca fui a público falar, embora muita gente tenha ficado indignada e me pedido para fazer. Não o fiz por respeito à RádioCom, que é muito maior do que o machismo e racismo que existem lá dentro.

Quando a RádioCom fez aniversário, escrevi um post enorme sobre a importância que ela teve na minha vida, tudo o que aprendi e o que a rádio representa para a cidade. Mas não posso deixar de dizer que os gestores da rádio não têm sensibilidade racial, de gênero, de sexualidade e até de idade. Eles não conseguem entender essa nova geração de pessoas que não se contentam com uma rádio que

não cresce. E essa é a realidade, a RádioCom não consegue se expandir, fica dentro da sua bolha, falando para sua bolha, sem criar fórmulas mais inovadoras de engajamento.

Eu fui demitida sem saber o real motivo. Não me disseram se foi algo que falei, algo que fiz, se não estavam gostando do meu trabalho, se ficaram incomodados com o meu mestrado, ou se não queriam que o Fábio Cóssio me substituísse um dia por semana. Não sei até hoje. Tudo o que sei é que me chamaram, disseram que precisavam cortar custos e que eu não voltaria mais para a rádio naquele dia. Não me deram uma semana sequer para preparar um programa de despedida, convidar artistas e agradecer meus ouvintes.

Também não senti acolhimento dos meus colegas, talvez porque pensassem que seriam os próximos. Todo mundo ficou em silêncio. Quando a Helô recebeu o convite, ela me procurou para dizer que não aceitaria sem falar comigo, porque estava incomodada com o que aconteceu, achando uma grande injustiça. Eu a admiro muito e disse a ela que deveria aceitar o convite, que ela faria o programa à sua maneira e seria tão bom quanto. Ela é uma DJ reconhecida, com um conhecimento de música muito maior do que o meu, já que sou jornalista, uma profissional da informação. Então, obviamente, os programas ficaram diferentes, mas ambos têm seu valor e propósito.

Minha experiência como jornalista é muito interessante, apesar dos desafios da profissão, como questões salariais, precarização e cargas horárias excessivas. Ainda assim, acredito profundamente no jornalismo e não me arrependo de ter dedicado minha vida a essa profissão, nem de ter escolhido essa graduação. Tanto que, agora, estou no doutorado em Jornalismo, com a intenção de me tornar professora em um curso de Comunicação Social, especialmente nesse momento em que jornalistas e o próprio jornalismo são tão criticados por uma parte da sociedade, incentivada por um presidente que dissemina esse tipo de ódio.

Mais do que nunca, sinto-me fortalecida por essa profissão. Comecei na rádio, mas atuei como jornalista independente por cinco anos em uma empresa de comunicação social em Pelotas, tive sócios homens, é importante ressaltar que eu era a única mulher. A agência se chamava Maria Bonita Comunicação e, apesar de ter sido uma experiência incrível, ela acabou por questões relacionadas a essa dinâmica. Criar uma empresa de forma independente, propor algo novo na cidade, trabalhar com jornais para sindicatos, documentários, vídeos institucionais e programas para a TV

Comunitária foi um grande desenvolvimento. Tivemos um vínculo muito forte com a Universidade Federal de Pelotas, com grande rotatividade de estudantes que faziam estágios conosco, criando um espaço de formação profundo.

Depois disso, trabalhei como assessora de imprensa no futebol, especificamente para o Farroupilha e essa foi uma das minhas maiores experiências de sofrimento em relação ao racismo e machismo. Atuando dentro do campo como assessora, eu precisava acompanhar os jogos fora de Pelotas, viajar com os jogadores e estar presente no campo. Eu organizava toda a parte da imprensa, cuidava dos fotógrafos, radialistas e fotografava o time. Essa vivência me marcou profundamente, por ser uma mulher negra trabalhando em um ambiente extremamente machista e racista. Se os jogadores ainda enfrentam racismo, imagine o que é para uma jornalista mulher e negra.

Foi um grande desafio, mas também trouxe muitos aprendizados. Eu não tinha experiência no setor esportivo e, de fato, acabei me tornando a primeira mulher negra a ser assessora de um time de futebol na história de Pelotas. Estar em um ambiente tão masculino foi desafiador, mas recebi apoio de colegas que já estavam no ramo.

Mais tarde, passei a trabalhar com assessoria de artistas, cantores e bandas, o que foi uma experiência muito bacana, pois me reconectou com um espaço que eu sempre gostei de atuar, o da cultura e da arte. Depois de sair da RádioCom, parei de atuar como jornalista em tempo integral e me envolvi cada vez mais com produções culturais. Hoje, minha vida é uma mistura entre jornalismo e produção cultural, pois é o que eu faço, eu produzo cultura.

A pauta racial sempre esteve presente na minha trajetória. Desde o meu projeto de TCC, na graduação em 2009, quando me formei, até o meu envolvimento na RádioCom, nas escolhas das pautas e na maneira como eu abordava essas questões no programa. Meu envolvimento acadêmico também sempre esteve vinculado a essa temática, trabalhei com isso no mestrado e, agora, no doutorado, minha tese é sobre racismo e jornalismo. Estou dedicando minha trajetória acadêmica a pensar a importância de centralizar a pauta racial nas discussões.

No jornalismo, essa questão ainda é muito vulnerável, não temos um jornalismo verdadeiramente antirracista. E esse é o desafio que proponho na minha tese, como construir um jornalismo realmente antirracista? Antes de ser jornalista, sou uma mulher negra e isso me condiciona. Como já mencionei, estava dentro de um campo de futebol exercendo minha profissão e, de torcidas adversárias, ouvi insultos como,

"Sai daí, macaca", "Vai lavar as roupas dos jogadores", "Tu não tens que estar aqui", "Tu és incompetente".

Sempre usei o jornalismo como uma ferramenta poderosa para fortalecer essa pauta, para mostrar à sociedade racista que importa, sim, que meu corpo, meu conhecimento, minha presença e minha história existam nos lugares que eu quiser e nos lugares que todas nós, mulheres negras, quisermos estar.

Minha presença no jornalismo, assim como a de outras mulheres negras, é necessária para que sejamos também uma ameaça ao racismo. Por muitos anos, o racismo foi uma ameaça para nós, gerou medo, mas hoje eu tento ser o medo para os racistas. Tento estar em espaços e causar desconforto neles, não o contrário. Isso exige uma resistência imensa, uma sobrevivência emocional muito forte, porque você precisa, o tempo todo, provar que sua humanidade merece ser reconhecida naquele lugar, que sua existência é tão legítima quanto a de qualquer outra pessoa. É um trabalho árduo, cansativo e doloroso.

Hoje, me vejo em uma situação semelhante. Fui a primeira doutoranda negra do Departamento de Jornalismo da UFSC, o que é assustador. Estamos em 2022 e eu fui a primeira aluna negra desse departamento em uma universidade federal. E ainda há quem diga que o racismo não existe.

Quando eu era pequena, não tínhamos tanta representatividade como temos hoje, embora essa representatividade ainda seja muito incipiente, muito pequena diante da nossa realidade. Eu respeito o movimento negro, me considero parte dele e reconheço que foram décadas de luta para colocar essas questões dentro dos espaços políticos, na mídia, na educação e nas políticas públicas, para que pudéssemos ocupar esses lugares. Penso que houve um grande avanço nos últimos anos. Hoje, a presença da comunidade negra nos espaços acadêmicos está mudando a cara das universidades. As epistemologias que estamos estudando estão se transformando e há um movimento de descolonização do saber que vejo crescer de forma significativa, algo que não via há dez anos.

Muitas das questões que enfrentei nos espaços de trabalho, hoje, eu lidaria de forma mais enfática. Anos atrás, eu ficaria acuada, com medo, sem saber como agir. Só consigo agir dessa forma agora porque houve uma luta imensa de pessoas que vieram antes de mim, que talvez nem estejam mais aqui, mas que batalharam muito para que fosse possível.

Eu acredito que as programações das rádios comunitárias no Brasil não estão sendo feitas de maneira verdadeiramente comunitária. Minha crítica é sobre o que elas se tornaram, não sobre o que nasceram para ser. Se pensarmos no ideal de uma rádio comunitária, é algo lindo, mas o que elas são hoje é decepcionante. A grande maioria é conduzida por interesses políticos. Vereadores de determinadas comunidades usam o espaço para autopromoção e para se eleger, enquanto igrejas o utilizam para difundir suas crenças. Essa ideia original de uma rádio comunitária está muito deturpada.

No entanto, algo que se aproxima mais do conceito real de rádio comunitária pode ser encontrado na RádioCom. Lá, o ouvinte não é apenas um receptor, mas também um construtor da pauta e do programa. O ouvinte é atuante e isso é o que, para mim, caracteriza de fato uma rádio comunitária. Acho que esse é um dos grandes ganhos que uma rádio comunitária pode oferecer.

A RádioCom já enfrentou dificuldades ainda maiores no período em que foi criada, que foi um tempo muito complicado. Em duas ocasiões, a Polícia Federal entrou na emissora enquanto eu estava no ar, pedindo para que eu me levantasse e saísse, por questões relacionadas à outorga e à legislação. As leis criminalizam muito as rádios comunitárias. Por isso, a RádioCom sempre foi um espaço de resistência, quase de guerrilha. Nunca deixamos de existir, fechávamos por dois dias, esperávamos a poeira baixar e depois voltávamos, ligávamos os equipamentos e seguíamos em frente.

Sempre tivemos muitos apoiadores, incluindo parlamentares que lutaram para que a rádio não fosse fechada. Seria muito triste acabar com a história de uma rádio que é uma referência nacional, tanto na forma como uma rádio comunitária é estruturada quanto na sua programação. A RádioCom é um exemplo rico de comunicação comunitária para outras rádios.

As mudanças que a RádioCom passou foram importantes, pois ela se adaptou ao ritmo frenético das transformações que vivemos. Mas acredito que, para continuar existindo e disputando espaço no cenário da informação, ela precisa se reinventar profundamente. Hoje, há uma diversidade de veículos de comunicação, muitos independentes e com trabalhos de excelente qualidade. Para sobreviver, a rádio precisa de uma grande renovação e isso também passa pelas pessoas que a compõem. São necessárias mais mulheres, mais pessoas negras, mais jovens com

sangue novo. A RádioCom está muito acomodada em uma zona de conforto que, na verdade, não é nada confortável. Ela precisa mudar para continuar relevante.

Com toda a certeza, eu faria tudo de novo. Foi através do rádio que eu descobri minha verdadeira potência e isso me ajuda muito a defender meus ideais hoje, seja na universidade, nas palestras que dou ou nos espaços em que atuo. Todos os trabalhos de voz que realizo até hoje só existem porque os contratantes me conheceram durante o meu período na rádio. Esses trabalhos são frutos não só da minha profissão, mas também de um profundo processo de autoconhecimento, porque o rádio me permitiu conhecer tanto minhas potências quanto minhas fragilidades.

O rádio me deu uma grande segurança e um tipo de posicionamento que carrego em embates políticos, o que, para mim, tem uma forte conexão com a experiência de estar no ar. Como mencionei antes, o rádio me ensinou a errar e a corrigir meus erros, o que é desafiador, porque, no rádio, quando você fala, não tem como voltar atrás. Não dá para fazer uma errata como num texto escrito, você pode até pedir desculpas dois dias depois, mas talvez o ouvinte que ouviu o erro não esteja ouvindo novamente.

É um desafio imenso ver aquela luzinha acesa e saber que há tantas pessoas, muitas das quais você nem imagina, te ouvindo naquele momento. No rádio, tive muito contato com pautas sociais e públicas e foi essencial para minha vida. Esse contato ampliou meu conhecimento e me deu uma visão mais panorâmica sobre muitas questões importantes.

2.2.2 Decodificando vozes: análise da narrativa de Ediane Oliveira

A fala de Didi, uma mulher negra e periférica, revela uma complexa intersecção entre raça, gênero, classe e as múltiplas formas de opressão que atravessam sua trajetória profissional e pessoal. Sua narrativa evidencia as dificuldades que enfrentou e continua enfrentando em uma sociedade estruturalmente racista e machista. A partir de sua fala, pode-se realizar uma análise de diversos eixos, como a diferença de gênero, a divisão sexual do trabalho, a interseccionalidade, o racismo e outras formas de discriminação.

Didi trabalhou em um ambiente majoritariamente masculino, assim como muitas mulheres negras que atuam em setores tradicionalmente dominados por

homens. Sua experiência na RádioCom é um exemplo dessa realidade. Ela menciona o machismo estrutural presente na emissora, apesar de seu perfil comunitário e progressista sugerir um espaço mais democrático. A divisão sexual do trabalho, nesse contexto, se manifesta na forma como os homens ocupam os cargos de liderança e tomam as decisões mais importantes, enquanto as mulheres, mesmo quando mais capacitadas, são relegadas a posições de menor prestígio. O fato de Didi ser uma mulher negra e jovem torna a desvalorização de sua presença ainda mais evidente, como ela destaca ao mencionar sua demissão sem explicação após uma década de dedicação.

De fato, se a formação dos homens e das mulheres se aproximou, a valorização dos diplomas femininos continua difícil. Quando elas têm o mesmo nível de escolaridade dos homens, ascendem globalmente a empregos menos qualificados e, quando exercem as mesmas profissões e Categorias Sociais (PCS), elas são superdiplomadas (HELENA HIRATA & MARGARET MARUANI, 2003, p. 67).

A análise de sua fala, sob a perspectiva da interseccionalidade, revela as múltiplas camadas de opressão que ela enfrenta. Ser mulher negra e periférica coloca-a em uma posição de vulnerabilidade em um ambiente dominado por homens. O racismo e o machismo se entrelaçam, intensificando a exclusão e a violência simbólica que Didi vivenciou. Sua demissão da RádioCom, sem justificativa aparente, é um reflexo das desigualdades estruturais que afetam as mulheres negras, mesmo em espaços que deveriam ser inclusivos. A ausência de apoio para sua continuidade acadêmica e profissional também ressalta a naturalização dessas desigualdades.

É importante salientar também que as mulheres negras não desfrutam das mesmas condições de trabalho das mulheres brancas. Em uma sociedade estruturada pelo machismo e racismo, as mulheres negras sofrem duplamente a discriminação. O jornalismo, em suas diversas áreas, por muito tempo reforçou esses estereótipos, consolidando a ideia de credibilidade a partir da imagem do homem branco. Dessa forma, a credibilidade e a intelectualidade não são atribuídas à mulher negra. Ao contrário, às mulheres negras são atribuídos estereótipos de subalternidade, sexualidade, vulgaridade entre outros. Em seu depoimento, Didi levantou algumas experiências de discriminação que presenciou em outros ambientes da área de comunicação, nos quais atuou. Um dos exemplos foi de quando foi assessora de um time de futebol da cidade, um espaço fortemente machista e racista. As memórias das opressões que viveu facilmente emocionarão pessoas que pesquisam sobre essas

questões. Não foi diferente no momento da entrevista. Didi relata como seu trabalho era silenciado e suas contribuições, desvalorizadas.

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estão falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação. (SUELI CARNEIRO, 2003, p.49).

Didi relata o assédio moral e o silenciamento que sofreu na RádioCom. Como mulher negra, ela foi constantemente deslegitimada e suas críticas ao racismo e machismo dentro da rádio não foram levadas a sério. Esse silenciamento reflete uma prática recorrente de marginalizar mulheres negras em espaços profissionais, ignorando suas vozes e experiências. Mesmo tendo uma carreira sólida e sendo reconhecida por seu público, Didi foi excluída das discussões importantes dentro da rádio e suas tentativas de levantar questões sobre igualdade de gênero e raça foram recebidas com desdém. O machismo e o racismo estrutural, que impedem que mulheres negras sejam ouvidas e respeitadas, são uma constante na sua fala.

O assédio moral, como descrito por Hirigoyen, envolve uma série de agressões psicológicas sutis, que se manifestam no cotidiano de forma repetitiva, minando a autoestima e a estabilidade emocional da vítima. Essas situações, descritas como “verdadeiros assassinatos psíquicos” (MARIE-FRANCE HIRIGOYEN, 1998, p. 11), ocorrem por meio de indiretas, insinuações, não-ditos e pequenos gestos hostis que, embora possam parecer insignificantes de forma isolada, em conjunto têm um efeito devastador. O agressor muitas vezes usa essas táticas para afirmar poder e controle, rebaixando o outro sem demonstrar culpa ou remorso, configurando o que a autora chama de perversão moral. É importante destacar que o assédio moral é marcado pela frequência e repetição, criando um ambiente em que a vítima passa a duvidar de suas próprias capacidades e identidade.

Conduta abusiva que se manifesta notadamente por comportamentos, palavras, atos, gestos, que podem causar danos à personalidade, à

dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, colocando em risco o emprego desta ou degradando o clima de trabalho (MARIE_FRANCE HIRIGOYEN, 1998, p. 55).

Nas organizações, o assédio moral é frequentemente perpetuado por meio de abuso de poder e práticas que degradam a dignidade da pessoa assediada. O assédio pode começar com comentários depreciativos, pequenos desrespeitos e progressivamente se tornar uma manipulação fria e calculada, com o intuito de desestabilizar emocionalmente a vítima. Essa prática não só compromete a saúde mental dos trabalhadores, como também reduz a produtividade e aumenta a pontualidade e assiduidade no trabalho, uma vez que as vítimas frequentemente desenvolvem sentimentos de inutilidade e incapacidade. A ausência de intervenção por parte de colegas e superiores apenas agrava a situação, transformando o ambiente de trabalho em um espaço de convivência com o agressor. Para muitos que presenciam esses abusos, a omissão é justificada por medo ou indiferença, criando uma cultura organizacional tóxica onde a violência psicológica se perpetua e normaliza.

Nesse sentido, Didi também discute como o racismo e o machismo operam de maneira velada, com a esquerda reproduzindo, muitas vezes, as mesmas opressões que critica. Ela traz à tona a complexidade de lutar contra essas forças em todos os setores da sociedade. Sua experiência revela que, mesmo quando ocupam posições de destaque, as mulheres negras continuam sendo vistas como figuras descartáveis, enfrentando assédio moral, silenciamento e exclusão das discussões estratégicas.

A radialista compartilha que, ao ingressar na RádioCom aos 18 anos, ainda não tinha uma percepção nítida sobre o machismo e racismo que enfrentaria no ambiente de trabalho. Com o tempo e por meio de diversas experiências, ela desenvolveu uma consciência mais crítica dessas opressões, o que a ajudou a enfrentá-las de maneira mais assertiva. Ela reflete sobre como essas questões são frequentemente romantizadas e naturalizadas, mas sua vivência profissional e pessoal a fortaleceu para resistir a essas formas de discriminação. Esse amadurecimento reflete a importância da experiência para que as mulheres negras possam reconhecer e resistir de forma mais assertiva ao racismo e machismo estruturais que permeiam suas vidas profissionais e pessoais. Neste sentido, Gonzalez ressalta a importância da consciência racial como elemento central para a resistência e a afirmação de uma

identidade negra plena e ativa, o que implica um distanciamento dos rótulos que tentam diluir ou suavizar essa identidade.

A gente não nasce negra, a gente se torna negra. É uma conquista dura, cruel que se desenvolve na vida da gente afora. Ai entra a questão da identidade que você vai construindo. Essa identidade não é uma coisa pronta acabada. Então para mim uma pessoa negra que tem consciência da sua negritude luta contra o racismo, as outras são mulatas, pardas, marrom (LÉLIA GONZÁLEZ, 1988 s.p).

Ao longo de sua trajetória, Didi utilizou a arte e a cultura como formas de resistência. Didi transformou sua profissão em um espaço de luta contra as opressões que a cercam. Ela vê o jornalismo e a cultura como ferramentas poderosas de transformação social. Em seus programas de rádio, priorizou a presença de mulheres, pessoas negras e LGBTQIAPN+, criando um espaço inclusivo em que vozes marginalizadas podiam ser amplificadas. No entanto, essa representatividade ainda é escassa, tanto no rádio quanto em outros campos, como Didi observa ao mencionar a importância de figuras negras em filmes e na mídia. As mulheres da RádioCom, apesar dessas situações de discriminação, sempre foram empoderadas e a voz de uma mulher negra no microfone de uma rádio nunca será apenas uma voz de uma mulher negra no microfone de uma rádio.

Quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras. Porque muda-se a base do capitalismo (ANGELA DAVIS, 2017, s/p).

A representatividade dessas mulheres passa uma informação muito importante para outras mulheres negras, um recado de que elas também podem ocupar aquele espaço ou outro qualquer. Contudo, é evidente que esses espaços ocupados por mulheres negras ainda são raros. O filme Pantera Negra, por exemplo, levantou a discussão sobre a escassez de representação negra entre os heróis do cinema, o mesmo ocorreu nos desenhos da Disney e nos contos de fadas. A representatividade nos diversos campos é necessária, embora ainda seja mínima, mas, assim como é citado por Didi, está modificando aos poucos a cultura e a lógica racista de diversos espaços.

Os negros sempre tiveram suas próprias histórias, simbolismos e identidades do continente africano passadas pelas gerações, e que

foram silenciadas pela aculturação e silenciamento desse povo que excluiu seu poder cultural. Portanto, mesmo sendo considerado apenas um gênero cultural, o afrofuturismo projeta as possibilidades futurísticas de um povo, ultrapassando o gênero cultural e influenciando da vida real (KELLEN SILVA, 2016, p.8).

Além disso, a questão da representatividade é crucial ao discutir a forma como grupos historicamente marginalizados são retratados nos meios de comunicação e na cultura. As representações convencionais de mulheres negras muitas vezes reforçam estereótipos que desumanizam e violentam sua imagem, apagando suas complexidades e vivências reais. Essas representações não apenas limitam as oportunidades de mulheres negras ocuparem espaços de destaque, mas também afetam a maneira como elas se percebem e se posicionam na sociedade. Como destaca bell hooks, muitas espectadoras negras reagiram a essas imagens negativas se distanciando do cinema, sentindo-se desvalorizadas e invisíveis:

Representações convencionais de mulheres negras cometeram violência contra a imagem. Respondendo a esses ataques, muitas espectadoras negras se fechavam para a imagem, olhavam para o outro lado, decidiam que o cinema não era importante para elas. (bell hooks, 1989, p. 253)

A interlocutora, assim como a DJ Helô, apontou a preocupação com o ambiente radiofônico, um espaço progressista, que debate cotidianamente temas relacionados às lutas sociais, mas que, segundo ela, possui uma romantização do machismo e do racismo. Ela considera contraditório um espaço que trata fortemente de pautas feministas, raciais e LGBTQIA+, não ter a representatividade dessas comunidades em seu cotidiano, sendo um ambiente com a presença quase majoritária de homens que detêm o poder de decisão, mas não participam do dia a dia da emissora.

A presença das diversas discriminações, como o machismo nos ambientes de esquerda não é novidade. Ao discorrer sobre a luta das mulheres contra a ditadura, Maria Amélia Teles (2014, p.14) lembra que elas “enfrentaram o machismo da esquerda, seja na luta armada, nas greves operárias ou nos movimentos populares nas periferias e nas áreas rurais. Enfrentaram a truculência de cunho patriarcal e racista da repressão política”.

Nesse tipo de ambiente, em que há a premissa de ser um espaço participativo, muitas vezes o discurso inclusivo é defendido, porém as práticas de coletividade e de horizontalização do poder são inalcançáveis, sobretudo para as minorias desfavorecidas, como as comunidades de mulheres, de povos originários, de

LGBTQIA+, por exemplo. O silenciamento e a invisibilização são práticas culturalmente fortalecidas e que inibem qualquer tentativa de denúncia e reivindicação. Para as mulheres, essa realidade se torna ainda mais perversa, tendo em vista que a educação patriarcal e o machismo estrutural muitas vezes refletem em suas personalidades, trazendo inseguranças, culpas e impedindo a verbalização das diversas violências vivenciadas no cotidiano.

A diminuição de custos no mundo do trabalho acaba por precarizar as formas de trabalho. As mulheres trabalhadoras sofrem muito mais dentro desse contexto de exclusão e têm a sua força de trabalho desvalorizada, com baixa remuneração e jornadas intensas de trabalho, deixando-as mais vulneráveis independente da esfera e do segmento em que atuam. Assim como a DJ Helô, a questão financeira é uma constatação unânime entre as radialistas; todas elas discorreram sobre a baixa remuneração, a não remuneração e até mesmo o pagamento de um piso de radialista que é inferior ao piso de jornalista, que são profissões com atribuições diferentes, apesar de poderem desenvolver atividades similares. Aos jornalistas³⁷ são atribuídas responsabilidades de busca e organização de notícias, com um caráter mais intelectual, já aos radialistas³⁸ compete tarefas de divulgação através do meio de comunicação rádio, com um caráter mais técnico. Desta forma, uma das grandes críticas é que as profissionais desenvolviam atividades de jornalismo, mas recebiam como radialistas. Essa situação acaba fazendo com que as trabalhadoras precisem estender as suas jornadas para complementar a renda, fazendo com que trabalhem longas jornadas, além de desempenhar o trabalho doméstico e familiar. Esse, certamente, é um dos principais motivos que interferem na presença feminina dentro das emissoras de rádio. Além disso, a diminuição de custos no mundo do trabalho acaba por precarizar as formas de trabalho.

As mulheres trabalhadoras sofrem muito mais dentro desse contexto de exclusão, tendo a sua força de trabalho desvalorizada, com baixa remuneração e jornadas intensas de trabalho, deixando-as mais vulneráveis, independentemente da esfera e do segmento em que atuam. Essa é uma realidade que também é observada

³⁷ Jornalista – é regida pelo Decreto-Lei 972/69. - Ao jornalista é responsável por buscar notícias, redigir matérias, entrevistas e reportagens. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0972.htm. Acesso em: 27 de junho de 2024.

³⁸ Radialista - é regulamentado pela Lei nº 6.615/78 e pelo Decreto nº 84.124/79, o qual define como radialistas os profissionais empregados em empresas de radiodifusão, que podem desempenhar funções administrativas ou técnicas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/D84134.htm. Acesso em 27 de junho de 2024.

na narrativa da Didi, uma mulher negra, formada em Jornalismo, que desempenhou as funções de jornalista durante 10 anos dentro da RádioCom, mas que nunca foi remunerada como jornalista. A diferença salarial entre jornalistas e radialistas no Rio Grande do Sul é significativa. Para jornalistas que trabalham no interior do estado, o piso é de cerca de R\$ 2.857,80³⁹ em 2024. Por outro lado, radialistas e locutoras geralmente recebem salários menores; o piso salarial para radialistas no interior do Rio Grande do Sul é de aproximadamente R\$ 1441,10⁴⁰ em 2024.

Como já citado, para compreender as desigualdades enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho, é fundamental adotar um olhar interseccional, que permita reconhecer como diferentes formas de opressão, como gênero, raça e classe, se entrelaçam para agravar a precarização das condições laborais. A exemplo das experiências das radialistas e jornalistas, como DJ Helô e Didi, a desvalorização de suas funções revela que a exclusão vai além das questões de gênero, envolvendo também discriminações raciais e sociais. Essa abordagem interseccional é essencial para evidenciar as múltiplas camadas de discriminação, como ilustrado pelo caso da General Motors:

O caso da General Motors é um exemplo do interesse de uma perspectiva interseccional. As discriminações de raça e de sexo não eram reconhecidas pela empresa, que dizia recrutar mulheres e negros. O problema é que os negros recrutados pela GM não eram mulheres e as mulheres recrutadas não eram negras (CRENSHAW, 2010). A GM dissociava a discriminação de gênero e de raça, discriminação que só se tornava visível pela perspectiva interseccional (HELENA HIRATA, 2018, p.10)

A interlocutora, após ser demitida de uma forma muito complicada, sem a merecida valorização após seus 10 anos de dedicação, ainda presenciou sua colega ser convidada para ocupar o seu lugar e ser ainda mais desvalorizada, o que evidencia um tratamento desrespeitoso com as mulheres que atuam na emissora.

Didi menciona a ausência de suporte à sua formação acadêmica enquanto trabalhava na RádioCom. Tal situação é importante, pois mostra como as mulheres negras são frequentemente marginalizadas em seus esforços de desenvolvimento, mesmo em ambientes que deveriam ser inclusivos. A falta de reconhecimento de suas

³⁹ Salário Normativo 2024/2025 – Disponível em: <https://jornalistas-rs.org.br/piso-da-categoria/>. Acesso em 9 de novembro de 2024.

⁴⁰ Convenção Coletiva de Trabalho Radialistas RS 2023/2024. Disponível em: <https://www.sindiradio.org.br/noticias/item/convencao-coletiva-de-trabalho-radialistas-rs-2023-2024.html>. Acesso em 9 de novembro de 2024

conquistas acadêmicas e a desvalorização de seu conhecimento profissional reforçam as barreiras estruturais. Além disso, a exclusão de Didi das decisões estratégicas na rádio, apesar de sua longa dedicação, é um ponto que se conecta diretamente à falta de representatividade e à forma como o poder é exercido nesses espaços.

Didi também se foca em sua atuação como produtora cultural, o que é importante para sublinhar sua contribuição ao fortalecimento de movimentos culturais em Pelotas, especialmente dando visibilidade a artistas negros e questões raciais.

A fala de Didi é uma poderosa reflexão sobre as várias formas de opressão que ela enfrentou como mulher negra, periférica e jornalista. Sua experiência revela como o racismo e o machismo operam de maneira interseccional, marginalizando e silenciando mulheres negras em espaços profissionais. No entanto, sua trajetória também é marcada por uma forte resistência. Ao utilizar o jornalismo e a cultura como ferramentas de luta, Didi subverte as opressões que a afetam, transformando sua carreira em um espaço de afirmação e empoderamento para si mesma e para outras pessoas marginalizadas. Sua narrativa exemplifica a complexidade de ser uma mulher negra em um mundo que continuamente tenta silenciar as vozes do seu povo, mas também mostra a força da resistência e da perseverança diante de tanta adversidade.

2.3 Vanessa Silveira - “Eu não era escutada, eu falava as coisas e nada mudava, até algum homem falar a mesma coisa”

A entrevista com a jornalista Vanessa Rodrigues Silveira ocorreu no dia 29 de setembro de 2022 e teve duração de aproximadamente uma hora e quarenta e cinco minutos. O encontro foi realizado na casa de Vanessa, localizada no bairro Areal, na qual ela reside com seus dois filhos, Miguel e Valentim, em uma estrutura de família monoparental. Durante a entrevista, a presença de uma gatinha filhote, recém-chegada à família, trouxe momentos descontraídos, já que o animal participou ativamente da conversa com sua energia brincalhona.

Ao chegar para a entrevista, precisei aguardar um pouco, pois Vanessa estava finalizando um tratamento capilar em uma vizinha. Essa é uma atividade extra à qual ela se dedica, tanto por gostar quanto para complementar a renda familiar.

Nascida em 20 de setembro de 1985, em Pelotas, Vanessa é uma profissional multifacetada, formada em Jornalismo e Pedagogia. Recentemente, ela deixou a RádioCom, na qual atuava como apresentadora do “Contraponto”, o principal

programa da emissora. O “Contraponto” é transmitido “ao vivo”, em formato de debate, com foco na discussão de temas atuais sob uma perspectiva política. Vanessa decidiu sair da rádio após ser aprovada em uma seleção no Sindicato dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas (ADUFPel⁴¹), no qual passou a exercer a profissão de jornalista com remuneração correspondente ao piso salarial da categoria.

2.3.1 Vanessa Silveira e sua narrativa

Eu, Vanessa, hoje sou uma pessoa que tenta equilibrar minha vida entre ser mãe, ser trabalhadora, ser jornalista e ser mulher no mundo. Tento, de alguma forma, fazer com que esses papéis se misturem de forma mais fluida, porque é evidente que eles se conversam na minha essência. E, muitas vezes, a gente acaba sendo contraditória. Aprendi ao longo da vida a aceitar essas contradições, o que, para mim, é um exercício muito importante, principalmente para nós, mulheres, que já carregamos tantas culpas impostas sobre nós, culpas que a gente nem deveria carregar.

Me vejo como alguém em constante movimento de transformação, sempre querendo aprender mais, tanto com os outros quanto comigo. Meu objetivo é sempre tentar buscar uma vida mais tranquila, mais leve. Mas o que acaba pesando, muitas vezes, é a questão financeira. Vivemos em um mundo capitalista e isso traz preocupações constantes. Talvez eu pudesse estar em uma situação melhor se tivesse mais condições financeiras, mas, ao mesmo tempo, não posso dizer que me falta algo. Tenho minha vida, meus filhos, minha casa e está todo mundo com saúde. Isso me deixa tranquila, mas ainda me preocupo muito, especialmente com o bem-estar das pessoas ao meu redor.

Eu sou uma pessoa muito preocupada, é algo que sempre percebi em mim. Me preocupo com o trabalho, porque quero que ele seja feito da melhor forma possível. Me preocupo com a educação dos meus filhos, porque quero que eles sejam boas pessoas. E quando falo de educação, não estou só falando da parte intelectual, mas também sobre como eles vão ser no mundo. Também me preocupo muito com minha

⁴¹ A Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas - ADUFPel - Seção Sindical é uma entidade democrática, sem caráter religioso nem político-partidário que representa todos os servidores públicos civis da carreira docente da Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: <https://www.adufpel.org.br/site/home/>. Acesso em: 27 de junho de 2024.

saúde mental e com a saúde mental das minhas amigas e da minha família. Acho que essa sou eu, uma pessoa tensa, sempre preocupada com alguém, com alguma coisa, ou com alguma situação.

Na RádioCom, fui contratada como locutora e recebia o piso de locutor, que gira em torno de um salário-mínimo. Eu trabalhava no turno da manhã, começava por volta das 8h e ia até o meio-dia. Entrei na rádio quando estava cursando Jornalismo, inicialmente como estagiária voluntária no programa “Contraponto”. Naquela época, também desenvolvemos um projeto para um programa de cultura, que era transmitido à tarde. Depois, voltei ao “Contraponto” já como funcionária contratada. No entanto, após dois anos, saí da rádio, já formada. Fiquei seis anos afastada e depois retornei novamente ao “Contraponto”. No total, passei cerca de oito anos na emissora.

Não foi por inspiração que me interessei por rádio, na verdade, o meu interesse foi pela RádioCom. Durante a universidade, acabei conhecendo algumas pessoas que faziam parte da rádio e precisei fazer um trabalho acadêmico que consistia em conhecer um veículo de comunicação. Foi aí que fui à RádioCom. Isso aconteceu logo no início do curso e, como eu já estava cursando a cadeira de Rádio, o contato foi natural. Achei a ideia da RádioCom muito interessante, por ser comunitária, por estar sempre de portas abertas para quem quisesse contribuir. Conversando com o pessoal que já fazia parte da rádio ou que a conhecia, comecei a achar tudo ainda mais fascinante.

Lembro que, durante as gravações no estúdio de rádio da universidade, comecei a gostar de falar ao microfone, ler notícias, transmitir informações. Aos poucos, fui conhecendo a RádioCom e me apaixonando por fazer rádio, mas não foi algo que partiu de um sonho antigo ou de uma paixão por escutar rádio desde sempre. Não foi por esse caminho que eu me tornei radialista. Eu fui conhecendo, comecei a fazer e acabei gostando, principalmente porque encontrei um espaço acolhedor, que dava oportunidades e tinha uma linha ideológica que me agradava. A partir daí, a RádioCom se tornou um espaço de formação para mim.

A rotina envolvia análise de conjuntura para entender o que estava acontecendo e sendo debatido, buscar entrevistados, produzir e apresentar o programa. Também cuidava minimamente das redes sociais, o que se tornou ainda mais necessário com a chegada da pandemia.

Teve um período na rádio em que os ouvintes ligavam para a emissora e a gente os colocava no ar. Com o tempo, percebemos que isso gerava alguns

problemas, porque, às vezes, os ouvintes falavam coisas inadequadas diretamente com o entrevistado. Então, paramos de colocá-los no ar. A partir daí, quando eles ligavam, nós anotávamos o que diziam e passávamos para o locutor, dependendo da relevância do comentário.

Com a pandemia, esse filtro não era mais possível, porque, no meio das lives, as pessoas já estavam comentando e a gente apresentava o programa enquanto lia o chat. Havia críticas e elogios e aconteceu de meu colega ler nomes que, ao serem juntados, formavam palavrões, sem que ele percebesse.

Teve também um período em que algumas pessoas achavam que a gente não deveria ler os comentários, mas, para mim, não tem como não ler. Muitos ouvintes são assíduos, estão ali todos os dias para dar um "bom dia" e é justamente essa interação que aproxima a rádio dos ouvintes. Se eles comentam, é porque querem ser notados e essa é uma das partes mais legais. Muitas vezes, a interação nem acontece durante a live, depois que o programa termina a gente recebe mensagens como: "Gostei muito da entrevista, queria te perguntar tal coisa, mas não consegui enviar, mas estava ouvindo." Ou então: "Ah, não gostei de tal coisa que foi dita."

Nós acabávamos aprendendo muito com os ouvintes da RádioCom, porque grande parte deles é formada por pessoas ligadas à universidade, que estudam determinados assuntos. Então, víamos comentários como: "Olha, tal coisa que vocês falaram não deve ser dita dessa forma," ou "Vocês não entenderam muito bem a essência desse assunto." E isso, na minha opinião, é a parte mais importante, desde que a gente seja humilde o suficiente para entender. O que nem sempre acontece, porque tem gente que se coloca naquela postura de "sabe tudo".

Sobre a presença das mulheres na rádio, quando comecei, lá por 2007 ou 2008, tinha a Maria Fernanda, que fazia o "Contraponto". Cheguei a cruzar com ela algumas vezes. Depois, tinha a Vera, mas não interagíamos muito, porque ela apresentava o Sociedade em Debate, que ia ao ar aos sábados e ela qualificava muito o debate no programa.

Naquela época, essa questão da presença feminina não era muito discutida. A gente não percebia, não parava para analisar que havia poucas mulheres, como se faz hoje em dia. Hoje, em qualquer espaço que você entra, busca enxergar uma diversidade de pessoas falando, especialmente quando se trata de um veículo de comunicação de esquerda.

Quando voltei para a rádio, tive contato com a Helô, que fazia o “Manhã Cultural” na época, logo depois do “Contraponto”. Mas, de forma geral, sempre foram poucas mulheres, uma ou duas no máximo, no dia a dia. Agora, mensurar a rádio como um todo é mais difícil, porque muitos dos programas são voluntários e as pessoas participam por um período limitado.

Teve uma época, porém, que foi muito rica em termos dessa questão específica da representatividade feminina. Foi quando surgiu o programa “Lua Sangrenta”, um programa verdadeiramente feminista, feito só por mulheres e que entrevistava exclusivamente mulheres. Todo mundo ouvia o “Lua Sangrenta” e as meninas “metiam a real”, doa a quem doer. Acredito que o “macharedo” da rádio aprendeu muito nessa época, pelo menos aqueles que se dispuseram a ouvir. Acho que o programa foi extremamente importante.

Desde 2019, já dá para listar muitas mudanças, especialmente com a chegada da pandemia, que nos forçou a adaptar todo o trabalho da rádio para manter a programação sem estar presencialmente no estúdio. Foi um processo de descoberta sobre como fazer isso funcionar. Eu sempre gostei mais da parte de produção, enquanto meu colega gostava mais da locução. Como ele não é jornalista, a parte de produção ficava mais difícil para ele, então eu fazia a produção do programa, selecionava as notícias que iríamos ler, editava no formato ideal para o rádio, imprimia as matérias para o meu colega e, em certos momentos, entrava no estúdio para participar, principalmente nas entrevistas, além de agendar os entrevistados. Como era um programa diário, conseguir entrevistas todos os dias já era uma demanda bem difícil.

Então veio a pandemia e ficamos em casa sem saber exatamente como continuaríamos. É importante dizer que, antes da pandemia, já fazíamos lives no Facebook, mas de um jeito bem diferente do que começamos a fazer depois. Na rádio, tínhamos uma câmera fixa, que ficava longe e mostrava todo o estúdio, de forma mais informal, só para capturar o ambiente. Em casa, tivemos que pensar em como adaptar isso e aí começaram a estourar as lives, que acabaram sendo o único caminho para continuar a programação.

Eu adaptei um espaço aqui em casa com os equipamentos que eu tinha, porque a rádio não tinha como fornecer material para todo mundo. Eu tinha um notebook e um celular, que precisei trocar por causa da demanda da rádio. Meu colega pegou o equipamento da rádio e levou para casa dele e assim começamos a fazer as lives. No

início, só ele aparecia e eu ficava na produção, mandando o material pelo WhatsApp. Ficamos assim por um bom tempo.

Depois, precisei começar a aparecer também. Era algo que eu não queria fazer, porque nunca gostei da questão da televisão no jornalismo. Sempre foi uma área que eu evitava e tinha pavor e quando fui para o rádio, justamente escolhi para não ter que mostrar a minha cara, para não ter que ficar performando na frente de uma tela. Foi difícil, mas precisei me adaptar, porque aquele era meu trabalho, era meu emprego e as coisas mudaram para todo mundo com a pandemia. Então, passei por esse processo e acabei me acostumando.

Quando voltamos ao presencial, a atmosfera já era outra e o estar na tela acabou se sobrepondo ao rádio. Voltamos ao estúdio com a mentalidade de que ele precisava estar totalmente adaptado para as lives. Hoje em dia, o que está em alta são os formatos de podcast com vídeo, então tentamos nos adaptar ao máximo para acompanhar esses novos formatos e manter a rádio viva, digamos assim.

Retornamos ao estúdio só em novembro de 2021, depois de um bom tempo. Foi necessário adquirir computadores mais potentes para aguentar as lives e uma mesa nova. Esses dois anos pareceram dez, por conta de todas as mudanças que aconteceram.

O rádio, assim como outros veículos de comunicação, desempenhou um papel fundamental, principalmente no sentido de levar informação correta, qualificada e confiável. Tal situação foi ainda mais evidente com o fortalecimento das Fake News nos últimos tempos. Na minha visão, os veículos de comunicação ajudaram muito nessa questão. Na rádio, a nossa preocupação era sempre trazer informações precisas sobre a pandemia, para que as pessoas pudessem agir com seriedade, se cuidar e entender o que estava acontecendo.

Nós sempre observávamos o que estava acontecendo em outros países, sabíamos que o que acontecia lá, em breve aconteceria aqui também. Por isso, estávamos constantemente tentando disseminar essas informações, sempre conectados com as pesquisas da UFPel, para que as pessoas soubessem em que fase estávamos da pandemia e como se proteger. Acho que, de certa forma, isso foi crucial para pressionar o governo a tomar as medidas necessárias, mesmo que, no fim das contas, não tenha sido suficiente para evitar a tragédia. Fico pensando que, se a mídia tivesse se calado e compactuado com todo esse horror que vivemos, não

sei o que teria acontecido conosco. Mesmo com os veículos alertando e ouvindo especialistas, vimos as consequências devastadoras.

Ao mesmo tempo em que foi importante disseminar essas informações qualificadas, para mim, pessoalmente, foi muito pesado. Trabalhando com comunicação, eu não podia simplesmente me desligar ou me alienar. Não tive a opção de passar uma semana sem saber o que estava acontecendo. Foi bem complicado, especialmente lá no início, quando as pessoas ainda não tinham noção da gravidade, mas nós, que já estávamos informados, sabíamos o que estava por vir e que pessoas estavam morrendo.

Por outro lado, uma das coisas legais que surgiram foram as lives musicais. Poder curtir um show de um músico que eu gosto foi muito importante para mim, naquele momento de tanta tensão e incerteza.

Um evento que sempre me vem à mente foi o aniversário de dez anos da rádio. Foi em um estacionamento lá no porto, no qual organizamos um festival. Na época, tínhamos um projeto do Glênio chamado Arte Daqui e a festa foi incrível. Gravamos dois CDs e fizemos shows com artistas locais. Eu estava chegando na rádio naquele período, então foi um momento muito marcante para mim.

Recentemente, organizamos o aniversário de dezenove anos da RádioCom, que aconteceu no Ânima. Estávamos com muito medo de que as pessoas não comparecessem, porque fazia muito tempo que a rádio não organizava um evento desse porte. Além disso, o evento envolvia gastos, já que fizemos divulgação com cartazes, ingressos e contratamos músicos. Cada integrante da rádio tinha a responsabilidade de vender dez ingressos e, quem não conseguisse, tinha que comprar para ajudar a rádio. Não tínhamos ideia de quantos ingressos haviam sido vendidos, mas, para nossa surpresa, a festa lotou! Foi muito legal, conseguimos pagar a festa e ainda compramos uma mesa de som nova para a rádio.

Nesse mesmo aniversário, organizamos um ciclo de debates e discutimos bastante sobre Fake News, já que isso estourou em 2018, o que tornou o tema extremamente relevante. Transmitimos o debate “ao vivo” pela rádio e no Facebook. Esse momento foi muito marcante para mim, porque foi um reencontro para muita gente. Apesar de todo mundo estar fazendo a rádio acontecer, fazia tempo que não organizávamos um evento e as pessoas não se encontravam presencialmente na emissora.

Eu acho que a maior dificuldade que nós, mulheres, enfrentamos é a insegurança que carregamos, algo que foi socializado em nós desde cedo. Mesmo que tenhamos doutorado em um determinado assunto, a insegurança está presente quando temos que nos expor. Para mim, foi muito difícil até conseguir "virar a chave". E mesmo depois de ter virado, continuo sentindo essa insegurança até hoje.

Atualmente, trabalho em um local em que não preciso aparecer, mas há um programa em formato de podcast que vai ao ar pelo rádio, sem que minha imagem esteja exposta. Mesmo assim, ainda me sinto insegura fazendo algo que faço há anos. Para nós, mulheres, parece que não é permitido nada, não podemos errar, não podemos usar determinada roupa, não podemos emitir uma opinião equivocada. E, se errarmos, somos imediatamente julgadas.

Pensando na origem dessa insegurança, eu poderia passar um dia inteiro falando sobre. Na academia, por exemplo, lembro das minhas colegas que queriam trabalhar em televisão, até o comprimento do cabelo tinha que ser o certo, senão elas não poderiam aparecer na TV e a roupa deveria seguir padrões específicos. Isso sempre me incomodou muito. Eu problematizava essas questões: "Como assim, o mercado tem um formato e temos que nos adaptar a ele?" Mas esse formato não fazia sentido para mim. Eu sabia que nunca ia usar um terninho ou arrumar o cabelo do jeito que esperavam. E, principalmente na TV, eu não conseguia me conformar com o jeito padronizado de falar, aquela entonação que todos usam e que não aproxima o público. São coisas que nunca fizeram sentido para mim.

Na RádioCom, sempre houve um respeito pela autonomia. Eu podia ser quem sou, falar livremente, mesmo sabendo que existem limites e adaptações. Mas, até o último programa que fiz na rádio, essa insegurança ainda estava presente. Mesmo quando o assunto era algo que eu dominava, como violência contra a mulher ou legalização do aborto, a insegurança não desaparecia. Ela começa antes mesmo de você entrar em um espaço, porque já sabemos que vamos enfrentar barreiras por sermos mulheres.

Um exemplo concreto foi em reuniões. Muitas vezes, eu apontava problemas e sugeria soluções, mas não era ouvida. Nada mudava até que um homem falasse a mesma coisa. Era frustrante ter que dizer: "Eu estou falando isso há meses e ninguém me escuta. Por quê? É porque sou mulher?" E isso explica muito do motivo pelo qual as mulheres estão sempre sobrecarregadas. Além das demandas da vida pessoal, no

trabalho temos que ser melhores que os homens para talvez sermos valorizadas e mesmo assim nosso trabalho é muitas vezes invisibilizado.

Tu tens que fazer o teu trabalho e ainda chamar a atenção para o fato de que tu fizeste o teu trabalho. E é surreal, porque imagina tu ires para uma reunião para construir algo e as pessoas simplesmente não te ouvirem, porque tu és a única mulher ali. Talvez o que tu estás falando não faça sentido para eles, então, se não faz sentido, eles não absorvem. Aí tu tens que gritar, falar mais alto e de repente já te chamam de histérica: "Ah, porque a fulana não tem paciência, é gritona, é nervosa." Os homens não entendem que a gente acaba sendo tudo isso, porque, se falarmos em um tom baixo, eles nem consideram o que estamos dizendo.

Também existem questões como: "Vamos falar de tal assunto no programa? Vamos chamar o fulano, o beltrano e o sicrano." E eu me pergunto: "E vocês não vão ouvir nenhuma mulher para falar sobre esse assunto?" Essa é a diferença de ter uma verdadeira diversidade de pessoas no espaço. Quando comparamos com um homem, especialmente um homem branco, ele está em um lugar tão confortável de privilégios que não consegue enxergar a realidade do resto das pessoas.

Eu fiz das tripas coração para melhorar essas questões dentro da rádio: "Não vai ter nenhuma pessoa negra falando sobre isso? Vamos ouvir uma mulher? Vamos ouvir só homens brancos?" Ou: "Tem que falar de cultura negra? Tem que ser uma pessoa negra falando sobre isso." E a resposta, às vezes, era: "Ah, mas essa pessoa estudou." Tudo bem, ela pode participar, mas quem tem que falar é uma pessoa negra. Essas são questões que percebo, principalmente com relação aos homens brancos, que têm dificuldade de sair dessa bolha confortável e olhar para a realidade dos outros.

Como eu era locutora e estava em um espaço que me dava autonomia, eu não enfrentava a situação de "não ser escutada" em todos os aspectos, porque eu tinha liberdade para fazer meus próprios convites. Se um colega não considerasse o que eu estava dizendo, paciência, eu ia atrás, convidava quem eu achava necessário e pronto. A falta de escuta era mais em questões tratadas nas reuniões, sobre a estrutura ou o funcionamento da rádio e dos programas. Algumas dessas questões estão relacionadas a gênero e outras à forma como a rádio é gerida. Como é um coletivo e muitas pessoas precisam ser ouvidas e respeitadas, às vezes torna mais difícil tomar decisões ou promover mudanças. Não é como uma empresa em que

alguém toma a decisão e pronto. Na rádio, muitas vezes as coisas não acontecem porque há muita gente para resolver.

Quando saí da rádio, estava tentando encaixar no programa uma comentarista, pelo menos, que fosse mulher e tratasse de pautas feministas. Mas não se concretizou, porque, no fim, seria eu mesma que teria que correr atrás para fazer acontecer.

Eu tive muitas experiências boas na época da universidade. Participei de um projeto de extensão na área de jornalismo comunitário, no Instituto Mario Alves e organizei eventos. Na universidade, fui do DA (Diretório Acadêmico) e fiquei muito próxima do DCE (Diretório Central dos Estudantes), que era bem atuante naquele período. Minha trajetória foi bastante diversa dentro do ambiente universitário.

Depois que me formei, eu e alguns colegas tivemos a ideia de formar uma cooperativa de comunicação para atender à demanda dos movimentos sociais e dos sindicatos. E fizemos isso! Na época, o jornalismo impresso ainda era o mais utilizado, então trabalhávamos muito com materiais impressos. Eu atuava principalmente na parte de diagramação. A nossa cooperativa se chamava Rede e, entre os trabalhos que fizemos, uma demanda do Sindicato da Alimentação se destacou. Eles queriam desenvolver um programa de TV e nós também elaboramos esse projeto.

Quando eu fiquei grávida, precisei sair da cooperativa. Era um ambiente muito estressante, com muita carga de trabalho, já que precisávamos fazer formação e gerenciar várias atividades. Eu sentia que precisava de paz durante a gestação, então optei por ficar só na rádio no turno da manhã. Quando tive o Miguel, acabei saindo da rádio também, porque não queria voltar depois de quatro meses e deixar ele com alguém ou numa creche. Como meu ex-companheiro estava com um bom trabalho na época, decidimos que eu ficaria em casa cuidando do Miguel por tempo indeterminado.

Nesse período, acabei querendo ter mais um filho e fiquei seis anos em casa. Durante esse tempo, fiz o curso de Pedagogia a distância. Mas chegou um momento em que eu não aguentava mais ficar só em casa, eu queria sair, trabalhar. Fiz alguns estágios na área da educação, na Pedagogia e quando estava procurando trabalho, o Zé me chamou para voltar para a rádio. Retornei e fiquei mais seis anos por lá. Só que, naquela época, não havia perspectiva de crescimento e eu já estava um pouco saturada de ser jornalista e continuar recebendo como locutora, porque, além de locução, eu fazia muitas outras coisas que eram claramente trabalho de jornalista.

Foi então que surgiu a oportunidade na ADUFPel. Me inscrevi, participei de todo o processo seletivo e fui aprovada. Como os horários da rádio não coincidiam com os da ADUFPel, optei por ficar no sindicato. Lá, trabalhamos em várias áreas, alimentamos as redes sociais, escrevemos matérias para o site e retomamos a produção do jornal impresso depois da pandemia.

Teve uma época em que eu era bem mais nova e muito mais idealista. Fiz muita coisa pela militância, era um outro momento, quando eu ainda era estudante. Mas, mesmo assim, eu nunca consegui me dedicar exclusivamente à militância, porque meus pais nunca tiveram condições financeiras para que eu pudesse me envolver apenas nisso. Eu só fiz Jornalismo na Católica porque minha mãe era funcionária e eu tinha uma bolsa de 75% de desconto. Naquela época, ainda não existia o curso de Jornalismo na UFPel.

A minha militância sempre foi muito mais espontânea e esteve relacionada ao meu trabalho na rádio. Nunca fiz parte de um movimento específico de forma contínua, nunca estive atuando ativamente em um grupo. Eu estava presente em vários lugares, mas sem me envolver diretamente de forma permanente. Sempre que havia uma pauta feminista ou do movimento negro, eu estava lá, tentando dar mais visibilidade, mas sem estar profundamente inserida em uma organização específica.

Eu sei que a RádioCom é uma experiência muito específica de rádio comunitária, porque é uma emissora formada pelos movimentos sociais e pelos sindicatos. Ela não é feita por uma comunidade de bairro, o que a torna bem diferente de outras rádios comunitárias. Já tive a oportunidade de conversar com pessoas de outras regiões e praticamente ninguém conhece outra experiência como a da RádioCom.

Acredito que uma rádio comunitária cumpre um papel que toda a mídia deveria cumprir, que é, de fato, tratar das questões de interesse da população. Sabemos que a mídia hegemônica não faz isso, porque ela está pautada pelos interesses econômicos. Na universidade, a gente aprende que esse deveria ser o papel da comunicação, mas quando saímos do espaço acadêmico e vamos para o mercado de trabalho, percebemos que, se seguimos uma linha mais alinhada ao modelo hegemônico, sabemos que o que estamos fazendo ali não é o que deveríamos, ou até fazemos, mas de maneira muito limitada.

Por outro lado, acredito que as rádios comunitárias, por não estarem atreladas a esses movimentos econômicos e por só poderem ter apoiadores culturais, têm mais

oportunidades de realmente cumprir o papel de um veículo de comunicação social, livre desses interesses financeiros.

Teve um período em que achávamos que alguns veículos, como o jornal impresso, o rádio e até a TV, perderiam espaço por causa das redes sociais e da facilidade de acesso às informações pela internet. Mas, se pararmos para pensar, muitas coisas que estão surgindo agora são inspiradas nesses veículos de comunicação tradicionais. Falando especificamente do rádio, o que são os podcasts, afinal? São programas de rádio, com diferenças, porque cada canal de podcast foca em um determinado tema, podendo até abranger vários assuntos, mas sempre com uma questão central. No entanto, o formato é muito parecido com o rádio.

Eu acredito que o rádio vai continuar se adaptando, mas nunca vai perder seu espaço ou deixar de existir. Arrisco até dizer que, em algum momento, alguns grupos vão querer resgatar o rádio do jeito que era feito antigamente, assim como aconteceu com os discos de vinil. Por muito tempo, quem não era DJ ou colecionador substituiu o vinil pelo CD, se desfez dos tocadores e agora ter um toca-discos em casa é quase um símbolo de status, porque sabemos da qualidade e da diferença que faz.

Não consigo prever o futuro a longo prazo, mas, a curto prazo, acho que o rádio vai se adaptar e se aproximar mais do formato de podcast, justamente para aproveitar esse espaço. Talvez, no futuro, a gente até retroceda e queira sintonizar o rádio em casa novamente, ou busque uma nova tecnologia que venha a substituir isso.

É como a questão do jornal impresso. As pessoas dizem: "Ninguém mais quer ler textão, todo mundo se informa na internet." Mas bastou sair o primeiro jornal da ADUFPe para vermos o quanto as pessoas ainda têm essa relação com o físico, com o pegar. É como os livros. Todo mundo tem um Kindle, mas eu não consigo ler em uma tela, simplesmente não suporto.

Se eu pudesse escolher qualquer ramo da comunicação e esse ramo me gratificasse financeiramente, eu faria tudo de novo, sem dúvida. Eu gostava muito de trabalhar com rádio, porque ali eu tinha a oportunidade de explorar diversos assuntos. Eu sempre sentia que estava aprendendo algo novo. O rádio me proporcionava essa diversidade de temas, o que é diferente de trabalhar em um veículo muito específico. Não vou usar o exemplo da ADUFPe, porque, apesar de ser um sindicato voltado para a educação, é um espaço mais aberto. Através do podcast que fazemos, conseguimos explorar vários temas. Mas, se pegarmos algo muito específico, como o

Sindicato dos Bancários, por exemplo, você acaba trabalhando sempre no mesmo assunto.

Nesse sentido, acho muito mais atraente estar em um veículo mais abrangente, como o rádio, a TV ou um jornal da cidade, desde que você tenha liberdade e autonomia. Na área da comunicação, eu acho que não escolheria outro ramo. No entanto, já pensei em realmente seguir por outro caminho, algo que não tivesse a ver com comunicação, justamente por causa do peso que às vezes vem com esse trabalho. Sentia isso muito forte quando estava na rádio, por estar sempre em contato com todas as coisas ruins que estavam acontecendo no mundo. Para alguém minimamente sensível, pesa muito.

Por várias vezes, pensei em largar tudo e ser cabeleireira, que é algo que sempre gostei de fazer. Mas, agora, no sindicato, estou muito mais tranquila. Consegui unir as duas áreas que sempre me dediquei, a educação e o jornalismo. Então, agora, está tudo certo. Na ADUFPeI, eu não preciso estar sempre por dentro de todo o contexto o tempo inteiro. Às vezes, posso me permitir relaxar, cumprir minhas tarefas no outro dia sem aquela pressão constante. Isso me dá uma sensação de alívio que eu não tinha antes.

Voltando lá atrás, na época de estudante, quando eu era completamente idealista, estava conhecendo os movimentos, entendendo como as coisas funcionavam, me identificando ou não com elas, havia momentos em que eu me perguntava se, financeiramente, eu estaria mais tranquila se não tivesse sido tão idealista. Às vezes, me questionava se as escolhas que fiz naquela época me prejudicaram nesse sentido.

Hoje, no entanto, eu vejo que fiz as escolhas que eram coerentes com aquilo em que eu acreditava e isso me traz tranquilidade. Por mais que, em alguns momentos, as coisas fiquem difíceis financeiramente, minha consciência está tranquila. Eu sei que meu trabalho não me agride moralmente, porque eu trabalho com o que acredito. Isso é extremamente importante para mim, como pessoa.

2.3.2 Decodificando vozes: análise da narrativa de Vanessa Silveira

A fala de Vanessa revela as complexas realidades enfrentadas por mulheres periféricas que conciliam diversos papéis, fornecendo uma visão abrangente sobre as questões de gênero no mundo do trabalho. Sua experiência expõe as múltiplas

camadas de opressão e os desafios que permeiam a vida das mulheres, refletindo as interações entre fatores sociais, econômicos e culturais. Esses pontos adicionais revelam a profundidade da fala de Vanessa e como sua experiência pessoal reflete questões mais amplas que afetam mulheres em diferentes áreas de suas vidas: no trabalho, na família e na sociedade.

Vanessa menciona a constante luta para equilibrar as múltiplas responsabilidades de ser mãe, trabalhadora e jornalista, uma realidade compartilhada por muitas mulheres. A divisão sexual do trabalho impõe uma sobrecarga de atividades domésticas e de cuidado sobre as mulheres, especialmente as periféricas, com essas tarefas muitas vezes não sendo reconhecidas ou remuneradas. Além de seu trabalho formal como jornalista, Vanessa revela que também realiza atividades informais, como tratamento capilar, para complementar a renda familiar. Esse cenário evidencia a precariedade e a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, no qual as mulheres, particularmente as de classes mais baixas, têm menos oportunidades de alcançar independência financeira.

Vanessa aborda uma questão importante ao falar sobre a precariedade financeira e como o capitalismo impõe uma constante sensação de insatisfação. Mesmo não passando por necessidade extrema, ela aponta que, se tivesse mais condições financeiras, sua vida poderia ser mais tranquila. Esse sentimento de “não ter o suficiente” está diretamente relacionado às dinâmicas de classe e as dificuldades enfrentadas por mulheres trabalhadoras que, muitas vezes, precisam complementar a renda com atividades informais. O fato de ela fazer tratamentos capilares para ajudar na renda é um exemplo disso.

É interessante observar a discrepância que existia entre a remuneração dos jornalistas na ADUFPel, que recebiam o piso salarial da categoria de jornalista e a ausência dessa mesma preocupação na RádioCom, que era patrocinada pelo sindicato. Vanessa, por exemplo, recebia o piso de radialista, equivalente a um salário-mínimo, apesar de ser jornalista. Essa diferença refletia uma contradição, pois, apesar do apoio financeiro da ADUFPel à rádio, a valorização profissional dos jornalistas na emissora não era uma prioridade, criando um descompasso entre o discurso e a prática em relação à precarização do trabalho jornalístico.

Entre as características estruturais da economia de sobrevivência das mulheres, é possível destacar algumas questões importantes como o capital de giro reduzido, o baixo nível de escolaridade e preparo profissional, a baixa produtividade

e baixos rendimentos monetários, os altos riscos, as incertezas e inseguranças, além da dupla e tripla jornada de trabalho. De acordo com Berlindes Küchemann:

O conjunto de tais características acaba por impedir a ocorrência de oportunidades que rompam as circunstâncias de vida dessas trabalhadoras para que possam se firmar no mercado de trabalho de forma capaz de sustentar a si próprias e suas famílias. (BERLINDES KÜCHEMANN, 2001, p. 162)

O trabalho na esfera privada, muitas vezes realizado pelas mulheres, é considerado improdutivo e sem valor econômico, o que leva à sua desvalorização social. Como resultado, o trabalho doméstico é frequentemente ignorado ou subestimado pelos parceiros dessas mulheres. Ao buscar contribuir para a renda familiar através de empregos formais, muitas mulheres migram do ambiente doméstico para o mercado de trabalho. No entanto, essa mudança não implica que elas abandonem suas responsabilidades no lar. Pelo contrário, acabam assumindo uma dupla jornada, na qual conciliam o trabalho fora de casa com as tarefas domésticas. Esse cenário reflete a naturalização do trabalho doméstico pelo sistema patriarcal, que o considera inerente à condição feminina. Como destaca Lícia Perez:

Responsáveis pela maioria das horas trabalhadas em todo o mundo, as mulheres, generosamente, cuidam das crianças, dos idosos, dos enfermos, desdobrando-se em múltiplos papéis. Esquecidas de si mesmas, acabam por postergar um debate que se faz urgente: a divisão desigual das responsabilidades da família, a injustiça de sozinha, ter de dar conta de um trabalho de que todos usufruem. (LÍCIA PEREZ, 2001, p.52)

O trabalho realizado pelas mulheres, muitas vezes, é visto como uma simples "ajuda" ao marido, especialmente no âmbito doméstico, que é tradicionalmente considerado uma responsabilidade feminina. Em contraste, o trabalho masculino é amplamente reconhecido, tanto de forma simbólica quanto material, como produtivo e gerador de valor. Essa diferença de percepção reflete como o poder está concentrado nas mãos dos homens, enquanto a condição feminina, marcada pela dupla jornada de trabalho, permanece invisível para o sistema. O trabalho das mulheres, tanto no lar quanto no mercado, é frequentemente desvalorizado e não considerado um trabalho legítimo.

É um discurso naturalista, que insiste na existência de duas “espécies” com qualidades e aptidões particulares. Aos homens, o cérebro [muito mais importante do que o falo], a inteligência, a razão lúcida, a

capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos (MICHELLE PERROT, 2001, p.177).

As opressões citadas na narrativa da entrevistada ajudam a entender as diferentes formas de desigualdade que Vanessa enfrenta em sua vida. Ela lida não apenas com as barreiras impostas por ser mulher, mas também com as dificuldades de ser uma mulher periférica, carregando responsabilidades financeiras que influenciam suas escolhas de vida. Vanessa reflete sobre as contradições que aprendeu a aceitar ao longo do tempo e sobre a culpa socialmente imposta às mulheres. Essa culpa recai especialmente sobre aquelas em situações de vulnerabilidade, que precisam lidar com pressões econômicas e sociais vindas de várias direções.

No campo da comunicação, as mulheres costumam enfrentar barreiras ainda maiores, tanto pela invisibilidade nos espaços de poder quanto pelas práticas discriminatórias. A menção de Vanessa ao programa "Lua Sangrenta", produzido por mulheres e voltado à luta feminista, ilustra o reconhecimento e a resistência contra as opressões de gênero e raça, desafiando a hegemonia de homens brancos em espaços de poder e debate. Para Leila Barsted (1983, p. 16), esses espaços são importantes para amplificar as reivindicações das mulheres seja através de mídia impressa, rádio ou televisão: "os veículos de comunicação se apresentam inseridos numa estratégia de educação do movimento feminista, de recriação da identidade social da mulher e de resgate de nossa história".

Um dos aspectos mais significativos de sua fala é a experiência de não ser ouvida em reuniões, algo que muitas mulheres enfrentam em espaços predominantemente masculinos. Esse silenciamento é uma forma sutil de assédio moral, no qual as ideias e contribuições das mulheres são frequentemente desconsideradas até que sejam validadas por homens. Vanessa comenta como seus apontamentos eram ignorados até que um homem dissesse o mesmo, evidenciando a dificuldade das mulheres em serem reconhecidas como legítimas vozes no ambiente de trabalho. Esse fenômeno reflete a necessidade constante de as mulheres provarem seu valor e a injusta expectativa de que devem ser sempre melhores que seus colegas homens para serem reconhecidas. A respeito dessa questão, Michelle Perrot (2001, p.186) pondera que: "Trabalhadora ou ociosa, doente, manifestante, a mulher é observada e descrita pelo homem. Militante, ela tem dificuldade em se fazer ouvir pelos seus camaradas masculinos, que consideram normal serem porta-vozes."

A violência não ocorre apenas nas agressões físicas ou verbais, mas também na anulação das vozes individuais e coletivas, no silenciamento das histórias, na invalidação das opiniões. Todas essas violências têm o objetivo de desrespeitar o outro e retirar dele determinados direitos. Para Rebecca Solnit (2017, p. 35), o silenciamento “é uma recusa das nossas vozes e do que significa uma voz: o direito de autodeterminação, de participação, de concordância ou divergência, de viver e participar, de interpretar e narrar”.

Existe uma separação tradicional entre estupro, violência doméstica, assassinato e misoginia institucional. [...] As distinções entre os tipos de violência não nos adiantam de nada quando nos impedem de falar sobre a chamada violência de gênero como um fenômeno amplo e profundo. E mesmo chamar todos eles de violência de gênero encobrem o fato de que a violência é apenas um meio para um fim, e que existem também outros meios. Se a questão é o silêncio, então as formas de silenciamento que uns empregam contra outros ampliam o campo, passando a incluir a vergonha, a humilhação, a exclusão, a desvalorização, as ameaças e a distribuição desigual do poder por meios sociais, econômicos, culturais e jurídicos (REBECCA SOLNIT, 2017, p.45)

As vozes femininas são historicamente oprimidas, e não surpreende que para se fazerem ouvidas as mulheres precisam falar mais alto. Consequentemente, são taxadas por adjetivos depreciativos, como loucas e histéricas. Participar ativamente das decisões nos mais diversos campos continua sendo uma busca diária, tendo em vista que a liderança ainda não é vista como um papel feminino.

Vanessa também discorre sobre as pressões estéticas e comportamentais que as mulheres enfrentam, especialmente no campo da comunicação. Ela descreve como as mulheres na televisão são obrigadas a seguir padrões rígidos de aparência e fala, o que a afastou desse segmento específico da profissão. A crítica ao “formato” do mercado midiático hegemônico também revela o controle que se exerce sobre os corpos e as vozes das mulheres, particularmente em espaços que têm uma expectativa rígida de conformidade. Sua experiência na RádioCom, que lhe proporcionou maior liberdade de ser quem é, sem imposições estéticas, destaca a importância de ambientes inclusivos em que as mulheres possam se expressar sem serem julgadas ou reprimidas. Silvia Poppovic relembra:

Quando comecei no jornalismo, havia certa padronização. As mulheres usavam cabelo curto, não podíamos usar brincos grandes ou roupa colorida. Era como não ter sexo. Você nunca poderia ser mais importante que a notícia. Hoje isso já melhorou muito. A mulher

voltou a ser o que ela é, não precisa ser um poço de sedução, mas pode usar o cabelo comprido. A individualidade em cada uma de nós pode e deve ser preservada, assim como a maneira de contar a notícia, que é o mais interessante, o novo, o fascinante (LIA HABIB, 2005, p. 207).

Vanessa menciona a importância de aceitar as próprias contradições, algo que ela aprendeu ao longo da vida. Esse aprendizado é significativo porque, em uma sociedade que impõe expectativas rígidas às mulheres sobre como elas devem se comportar, trabalhar e cuidar da família, essa autoaceitação é um ato de resistência. Muitas vezes, as mulheres são cobradas por serem “perfeitas” em todos os papéis que desempenham e reconhecer as próprias falhas ou ambiguidades pode ser libertador e subversivo.

Ela descreve uma constante preocupação com o trabalho, os filhos e as pessoas ao seu redor, algo que é muito comum entre as mulheres, especialmente as que assumem papéis de cuidado. Essa carga mental, a pressão de estar sempre atenta a todos e a tudo, muitas vezes resulta em altos níveis de estresse e ansiedade. Vanessa reflete sobre essa questão e a reconhece como uma crítica que faz a si mesma, evidenciando o impacto emocional que essa sobrecarga tem na saúde mental das mulheres.

Ao longo de sua fala, Vanessa expressa uma grande preocupação com o bem-estar das pessoas ao seu redor: seus filhos, amigas e familiares. Essa empatia é uma característica que reflete a responsabilidade que muitas mulheres assumem, não apenas por suas próprias vidas, mas também pelas vidas dos outros. Tal postura pode ser vista tanto como uma qualidade positiva quanto como um reflexo de como as mulheres são socializadas para cuidar dos outros antes de si mesmas, o que, por vezes, pode prejudicar seu próprio bem-estar.

No caso brasileiro, são as redes sociais (redes familiares, redes de vizinhança, redes sociais mais amplas) que são centrais na provisão do cuidado. A família é ainda o lugar predominante do cuidado, que é da responsabilidade de seus membros, sobretudo das mulheres, mas também das empregadas domésticas e das diaristas que são recrutadas para as tarefas domésticas, mas também são levadas a cuidar das pessoas idosas e das crianças da família. (HELENA HIRATA, 2016, p. 60)

A RádioCom, para Vanessa, foi mais do que apenas um local de trabalho. Ela a descreve como um espaço de formação, no qual ela pôde desenvolver suas habilidades e se apaixonar pelo rádio. Esse aspecto destaca a importância de espaços

comunitários e alternativos para a formação de profissionais que não se encaixam nos moldes tradicionais do mercado de trabalho. A RádioCom ofereceu a ela a liberdade de experimentar, aprender e atuar de acordo com seus valores, o que é raro em um mercado dominado por interesses econômicos.

A comunicação alternativa rompe com o modelo tradicional de produção e disseminação de notícias, alinhando-se ao movimento contracultural. Ela atua como um meio de conectar pessoas que compartilham visões e lutas semelhantes, enquanto também busca engajar a comunidade, tornando seus objetivos mais compreensíveis para o público. Segundo Downing (2004, p. 47), “A comunicação efetiva no interior dos movimentos sociais e praticada por eles é, portanto, uma necessidade vital para que a automobilização possa ocorrer e prosperar”.

Assim, é importante destacar que, além de abordar temas ignorados pela grande mídia, a imprensa alternativa busca adotar uma linguagem distinta dos veículos tradicionais, trazendo novas perspectivas e abordagens para questões que envolvem denúncias e revelações de assuntos ocultos. Dessa forma, esse tipo de mídia, que circula entre as pessoas e desafia a lógica dominante, possibilita o reconhecimento de vozes diversas, incluindo as mulheres.

Vanessa destaca a importância da autonomia que encontrou na RádioCom, um espaço no qual podia tomar decisões e convidar pessoas para participar dos programas sem as restrições impostas por outros. Essa autonomia é algo que muitas mulheres não encontram em ambientes de trabalho mais tradicionais, em que suas vozes são silenciadas ou controladas. A capacidade de exercer essa liberdade criativa e editorial na RádioCom foi fundamental para sua formação como comunicadora e como mulher.

Um dos pontos mais importantes da narrativa de Vanessa é a sua fala sobre a insegurança. Como já debatido anteriormente, a sociedade pretende moldar a mulher durante a sua trajetória, dentro de uma construção social de desigualdade de gênero que define o que deve ser o homem e a mulher. A própria mídia tem um papel fundamental nessa construção. Ao mesmo tempo que os meios de comunicação de massa abrem espaço para discussões sobre a condição das mulheres, também retratam as mulheres a partir de reforços de estereótipos no que diz respeito ao seu “papel tradicional”, seja em propagandas, novelas ou noticiários. Virginia Wolf (2020), como já se viu no primeiro capítulo, também discorre sobre essa questão, ao nomear

como “O Anjo do Lar”, a sua insegurança para escrever, mesmo sendo ela uma mulher empoderada e privilegiada.

Nesse sentido, podemos pensar na Síndrome da Impostora ou Fenômeno da Impostora. Segundo Thereza Bezerra et al. (2021), esta manifesta-se como uma dificuldade em aceitar o próprio valor e mérito, sendo comum em mulheres. Este fenômeno ocorre quando alguém atribui suas conquistas a fatores externos, como sorte ou ajuda de terceiros, ao invés de reconhecer suas próprias habilidades e esforços. Esse sentimento gera um ciclo de insegurança, autossabotagem e comparações negativas, resultando em estresse, ansiedade e uma autopercepção distorcida. A autora sugere que uma estratégia para enfrentar a Síndrome da Impostora é lembrar que o fracasso ocasional é natural e não define a pessoa, mas sim proporciona aprendizado e crescimento.

O radiojornalismo é marcado pela presença de homens, a partir de uma tendência de vozes graves para dar credibilidade à informação. Apesar de uma mudança na cultura das emissoras, o avanço ainda não representa uma equidade de gênero nesses espaços. Vanessa destaca esse ponto, mencionando a pouca presença de mulheres no ambiente da RádioCom. Embora seja um meio de comunicação democrático, o rádio não tem um equilíbrio na participação feminina.

Apesar das críticas, todas as entrevistadas reconhecem o grande potencial da rádio comunitária, especialmente da RádioCom. Vanessa destaca que a emissora possui uma experiência singular no país, formada por movimentos sociais e sindicatos, conferindo-lhe um enorme potencial para abordar temas de relevância social. Ela enfatiza a importância da comunicação comunitária como um espaço para tratar de questões que afetam a população e são ignoradas pela mídia hegemônica. Vanessa menciona como a rádio desempenhou um papel fundamental durante a pandemia, fornecendo informações corretas e confiáveis, contrastando com a proliferação de desinformação, popularmente conhecida como Fake News. Esse papel transformador da comunicação comunitária revela o potencial dessas mídias em amplificar as vozes de grupos marginalizados e oferecer uma alternativa à mídia tradicional.

A fala de Vanessa revela as complexas dinâmicas de opressão que afetam as mulheres, especialmente as periféricas, e destaca as formas de resistência e adaptação diante de um sistema que marginaliza suas vozes. A aceitação das contradições e a busca por uma vida mais fluida refletem a coragem necessária para

navegar em um mundo que ainda impõe múltiplas barreiras de gênero, raça e classe. Ao mesmo tempo, sua trajetória evidencia a importância dos espaços comunitários e alternativos, como a RádioCom, para a formação de profissionais comprometidas com causas sociais, em que a voz das mulheres pode finalmente ser ouvida e respeitada.

2.4 Lili Rubim - “Tinha um radialista que questionava a existência de um programa exclusivo de mulheres”

Eliane de Oliveira Rubim, mais conhecida como Lili, é uma mulher dissidente sexual e racializada, nascida no dia 17 de setembro de 1984, em Alegrete, RS. Filha de Neusa de Oliveira Rubim, costureira, e Adir Rubim, agricultor, Lili construiu uma trajetória marcada pelo engajamento social e político. Jornalista por formação, embora nunca tenha trabalhado de forma efetiva na RádioCom, foi sua a iniciativa de desenvolver uma programação feminista na emissora. A partir dessa ideia, surgiu o programa “Lua Sangrenta”, um espaço construído exclusivamente por mulheres e pessoas não binárias, focado em dar visibilidade às suas lutas e questões.

Com uma atuação de aproximadamente seis anos na emissora, Lili contribuiu de forma significativa para a diversidade da programação, participando de programas como “Bicho de Sete Cabeças” e “Subversão”. Além disso, seu programa “Manhã Cultural” foi uma plataforma da qual emergiram outros dois programas importantes, o já mencionado “Lua Sangrenta” e o “Expresso da Meia-Noite”, que trazia uma perspectiva antirracista.

Ao contrário de muitas das outras entrevistadas, Lili entrou na rádio não por sua experiência como jornalista, mas sim impulsionada por seu envolvimento em diversos movimentos sociais. Sua militância sempre esteve no centro de suas atividades dentro e fora do rádio.

A entrevista com Lili aconteceu no dia 3 de outubro de 2022, enquanto ela estava no sítio de seu irmão, localizado em Alegrete. A conversa, que durou cerca de uma hora e meia, e foi marcada por algumas interrupções devido ao sinal de internet instável no local.

2.4.1 Lili Rubim e sua narrativa

Pensando nesses lugares de fala, eu sou uma mulher, bissexual, casada, artista e jornalista. Entendo que, além das profissões e das habilidades, sou uma pessoa muito potente e muito grata por ter encontrado muitos parceiros, parceiras e parceiros que somaram e construíram coisas muito significativas para mim, para elas e para outras pessoas também. Acredito que a nossa trajetória, nossa história, é construída a partir desses encontros e parcerias, pensando, sonhando e construindo através dos cotidianos, que podem ser, sim, muito revolucionários. É importante entender as pequenas vitórias como gigantes, pois há momentos que não são muito confortáveis e precisamos nos abastecer dessas pequenezas, dessas construções que já foram e que ainda podem vir a ser outras coisas, outras possibilidades. Então, eu sou muitas pessoas, vários coletivos, mas não deixo de ser eu, de ter as minhas vontades.

Meus pais me influenciaram afetivamente na minha atuação no rádio, a partir da escuta do próprio rádio. Eu venho de uma família do campo e o rádio é um meio de comunicação bem presente até hoje. Lembro dessa presença, desse imaginário de escutar o rádio, algo que herdei da minha família. O incentivo familiar era sempre voltado para que eu fosse professora, algo nesse sentido, mas não houve objeções quando demonstrei interesse pela comunicação.

Trabalhei como assistente de creche maternal, passei um tempo como pesquisadora dentro da universidade, cursei Filosofia, depois trabalhei informalmente como cozinheira, vendendo na rua. Também trabalhei no sinal como artista de rua, como música de rua. Depois fui radialista por um bom tempo, produtora de TV e já fui secretária. Enfim, já fiz muita coisa, tive muitas ocupações e, atualmente, atuo como cineasta. Me formei em Jornalismo na UFPel em 2017. Tive pequenas participações em outras rádios. Na rádio da Universidade Federal da Bahia, estava se incubando um projeto de rádio comunitária, mas acabou não indo muito para frente. Depois, iniciei um apoio com o pessoal de uma comunidade de ribeirinhos lá de Salvador, que estava com recursos, compraram uma antena e tinham a ideia de fazer uma rádio e eu ajudei na questão de elaboração de estatuto e organização de coletivo. Depois, acabei indo para a TV, que tem licença de TV Cidadã, na qual fiz apresentação e produção de um programa de entrevista. Fiquei até a pandemia, uns dois anos e pouco. Foi uma experiência bem bacana também.

Atualmente, estou atuando com audiovisual, mas me especializando na parte de desenho de som. Trabalhei bastante tempo com rádio, depois acabei migrando

para a TV, na qual descobri essa afinidade por trabalhar com vídeo, fazendo vídeo reportagem. Da pandemia para cá, comecei a me especializar em som, captação, construção e edição e, atualmente, estou trabalhando com isso. Estou em Alegrete, mas com base em Salvador. Fui para lá em 2017, que foi quando comecei a trabalhar com TV e lá aconteceu o desdobramento de um coletivo do qual eu fazia parte na UFPel, o Coletivo Negada, formado por estudantes negras e negros com várias pautas, como a discussão sobre educação étnico-racial e a luta por cotas. Depois, esse coletivo acabou se reduzindo e começamos a trabalhar com cinema documental, formando o Negada Produções, que agregou outras pessoas em Salvador. Ficamos trabalhando com produções audiovisuais. De 2017 para cá, venho trabalhando mais com produção de audiovisual. Colaboro em alguns projetos de podcast e estou trabalhando em um vídeo institucional para uma ONG aqui em Alegrete. Vou “pingando de galho em galho”, meio que cidadã do mundo, mas sempre com a perspectiva de trabalhar com comunicação.

Enquanto cursava Filosofia, fui convidada a participar do programa do nosso curso que passava na RádioCom, o “Bicho de Sete Cabeças”. Foi lá que conheci outro grupo, de estudos libertários, que tinha um programa chamado “Subversão”, um programa anarquista da RádioCom e comecei a participar mais da rádio através desse programa. Depois, comecei a atuar como integrante da equipe da rádio, fazendo folguista, ou seja, cobrindo as folgas dos operadores de rádio e cuidando da parte técnica. Aos poucos, fui convidada a participar do Núcleo de Jornalismo, que é essa parte de redação, seleção de notícias, escolha de entrevistados e pautas. Fui convidada também para integrar o “Contraponto”, um programa de notícias diário da RádioCom. Após isso, continuei fazendo o trabalho de folguista, até que a Ana Isabel me convidou para assumir o “Manhã Cultural”, substituindo-a, pois ela estava saindo para fazer outro programa. Foi então que fiquei mais fixa, cuidando desse programa, que tinha um caráter mais musical, mas também incluía entrevistas e conteúdos sobre arte e cultura.

Como folguista, eu recebia uma diária, mas nunca cheguei a ter um vínculo trabalhista com a rádio. Chegamos a conversar diversas vezes, mas nunca tive carteira assinada. Eu recebia alguns apoios em algumas situações, mas nada formalizado. Inclusive, minha saída se deu por conta disso, porque fiz parte do coletivo por muitos anos e, durante anos, se falava sobre contratação, mas isso nunca aconteceu. Até que em um momento, a paciência acabou nesse sentido e eu fui

percebendo essa estrutura patriarcal, na qual alguns homens tinham privilégios dentro da emissora. Como a rádio era mantida por alguns sindicatos da cidade e todos os integrantes da direção eram homens, o diálogo sobre a minha contratação era sempre muito atravessado e complicado de levar adiante. Existiram muitas conversas, nunca diretas comigo, sobre o motivo de não me remunerarem. Foram várias situações, até que chegou um momento em que decidi que não dava mais, mas fiquei muito tempo vinculada à rádio de forma voluntária. Quando fiquei fixa fazendo esse programa diário, foi em 2011, se não me engano e fiquei até o começo de 2017. Essa promessa já tinha se estendido demais e já tinha ocorrido uma série de estresses. Eu recebia algo em torno de 50 reais, um valor simbólico. Não vou generalizar, mas a esquerda tem muito esse ideal de que, quando você é militante, não precisa agregar valor ao seu trabalho. Ocorre com frequência trabalhar muitas horas e não ter uma remuneração justa. Eu acabava trabalhando nos fins de semana e feriados e era algo muito simbólico, por volta de 50 reais.

Eu chegava por volta das 7h30min, porque o “Contraponto” começava às 8h ou 9h e eu ajudava na produção. Depois, comecei a falar no microfone, fazendo entrevistas. Em seguida, entrava o meu programa, o “Manhã Cultural”, que ia das 10h30min ao meio-dia, de segunda a sexta-feira. Os programas mais longos tinham uma hora e meia de duração, o que, para a rádio, é um bom tempo. Depois, acabei me concentrando em fazer apenas o meu programa, mas fiquei por um bom tempo nos dois. No meu programa, eu pesquisava as músicas, convidava o entrevistado, fazia a produção e a apresentação, além de organizar a agenda cultural do dia e da semana. Geralmente, o entrevistado tinha alguma relação com a agenda, mas, às vezes, não necessariamente. Havia os blocos que eram organizados uma vez por semana e normalmente deixava o fim da semana para cuidar dessa parte da agenda cultural. Às vezes, eu encaixava algumas pautas que me interessavam e atendia aos pedidos dos ouvintes, mas era basicamente isso. Eu sempre procurava inovar.

Eu comecei no programa “Bicho de Sete Cabeças”, que era do curso de Filosofia. O programa tinha entrevistas e eu falava sobre um projeto de mapeamento dos materiais de Filosofia nas bibliotecas públicas da cidade, do qual eu participava, mas minha participação era mais como fonte. Foi aí que conheci o grupo do movimento libertário e as coisas começaram a se desdobrar e a virar várias outras. Tínhamos o programa “Subversão”, do qual eu participava de vez em quando, que ia ao ar domingo à noite. Quando concluí Filosofia, fiquei fora uns dois anos, fui morar

em Buenos Aires e quando voltei, voltei a participar mais, produzindo e apresentando o programa, que já estava mais estruturado.

Eu fui me aproximando mais da rádio por conta do Glênio, que é praticamente a RádioCom. Ele que articula, que chama as pessoas, então ele foi um grande incentivador. Fiquei muito tempo lá em função do incentivo e do apoio dele. Depois disso, conheci o Dudu e já conhecia a Didi e nós fomos nos conectando. Na época, eu estava mais atuante no movimento de ocupação urbana, integrando as atividades das ocupações com a rádio, já com a ideia de fomentar, divulgar e agregar mais pessoas. Organizamos uma feira do livro e a proposta surgiu junto com a rádio e outros coletivos. Isso foi em 2011.

Comecei a estudar Jornalismo com a intenção de me especializar na área de comunicação e ficar mais ativa, principalmente na comunicação comunitária. Comecei a colaborar no “Contraponto” e a Ana Isabel também colaborava lá, sendo remunerada. A proposta era que eu ficasse substituindo-a e foi aí que assumi o “Manhã Cultural” e segui fazendo o “Subversão”. O “Manhã Cultural” eu comecei usando como referência o que a Ana e o Danilo já tinham produzido antes, com essa pegada mais cultural de MPB, buscando novos artistas, trazendo artistas locais e regionais, misturando com as entrevistas e trazendo alguns conteúdos sobre cultura popular brasileira, negra, indígena – enfim, era uma miscelânea.

Com o tempo, fui sistematizando, criando blocos semanais dentro do programa, já com a intenção de chamar mais gente para a rádio e abrir mais programas. Criei blocos sobre literatura, música folclórica e a pauta das mulheres, que foi um bloco que se desdobrou e virou o “Lua Sangrenta”, um programa com pauta feminista. Eu acabei cedendo as sextas-feiras do “Manhã Cultural” para transformá-lo em um programa semanal e isso começou a causar um reboiço dentro da rádio. O “Lua Sangrenta” fez uma revolução, porque pautava justamente a questão da invisibilidade da voz feminina na rádio e a participação de mais mulheres se deu muito a partir do “Lua Sangrenta”. Quando o programa virou “Lua Sangrenta”, eu participava às vezes, mas ficava muito mais na parte de operadora para dar suporte para as gurias. Fui ensinando as outras meninas a mexerem na parte técnica e a desenvolverem a comunicação e postura de voz. Foi muito bacana, conectou muitas mulheres e fomentou vários grupos e coletivos. Foi muito importante, mas sempre houve um pé atrás por parte da direção da rádio e rolaram vários debates internos sobre o “Lua Sangrenta”.

O “Expresso da Meia Noite” também surgiu a partir de um dos blocos do “Manhã Cultural”, realizado por um grupo de estudantes negros e tinha o objetivo de trazer a pauta do movimento negro. A rádio teve vários programas do movimento negro, que depois foram se esvaindo, alguns duraram mais tempo, mas, a partir dessas conexões, a rádio ia se auto-fomentando.

Eu comecei na parte técnica e, apesar de ser um pouco complexo, foi tranquilo. Mas, quando comecei nos microfones, até adquirir uma certa serenidade, digamos assim, foi bem difícil. Era muito nervosismo, muita gagueira. Depois, acho que o acolhimento dentro da rádio foi sempre muito importante. Os “rádios companheiros”, como a gente chamava, entendiam que o espaço de comunicação era um direito de todos e esse acolhimento era fundamental. Em outras rádios tradicionais, existe toda aquela rigidez, uma forma de falar, o tempo, a propaganda e nós fomos construindo uma outra forma de comunicar. Assim, fui relaxando mais e criando um estilo, uma identidade.

Uma vez me chamaram para gravar os spots da rádio e eu pensava: “Mas a minha voz é ruim”. A gente sempre acha nossa própria voz engraçada. Mas eles disseram: “Não, tua voz é muito legal, tem uma entonação boa”. Isso foi uma forma de ganharmos mais autoconfiança. Acho que tem muito a ver com a insegurança que nós, mulheres, temos, porque, em espaços discursivos em que a narrativa é predominantemente masculina, até entendermos que aquilo que estamos falando tem coesão e coerência, ficamos inseguras. Afinal, é uma ferramenta muito potente, você está comunicando para muita gente e não temos noção para quantas pessoas estamos falando, não tínhamos um método de medição. Quando começamos a transmitir a programação pela internet, tivemos um pouco mais de noção do alcance, mas antes sabíamos apenas que a antena tinha um bom alcance na cidade. A resposta vinha depois, nas ruas e quando as pessoas ligavam. Com essa interação, começávamos a ter uma ideia de que havia uma conexão com quem estava nos escutando e de que a mensagem que estávamos tentando passar tinha impacto.

Tínhamos os ouvintes fiéis que ligavam, faziam comentários maravilhosos, davam sugestões de músicas, interagiam com os entrevistados, eram quase como apresentadores. Isso era bem bacana na rádio e nós colocávamos o ouvinte no ar, deixávamos eles falarem. Tinha um senhor que era muito assíduo, ele ouvia todos os programas da rádio. Ele era sapateiro e trazia muitas referências musicais, sempre muito antenado. O público era muito heterogêneo, tinham pessoas mais velhas e

estudantes. E tinham também aqueles que não ligavam, mas te encontravam na rua ou reconheciam pela voz, porque se cria um imaginário das pessoas que estão falando na rádio. Você não sabe como é a cara da pessoa, mas como a cidade não é muito grande, não era difícil a gente acabar se encontrando. Às vezes acontecia de eu estar em algum lugar e a pessoa falar: “Ah, você é a Lili da rádio”.

Muitas amizades surgiram dessas interações. Tem uma história muito engraçada do Marcelo Granada, que era um ouvinte fiel do “Subversão”. A gente falava para ele visitar a ocupação, que era onde morávamos, era um espaço bacana, tinha biblioteca. Um dia ele apareceu lá em casa, mas ele é muito tímido, foi até lá, mas não entrava. A gente ficava convidando-o para conhecer e ele dizia: “Não, eu tenho que ir na casa da minha avó”. Depois queríamos que ele fosse ao programa e ele acabou virando um dos jornalistas do “Contraponto”. Ele se engajou com a comunicação e virou um superamigo nosso. São várias histórias assim, em função do acolhimento que a rádio tinha. As pessoas que faziam parte do coletivo da rádio construíam esse espaço seguro de acolhimento de ideias e de pessoas que estavam a fim de somar nessa construção de uma comunicação mais democrática.

Ainda era tudo por telefone. Foi o “Lua Sangrenta” que começou a trazer mais essa questão da inovação, porque as meninas eram mais novas e já tinham a pegada da internet: “Vamos gravar no SoundCloud, vamos transmitir não sei onde, todo mundo online”. O pessoal começou a fazer vídeo chamada e foi dinamizando mais a rádio. Eu acompanhei no ano passado, porque a Helô me chamou para fazer uns especiais e eu vi que já estavam nesse formato de vídeo e pensei: “Olha só, quem te viu e quem te vê!” E eu me lembro muito do Gil, que foi operador da rádio por muito tempo. O Gil era totalmente antitecnologia e sempre dizia: “A tecnologia só atrasa a vida da gente”. Ele só tocava vinil e CD e eu falava para ele: “Olha, Gil, o próprio CD foi um avanço na tecnologia do LP, são os tempos. Não podemos deixar as coisas ficarem para trás, mas também não dá para rejeitar tudo completamente, não é?” Ele era uma pessoa incrível, um dinossauro, sabia muita coisa sobre música. Essas trocas, tanto internas quanto externas, eram muito ricas. O rádio é um lugar muito rico, de aprendizado, principalmente no espaço da RádioCom.

Durante a pandemia, eu fiz participações com a Helô, na playlist Helô e seus amigos. Depois, acabei produzindo com um pessoal do Rio de Janeiro, mas já envolvendo cinema. Eu sinto muita falta de ter um coletivo, queria muito voltar para o

rádio. Ainda coloquei uma pilha para voltar com o “Lua Sangrenta”, mas não rolou. A rádio me satisfaz, mas estou em um momento em que preciso ganhar dinheiro.

A pandemia provocou uma aceleração do metaverso, acelerou esse processo que já vinha acontecendo e criou esse momento em que tivemos que nos educar a interagir através das telas. É muito louco que o negócio dos podcasts, por exemplo, teve um boom com a pandemia, chegaram com tudo, porque o visual ainda exige que você fique ali, prestando atenção, enquanto o áudio não, você pode estar lavando a louça, dirigindo, fazendo outra coisa e escutando, compartilhando, trocando, recebendo e refletindo.

Outra coisa que a pandemia causou, de maneira geral, foi o contato com a morte para muita gente que nunca tinha pensado nisso. Isso traz uma sensação de solidão muito grande, nos coloca nesse lugar de mortais, de entender que somos finitos e limitados. Eu refleti muito nesse período de isolamento, mesmo não estando só. Isso provocou muitas angústias, ansiedades e indefinições sobre o futuro e tivemos que lidar com muita coisa nova. Essa nova realidade de ter que interagir de forma brusca através dessas novas formas de comunicação, trabalhar pela internet, assistir aula pela internet, fazer festa pela internet.

A arte sempre acaba levando nas costas o peso do mundo. De alguma maneira, até a própria decisão de assumir que sou uma artista também se deu muito em função dessa sensação de imediatismo da vida, de querer estar viva e querer que essa vida tenha sentido. Às vezes, a gente aspira muitos projetos, projeta muitas coisas que parecem sempre muito distantes, mas, às vezes, o aqui e o agora é o que podemos construir. Eu acabei me abrindo através dessas novas formas de comunicar. Foi essa possibilidade de estar em lugares que eu nunca pensei que estaria, encontrar pessoas que eu nunca imaginei encontrar e trocar ideias.

Acabei fazendo cursos em lugares que antes eram restritos por conta do presencial. Inclusive, tive a experiência de fazer um filme totalmente remoto, com elenco só de mulheres. Foi muito rico. Evidente que não substitui o presencial, mas é importante entender que existem outras possibilidades de seguir criando. Essa questão da criatividade também foi muito importante para ressignificarmos esses momentos de vulnerabilidade, de morte, porque percebemos que, mesmo que combinem de nos matar, não vamos morrer. Foi importante fazer esses esforços de estar junto, produzindo, criando, construindo e pensando em possibilidades de estarmos vivos.

Eu sempre estava propondo um evento. Organizamos festas de aniversário da rádio, festivais de música, a própria Feira de Livros Independente, que apoiamos e foi uma iniciativa da rádio. Fizemos umas quatro edições. O primeiro festival do “Lua Sangrenta” foi muito lindo. Fizemos uma chamada para convocar artistas, produtores, a galera que trabalhava com cultura e realizamos dois dias de evento na OCA⁴², uma ocupação que tinha lá na Alfândega. Durante o dia, acontecia uma feira na pracinha, oficinas, apresentações, exposições de arte dentro da OCA e à noite havia shows de mulheres.

Nós entendíamos que os eventos também eram um braço da comunicação da rádio. Eu fiquei por um bom tempo na comissão de eventos e esse era um braço muito importante, pois realizávamos ações na rua, abertas ao público, em que todos podiam participar. Fizemos parcerias com vários coletivos, como o Levante, o Fora do Eixo, o Negada e fazíamos ações nos bairros.

Uma das principais dificuldades era a questão financeira. Quando comecei na rádio, eu já morava na ocupação e estava bem inserida nessa luta e nos espaços sociais, então me dedicava bastante à rádio. Depois, fui contratada como produtora executiva do ponto de cultura do IMA, o que me deu um alívio financeiro e me permitiu criar mais e me tornar uma ativista cultural ainda mais ativa. Acho que essa precariedade de ser independente sempre nos coloca nesse lugar de frustração, porque muitas vezes não vemos a viabilidade de realizar o que planejamos e almejamos enquanto artistas.

Como artista, estou sempre pensando adiante, querendo realizar coisas grandiosas. Fui tentando superar as frustrações e buscando parceiros que pudessem apoiar, construir e fazer as coisas acontecerem, independentemente dessa limitação financeira. Fizemos algumas coisas muito potentes, que na época nem nos dávamos conta de como repercutiriam ou do impacto que teriam. Hoje, percebemos como foi importante para a cultura de Pelotas aquelas iniciativas de começar a fazer eventos de rua e expandir o que é a comunicação popular, tirando-a da teorização e levando para a prática.

Na minha época, tinha um radialista que questionava a existência de um programa exclusivo para mulheres. No início, eu não tinha muita paciência, mas

⁴² Ocupação Coletiva de Arteirxs (OCA) – foi transformada em 2020 em Centro de Vivências Culturais Rendez-Vous – UFPel – Disponível em: <https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2020/09/17/oca-sera-transformada-em-centro-de-vivencias-culturais-rendez-vous/>. Acesso em: 7 de outubro de 2024.

depois comecei a tentar dialogar e entendi que ele era uma pessoa mais velha. Precisamos ser mais incisivas em alguns momentos. Nunca nos censuraram diretamente, mas sempre havia muitos empecilhos para que pudéssemos realizar tanto o programa quanto o projeto. Tínhamos que fazer o que todas as mulheres fazem todos os dias, insistir umas três, quatro vezes, repetir a mesma coisa para convencer que aquilo era possível ou que poderia melhorar. Então, os assédios vinham muito nesse sentido.

Meu trabalho foi invalidado muitas vezes por eu ser uma mulher, dissidente sexual, racializada, por essas questões que são lugares de fala que normalmente não estão nos espaços de debate, de defesa, de proposição ou de gestão. Todos esses atravessamentos eu percebia e falava. Tanto que, quando fui sair da rádio, escrevi uma carta de apoio às colegas, relatando um dos tantos fatos que tinham acontecido, para que essas questões não ficassem silenciadas. Eu sabia de histórias de pessoas que passavam por assédio moral dentro da rádio e aquilo ficava silenciado. E eu pensei: “Não, vamos romper esse ciclo, porque se eu ficar quietinha, quem vai sair mal na história? Eu”. Iriam sair falando: “Olha, deu piti”. Eu sei que podem falar, mas também sei do meu valor e do peso da minha experiência.

O “Lua Sangrenta” começou com a Adriana, que estudava Cinema e a Caroli, que estudava Teatro. Elas faziam a produção, selecionavam convidadas e buscavam temas e pautas para discussão. Até que, em um momento, se criou uma parte do programa voltada para denúncias de casos de machismo e machismo institucional dentro das universidades. As pessoas ligavam para a rádio para contar situações de assédio e agressão e foi tomando uma proporção enorme. Um dos muitos questionamentos que a rádio começou a ter foi em relação a essas denúncias, pois havia o medo de que a rádio pudesse sofrer um processo pela nossa postura, já que nós dizíamos: “Ah, não, tem que rachar mesmo, tem que denunciar, 180 neles!” Isso, obviamente, foi questionado pelos homens.

Quando saí da rádio, as meninas sabiam o motivo da minha saída e elas compraram a briga. Elas abriram a matilha e disseram: “Agora a gente vai ficar aqui, sim.” Era um grupo de mulheres que buscava se repensar, agrupar e acolher a diversidade de outras mulheres. Sempre achei isso interessante, porque vinham esses questionamentos: “Ah, são mulheres universitárias.” E a gente respondia: “Então vamos chamar mulheres de movimentos periféricos da cidade para compor o

programa, para falarem um pouco sobre suas experiências.” O programa criou um espaço muito potente de escuta, troca e enfrentamento.

O silenciamento que era imposto dentro da rádio e não só lá, mas em Pelotas como um todo, era algo que se via, por exemplo, no Café Aquários, no qual as mulheres sempre sofreram muito assédio. Isso doía no âmago de alguns que frequentavam a rádio, mas também o café e aparecia aquele discurso típico de homens de esquerda, de que, quando as mulheres estão apontando as questões, elas são “feminazis” e estão querendo massacrá-los. “Pobre deles, né? Tão sensíveis...” E aí a gente falava: “Não, não é sobre vocês, é sobre a gente. A gente quer falar sobre todos os temas que nos atravessam, então não fiquem se sentindo atacados, ofendidos por tudo o que falamos, porque não é sobre isso.”

Foi uma reeducação, um processo muito forte no período em que eu estive presente. Depois, acabei virando ouvinte no período em que estive fora de Pelotas, mas sempre mantive contato e muito carinho pelo projeto que surgiu. Mais uma dessas ideias malucas que acabaram virando algo muito potente, de luta.

Sempre entendi minha atuação como jornalista junto da minha atuação como ativista cultural. Quando buscava essa potência na voz, na comunicação, eu sempre pensava na questão de potencializar o que cada pessoa faz, enxergando a comunicação como algo muito além do factual. Pensava muito também no subjetivo, em como essas histórias podem ser contadas pelas nossas próprias vozes, em como nossas narrativas podem ser construídas de forma mais direta, sem tantos atravessamentos. Meu papel enquanto jornalista sempre foi nesse lugar mais dialógico, pensando que é através dessas conversas que a gente se abre, reconhece o outro e ganha abertura para falar sobre nós mesmos.

Eu entendo meu lugar assim, como essa pessoa que investiga, mas não com o objetivo de extrair a verdade e sim de entender o que cada pessoa tem para contar, dando importância à voz, à narrativa que cada um traz. Por isso, hoje me vejo muito nesse lugar de cineasta, porque acho interessante essa questão da contação de histórias. Acho muito importante que tenhamos esse protagonismo de contar nossas próprias histórias, de refletir sobre como essas narrativas atravessam outras pessoas e as aproximam.

A Lili comunicadora vem muito da Lili militante, tanto que eu não sei se conseguiria trabalhar em uma superempresa. Provavelmente, tenho as ferramentas para isso, mas entendo que meu fazer como comunicadora vem desse lugar de

militante, ativista, da minha necessidade de buscar ferramentas e aprender melhores formas de comunicar. Tudo isso vem da intenção de democratizar, de horizontalizar, de criar acessos e formas para que essas histórias cheguem a mais pessoas, para que outras pessoas também possam ter contato, se identificar e receber a informação de uma forma diferente – que não seja apenas factual, neutra. Porque toda história tem um lado, um ponto de vista, uma forma de sentir, uma perspectiva. E só entendemos o contexto quando nos abrimos para ouvir novas histórias, não apenas uma determinada. Acho que minha atuação vem muito nesse sentido. Precisamos estar abertos para escutar e, quando nos abrimos para diversas narrativas, também enriquecemos a nossa própria.

Acredito que uma rádio comunitária deve ser aberta e acolhedora, deve criar a possibilidade de comunicar de forma diversa, respeitando a diversidade e a multiplicidade. É preciso entender que não é só a minha voz que importa, que as vozes precisam ser múltiplas. Já diz o nome, é comum, é comunitário, é de vários, para que possamos ter interesses comuns e compartilhar tudo isso. Essas são questões importantes para a construção de qualquer rádio comunitária, mesmo que seja: “Vou criar uma rádio comunitária ribeirinha, vou criar uma rádio comunitária quilombola.” Elas têm suas especificidades, mas é impossível que não haja diversidade, que todos os ribeirinhos sejam iguais ou que todos os quilombolas sejam iguais.

O rádio vai ter vida longa, eu sempre soube que o rádio vai sobreviver, porque não tem outro jeito. Ouvimos que a internet ia acabar com a televisão e com o rádio, mas as coisas precisam desse diálogo, dessa troca. O rádio é o veículo mais dialógico que qualquer outro espaço de comunicação. O ouvinte participa, liga e o rádio mantém isso, é uma das poucas mídias que ainda tem essa característica. Acho que é isso que instiga tantos ouvintes mundo afora. O próprio lugar da escuta cria uma conversa interna com a gente. Quando estamos escutando o rádio, estamos ali, junto, conversando, mesmo que não diretamente. Estamos refletindo. Então, acredito que o rádio irá perdurar infinitamente, agora, os formatos que ele vai adquirir, só o futuro poderá dizer.

Com certeza, se eu não tivesse passado por essa experiência no rádio, eu não falaria do jeito que falo, não teria a expressão que tenho. Óbvio que teria dedicado meu tempo a outra coisa, mas não teria trabalhado tanto tempo na rádio se não fosse algo que me instigasse, que me desse prazer, no sentido de troca de aprendizado, no sentido de entender que também era importante para a minha expressão.

Eu tenho esse coração rancoroso em relação a essa parte que me afetou, mas, ao mesmo tempo, sou muito grata. Não deletaria nada, nem a parte boa, nem a parte ruim. Acho que tudo foi importante para eu conseguir ter uma postura diferente, para entender que a vida não é um morango, que a questão do machismo existe em todos os espaços, inclusive nos de esquerda. Sempre vai ser difícil, não é? Não é justo, mas estamos aqui para ocupar esses espaços e fazer com que essa realidade se transforme. Se não usamos o nosso corpo como espaço político para transformar isso, eles ficam bem felizes quando não estamos presentes. É muito cômodo e eu adoro incomodar, então, para mim, está tudo certo. Eles que perdem.

2.4.2 Decodificando vozes: análise da narrativa de Lili Rubim

A fala de Eliane de Oliveira Rubim, a Lili, revela profundas questões ligadas à interseccionalidade, à divisão sexual do trabalho e às discriminações e assédios enfrentados por mulheres, especialmente aquelas que ocupam lugares periféricos. Sua trajetória, marcada por múltiplas ocupações e experiências, transita entre o jornalismo, a militância e a produção cultural, o que reflete uma complexidade identitária que desafia as normas sociais e profissionais estabelecidas.

Lili expõe como, ao longo de sua vida profissional, as ocupações que desempenhou, como assistente de creche, cozinheira, artista de rua e radialista, são frequentemente vistas como trabalhos “de mulher” e associados a cuidados ou à criatividade, historicamente desvalorizados no mundo de trabalho. A falta de reconhecimento formal em muitos desses espaços, especialmente na rádio comunitária, em que as mulheres, particularmente as racializadas e dissidentes sexuais, são colocadas em posições precárias e informais, muitas vezes relegadas a funções de suporte e excluídas de cargos de poder e decisão.

Utilizando uma metáfora de intersecção, faremos inicialmente uma analogia em que os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturamos terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência,

estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias. As mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nessas intersecções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar o ‘tráfego’ que flui através dos cruzamentos. Esta se torna uma tarefa bastante perigosa quando o fluxo vem simultaneamente de várias direções. Por vezes, os danos são causados quando o impacto vindo de uma direção lança vítimas no caminho de outro fluxo contrário; em outras situações os danos resultam de colisões simultâneas. Esses são os contextos em que os danos interseccionais ocorrem—as desvantagens interagem com vulnerabilidades preexistentes, produzindo uma dimensão diferente do desempoderamento. (KIMBERLÉ CRENSHAW, 2002, p. 177)

Assim como as outras entrevistadas da RádioCom, Lili Rubim relata que, apesar de ter se dedicado por muitos anos à emissora, não foi valorizada, não foi contratada, atuava muito como voluntária e, nas vezes em que recebeu algum valor por seu trabalho, foi irrisório. A interlocutora deixou o espaço após anos de trabalho por não se sentir valorizada.

A interseccionalidade é um ponto central em sua fala, pois Lili se define como uma mulher bissexual, artista, periférica e racializada, o que evidencia a sobreposição de múltiplas camadas de opressão. Sua experiência na RádioCom revela como essas identidades interseccionais influenciam diretamente sua participação e o reconhecimento de seu trabalho. A ausência de um vínculo formal de trabalho na rádio, enquanto colegas homens, em posição semelhante, recebiam remuneração, é um exemplo da discriminação que mulheres como Lili enfrentam, no qual o patriarcado e o racismo estrutural criam barreiras adicionais ao acesso a direitos e reconhecimento. Conforme Helena Hirata (2018, p.12), é nesse sentido que “A interseccionalidade pode ser vista como uma das formas de combate das opressões múltiplas e imbricadas e, portanto, como instrumento de luta política”.

A discriminação de gênero e o assédio moral são componentes recorrentes na narrativa de Lili. Ela menciona que, embora seu trabalho fosse central para o sucesso da rádio e dos programas que fazia, a resistência dos homens em posições de poder tornou a sua permanência difícil e, em última instância, insustentável. A prática de assédios sutis, como a desvalorização de sua contribuição, o silenciamento de suas demandas por remuneração e a resistência à pauta feminista trazida pelo “Lua Sangrenta”, são exemplos de como a estrutura patriarcal oprime mulheres em espaços que, em teoria, deveriam ser inclusivos e democráticos, como as rádios comunitárias e movimentos de esquerda.

Entre as opressões pelas quais foi submetida, os questionamentos sobre a necessidade da existência de um programa feminista dentro da emissora, o “Lua Sangrenta” mostram a resistência que ainda existe em dar espaço para discussões de gênero em ambientes de comunicação. Nesse sentido, é possível afirmar que entre as explicações sobre a existência de poucas mulheres nesses espaços estão as condições financeiras e psicológicas às quais elas ficam sujeitas. Sintonizar qualquer emissora de rádio deixa este fato fica evidente. Essa resistência em abrir espaço para discussões de gênero nas emissoras reflete uma estrutura enraizada que, embora tenha permitido algum progresso, ainda limita a participação e o reconhecimento pleno das mulheres nesses ambientes. Lili mencionou a discrepância entre as mulheres que atuavam voluntariamente e as poucas contratadas, destacando a falta de valorização de suas contribuições. Essa realidade também é observada em outras áreas da comunicação, como exemplificado por Alzira Abreu e Dora Rocha:

Se antes a barreira que as mulheres enfrentavam nos jornais era para entrar, não há dúvida de que esse obstáculo foi vencido. A partir dos anos 70, elas se qualificaram com o diploma universitário de jornalismo ou comunicação e com isso tiveram acesso ao emprego. Hoje algumas são secretárias de redação, chefes de sucursal e responsáveis por colunas de prestígio. No entanto, até hoje são raras as mulheres que participam do conselho editorial das empresas jornalísticas e que chegam ao posto de editora-chefe. Em geral não passam do nível de gerência média. (ALZIRA ABREU & DORA ROCHA, 2006, p.11)

A fala de Lili ressalta a importância dos coletivos e alianças na construção de uma resistência efetiva às opressões. Ela enfatiza como sua trajetória foi moldada por parcerias, tanto no programa “Lua Sangrenta” quanto no coletivo Negada, que foram essenciais para seu desenvolvimento como comunicadora e militante. Ao valorizar as pequenas conquistas e a colaboração coletiva, Lili subverte a lógica individualista predominante no mercado de trabalho, propondo uma visão de trabalho como um espaço de transformação social. Sua resistência às pressões de uma estrutura de poder masculina e a decisão de criar espaços inclusivos para mulheres e pessoas não binárias exemplificam uma prática feminista interseccional voltada à democratização dos meios de comunicação.

Os grupos coletivos horizontais, em contraste com os movimentos sociais tradicionais, adotam uma estrutura organizacional mais descentralizada e participativa. Em vez de hierarquias rígidas, esses coletivos promovem a igualdade

de poder entre seus membros, incentivando a colaboração e a tomada de decisões de maneira coletiva e inclusiva. Esses grupos, muitas vezes, se formam em torno de interesses comuns, mas atuam de maneira flexível, abordando questões sociais, culturais e políticas de forma mais direta e ágil. A horizontalidade permite que as vozes de todos os participantes sejam ouvidas de forma igualitária, criando um espaço em que o engajamento é baseado no diálogo e na cocriação, em vez de líderes fixos ou estruturas formais de comando. De acordo com Gretha Maia (2013, p.69), diferentemente de outros movimentos sociais, os coletivos tendem a ser mais dinâmicos e flexíveis, o que significa que não possuem uma agenda fixa de ação contínua, podendo “agregar múltiplas demandas, e, por meio de debates periódicos, definir quais as pautas prioritárias, a partir da conjuntura política que é mantida em permanente análise”.

Além disso, Lili destaca a importância do trabalho coletivo e horizontal, enfatizando que suas conquistas pessoais e profissionais não foram alcançadas de forma isolada, mas por meio de colaborações com mulheres, homens e pessoas não binárias que compartilharam sua trajetória. Esse compromisso com a construção de espaços coletivos e com a comunicação comunitária reflete um esforço constante de desconstruir hierarquias de poder, tanto no âmbito profissional quanto na militância, reforçando a importância da solidariedade e do trabalho conjunto como ferramentas para a mudança social.

Sobre isso, é importante destacar a solidariedade feminina com as redes de apoio. De acordo com Berlindes Küchemann (2001), as mulheres no setor informal, sem proteção trabalhista e com acesso limitado a recursos públicos, constroem redes de apoio e o que ela denomina de “contratos implícitos” como estratégias fundamentais para a sobrevivência. Esses contratos envolvem trocas de apoio prático e econômico, criando uma rede de segurança social que supre necessidades diversas. Esses vínculos de solidariedade se estabelecem entre familiares, vizinhos, amigos e colegas, funcionando como uma forma alternativa de investimento, onde serviços como cuidados infantis, suporte financeiro em emergências e acesso a recursos básicos estão disponíveis. Esses ativos sociais e contratos implícitos tornam-se uma espécie de “banco social” dinâmico e essencial para assegurar a estabilidade e o sustento dessas famílias em um ambiente onde o suporte institucional é escasso.

Para os mais pobres, que provavelmente nunca tiveram um real no banco, as redes sociais e os ativos nelas desenvolvidos são uma maneira alternativa de investir recursos em um «banco social». Uma rede social vasta e consistente pode ser crucial para obter uma ajuda de emergência, um aviso de emprego, assistência ao cuidado dos filhos, aluguel mais barato, insumos a preços mais convenientes para uma micro-empresa e alimentos básicos quando há escassez. (BERLINDES KÜCHEMANN, 2001, p.163)

As atividades laborais se constituem como um dos aspectos mais importantes da vida das pessoas. A maior parte do dia geralmente é dedicada ao trabalho. Através dele as pessoas podem ter satisfação, realização, autonomia, mas também, frustração, ansiedade, angústia e insegurança. Lili reconhece a importância de ocupar espaços discursivos e comunicacionais, que historicamente têm sido dominados por vozes masculinas. Assim como Vanessa, ela fala da insegurança inicial ao assumir o microfone na rádio e de como a construção de uma comunidade acolhedora ajudou a superar essas barreiras. Mesmo sendo maioria nas universidades, mesmo que as mulheres tenham uma formação muito boa, como é o caso da interlocutora, que é filósofa e jornalista, inconscientemente, elas sabotam o seu crescimento profissional. Embora se preparem muito bem para a área de atuação, as mulheres têm dificuldade para provar para si mesmas que são capazes. Contudo, seu relato revela como o rádio comunitário serviu como um espaço para a criação de uma identidade vocal própria, possibilitando que ela e outras mulheres desenvolvessem confiança e protagonismo na comunicação.

Lili menciona diversas vezes sua identidade como artista e como a arte está intrinsecamente ligada à sua militância e à sua atuação no rádio e no audiovisual. A ideia de que "a arte carrega o peso do mundo" e que ela proporciona sentido à vida, especialmente em tempos de crise como a pandemia, demonstra como a arte serve como uma ferramenta poderosa de resistência e sobrevivência para pessoas marginalizadas. A forma como Lili combina arte e comunicação para criar narrativas que desafiam as normas dominantes é um exemplo de como a criatividade pode ser uma força revolucionária. Esse tema também se relaciona com a pandemia, período em que a arte, como discutido anteriormente, foi essencial para preservar a saúde mental das pessoas em meio ao isolamento.

Lili destaca como a pandemia acelerou a transformação das formas de comunicação, especialmente no rádio e nos podcasts. A migração para o digital permitiu que novas oportunidades de conexão e colaboração surgissem,

possibilitando a produção de conteúdo à distância e ampliando o alcance de vozes que, de outra forma, poderiam permanecer marginalizadas. Essa adaptação também reflete a resiliência da rádio comunitária em se adaptar às mudanças tecnológicas e continuar sendo uma plataforma inclusiva. Como mencionado pela Vanessa também, a RádioCom possibilitou à população pelotense, uma fonte confiável de informação durante a pandemia de Covid-19.

Na encruzilhada entre a contraindicação de encontros educativos presenciais (graças ao risco de disseminação do vírus) e a necessidade premente de maior qualificação profissional para bem atuar diante das novas evidências científicas (que são adicionadas continuamente, ditando a reformulação da prática científica assistencial específica à Covid-19), as lives, além de contribuir para o processo formativo dos profissionais da saúde, em termos dos padrões éticos e sanitários, pode também capacitar os integrantes da comunidade para a autonomia do cuidado, da prevenção e da promoção da saúde, desde que possibilitem a atitude crítica e reflexiva, pela interface com a educação em saúde. Desse modo, as lives ganham sentido formativo de importância no contexto atual, na medida em que se transformam em momentos propícios para a reflexão e a discussão de conhecimentos e práticas que fortaleçam uma práxis mais crítica e consciente, pois permitem compreender melhor não apenas o estado pandêmico e os cuidados requeridos para combater a propagação do vírus, mas também a indissociabilidade desse contexto com a educação, reinventando modelos formativos e incorporando novos processos educacionais viáveis e pertinentes. (VANUSA NEVES *et al.* 2021, p. 4)

A filosofia de Lili de valorizar "as pequenas vitórias como gigantes" é um ponto essencial de sua fala. Essa ideia reflete uma abordagem feminista interseccional que reconhece que, para pessoas que enfrentam múltiplas formas de opressão, as conquistas cotidianas são frequentemente subestimadas, mas são fundamentais para a construção de uma trajetória de resistência e empoderamento. Esse reconhecimento das "pequenezas" mostra uma coragem e uma capacidade de celebrar o progresso, mesmo em face de dificuldades sistêmicas.

Lili traz uma crítica relevante à esquerda, ao apontar que muitas vezes há uma expectativa de que militantes não precisam ser remunerados pelo seu trabalho, reforçando uma cultura de exploração dentro dos próprios espaços progressistas. Ela menciona que a questão da remuneração justa era frequentemente negligenciada, especialmente no caso das mulheres. Essa crítica evidencia como, mesmo em espaços que deveriam ser mais igualitários, há uma perpetuação de estruturas

patriarcais e capitalistas que desvalorizam o trabalho de militância e o trabalho das mulheres.

Para ela, a esquerda pensa que os militantes não precisam ser contratados, pelo simples fato de serem militantes. Essa realidade acaba sendo reflexo de uma sociedade patriarcal que em todos os lugares acaba fortalecendo as opressões contra as mulheres, remunerando injustamente e sobrecarregando as mulheres com jornadas de trabalho longas. Como já analisado anteriormente, a informalidade afeta muito mais as mulheres. Apesar das discussões sobre os problemas gerados pela informalidade estarem muito presentes nas pautas do campo progressista, na prática esses debates muitas vezes não são transformados em ação, ignorando que militantes também precisam de remuneração justa para garantir sua subsistência e continuar suas lutas.

Lili apresenta uma perspectiva significativa sobre o corpo como espaço político. Entendido como um espaço de poder, o corpo se transforma em uma plataforma expressiva onde se projetam e se revelam questões sociais, políticas e culturais. Na arte contemporânea, o conceito de “corpo como campo de batalha” reflete essa luta constante em que o corpo é simultaneamente vítima e ferramenta de resistência, expondo o confronto entre opressão e autonomia. Frequentemente tratado como um território político essencial, o corpo se torna o lugar onde se materializam disputas por poder e os desafios de representatividade.

Essa visão ganha força em manifestações de rua, ocupações e intervenções artísticas, onde os corpos físicos expressam insatisfação e exigem transformações. A presença desses corpos nos espaços públicos desafia normas e estruturas de poder, expondo a necessidade urgente de reinventar formas de inclusão e participação política. Nessa atuação, os corpos em movimento adquirem uma dimensão política, simbolizando resistência e mobilizando mudanças sociais, ao mesmo tempo em que questionam os limites impostos por instituições e pela própria sociedade.

Não há política sem corpo [...] A instauração política aparece assim como a constituição de um corpo dotado de unidade, de vontade consciente, de eu comum [...] Se não é possível pensar a instauração política sem apelar às metáfora corporais é porque, na verdade, constituir vínculos políticos é indissociável da capacidade de ser afetado, de ser sensivelmente afetado, de entrar em um regime sensível de aisthesis. (SAFATLE, 2015, p.19).

Assim como outras entrevistadas, Lili compartilha como a experiência no rádio foi fundamental para construir sua identidade como comunicadora, ajudando-a a desenvolver confiança e a expressar sua voz. O rádio comunitário, nesse caso, foi um espaço de experimentação, aprendizagem e autoafirmação. Ela menciona que o rádio tem uma característica única de diálogo e interação com o público, o que a torna um meio poderoso para construir relações de proximidade e troca.

Esses pontos reforçam a complexidade e profundidade da fala de Lili, revelando a importância de entender as dinâmicas sociais e políticas que atravessam a vida de mulheres periféricas, racializadas e dissidentes sexuais.

A fala de Lili oferece uma análise rica e multifacetada sobre as dinâmicas de poder, resistência e criação de novos espaços de protagonismo para mulheres e pessoas dissidentes. Sua história reflete como o gênero, a sexualidade, a raça e a classe social se cruzam para moldar as experiências das mulheres em suas trajetórias profissionais e pessoais. A luta de Lili pela valorização de seu trabalho, sua dedicação à comunicação comunitária e sua insistência em abrir espaço para outras mulheres são exemplos inspiradores de uma prática feminista inclusiva e transformadora.

2.5 Helena Oliveira - “A importância delas para história da rádio é muito grande e eu sinto que elas não foram valorizadas”

Helena Brandt Corrêa de Oliveira, nascida em 13 de maio de 1998, é jornalista e mestranda em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tendo se graduado em Jornalismo pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Ela é filha de Rita Brandt, psicóloga, e empresária e de André Luiz Vieira de Oliveira, agrônomo e servidor público no Instituto Brasileiro do Arroz. Além de sua trajetória acadêmica, Helena foi protagonista do programa feminista "Lua Sangrenta", veiculado pela RádioCom, o que evidencia seu comprometimento com causas sociais e de gênero.

Além de jornalista, Helena é radialista de coração, feminista e produtora cultural. Busca contribuir para uma luta coletiva e por um jornalismo mais acessível, democrático e diverso. Sua pesquisa no mestrado tem o objetivo de melhorar a sustentabilidade dos veículos de comunicação. Durante a graduação, Helena conseguiu converter sua experiência na RádioCom em um estágio, mas trabalhou voluntariamente na emissora por cerca de três anos.

A entrevista estava inicialmente marcada para ocorrer de forma remota, devido à sua atual residência em Santa Catarina. No entanto, aproveitando sua vinda a Pelotas para votar nas eleições de 2022, a conversa foi realizada pessoalmente. O encontro aconteceu no dia 4 de outubro de 2022, com cerca de uma hora de duração. Como vegetariana, Helena sugeriu a Padaria Brasil como local de encontro, por oferecer opções voltadas ao seu estilo de vida, além de ser um espaço familiar e acolhedor para ela. Mesmo sendo realizada em um espaço público, a entrevista ocorreu sem nenhuma intercorrência.

2.5.1 Helena Oliveira e sua narrativa

Sou jornalista formada, fui radialista e, no meu coração, sempre serei. Também sou feminista. Além disso, sou produtora cultural e ao longo do tempo fui muitas coisas, assumi muitos rótulos possíveis, mas, acima de tudo, busco ser uma pessoa que contribui para uma luta coletiva, pelo bem de todas as pessoas na sociedade. Tento contribuir nesse sentido e procuro agir dentro da minha profissão com esse valor em mente. Meu objetivo é contribuir para um jornalismo mais acessível, democrático e diverso, que tenha viabilidade, alcance ampliado e sustentabilidade financeira, sem sucatear os veículos e profissionais. Atualmente sou mestranda na Universidade Federal de Santa Catarina e tenho a intenção de continuar pesquisando e deixar que a vida me leve ao próximo passo.

Acho que, de alguma forma, sempre existe uma influência da família, mas não diretamente, pois nenhum deles trabalhou com comunicação. No entanto, a posição política do meu pai e a educação política que ele me deu influenciaram meu desejo de estar presente em espaços de comunicação democrática e com um senso de comunidade. Mas essa vontade de ser jornalista veio mais de mim, de tantos testes vocacionais que sempre apontavam para áreas como jornalismo, publicidade e expressão artística e eu acabei escolhendo o jornalismo.

Entrei na universidade muito jovem, com 16 anos e tive que fazer essa escolha rapidamente então foi uma decisão meio apressada: "Tenho que escolher". Sou de Pelotas, sou solteira e nunca fui contratada formalmente. Minha entrada na RádioCom foi motivada pela vontade de participar de algo, de ser ativa e aprender na prática. Inicialmente, foi um interesse tanto pessoal quanto profissional e depois usei toda a experiência na RádioCom como estágio durante minha graduação. No entanto, nunca

fui contratada, sempre trabalhei como voluntária. Agora recebo uma bolsa da Capes, mas, antes disso, todo meu trabalho na RádioCom e como produtora cultural foi voluntário, a partir do coletivo que criamos no programa “Lua Sangrenta”.

Na RádioCom, meu horário era das 10h30 às 12h, nas sextas-feiras e a gente se organizava para se encontrar uma vez por semana e discutir as pautas, além de definir quem chamaríamos para o programa. Além disso, eu precisava de tempo para contactar as pessoas, explicar o contexto do programa, como as conversas e entrevistas ocorreriam e pensar no programa propriamente dito. É um pouco difícil definir quantas horas eu dedicava à emissora, pois esses horários eram meio nebulosos e difíceis de contabilizar.

Eu entrei no “Lua Sangrenta” em uma chamada que a Adria, a Sara e a Lili fizeram, convocando outras pessoas para participarem do programa. Me inscrevi, fui chamada, fizemos uma reunião e comecei a participar, mas, no início, de forma bem tímida. Eu estava meio travada, não conseguia falar muito, mas, com o convívio com as meninas, fui ganhando mais confiança. Além disso, a prática de estar “ao vivo” ajudou bastante e acabei ficando no programa de 2016 a 2019.

O “Lua Sangrenta” passou por várias fases. Quando entrei, as integrantes eram a Bruna, a Camila, a Sara, a Adria e a Lili. No entanto, era algo um pouco inconstante, porque todo o trabalho era voluntário. Nem sempre todas podiam estar presentes, mas eu me encantei com o programa e acho que foi ele que me manteve no jornalismo. Quando entrei na UCPel, não gostei muito do curso em si, não tanto do jornalismo, mas da atmosfera da turma, das pessoas, da dinâmica e de alguns professores. Foi com a convivência no “Lua Sangrenta” que decidi continuar no jornalismo, porque percebi que esse era o tipo de jornalismo em que queria contribuir, um jornalismo para uma rádio comunitária, com um caráter muito politizado, pensado de forma democrática e que tentava incluir várias frentes e pessoas diferentes para fazer programas diversos. Era uma rádio super inclusiva.

A ideia de ter um programa feminista dentro de uma rádio que já tinha uma história de luta era ótima, mas é importante reconhecer que a rádio também tinha seus elementos mais arcaicos. A presença de mulheres e pessoas não binárias, uma vez por semana, discutindo suas questões em um espaço exclusivo para elas, foi algo muito diferenciado. Ao longo dos anos, o grupo foi mudando, com pessoas saindo da cidade, outras entrando e muitas atividades acontecendo. Eu participei de todas essas fases desde 2016 até o final de 2019, quando o “Lua Sangrenta” começou a acabar.

Teve uma fase em que eu me senti muito responsável pelo programa, porque as outras pessoas estavam com outras demandas e não conseguiam participar tanto. Então, acabei fazendo muita coisa sozinha, o que me fez perder um pouco o fôlego. Foi um tanto frustrante e, quando eu saí, o programa durou mais alguns meses até acabar de vez. A Jéssica Porciúncula, que entrou em 2018, ainda segurou o programa por mais um tempo, mas, como era só ela, não tinha como manter. A grande característica do “Lua Sangrenta” era ser um espaço construído coletivamente, sem hierarquia, o que era incrível, mas, como não tínhamos salário e nem uma organização formal, acabou que o programa não conseguiu se sustentar por muito mais tempo.

No “Lua Sangrenta”, o formato sempre foi mantido, mas, conforme as pessoas que faziam parte do coletivo mudavam, isso também influenciava as perspectivas e a importância de algumas pautas e abordagens. Houve um período em que o programa contou com mais pessoas cisgêneras e, em outro momento, houve uma maior participação de pessoas trans e não binárias. Essas mudanças impactaram a dinâmica do programa de maneira muito interessante, trazendo um enriquecimento. Afinal, ao abordar o feminismo, é fundamental considerar as diferentes intersecções que existem nas vivências de mulheres, pessoas não binárias e pessoas trans.

O programa mantinha um formato de roda de conversa, em que cada uma de nós apresentava um pouco, trazendo sua própria perspectiva e participação. Sempre convidávamos mulheres e pessoas não binárias para compartilhar seu trabalho, pesquisas, atuações ou discutir eventos e temas específicos. A ideia era desenvolver uma variedade de assuntos que pudessem, de alguma forma, contribuir para uma reflexão sobre a condição das mulheres e das pessoas não binárias em Pelotas, no Rio Grande do Sul e no Brasil como um todo.

Eu sinto que nossa presença impactou bastante a RádioCom. Embora seja um espaço progressista, ele é majoritariamente controlado por homens, em sua maioria mais velhos. A RádioCom foi formada em 1998, originada de movimentos estudantis, negros e sindicais, e hoje esses homens mais velhos representam a organização estrutural, financeira e de conteúdo da rádio. Assim, a presença de um programa feminista, com um dia fixo semanalmente, trazendo pautas radicalizadas, teve um impacto muito forte tanto em quem nos ouvia quanto nas pessoas que trabalhavam na rádio.

Um momento marcante foi durante um programa de filosofia, apresentado por homens mais velhos, no qual um deles fez a seguinte afirmação: “Eu sei por que não

existem mulheres filósofas, é porque elas acham que sabem de tudo." Uma ouvinte nos enviou uma mensagem no Facebook pedindo para ouvirmos aquilo. Nós notificamos o coordenador da rádio e, em resposta, organizamos um programa com estudantes de filosofia para falar sobre a presença das mulheres na filosofia, além de abordar as falas inadequadas de filósofos renomados. Foi uma conversa muito interessante, dando espaço para contestarmos aquela colocação extremamente machista, um verdadeiro "tapa na cara", mas de forma elegante.

Uma das nossas ouvintes mais assíduas era a Helô. Ela estava sempre acompanhando o programa e dizia coisas como: "Olha, gurias, vocês estão com o microfone aberto." ou "Olha, gurias, vocês estão passando a mesma propaganda há 20 minutos." Ela sempre nos dava esses toques e, também, nos elogiava bastante, sempre muito interativa. Houve momentos bem legais, como quando conhecemos uma senhora já idosa, que morava sozinha. Uma vez, fomos visitá-la e ela nos disse: "Eu escuto o programa de vocês toda semana e queria dizer que adoro o trabalho de vocês." Ela devia ter uns 80 anos e nos mostrou alguns dos seus poemas. Conversamos um pouco com ela e foi incrível, porque foi o momento em que percebemos que nosso programa estava alcançando pessoas além da nossa bolha, conectando gerações e vivências muito diferentes das nossas.

Também tivemos várias interações pelo Facebook. No programa, sempre incentivávamos quem quisesse mandar algo por lá e muitas vezes líamos as mensagens "ao vivo". Recebemos interações de homens que elogiavam o programa e alguns homens da rádio também faziam comentários positivos. Embora eu imagine que alguns falassem coisas negativas, nunca diretamente para a gente. O Régis, por exemplo, ficava super reflexivo sobre os temas que abordávamos e, depois do programa, vinha filosofar comigo sobre o que falamos.

Lembro de uma vez em que uma menina me reconheceu pela voz, o que foi bem engraçado. Estávamos em um rolê à noite e provavelmente tínhamos alguns amigos em comum. Ela sabia que eu tinha alguma conexão com a rádio e disse: "Ah, tu és do "Lua Sangrenta", né?" Isso porque, antes de fazermos lives no Facebook, as pessoas só nos conheciam pela voz. Depois, com a produção cultural e os eventos que organizávamos, nossos rostos passaram a ser mais associados às vozes, o que aumentou essa identificação.

Além disso, tinha um porteiro no prédio em que a RádioCom fica e ele era sempre muito fofo com a gente. Tínhamos uma tradição de começar o programa

uivando nos intervalos, ele nos ouvia e uivava junto. Começávamos o dia já arrasando assim. Quando fazíamos o primeiro uivo no programa, outras pessoas do prédio faziam junto com a gente. Isso nos marcou bastante, porque a gente fazia "auuuu" e um monte de gente nos acompanhava, mesmo sem sabermos quem eram essas pessoas. Foi muito legal.

Quanto às minhas referências de mulheres no rádio, não tive muitas além das que conheci na RádioCom. Quando cheguei, a Lili já estava há anos fazendo o “Manhã Cultural” e foi a partir desse programa que surgiu um bloco feminista, que depois se transformou no “Lua Sangrenta”. O programa ocupava das 10h30 ao meio-dia, boa parte da manhã dedicada a discutir essas questões de gênero. Minhas referências na rádio foram a Lili e a Didi, que também estava lá há vários anos, conduzindo diversos programas, como o “Manhã Cultural” e o “Navegando”. Elas se tornaram minhas principais inspirações.

A Adri Yanomoto já estava fazendo o “Lua Sangrenta” quando cheguei e depois conheci a Sarah, a Caroli e, com o tempo, a Helô se juntou ao grupo. Tinha também uma argentina que eu não lembro o nome agora, ela era da OCA e participava do programa anarquista da RádioCom. Mas foi com a Lili que eu mais tive contato no jornalismo e depois um pouco com a Didi. Eu sinto que aprendi muito com a Lili, como guiar um programa, como abordar os assuntos, como pensar e realizar as coisas. Ela foi como uma professora para mim.

No ano em que entrei na universidade, havia um movimento muito forte em torno das iniciativas de jornalismo coletivo e autônomo. Acho que o que mais me inspirou não foi uma pessoa específica, mas sim esse movimento de surgimento de veículos independentes organizados dessa forma, que lutavam pela democratização do jornalismo e da mídia. Foi mais essa influência de formato, de linguagem, de abordar o jornalismo de uma maneira diferente daquela que sempre nos vendem. Em Pelotas, o modelo predominante era o da RBS, Diário Popular, Zero Hora e só. Esses veículos têm sua importância, mas sempre dentro de um padrão bem “limpinho”, entre aspas.

A importância desses veículos alternativos está em pensar o jornalismo de uma forma que não seja tão focada no “Lide”⁴³ e que, na verdade, não deixe de abordar

⁴³ Lide - 1. Primeiro parágrafo da notícia. No jornalismo impresso, em que as matérias, em geral, são redigidas em pirâmide invertida, o lide apresenta a informação principal e, em seu formato

informações importantes, que muitas vezes ficam escondidas no jornalismo tradicional. No modelo tradicional, vemos sempre as mesmas pessoas, os mesmos financiamentos, as mesmas empresas e a mesma forma de tratar as questões. Isso acaba não sendo suficiente para aprofundar as discussões e entender o contexto por trás dos acontecimentos.

Houve um período em que, na UCPel, eu não me identificava com o curso. Mas, quando entrei na RádioCom, vi que era possível fazer um jornalismo de qualidade, um jornalismo "massa". Ao ver esses cenários alternativos acontecendo, pensei: "Quero participar disso". Em Pelotas, também havia iniciativas de pessoas que estavam envolvidas com o Mídia Ninja, com a Casa Fora do Eixo, que traziam uma pegada social, política e cultural.

Na universidade, tive a influência de uma professora que foi minha orientadora, a Carla Ávila. Ela era professora de Sociologia, Serviço Social e de vários outros cursos, mas também deu aula de jornalismo para nós. Acho que a presença dela e as atividades que ela trazia me ajudaram a mergulhar mais nesse mundo de buscar informações de diferentes veículos e de enxergar outras possibilidades de produção. No entanto, ela falava muito mais de uma perspectiva teórica, não focada apenas no jornalismo. Não me lembro de ter tido uma disciplina específica sobre jornalismo alternativo ou democratização da mídia.

Durante a pandemia, fui morar em Portugal, acompanhando meu namorado na época, que foi fazer mestrado. Aproveitei para fazer alguns cursos de cinema e audiovisual e foi nesse processo que me despedi do "Lua Sangrenta". No entanto, fiz algumas participações no "Contraponto" com o Régis e a Vanessa durante a pandemia. Eles nos chamaram para falar sobre o "Lua Sangrenta"⁴⁴, acho que justamente por conta do término do programa. A ideia era retomar o assunto para manter viva a memória do programa, não com a intenção de voltarmos como produtoras, mas de preservar essa lembrança.

Acho que o rádio desempenhou um papel muito importante durante a pandemia, ajudando a passar a informação de maneira rápida. O fato de ser "ao vivo",

clássico, responde a cinco questões: o que, onde, quando, por que, como. (Agência/Jornal) 2. Em televisão, o lide é o texto que é lido pelo apresentador do jornal com o objetivo de prender a atenção do telespectador. Caso não haja apresentador, o lide é a primeira informação do off. Semelhante ao jornalismo impresso, deve responder às cinco perguntas básicas do jornalismo (TV). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/glossario/lide>. Acesso em: 27 de junho de 2024

⁴⁴ Contraponto ESPECIAL 20 ANOS DA RÁDIOCOM: Programas Marcantes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LR3wifWyKRc>. Acesso em: 27 de junho de 2024.

de ter aquela constância e de estar sempre disponível para atualizações fez diferença. Também acredito que o rádio deu uma "humanizada" no jornalismo, porque ouvir a voz de outra pessoa, com entonação e sentir sua presença em um momento de tanto isolamento trouxe uma profundidade maior à informação e ao reconhecimento da gravidade do momento. Além disso, acho que o rádio também funcionou como um acalanto, proporcionando essa sensação de presença.

As mudanças que percebi na rádio, de modo geral, foram em grande parte motivadas pela necessidade que a RádioCom, assim como outras rádios, sentiu de estar presente no ambiente virtual. Além do rádio tradicional, que se ouve no carro ou em aparelhos de rádio, passou a ser essencial ter um site atualizado, gravar todos os programas, postá-los e fazer lives pelo Facebook. Isso trouxe uma mudança significativa ao longo dos anos. A inclusão do visual, por meio dessas transmissões online, foi uma estratégia para ampliar o alcance e garantir que os programas estivessem registrados. Esse registro é fundamental, tanto para o acesso contínuo ao conteúdo, quanto para a preservação da memória dos programas.

Eu acho que, financeiramente, é um grande problema a rádio não ter fundos suficientes para pagar todas as pessoas que participam da programação. Eu nasci em uma posição privilegiada, estudei em escola e universidade privadas, então estava relativamente tranquila em relação à minha situação. No entanto, para outras pessoas, a remuneração era muito importante. Mesmo assim, mesmo na minha condição, se estou dedicando meu tempo e trabalho, acho importante que isso seja reconhecido. Mas acredito que essa é uma questão estrutural de uma rádio comunitária, que sempre enfrentou dificuldades, falta de equipamentos atualizados, uma estrutura física deficiente e desafios para se manter operando.

Em relação à questão de gênero, houve momentos em que senti um pouco de reatividade ou até medo de possíveis repercussões, especialmente quando começamos a ser mais combativas e a nos posicionar como um portal de denúncias. Recebíamos algumas denúncias e falávamos: "Olha, tal pessoa dessa banda fez tal coisa, fiquem atentos com essas pessoas." Sempre fomos bem diretas, mencionando problemas de determinadas bandas, geralmente no cenário cultural e político. Essa situação gerou alguns desconfortos, porque nos colocávamos como um veículo com um posicionamento incisivo. Às vezes, quando eu saía, ficava um pouco receosa, imaginando se algumas dessas pessoas poderiam ter algum tipo de reação. Notávamos certos olhares, principalmente dos homens, que ficavam incomodados

com o fato de estarmos articuladas e fazendo denúncias. Foi mais nesse sentido que o desconforto se manifestou.

Sobre as denúncias, sempre falávamos com cuidado, pois havia uma preocupação com possíveis processos. No entanto, nunca houve uma intimação ou algo desse tipo e a rádio sempre nos deu liberdade para fazermos as coisas da maneira que achávamos melhor. Acho que isso nunca se tornou um problema, principalmente porque as denúncias que fazíamos eram de fatos já conhecidos, como posicionamentos políticos ou práticas de líderes locais, em Pelotas e no Rio Grande do Sul. As pessoas que mencionávamos eram figuras do nosso círculo social, da cena cultural de Pelotas, do ambiente acadêmico ou de espaços em que participávamos e sabíamos que havia ocorrências de pressão, violência ou abuso.

Muitas vezes, nem precisávamos mencionar o nome da pessoa envolvida. Apenas dizíamos que, em determinado lugar, tal coisa havia acontecido e que as pessoas deveriam se cuidar. Além disso, sempre tentávamos trazer uma solução prática, o que deveríamos fazer, quais práticas adotar, como agir, andar juntas, fortalecer o senso de coletividade, conversar. Dessa forma, muitas vezes nem era necessário citar nomes, mas já conseguíamos evidenciar o problema e criar uma pressão sobre a questão.

Eu acredito que a RádioCom enfrenta um problema estrutural, pois há uma grande concentração de poder em relação às decisões de organização, como quem vai receber salário ou quem continua na rádio. Essas decisões estão majoritariamente nas mãos de homens brancos e mais velhos. Tanto a Lili quanto a Didi passaram por situações de discriminação ou, no mínimo, desvalorização. Ambas dedicaram mais de 10 anos à rádio, com a Lili fazendo um programa diário pela manhã e a Didi à tarde, mas saíram sem reconhecimento algum, como se não tivessem contribuído. O peso dessas mulheres na programação e sua importância para a história da rádio são imensos e sinto que, como profissionais, não foram devidamente valorizadas.

Entendo que a rádio enfrenta limitações financeiras, mas é fundamental valorizar quem trabalha ali, reconhecer sua importância e buscar angariar fundos para garantir um salário digno para essas pessoas. É preciso se organizar para que essas profissionais, que estão diariamente sustentando a rádio e a programação, sejam reconhecidas e compensadas de forma justa.

No “Lua Sangrenta”, inclusive, houve momentos constrangedores em que esse assunto ficava velado. Estávamos fazendo um programa feminista, enquanto duas

mulheres importantes para a rádio eram praticamente excluídas da estrutura. Essa é minha maior crítica à RádioCom e o programa não abordou diretamente essa questão na época, porque não sabíamos muito bem como lidar. Em algumas ocasiões, comentávamos de forma indireta, mas nunca fizemos um programa focado na questão. Além disso, a Didi estava bastante fragilizada e preferia não comentar muito sobre o assunto, então tudo ficou meio não dito.

A RádioCom é um ambiente com muito potencial, mas que, ao mesmo tempo, enfrenta grandes limitações, tanto por questões financeiras quanto culturais. A programação da rádio é bastante rica e diversa, com muitas pessoas interessantes e programas importantes. Há, por exemplo, programas LGBT, havia um programa feminista, existe um programa dos usuários do CAPS e havia um para pessoas com deficiência visual. A representatividade na programação é realmente notável.

No entanto, sinto que essa representatividade não se reflete de forma suficiente na produção e na estrutura organizacional da rádio. Falta mais diversidade nas pessoas envolvidas nos cargos de poder. A estrutura da rádio é a mesma há anos, o que torna mais difícil questionar e promover mudanças nesse sentido. A situação da rádio é delicada, já que ela depende fortemente dos sindicatos e dos financiamentos que consegue, o que complica ainda mais qualquer tentativa de mudança significativa.

A força, a união e a presença de estar na RádioCom, de perceber essa possibilidade e ver o nosso programa sendo construído e estruturado, as respostas que recebíamos e o conteúdo interessante que conseguíamos produzir foram o que me fez me reconhecer enquanto jornalista. Isso foi importante, até porque eu não tive outra experiência de trabalho formal nessa área. Sempre estive conectada com as mulheres que estavam politicamente mobilizadas aqui em Pelotas, participando de mobilizações e reuniões. Embora eu não fosse formalmente associada a outros coletivos, acompanhava de perto o que estava acontecendo, principalmente por meio do programa, observando como as mulheres estavam articuladas.

Depois que terminei a graduação, fiquei mais alguns anos no “Lua Sangrenta” e essa conexão cultural me uniu muito com as mulheres que estavam ativamente mobilizadas na cidade. Eram festivais com atuações artísticas, exposições, feiras de comida e artesanato, rodas de conversa e oficinas. Sempre tivemos um viés muito político, associando o feminismo a uma luta política. Acredito que, hoje em dia, existe uma certa apropriação capitalista do feminismo e por isso precisamos pensar de uma

maneira estrutural. Esse assunto precisa ser tratado com muita responsabilidade, evitando uma abordagem rasa e neoliberal.

Às vezes, sinto que nos subestimamos em relação ao nosso potencial. Podemos ser melhores, maiores, alcançar mais pessoas, mas muitas vezes não reconhecemos o potencial que temos, especialmente no que diz respeito à coletividade que existe nesse espaço de produção coletiva. Podemos repensar e inovar em outras formas de produção, tanto no sentido estrutural quanto financeiro.

A palavra-chave aqui é "potencialidade". Ela representa a união e a mobilização das pessoas, a possibilidade de criar estruturas para essa mobilização e o conteúdo em si. A importância de trazer à tona questões com a profundidade que elas merecem é essencial. Precisamos fugir do padrão em todos os níveis, estrutural, financeiro, organizacional. Trata-se de mobilizar e garantir representatividade, diversidade de vozes, abordando temas de forma profunda e significativa.

Eu sinto que o rádio nunca vai morrer. Embora ele esteja bastante enfraquecido, acredito que está passando por releituras importantes, especialmente com o crescimento do podcast. Vejo que o rádio está se transformando, ganhando novos tipos de acessos e formatos. A dinâmica do áudio muda um pouco, mas há elementos essenciais que permanecem. A maior diferença nessas releituras do rádio é a questão de ser "ao vivo" ou não. Isso traz suas riquezas e perdas. O fato de ser "ao vivo" cria uma conexão diferente com o ouvinte e com o tema e a conversa flui de forma distinta quando é gravada comparada à quando é "ao vivo".

A rádio não vai desaparecer e, mesmo que o formato tradicional de rádio AM/FM morra, ela vai se reinventar, na verdade, já está se reinventando com lives e podcasts. A indústria do podcast é impressionante, com as pessoas cada vez mais aderindo a esse formato que muitas vezes une o visual ao tradicional, microfone e fone de ouvido à frente de uma mesa. É uma estética muito usada atualmente e que, acredito, não vai desaparecer.

Gostei muito da experiência que tive com a rádio. Acho que ela me enriqueceu muito, não só como profissional, mas também como ser humano. Tive a oportunidade de entrar em contato com pessoas que não faziam parte do meu círculo direto e que me ensinaram bastante. Eu já sabia que as lutas eram necessárias, mas, ao compartilhar espaço, ouvir e olhar nos olhos dessas pessoas, pude realmente perceber não só a necessidade, mas também a urgência e a importância de que essas vozes sejam ouvidas. Não trocaria essa experiência por nada.

Outra coisa que a rádio me trouxe foi o contato com a produção cultural, o que me abriu portas para explorar essa área. Gosto muito dessas conexões entre audiovisual, jornalismo, comunicação e produção cultural. São núcleos diferentes, mas que fazem parte de um processo que se interliga e se complementa.

2.5.2 Decodificando vozes: análise da narrativa de Helena Oliveira

A fala de Helena Brandt Corrêa de Oliveira revela uma profunda reflexão sobre o papel das mulheres e das pessoas não binárias nos espaços de comunicação, especialmente em um contexto de rádio comunitária como a RádioCom. Sua narrativa é rica em elementos que tocam questões de gênero, divisão sexual do trabalho, assédios e discriminações, oferecendo reflexões importantes para uma análise sob a perspectiva feminista e de justiça social.

Helena descreve a RádioCom como um espaço progressista, mas dominado por homens, o que evidencia a persistência da divisão sexual do trabalho mesmo em ambientes que se declaram inclusivos. Embora a rádio tenha programas diversos, incluindo um programa feminista como o “Lua Sangrenta”, a estrutura de poder permanece nas mãos de homens brancos. Essa configuração reflete um problema estrutural comum em várias instituições: mesmo quando as mulheres e pessoas não binárias conquistam espaços para se expressarem, ainda enfrentam barreiras de poder e reconhecimento dentro das hierarquias estabelecidas.

Helena descreve como a RádioCom oferece uma programação rica e variada, com representatividade de grupos marginalizados, mas essa representatividade não se traduz em mudanças significativas na estrutura organizacional. Tal situação aponta para uma realidade, na qual mulheres e pessoas não binárias, muitas vezes, são confinadas a funções de visibilidade limitada ou que envolvem trabalho voluntário, sem o devido reconhecimento financeiro ou institucional.

Helena também menciona a situação de discriminação vivida por suas colegas, Lili e Didi, que dedicaram anos à rádio, mas foram “escanteadas” da estrutura, sem reconhecimento profissional. Essa situação demonstra como o trabalho das mulheres, especialmente em espaços em que o poder está concentrado nas mãos dos homens, pode ser desvalorizado e invisibilizado. Mesmo dentro de um programa feminista, a discriminação de gênero, por vezes, é uma questão velada e não discutida abertamente, uma estratégia comum em ambientes em que o poder masculino

predomina e questionar o sistema pode ser complicado. É importante ressaltar os reflexos do assédio moral dentro dos espaços laborais:

A incidência de acentuadas exigências referentes à qualificação para o trabalho, bem como o aumento no ritmo das atividades realizadas pelos trabalhadores, pluralidade de tarefas exigidas, o medo da demissão a qualquer momento, crescentes cobranças por aumento de produtividade e cumprimento de metas, entre outras situações já apresentadas, são realidades nos contextos organizacionais atuais. Essas situações, muitas vezes, são vivenciadas silenciosamente. A sobrecarga, principalmente mental, evidencia-se neste cenário no qual o adoecimento físico e os transtornos psíquicos são quase inerentes, em maior ou menor grau. (CAMARGO *et al.*, 2018, p. 136)

Além disso, Helena descreve o desconforto que sentia ao expor denúncias de assédio e violência dentro da rádio. Ela relata que, ao levantar questões sobre o comportamento abusivo de homens em bandas ou no cenário político local, notava olhares reativos e sentia uma certa hostilidade por colegas da emissora. Essa experiência revela uma dinâmica de intimidação que frequentemente acompanha a denúncia de abusos, especialmente quando essas denúncias são feitas por mulheres em ambientes dominados por homens.

Helena também observa como o “Lua Sangrenta” impactou a RádioCom, introduzindo discussões mais radicalizadas sobre questões feministas e de gênero, algo que muitas vezes causava desconforto, especialmente em um ambiente dominado por homens. No entanto, o programa também teve um impacto positivo em ouvintes, como a senhora idosa que as acompanhava semanalmente, mostrando como as ideias feministas podem atingir e ressoar com públicos de diferentes gerações.

Ela menciona momentos de frustração, especialmente quando assumiu mais responsabilidades no programa e se viu sobrecarregada. Essa situação reflete a realidade de muitas mulheres em espaços voluntários ou alternativos, que assumem grandes cargas de trabalho sem o suporte adequado. A resistência e a continuidade, mesmo diante de desafios, mostram a força de sua dedicação à causa e ao jornalismo feminista.

Um dos aspectos mais impactantes da fala de Helena é seu compromisso com um feminismo interseccional, que se preocupa em incluir vozes diversas, como as de pessoas trans e não binárias, além de mulheres cisgêneras. O “Lua Sangrenta” se

destacou como um espaço coletivo e horizontal, sem hierarquia fixa, no qual diferentes visões sobre o feminismo eram discutidas, enriquecendo o debate e fortalecendo a luta pela igualdade de gênero. Essa forma de organização, sem líderes definidos, rompe diretamente com as estruturas tradicionais de poder, oferecendo uma alternativa inclusiva e democrática.

Assim como Lili, Helena também enfatiza a importância da coletividade e da mobilização como ferramentas essenciais para a transformação social. Sua experiência no "Lua Sangrenta" exemplifica como, mesmo em contextos limitados, é possível criar movimentos e programas que desafiem as normas tradicionais e promovam um jornalismo mais democrático, acessível e diverso.

Helena destaca o papel fundamental que o "Lua Sangrenta" teve em seu desenvolvimento pessoal e profissional. O caráter colaborativo e horizontal do programa, combinado com a rotatividade de membros e a inclusão de diferentes identidades (cis, trans, não binárias), tornou o programa mais rico e aprofundou sua abordagem interseccional do feminismo. Essa experiência colaborativa reflete um modelo de organização em que todas as contribuições são valorizadas e o poder é distribuído coletivamente, evitando a centralização em uma única figura de liderança.

Helena também reflete sobre a importância de o feminismo não ser cooptado pelo capitalismo. Ela critica o uso raso e neoliberal do termo, destacando a necessidade de um feminismo que vá além da superficialidade e aborde questões estruturais e políticas.

A fala de Helena evidencia as dificuldades enfrentadas por mulheres e pessoas não binárias em espaços de comunicação, especialmente em meios de comunicação comunitários, nos quais, ironicamente, a promessa de inclusão e diversidade muitas vezes não se concretiza plenamente. A falta de reconhecimento financeiro, a concentração de poder nas mãos de homens e a reatividade às denúncias feministas são barreiras significativas que essas profissionais enfrentam.

Helena enfatiza o papel do jornalismo como uma ferramenta essencial para a democracia. Ela busca contribuir para um jornalismo "mais acessível, democrático e diverso", mencionando a necessidade de que ele tenha viabilidade financeira sem sucatear os veículos e os profissionais. Essa fala reflete uma crítica às condições atuais da profissão, especialmente em veículos alternativos e comunitários, que muitas vezes operam com poucos recursos e dependem de trabalho voluntário.

Helena ressalta a importância de que o jornalismo, além de democrático, seja sustentável e valorizado.

Embora nenhum dos familiares de Helena tenha trabalhado com comunicação, ela menciona a influência da educação política que recebeu do pai, o que a levou a se engajar em espaços de comunicação democrática. Tal situação sugere que, para Helena, o jornalismo não é apenas uma profissão, mas também um compromisso com uma luta coletiva por justiça social. Esse aspecto reforça como as experiências pessoais e familiares moldam a identidade profissional e política de indivíduos, especialmente no que diz respeito a escolher profissões que envolvem expressão artística e engajamento social.

Helena descreve seu processo de descoberta dentro do jornalismo de uma forma bastante honesta, reconhecendo as dificuldades iniciais que enfrentou na universidade e a importância de encontrar um espaço no “Lua Sangrenta”. A experiência na RádioCom foi transformadora para ela, ajudando-a a definir o tipo de jornalismo que queria fazer, um jornalismo comunitário, politizado e inclusivo. Sua trajetória mostra como os espaços alternativos podem ser fundamentais para a formação de profissionais críticos e comprometidos socialmente, contrastando com o ambiente de descontentamento que encontrou na formação acadêmica tradicional.

Sobre as questões de machismo e racismo no ambiente da RádioCom, Helena atribui esse problema à estrutura organizacional da rádio, que é gerida pelos sindicatos, representados por homens brancos que, no entendimento da radialista, não compartilham pensamentos contemporâneos em algumas áreas, reproduzindo um pensamento defasado com algumas compreensões machistas equivocadas. Como exemplo, a interlocutora cita a demissão de Didi e a saída de Lili da emissora.

Além das questões machistas e racistas mencionadas por outras interlocutoras, observa-se uma alusão às questões geracionais, tema presente tanto em debates acadêmicos quanto sociais, principalmente nas organizações, onde ocorre o preconceito de idade. Conhecido como etarismo, esse conceito, cunhado pelo gerontologista Robert Butler em 1969, refere-se à discriminação baseada na idade, abrangendo desde idosos até crianças, adolescentes e adultos. Nas pesquisas, podem aparecer outras denominações, como ageismo e idadismo. Para Loth & Nereida Silveira:

A concepção de velhice e conceitos a ela associados são construções sociais. Portanto, têm caráter bio-psicológico e sociocultural, e apresentam intersecções com outras dimensões sociais de análise, tais como gênero, classe social, período histórico dentre outras. (LOTH & SILVEIRA, 2013, p. 5)

A fala de Helena sugere indícios de etarismo ao mencionar a predominância de "homens mais velhos" nos cargos de poder na RádioCom, o que aponta para uma dinâmica conservadora em um espaço considerado progressista. Sua crítica sobre aspectos "arcaicos" pode indicar uma resistência à inclusão de novas ideias e gerações. Entretanto, é importante ressaltar que nem todos os idosos são conservadores e nem todos os jovens são progressistas, observando que muitos jovens hoje aderem a ideologias de extrema-direita, desafiando o estereótipo geracional associado ao progresso.

Helena, ao identificar seus privilégios de mulher branca de família com uma certa tranquilidade financeira, também discorre sobre o tema da remuneração, observando que, embora não precisasse de um aporte financeiro tanto quanto as colegas, estava dedicando o seu tempo para uma atividade que não era remunerada e, conseqüentemente, valorizada. De fato, a narrativa de Helena possui um recorte de classe, algo que vem sendo debatido por grupos feministas. Para Davis (2018), a categoria mulher precisaria ser repensada para expandi-la, de forma a abarcar a diversidade de mulheres.

(...) a luta pelos direitos das mulheres foi ideologicamente definida como uma luta pelos direitos das mulheres brancas de classe média, expulsando mulheres pobres e da classe trabalhadora, expulsando mulheres negras, latinas e de outras minorias étnicas do campo do discurso coberto pela categoria 'mulher' (ANGELA DAVIS, 2018, p. 92).

Ademais, em sua fala, a interlocutora atenta para a potencialidade da RádioCom, no sentido de possibilitar a união e mobilização das pessoas para a discussão de temas importantes que são abordados com profundidade, devido à natureza da rádio que, por ser comunitária, foge de várias características da mídia tradicional, como a objetividade. Verdadeiramente, a diversidade cultural, na maioria das vezes, não tem espaço nos grandes meios de comunicação, que estão sob gerência monopolizada de poucos grupos.

Esse é um dos principais pontos destacados na narrativa de Helena, a necessidade de democratização da comunicação. O controle do fluxo de informação

é um aspecto que influencia as relações de poder. A disponibilidade ou indisponibilidade de informação, bem como o acesso ou a falta de acesso à informação, interfere diretamente na construção e no comportamento dos indivíduos.

Na medida em que a liberdade de expressão é entendida como sustentada na ausência de leis – uma autorregulação perante responsabilização ética –, é acusada de insuficiente por defensores de um conceito que se propõe ser mais amplo, o de direito à comunicação. A ausência de leis e o compromisso com a ética de empresas e profissionais não seria, segundo tal perspectiva, o bastante para impedir, por exemplo, a concentração de mercado por grandes corporações. Isso representaria um potencial prejuízo a valores democráticos como a diversidade e a igualdade, pressupostos para a efetivação do processo comunicacional (DOMINGUES-DASILVA & CHALINE DE BARROS, 2014, p. 62).

Nesse sentido, como bem pontua a interlocutora, a radiodifusão comunitária tem um importante papel como instrumento da população em seu direito à comunicação na luta contra a mercantilização da informação e de sua fonte de propagação, dentro de uma lógica capitalista que transforma a informação em um produto. A concentração dos meios de comunicação de massa prejudica a diversidade e pluralidade de informações, diminuindo as possibilidades de abordagens e profundidade de determinadas temáticas.

As mídias alternativas, apesar de não estarem ao alcance de todos, tendo em vista que uma parcela da população não tem acesso, por exemplo, à internet, representam uma possibilidade de amplificação das vozes das populações periféricas, com a oportunidade de pautar assuntos pertinentes para que sejam discutidos abertamente, com a profundidade necessária, através de uma comunicação popular. Dentro das mídias alternativas, as rádios comunitárias têm um importante papel devido ao fato de a tecnologia utilizada ser de fácil acesso. Apesar das transformações, a utilização dessa tecnologia é a única opção para algumas camadas sociais.

Contudo, como salientou Didi, ao exemplificar duas situações em que a RádioCom foi fechada, as rádios comunitárias são criminalizadas. A Lei Nº 9.612⁴⁵, que regulamenta a radiodifusão comunitária, proíbe a veiculação de publicidade comercial, permitindo apenas apoio cultural. Ela estabelece um limite de 25 watts de

⁴⁵ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9612.html. Acesso em: 27 de junho de 2024.

potência e um alcance que pode variar, geralmente entre 1 a 4 km. Frequentemente, muitas emissoras comunitárias ou livres são fechadas e lacradas por operar sem outorga ou ultrapassar o limite de abrangência permitido.

Esses pontos refletem o compromisso de Helena com um feminismo interseccional, que desafia as estruturas tradicionais da comunicação ao reivindicar um espaço plural e diverso. Sua trajetória evidencia a importância de abrir caminhos para que vozes historicamente silenciadas possam não apenas participar, mas também moldar a forma como o jornalismo e a produção cultural são feitos. Ao propor uma comunicação mais inclusiva, democrática e sustentável, Helena contribui para a construção de uma mídia que valoriza as narrativas de mulheres, pessoas não binárias e outros grupos marginalizados, apontando para a urgência de uma transformação nas dinâmicas de poder dentro do campo comunicacional.

2.6 Vera Lopes - "O mundo e o espaço público, foi feito para os homens. A mulher é quase uma intrusa"

Vera Lopes, uma das fundadoras da RádioCom, nasceu e foi criada em Pelotas, cidade na qual construiu uma trajetória marcada pela comunicação e pelo ativismo social. No dia 29 de fevereiro de 2024, realizei uma entrevista com Vera em sua casa, localizada na praia do Laranjal. Curiosamente, esse foi o mesmo cenário da primeira entrevista que realizei durante o mestrado, na pesquisa sobre a Rádio Federal FM. A conversa durou cerca de duas horas e, mesmo com seus mais de 80 anos, Vera demonstrou ser uma mulher extremamente atualizada e lúcida, o que se reflete em sua visão crítica sobre o mundo e sobre a rádio. Apesar de enfrentar uma deficiência visual, ela mantém o hábito de ouvir rádio, seu principal meio de informação.

Vera sempre foi reconhecida e admirada pelas outras radialistas da emissora, como demonstrado nas entrevistas anteriores. Sua experiência na criação e manutenção da rádio comunitária a tornou uma figura respeitada, não apenas pelo papel de liderança, mas pela forma como sempre esteve à frente de discussões importantes. A RádioCom, para Vera, sempre foi um espaço de liberdade criativa, no qual ela encontrou a possibilidade de expressar suas ideias dentro de um compromisso ideológico.

Além de seu envolvimento com a RádioCom, Vera teve uma carreira ampla, que incluiu sua passagem pelo jornalismo impresso no Rio de Janeiro, cidade na qual trabalhou como estagiária em jornais e pelo magistério, antes de se dedicar completamente à comunicação. Sempre com grande respeito e admiração por suas experiências, ela construiu uma vida profissional rica em aprendizados e contribuições significativas.

Vera é uma mulher que desafiou barreiras, atravessou as décadas com uma lucidez impressionante e continua acreditando na possibilidade de melhores dias, especialmente em tempos tão incertos. Sua ousadia, persistência e dedicação à comunicação comunitária fazem dela um exemplo de resistência e contribuição para o fortalecimento do rádio como ferramenta de transformação social.

2.6.1 Vera Lopes e sua narrativa

Eu sou uma senhora que ousou passar a barreira dos 80 anos e acho isso uma ousadia. Ultrapassei essa idade trabalhando basicamente em coisas e lugares que eu amava. Nem todos os lugares foram exatamente do meu agrado, mas, nos últimos anos da minha vida profissional, trabalhei em locais que eu realmente gostei. Tenho grande respeito e admiração por essas experiências. Sou fruto disso, além dos meus afetos e dos meus amores fora do trabalho.

Sempre fui uma mulher que trabalhou no lugar que quis, fez o que gostava, embora minha trajetória na comunicação tenha demorado para se concretizar. Primeiro, fui professora, trabalhei por um tempo no jornalismo impresso, durante um período que morei no Rio de Janeiro, quando estagiei em jornais. Depois, voltei para Pelotas e com o tempo comecei a trabalhar na Rádio Federal e, mais tarde, na RádioCom.

A comunicação, para mim, foi uma trajetória que demorou a se consolidar. Mas, olhando para trás, posso dizer com toda certeza que trabalhei em lugares que realmente gostei muito, que me trouxeram muita satisfação pessoal e profissional.

Então, para mim, é mais do que uma alegria, é uma tranquilidade, uma satisfação enorme, sabe? Nunca me irritei por ter que ir trabalhar, apesar de, às vezes, ter ficado chateada por ter que acordar muito cedo. Aquela coisa da rotina que é chata, né? "Todo dia ela faz tudo sempre igual". Mas, olhando agora, percebo o quanto eu gostei de fazer o que fiz, de todos os encontros que tive, dessa possibilidade infinita

de conversar com tanta gente interessante. O fato de eu ter trabalhado com educação na Rádio Federal me permitiu conhecer muitos professores e divulgar projetos fascinantes, como projetos de sementes, biotecnologia e todo o potencial do Departamento de Medicina Social, especialmente na Epidemiologia.

Eu me sentia como uma eterna estagiária, sempre aprendendo e, às vezes, tinha a impressão de que tinha revirado a UFPel de cabeça para baixo. Conhecia tudo ou achava que conhecia tudo. Sabia quem era quem, o que fazia e fico muito feliz quando vejo o sucesso de tudo isso.

Sou uma mulher que ousou passar dos 80 anos lúcida, com algumas deficiências, mas cheia de esperança de que ainda vamos chegar a melhores consensos e dias melhores. Apesar de todo o terror que estamos vivendo agora, tenho certeza de que vamos encontrar pontos de pacificação para tudo, não tenho dúvidas. E, apesar da idade, ainda pretendo ser muito útil, fazer muita publicidade das coisas em que acredito. Tenho essa ousadia de achar que ainda tenho muita coisa para fazer e contribuir.

O “Lua Sangrenta” era um programa inquietante. O que mais me chamava atenção era o fato de a Helena ser tão jovem, mas com tanta garra para conduzir um programa tão bem definido. Isso me pareceu muito interessante, porque reflete algo maior, a luta por espaço. Continuo acreditando que não só o rádio, mas o mundo, a sociedade, foram feitos para o homem. O espaço público é visto como pertencente a eles, enquanto nós, mulheres, somos quase como intrusas.

Hoje em dia, alguns podem dizer que isso é coisa do passado, mas, na minha visão, essa ideia ainda é muito presente. Basta olhar para a organização das cidades: a forma como os lugares públicos são estruturados evidencia essa realidade. Um exemplo simples é a dificuldade que as mulheres enfrentam para encontrar banheiros, enquanto para os homens tudo está convenientemente à disposição. Muitas vezes, nós, mulheres, não somos lembradas, talvez por sermos vistas como mais reservadas. Mas acredito que esse papel de desbravar cabe a nós. Temos que dizer: “Eu estou aqui, existo e quero meu espaço”. Não estamos pedindo licença.

Nem estou pedindo que providenciem por mim e no rádio isso é radicalmente evidente. Estamos acostumadas com as vozes masculinas, são elas que geralmente dão o tom na programação. É raro ver mulheres falando com desenvoltura no rádio. Talvez tenha a ver com a própria condição feminina, eu não sei. Não sou especialista,

mas acredito que a forma como somos criadas faz com que muitas mulheres sejam mais tímidas para se expressarem, para se colocarem nessa situação.

Quando olhamos para as câmaras de vereadores e deputados, é um escândalo no Brasil. Na Argentina, por exemplo, as coisas são um pouco diferentes. Se não me engano, o número de mulheres na Câmara Federal chega a 42% ou até 52%, algo que beira a igualdade, talvez até mais mulheres do que homens. Mas esses são casos raros, mesmo em países considerados de vanguarda, como os Estados Unidos, em que o número de mulheres nesses espaços de poder ainda é muito pequeno. Se você for olhar para a França, não é muito diferente.

Agora, no rádio, o espaço masculino é ainda mais marcante, começando pelas vozes dos locutores que fazem os intervalos. Não estou falando de programas especiais, como o da Helô, que é produzido e feito por ela, um espaço feminino bem definido. Mas, de forma geral, na estruturação e apresentação do rádio, o que vemos é o predomínio das vozes e decisões masculinas.

Sim, é isso. Os locutores dos intervalos, por exemplo, são quase sempre homens. Raramente você encontra uma mulher fazendo esse tipo de trabalho. Acho que cabe às mulheres baterem o pé e dizer: "Não, nós vamos colocar mais vozes femininas", porque o mundo realmente precisa dessas vozes. Ainda mais quando consideramos que, no Brasil, somos levemente mais numerosas que os homens. Pelo último recenseamento, as mulheres são 52% da população, enquanto os homens são 48%. Isso tem que aparecer, assim como já acontece em alguns espaços, como nas universidades.

Quando a competição é baseada em mérito, como nos vestibulares e exames de seleção, as mulheres têm sido aprovadas em maior número do que os homens, inclusive em cursos tradicionais, como Medicina. Isso não é um disparate. A maioria nas universidades hoje é feminina. No magistério, já há muito tempo, há mais mulheres do que homens. No entanto, é importante observar essas questões, porque, se não olharmos de perto, parece que não há mais nada a reivindicar, como se tudo estivesse estabelecido e no seu devido lugar. Mas essa tradição claramente não favorece as mulheres.

Cabe, naturalmente, às mulheres pedirem maior participação e mais espaço na produção dos programas de rádio e em posições de poder.

Nos últimos 20 ou 30 anos, as mulheres começaram a ser muito bem-sucedidas em concursos para juiz. Hoje, é comum vermos que, no primeiro grau da magistratura,

há uma imensa maioria feminina. Não sei se chega a ser a maioria absoluta, mas quando se trata de subir na hierarquia, para cargos de desembargador ou ministro, a situação muda. A cada vez que é preciso escolher um novo ministro para o STF, a torcida é para que seja uma mulher. Isso não quer dizer que uma mulher seria necessariamente melhor, mas significa que precisamos dar mais espaço ao olhar feminino, que é diferenciado. É importante saber o que as mulheres sentem, o que querem e como querem. Acho que já passou da hora de começarmos a pensar mais seriamente nisso.

No rádio, a situação não é diferente. Ainda há muito espaço, mas quem "faz o concerto", quem costura toda a programação, ainda são os homens, os produtores. Acho que esse é um desafio. As mulheres precisam ocupar mais espaço, não apenas para fazer um "programinha" aqui ou ali, mas na produção como um todo. Precisamos chegar à direção e não só à direção geral, mas também à direção da programação. É fundamental criarmos meios de comunicação que incluam as vozes das mulheres.

A organização gerencial ainda é predominantemente masculina e você pode sentir isso em grandes redes, como a RBS. Há espaço para mulheres, mas ainda estamos longe de termos uma igualdade real nas posições de comando.

Tem uma que eu acho talentosíssima, muito criativa, que é a Alice, aquela que faz esporte. Fiquei encantada com o crescimento dela como profissional. Ela tem uma ótima locução e improvisa muito bem. Fiquei realmente admirada. Mas é o que eu te digo, é uma voz aqui, outra ali e mais uma adiante. Dá a impressão de que há muitas mulheres, mas não é bem assim. A verdade é que a programação toda ainda é montada e organizada pelos rapazes. Eles é que controlam a estrutura e as mulheres ainda ocupam poucos espaços na composição geral da programação.

É exatamente aí que queremos mais espaço. Queremos continuar nos vídeos, nos microfones, na locução, nos programinhas, mas também queremos participar da confecção dos conteúdos, das decisões. Precisamos trazer mais a voz e o olhar da mulher para os produtos de comunicação, que nunca saem de moda. O rádio, por exemplo, está mais revigorado do que nunca, mesmo com todas as ameaças da internet. O jornal impresso, por outro lado, está desaparecendo, sendo engolido pela internet. Mas o rádio conseguiu se adaptar, está presente nos aplicativos e agora eu posso ouvir rádios distantes, o que antes o tradicional rádio não me permitia. É fantástico.

Essas são questões sobre as quais precisamos pensar, refletir, refazer até que não seja mais necessário. A comunicação é cada vez mais essencial, quase tão vital quanto o ar que respiramos, porque, para termos uma sociedade, uma vida social e comunitária, precisamos da comunicação. Não tem como ser de outra forma. Isso é algo que devemos discutir e rediscutir, principalmente nós que trabalhamos ou já trabalhamos em universidades, como eu fiz por toda a minha vida. E o rádio é um excelente espaço para levar essas preocupações e compartilhar com os ouvintes, especialmente com a interação que os modernos meios de comunicação permitem. É um ciclo constante, uma roda gigante que nunca para de girar.

Se queremos um mundo mais igualitário, precisamos demarcar espaços para as mulheres. Não basta apenas abrir espaço, é preciso delimitar e marcar presença. Porque, por exemplo, dizer que 20% ou 30% das vagas para vereadores devem ser de mulheres pode parecer uma solução, mas muitas vezes é apenas para cumprir cotas, sem realmente dar poder às mulheres. Acaba sendo uma farsa. Essas são pautas importantes que o rádio pode muito bem abordar, com as devidas adaptações. Não é um assunto leve, mas é essencial.

Há cerca de 30 anos, a Rita Lee já falava sobre isso, com a música Pagu, sobre essa necessidade de mudanças. Parecia que as coisas iam mudar logo ali, mas, mesmo com algumas modificações, ainda não foi o suficiente. A gente vai perceber claramente quando mais mulheres começarem a ocupar os postos de comando, como na magistratura. Porque não adianta passar em um concurso, fazer um bom trabalho por 20 ou 30 anos e se aposentar. Se a juíza de primeiro grau toma uma decisão, ela será revista no segundo grau e depois no terceiro e, no final, quem bate o martelo são os homens.

Essa é uma preocupação que precisamos manter em mente. É significativo que possamos deixar essas questões bem-marcadas e delineadas. E, curiosamente, as teses de mestrado e doutorado, que muitas vezes não damos tanta importância, são na verdade um acúmulo científico valioso para o país. Isso contribui muito mais do que podemos imaginar, não apenas para a nossa formação, mas para a construção de uma sociedade mais consciente e crítica sobre essas desigualdades de gênero.

Até parece que é só uma obrigação, como se fosse algo que fazemos apenas para nos titular. Mas é muito mais do que isso. Quando fazemos uma tese ou dissertação, estamos contribuindo para o raciocínio social, para o exercício de racionalidade que ajuda a sociedade a se dar conta das coisas. Estamos oferecendo

reflexões que podem fazer a diferença, ajudando as pessoas a tomarem consciência de que, apesar de sermos maioria, nosso espaço está muito bloqueado.

Não vou dizer que nosso espaço é reduzido, porque, em número, somos a maioria. Passamos muito bem nos vestibulares, nos formamos com sucesso nas carreiras que escolhemos, mas, logo ali, nos segundos e terceiros graus das hierarquias, somos bloqueadas. É como se houvesse uma barreira invisível que nos impede de progredir.

Por isso, é muito importante que haja produção científica nesse sentido, porque esse tipo de reflexão ajuda a expor essas barreiras. De certa forma, já está sendo feito, mas precisamos continuar para garantir que esse conhecimento ajude a abrir mais espaços e oportunidades para as mulheres, em todas as esferas, principalmente nos cargos de poder e decisão.

Não é algo que acontece naturalmente, não é como se fosse uma questão de mérito. Para nós, mulheres, não basta sermos eficientes ou boas, temos que ser muito boas e até melhores do que os homens. Porque eles sempre serão os escolhidos para serem os diretores, naturalmente. E essa questão das vozes no rádio também é algo que precisamos repensar. A sociedade não é marcada pela voz da mulher, isso é o que me ocorre. Pode parecer loucura da minha parte, mas talvez seja exatamente assim. A voz que estamos acostumados a ouvir, aquela que esperamos, é a voz dos homens. Não pode ser uma voz muito frágil, mas também não precisa ser o vozeirão que estamos habituados a associar com autoridade.

Hoje em dia, com os avanços tecnológicos, mudou muito. Antes, para ser cantor, o homem precisava ter uma grande voz. Agora, com os instrumentos tecnológicos, é possível falar para uma multidão de 30 ou 50 mil pessoas com um simples microfone. É impressionante. No entanto, ainda existe esse hábito de esperarmos a voz do homem, principalmente na locução de esportes. Embora mais mulheres estejam aparecendo nesse espaço, a locução continua sendo majoritariamente masculina. Uma ou outra mulher se arrisca, se joga nesse trabalho que tradicionalmente é dos homens, mas ainda é muito raro ver uma locutora de futebol ou de esportes em geral.

Acho que se deve muito ao que eu disse antes, é o hábito, a expectativa de que a voz de comando seja a do homem. Está profundamente internalizado em nossa sociedade. O comando, de alguma forma, ainda é visto como algo masculino e isso reflete nas vozes que ouvimos no rádio e em outros espaços de poder.

Eu acho que, para mim, sendo de uma geração mais antiga, vejo que a vida pública nunca foi confortável para as mulheres. O espaço público, de modo geral, sempre foi cheio de limitações para nós. Hoje em dia, vemos mais claramente, embora seja um assunto delicado. Não gosto muito de falar disso, mas é evidente que as mulheres continuam sendo desrespeitadas. Pensa nas mulheres que precisam pegar ônibus diariamente e enfrentam desrespeito constante. Tem muito a ver com educação e com as próprias mulheres aprendendo a se impor, mas há muita coisa que ainda precisa ser revista.

Os homens, de modo geral, não aceitaram bem essa mudança de cenário e a reação deles muitas vezes vem na forma de violência, assédio, abuso e até estupro em alguns casos. Isso tudo mostra que, para muitos, o espaço público ainda não é visto como lugar para mulheres. Lembro de uma frase que surgiu uns 10 anos atrás que dizia: "Lugar de mulher é em todo lugar." E eu acho que é isso mesmo! Aquelas brincadeiras machistas que diziam que o lugar da mulher era na cozinha precisam ser superadas de uma vez por todas. Lugar de mulher é onde ela quiser e essa frase tem que guiar nossa caminhada.

As mulheres precisam se impor e conquistar condições melhores. O que é necessário muitas vezes não é apenas talento, mas adequação. Algumas mulheres têm mais vocação para organizar ou para liderar e isso precisa ser reconhecido e administrado nas empresas. Não deve ser uma questão de gênero, mas de competência e talento.

Eu tenho uma ligação com a RádioCom, embora não tão forte quanto com a Rádio Federal. Lá, sou mais uma colaboradora. Nunca trabalhei diretamente na RádioCom, mas participei desde a fundação. A rádio foi criada através do movimento sindical de Pelotas e a ASUFPeL⁴⁶ também participou desse processo. É algo com o qual sempre estive envolvida de forma mais lateral, mas sinto que faço parte dessa história.

Na RádioCom, desde que foi fundada, havia um programa chamado "Tribuna Sindical". Eu participei desse programa desde o início. No começo, ele ia ao ar nas manhãs de sábado, mas depois de um tempo foi transferido para as sextas-feiras no

⁴⁶ O ASUFPeL-Sindicato é uma associação de direito privado, de fins não econômicos. É a entidade representativa da categoria dos Servidores Federais em Educação de Pelotas e Capão do Leão da Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: <https://asufpel.com.br/>. Acesso em: 27 de junho de 2024.

fim da tarde. Atualmente, ele não existe mais com esse nome. O que temos agora é um programa chamado “Contraponto” e depois do “Contraponto” entra um programa no qual participo atualmente, junto com o Lair e, às vezes, o Régis. Quando o Lair não pode participar, convidamos outra pessoa para nos acompanhar. Esse programa se chama “Fatos a Caminho da Notícia”, um apêndice do “Contraponto”, que começa às 10h30 da manhã e vai até às 11h30.

No fim da tarde de sexta-feira, às 19h, também apresento um outro programa, que é o que restou do “Tribuna Sindical”. Agora ele se chama “Sociedade em Debate”. Esse nome não foi escolhido por mim, mas sou eu quem ancora e conduz as entrevistas. Esse programa é basicamente focado em entrevistas com pessoas que têm relevância política, social ou sindical, que é o nosso principal objetivo.

Quando faço as pautas, geralmente busco professores da universidade, porque a comunicação é um tema que me interessa muito. Eu entrevisto bastante o Cadré e o Vaz, que estão sempre em parceria comigo nesse programa da tarde. No “Sociedade em Debate”, sou eu e o Vaz os fixos e sempre temos um outro convidado para contribuir com as discussões.

O programa também é muito focado no que aconteceu durante a semana. Às vezes, fazemos uma ou outra entrevista maior, mas o foco principal é sempre a comunicação. De vez em quando, também abordamos algo relacionado à política, que eu acho importante. Atualmente, temos esses dois horários. No momento, ambos os programas estão fora do ar porque estamos de férias e reorganizando os elencos. Devemos voltar com os dois programas por volta de março.

Na minha rotina, sou responsável por fazer a produção, selecionar as pautas e conversar com os parceiros, como o Vaz, que me ajuda a definir as pautas. Também defino os entrevistados e, depois que a pessoa aceita, marcamos a entrevista e a realizamos. Eu tenho uma limitação grande atualmente, pois não consigo mais ler nem escrever, então meu trabalho é totalmente oral, o que encaixa bem no rádio. No programa das 10h30, quem faz a pauta geralmente é o Lair ou o Régis, mas às vezes dou sugestões ou ajudo com os contatos dos entrevistados.

Fora isso, me informo muito, ouvindo rádio e acessando diversos sites de política, principalmente na chamada mídia alternativa, que hoje em dia nem é tão alternativa assim, pois já está bem estabelecida. Gosto muito da figura do Barão de

Itararé⁴⁷, como o Altamiro Borges, que coordena as mídias alternativas ou minoritárias. Ele é uma das pessoas que mais entrevisto, um grande comunicador e organizador, com mais de 11 ou 12 anos de experiência nesse campo.

Meu método de trabalho é basicamente esse, ouvir muito, procurar informação e fazer muitas entrevistas. Eu sempre me envolvo desde o início, já que participei da fundação da rádio, que começou em 2001 e completou 20 anos.

O “Tribuna Sindical” começou na Rádio Universidade (RU), mas, com o aumento dos custos, vimos a oportunidade de criar nossa própria rádio. Todo mundo colaborou, era uma época de crescimento das rádios comunitárias, algo que ficou muito popular no final do século XX, nos anos 90, com as rádios piratas. Juntamos vários sindicatos, como o dos bancários, alimentação, ASUFPeI, ADUFPeI e os metalúrgicos. Não lembro se o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS) estava envolvido no começo, mas os municipais sempre estiveram. Hoje, a rádio é apoiada por cerca de 17 ou 18 sindicatos e outros se agregaram ao longo do tempo.

No início, fazíamos as reuniões nos sindicatos dos bancários, que sempre foram um dos mais fortes e ricos. O sindicato da alimentação também sempre foi muito importante como apoio. Tivemos muitas reuniões cansativas e exaustivas, mas, quando a rádio finalmente começou, todos tomaram conta. O programa dos sindicatos falava muito sobre questões sindicais e aos poucos começamos a trazer o tema de gênero, especialmente nos sindicatos com mais mulheres.

A programação tinha muita música latino-americana e a rádio sempre foi acolhedora e muito envolvida em eventos musicais de grande porte na cidade. Lembro que tivemos um programa sobre free jazz, embora não tenha durado muito e outros programas de música, como festivais no Theatro Guarany.

Teve gente muito importante que passou pela RádioCom e desde o começo já fazíamos coberturas, mesmo com deficiências técnicas. Mas, o mais importante era a postura da rádio, sempre muito aberta e favorável a diversas possibilidades. A rádio foi se moldando e eu nunca me envolvi muito na programação ou na produção, porque eu trabalhava na Universidade Federal. Para mim, a rádio era algo secundário, um

⁴⁷ O Centro de Estudos da Mídia Alternativa “Barão de Itararé” luta pela democratização da comunicação, visando conquistar maior pluralidade e diversidade informativa e cultural no país. Disponível em: <https://baraodeitarare.org.br/>. Acesso em 27 de junho de 2024.

agregado à minha vida. Só depois que me aposentei é que comecei a ocupar mais espaço na programação, especialmente nos dias de semana.

Quando comecei a me interessar mais pela programação, já havia uma atividade grande dos alunos de comunicação, primeiro da Católica e, depois, da Federal. Lembro de várias meninas que se destacaram, como a Mafe, que começou como estagiária e hoje trabalha em uma das grandes mídias alternativas. Depois veio a Helena Oliveira e tantas outras que colaboraram. Poucas trabalhavam com salário, porque a rádio sempre teve poucos recursos. Mesmo agora, esperamos que venha alguma verba de propaganda institucional do governo, mas até agora nada. Continuamos trabalhando com recursos muito pequenos.

Lembro da Lili, que trabalhou muito na rádio e de outras pessoas cujos nomes agora não me vêm à mente. O Dudu Menezes, por exemplo, que agora já é jornalista, também passou por lá. Muita gente que passou pela RádioCom acabou se espalhando pelo Brasil afora. A rádio sempre foi um espaço bem cultivado, oferecendo pequenas oportunidades para quem estava começando a se profissionalizar. É um lugar em que você sempre vê gente chegando e saindo, alguns fazendo programas muito interessantes.

Um dos programas que gosto muito é o “Outras Vozes”, feito pelo Fábio Cóssio, um aluno da comunicação, acho que da Católica. Também tem um professor da Federal que tem um programa sobre a América Latina, que acho bem interessante. A RádioCom foi se formando com essa perspectiva de diversidade de vozes e conteúdo.

Agora estamos começando a entrar em cadeia com algumas emissoras de Porto Alegre e até nacionais, ajustando a programação, dependendo do que eles têm para nos oferecer e nós para eles. A rádio sempre foi comprometida com o mundo do trabalho, com o trabalhador e com um projeto nacional. É uma rádio com um compromisso social, algo que sempre prezamos muito. Temos uma definição ideológica que orienta nosso comportamento, porque entendemos que o outro lado, as grandes empresas, já está bem representado e nutrido. Não precisamos ser porta-voz deles, porque já têm quem fale por eles. Nosso compromisso é com quem não tem suas vozes ouvidas.

Falamos por aqueles que não têm espaço para falar e isso inclui a luta das mulheres, a luta racial e até a luta antimanicomial. Tivemos um programa feito por funcionários que vieram do CAPS, chamado Rádio Tantan, embora eu não saiba se ele ainda está no ar. Era superinteressante, porque abordava questões que não se

falam tanto hoje, como o horror que é o desperdício de dinheiro com instituições que se dizem curativas, mas que, na verdade, não resolvem nada. As pessoas entram, ficam seis meses e saem muitas vezes pior do que entraram. Esses programas abordavam essa realidade e isso mostra o lado social que sempre foi a base da RádioCom.

Não queremos fazer propaganda de refrigerante ou margarina, mesmo que trouxesse um dinheirinho. Nosso foco está em amplificar as vozes de quem não tem suas vozes ouvidas e manter um compromisso com causas sociais.

Essas são coisas que acabamos não falando tanto hoje em dia, porque são assuntos que vão sendo esquecidos, mas são extremamente importantes. A linha básica da rádio sempre foi essa, amplificar as vozes de quem precisa. Nosso compromisso principal é com a questão do trabalho, depois vem a questão de gênero, racial e assim vai, até alcançarmos essas pequenas frestas, como as lutas antimanicomiais. É um assunto delicado, que muitas vezes evitamos falar abertamente, mas a forma como as pessoas em situação de vulnerabilidade, como os dependentes químicos são maltratadas e estigmatizadas é absurda. Essa ideia de que trancá-los em instituições curaria algo é uma falácia.

Além disso, há outras iniciativas importantes, como os mutirões que fazem cozinhas solidárias, comunitárias, que ajudam pessoas que estão em situação de rua. Lembro de uma situação que aconteceu durante a pandemia, quando houve um grande problema de despejo de terrenos. Havia um terreno enorme ao lado de uma prisão e as pessoas que foram despejadas construíram barracos ali, aproveitando a parede do presídio. O terreno pertencia a uma viúva rica que, eventualmente, pediu a reintegração de posse e o juiz concedeu. O mais chocante é que essa senhora estava devendo uma quantia absurda de IPTU.

Na época, o advogado dessas pessoas tentou negociar com a prefeitura para encontrar uma solução, talvez um financiamento para a construção de casas a baixo custo, já que a dona do terreno estava em dívida. Mas não houve negociação possível. A rádio participou ativamente, com várias jornadas na ocupação, dando espaço ao advogado e à comunidade afetada. Fizemos programas, atualidades de manhã e foi impressionante perceber como ninguém mais estava falando sobre isso em Pelotas, só a RádioCom.

Essas são as situações que mostram a importância de mantermos esse compromisso de falar por quem não tem espaço, de usar o rádio como um instrumento

de luta social. Mesmo quando não conseguimos grandes resultados imediatos, é importante manter essas pautas vivas e continuar dando visibilidade a esses problemas que, de outra forma, seriam silenciados.

Infelizmente, muitas vezes, a gente acaba achando que essas iniciativas não vão ter grande sucesso, como no caso da senhora rica com várias propriedades, devendo horrores de IPTU, mas que ainda assim conseguiu a reintegração de posse. Isso só nos mostra o quanto o mundo está mal dividido.

Durante a pandemia, toda a programação da rádio foi feita online. Eu me adaptei muito bem, porque tinha um operador que fazia o trabalho técnico e nós realizávamos a programação pela internet e pelo celular. Um dos focos da rádio durante esse período foi apoiar as campanhas das cozinhas solidárias, que surgiram como resposta à falta de recursos para muitas famílias. Ficou muito evidente, na pandemia, como a escola faz falta, não só pela educação, mas pela alimentação que oferece. Muitas crianças que frequentavam a escola perto da minha casa ficaram sem essa assistência. O município demorou um tempo para organizar uma solução e quando conseguiu, passou a oferecer pequenos pacotes de alimentos, duas vezes por semana, para as mães buscarem.

Enquanto isso, as cozinhas solidárias, organizadas principalmente pelos sindicatos, se mobilizaram para ajudar. Era o velho sistema dos pobres ajudando os pobres. As pessoas que trabalhavam nas cozinhas faziam comida, devidamente equipadas com máscaras e seguindo as medidas de segurança para evitar aglomerações. Essa comida era distribuída para um determinado número de pessoas necessitadas. A rádio teve um papel importante na divulgação desse trabalho e nas campanhas pró-vacina.

Durante a pandemia, surgiu uma verdadeira rede de desinformação, espalhando fantasias e mentiras sobre as vacinas. A rádio trabalhou ativamente para combater esses mitos, especialmente aquele que dizia que as vacinas do calendário oficial das crianças estavam, na verdade, inoculando doenças. Era uma distorção grotesca da função da vacina, mas foi espalhada como verdade por muita gente. Enfrentamos esse "ataque dos monstros", como chamo, porque é incrível como as pessoas usam os medos para provocar alucinações, fobias e desinformação.

Tudo isso foi muito programado e organizado, não foi algo espontâneo. A desinformação foi planejada com interesses evidentes e durante a pandemia, tivemos que lidar com isso constantemente.

Eu, particularmente, nunca tive dificuldades para entrar no rádio. Inclusive, fui convidada quando comecei e nunca me passou pela cabeça ocupar um cargo de direção ou algo assim. Nem teria aceitado, porque já não tenho mais o gás para isso. Também nunca houve a menor possibilidade de me chamarem para uma participação mais efetiva nesse sentido e eu nunca impus muito a minha presença. Quando escrevia, falava muito sobre isso, mas acredito que o rádio ainda é um espaço que precisa ser conquistado. Participei de muitas reuniões no início e depois que a rádio foi estruturada, com uma diretoria estabelecida, meu envolvimento diminuiu. Sempre que me chamavam, eu ia e depois que me aposentei, continuei participando quando era convidada.

Hoje em dia, não faço parte do conselho diretor, mas eles conversam muito comigo, então me sinto bem inserida na trama da RádioCom. Nunca fiz questão de centrar minhas pautas na questão de gênero, até porque sempre achei que esse tema era bem abordado pelas meninas da rádio. Eu, pessoalmente, nunca criei um programa especial sobre isso, até porque minha preferência sempre foi pela formação em política.

Para mim, o mais importante na rádio é o envolvimento dela com o entorno em que está inserida. Na década de 90, o grande impulso das rádios comunitárias foi justamente esse, trabalhar com as comunidades ao redor. Um dos parâmetros mais famosos era a Rádio Favela, de Belo Horizonte e a FM Rebeldia, da favela da Rocinha. A nossa rádio, no entanto, tinha uma característica diferente. Ela nasceu do envolvimento com os sindicatos, então abarcava muitas periferias e lugares distintos dentro de Pelotas, mas o tema que sempre nos uniu foi o trabalho.

A RádioCom se destacou por essa ligação com o mundo do trabalho. Em outros lugares, como em Santos, havia rádios muito famosas, como a Rádio Pinel, que funcionava dentro de um hospital psiquiátrico e servia como terapia para os pacientes. Em Pelotas, tivemos um programa inspirado nessa ideia, que também funcionava com um propósito terapêutico. Esse compromisso com temas sociais sempre foi uma das marcas da RádioCom e é isso que a torna tão única no cenário das rádios comunitárias.

É aquilo que eu te disse no início, a rádio, apesar de todas as modernizações e avanços tecnológicos, continua mostrando que vai seguir em frente. Ela se adapta, assimila essas novas tecnologias e possibilidades, transformando tudo isso no produto que conhecemos como rádio. A única diferença que temos hoje, por exemplo,

é que agora temos ouvintes em lugares distantes. Temos uma ouvinte que mora na Alemanha, mas que morou muito tempo aqui em Pelotas e de lá ela nos ouve. Também havia uma enfermeira da Ilha da Madeira que, de vez em quando, nos mandava e-mails.

O que continua sendo essencial na rádio, no entanto, é a voz. É a voz que dá o aconchego, que faz a pessoa se sentir acompanhada. A rádio vai sempre precisar dessa presença humana, dessa voz que conecta as pessoas. Podemos usar muitos novos recursos de gravações e tudo mais que a tecnologia oferece, mas ainda será necessário alguém para fazer a ligação entre uma coisa e outra. Além disso, agora temos os podcasts, que são programas especiais e trazem muitas novas possibilidades.

Eu vejo que as possibilidades são imensas, principalmente com essa redução das distâncias. Um dos fatores mais significativos da rádio sempre foi a capacidade de atrair gente jovem ao seu redor e isso foi muito importante, tanto para a rádio quanto para os próprios jovens. Para nós, foi edificante e para eles, foi uma oportunidade de estágio, um primeiro contato com um veículo de comunicação. Esse envolvimento sempre fez parte da essência da RádioCom e contribuiu para sua continuidade e relevância ao longo do tempo.

Não foi só uma referência de continuidade para mim, mas algo muito importante para a minha formação pessoal. A rádio foi um ponto de convergência e troca que foi fundamental para a minha vida profissional. Na Rádio Federal, apesar de todo o meu amor e encanto, eu me sentia limitada pelas circunstâncias. Sempre havia controle, bem definido e marcado e, aos poucos, a gente vai criando barreiras internas porque sabe que certas coisas não vão ser aceitas. Fui repreendida algumas vezes e não tinha o espaço de criação que passei a ter na RádioCom, em que existe um espaço de liberdade dentro dos compromissos ideológicos da rádio.

2.6.2 Decodificando vozes: análise da narrativa de Vera Lopes

A fala de Vera Lopes oferece uma análise rica e profunda das questões de gênero, especialmente no contexto da rádio, além do espaço público em geral. Ao refletir sobre sua trajetória pessoal e profissional, Vera pondera sobre as barreiras que as mulheres enfrentam para conquistar espaços tradicionalmente dominados por

homens, e suas palavras revelam um entendimento das desigualdades que ainda persistem.

Contudo, é importante destacar que a narrativa de Vera é diferente das narrativas das outras entrevistadas. Para Vera, a experiência na rádio é uma escolha pessoal, sustentada por sua condição financeira estável como servidora pública aposentada. Com uma renda garantida, ela atua voluntariamente e tem o reconhecimento e a liberdade de enriquecer a programação sem competir por salário ou espaço. Essa perspectiva permite-lhe afirmar que a rádio tem poucos recursos, justificando a falta de remuneração para outros colaboradores. No entanto, essa visão não reflete a realidade dos profissionais que dependem financeiramente do trabalho na rádio. Eles enfrentam o desafio de contribuir em um ambiente onde o voluntariado se estende por longos períodos, e os recursos são escassos, tornando difícil a sustentabilidade de suas atividades profissionais.

Vera identifica que o mundo, e em particular o espaço público, foram historicamente construídos para os homens. Ela ressalta que, embora as mulheres tenham avançado, essa estrutura patriarcal continua vigente. Vera menciona que as mulheres ainda são vistas como "intrusas" em espaços que não foram projetados para elas. Essa percepção reflete a exclusão histórica das mulheres de espaços públicos e de poder, um ponto que se repete em sua análise da rádio, em que as vozes masculinas dominam a programação, enquanto as femininas permanecem secundárias ou pontuais. Ela percebe que o comando é, em sua maioria, masculino e que essa estrutura está profundamente internalizada na sociedade, especialmente no rádio. Mesmo nos espaços em que as mulheres estão presentes, como na locução, os homens continuam dominando a programação e as decisões de direção. Esse padrão reflete uma exclusão histórica, como descrito por Margareth Rago:

O espaço público moderno foi definido como esfera essencialmente masculina, do qual as mulheres participavam apenas como coadjuvantes, na condição de auxiliares, assistentes, enfermeiras, secretárias, ou seja, desempenhando as funções consideradas menos importantes nos campos produtivos que lhes eram abertos. As autoridades e os homens de ciência do período consideravam a participação das mulheres na vida pública incompatível com a sua constituição biológica. (MARGARETH RAGO, 1997, p.603)

A ausência de obstáculos para Vera ingressar no rádio, contrastada com a falta de oportunidades para ocupar posições de liderança, evidencia uma dinâmica comum em que as mulheres são aceitas até certo ponto, mas continuam sendo excluídas dos

espaços de poder decisório. Essa situação reflete a "divisão sexual do trabalho", em que as mulheres podem participar, mas raramente são autorizadas a liderar ou influenciar as estruturas institucionais. Embora presentes, suas contribuições são subvalorizadas, e elas enfrentam barreiras invisíveis que limitam seu crescimento e ascensão dentro das organizações.

Esses lugares ocupados preferencialmente por mulheres, além de via de regra apresentarem maior precariedade e menor cobertura social, também são aqueles de menor prestígio e valoração social, fatores estes que em parte explicam a menor média salarial alcançada pelo grupo das mulheres. A metáfora do "piso pegajoso" refere justamente a dificuldade que as mulheres concentradas nestes setores e empregos menos valorizados economicamente encontram para alterar a sua situação. Já os homens concentram-se preferencialmente nos setores primário e secundário, onde além de receberem salários que em média são mais elevados, também desfrutam de melhores condições de trabalho, no sentido de seguridade social. O fenômeno que ficou conhecido pela metáfora do "teto de vidro" (glass ceiling) alude justamente a essa situação: às barreiras invisíveis que impedem as mulheres de ascender aos níveis hierárquicos mais elevados. [...] O indicador mais evidente da existência de algum tipo de barreiras à ascensão profissional das mulheres é a sub-representação feminina nos altos postos de comando das carreiras executivas, acadêmicas, políticas, militares, etc. Outra forma de interpretar o mesmo fenômeno é supor que há desigualdade no retorno do investimento que as mulheres fizeram em educação e em formação profissional, quando comparado ao retorno do investimento feito pelos homens. O teto de vidro é também um fator determinante para que os salários de homens e mulheres permaneçam em patamares distintos. (BRENA FERNANDEZ, 2019, p.89)

Vera também aborda a questão do assédio e da violência de gênero com uma visão sobre a brutalidade com que as mulheres são tratadas em espaços públicos. Ao afirmar que a arma que os homens têm é a força bruta, o assédio e o estupro, Vera reconhece que a resistência masculina às mudanças que favorecem a igualdade de gênero muitas vezes resulta em violência física e emocional. A referência ao assédio sexual e à violência contra mulheres que enfrentam o transporte público, por exemplo, destaca a vulnerabilidade feminina nesses espaços.

Além disso, Vera toca na questão do machismo estrutural ao descrever como as mulheres são bloqueadas em sua progressão profissional. Ela menciona que, embora as mulheres sejam maioria nas universidades e tenham destaque em várias profissões, quando chegam aos níveis mais altos de poder, são barradas. Essa crítica à "barreira invisível" que impede o avanço feminino é uma forma de apontar para o

chamado "teto de vidro", uma metáfora amplamente utilizada no feminismo para descrever a limitação sutil, mas real, que impede as mulheres de alcançarem cargos de poder.

Ao mencionar as raras locutoras em programas de esporte, Vera destaca a resistência das mulheres em assumir papéis tradicionalmente masculinos, o que reflete não apenas o hábito cultural de se ouvir a "voz de comando" masculina, mas também a falta de incentivo para que as mulheres ocupem esses espaços.

Apesar de identificar essas barreiras, Vera também reconhece o avanço que as mulheres conquistaram, especialmente no rádio comunitário, em que a diversidade de vozes e o compromisso com causas sociais como o feminismo e a luta antirracista são mais evidentes. Ela se mostra consciente de que, para superar essas barreiras, as mulheres precisam "bater o pé" e exigir participação ativa na criação e no controle das narrativas. Sua própria trajetória de fundadora da RádioCom e o respeito decorrente de seu papel entre as radialistas mais jovens é um exemplo dessa resistência.

A fala de Vera sobre a importância de amplificar as vozes das mulheres no rádio e em outros meios de comunicação destaca a urgência de se reconfigurar essas estruturas para refletir a diversidade de experiências. Ela reconhece que a tradição favorece os homens e, por isso, é necessário que as mulheres se imponham para conseguir participação igualitária.

Vera enfatiza o papel das rádios comunitárias como ferramentas de luta e transformação social, especialmente ao dar espaço àqueles que não têm espaço nos meios de comunicação tradicionais. A RádioCom, com seu compromisso ideológico, não se alinha aos interesses das grandes empresas e prefere dar visibilidade a questões como a luta das mulheres, racial e antimanicomial. Vera ressalta que a rádio foi fundada com um compromisso social e essa postura foi mantida ao longo do tempo.

A fala de Vera evidencia a importância das rádios comunitárias em criar um espaço de diálogo para grupos marginalizados, como mulheres e pessoas racializadas, e em promover discussões sobre temas como trabalho, saúde mental e direitos sociais. Esse enfoque destaca o papel das mídias alternativas na construção de uma sociedade mais inclusiva e plural.

Vera também toca na questão da democratização da comunicação ao mencionar como as vozes que dominam o rádio, especialmente nos espaços de poder e decisão, continuam sendo masculinas. Esse fato reflete uma questão mais ampla,

que é a concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos e a dificuldade de se alcançar uma verdadeira diversidade de vozes e narrativas no setor.

Ela faz uma crítica ao monopólio midiático, apontando que as grandes empresas de comunicação já estão “muito bem nutridas” e que não precisam de mais porta-vozes. O papel da RádioCom e de outras rádios comunitárias é ser um canal para as vozes excluídas dessa estrutura dominante. Esse ponto reforça a necessidade de se discutir o acesso equitativo de gênero aos meios de comunicação, a diversidade de conteúdo e o papel da mídia na perpetuação de desigualdades.

Vera demonstra uma compreensão de como a tecnologia tem transformado o rádio, trazendo novas possibilidades, mas também desafios. Ela destaca como a rádio se adaptou ao avanço tecnológico, especialmente ao migrar para plataformas digitais e se expandir para além das fronteiras geográficas tradicionais. O exemplo de ouvintes na Alemanha e na Ilha da Madeira ilustra como a tecnologia pode encurtar distâncias e ampliar o alcance da rádio.

No entanto, Vera faz questão de ressaltar que, apesar dessas inovações, o elemento essencial do rádio continua sendo a “voz”, a conexão humana que o rádio proporciona. A tecnologia pode fornecer novas ferramentas e formatos, como podcasts, mas a relação direta entre o locutor e o ouvinte, mediada pela voz, ainda é a essência do meio.

Outro ponto importante na fala de Vera é sua própria presença ativa aos 80 anos, o que traz à tona a questão da resistência ao envelhecimento no ambiente de trabalho e na sociedade em geral. Ela se coloca como uma mulher idosa que continua a contribuir para o debate público, algo que desafia a ideia de que a idade limita a capacidade de engajamento produtivo e criativo. Essa questão também remete ao conceito de interseccionalidade discutido por diversos autores, que ressaltam como outras determinantes, como a idade, influenciam a posição social dos indivíduos. Embora o foco do artigo de Flávia Biroli & Miguel (2015) seja a análise interseccional de gênero, classe e raça, e os autores afirmem que “as assimetrias que se definem no entrecruzamento e constituição recíproca desses três eixos são incontornáveis para a análise das desigualdades nas sociedades contemporâneas”, eles também ressaltam que outras variáveis, como o etarismo, não devem ser negligenciadas.

Outras determinantes, como geração, sexualidade, etnia, localização no globo (ou mesmo a região em um país determinado) ou algum tipo de deficiência física, são também importantes na construção da

posição social dos diferentes grupos de pessoas, contribuindo para produzir as suas alternativas e os obstáculos que se colocam para sua participação na sociedade (FLÁVIA BIROLI & MIGUEL, 2015, p.29).

O etarismo, sendo uma dessas formas de discriminação, limita o acesso de pessoas idosas, especialmente mulheres, a espaços de decisão e reconhecimento. Vera representa a resistência contra a invisibilidade social que muitas vezes recai sobre as mulheres mais velhas. Sua experiência e atuação contínua na RádioCom, após a sua aposentadoria da Rádio Federal FM, exemplificam como o envelhecimento pode ser ativo e produtivo, desafiando estereótipos sobre o papel das idosas na sociedade.

Vera destaca, em diversos momentos, o papel da educação como ferramenta de transformação social. Sua experiência na Rádio Federal, na qual conheceu e aprendeu com professores e pesquisadores de diversas áreas, como Medicina Social e Biotecnologia, sublinha a importância do diálogo interdisciplinar e do conhecimento coletivo. Ela menciona como se sentia como uma “eterna estagiária”, sempre aprendendo, o que reforça a ideia de que a educação não se limita a um espaço formal, mas está presente em interações diárias e no contínuo processo de aprendizado que o trabalho em rádio proporcionou. Essa valorização da educação e do conhecimento compartilhado é outro aspecto importante de sua fala.

Durante a pandemia, Vera enfatiza a importância das ações de solidariedade, como as cozinhas comunitárias organizadas pelos sindicatos, que exemplificam o conceito de “pobres ajudando pobres”. Essa rede de apoio solidário entre trabalhadores, algo que foi fundamental durante a crise sanitária, é um reflexo da atuação comunitária da RádioCom, que sempre esteve voltada para a promoção de justiça social e apoio aos mais vulneráveis.

Vera valoriza esse trabalho de base e o papel da rádio em divulgar essas iniciativas, mostrando que a comunicação também pode ser uma ferramenta de mobilização e engajamento social. Essa solidariedade entre classes populares é uma característica forte da atuação das rádios comunitárias.

É importante lembrar que, durante a pandemia de COVID-19, o governo de Jair Bolsonaro adotou uma postura que intensificou a crise sanitária no Brasil, caracterizada pela disseminação de informações falsas, a negação da ciência e uma abordagem desdenhosa diante das mortes, o que muitos consideraram um contexto de genocídio, especialmente em relação às populações mais vulneráveis. Em vez de

apoiar medidas de contenção da pandemia, Bolsonaro frequentemente ridicularizava o uso de máscaras, desestimulava o distanciamento social e promovia medicamentos sem eficácia comprovada, minando o trabalho de especialistas e desacreditando as recomendações de saúde pública. Esse cenário de descaso e desinformação levou a uma perda de confiança nas instituições científicas e aumentou a circulação de desinformação, com impacto direto na taxa de mortalidade e na vulnerabilidade social.

Vera também reconhece que a luta por igualdade não se limita ao rádio. Ela discute a falta de mulheres em posições de poder, não apenas na comunicação, mas também em áreas como a magistratura. A menção de que, mesmo quando mulheres chegam à posição de juízas de primeiro grau, suas decisões são revisadas por homens nos graus superiores, aponta para a permanência de uma hierarquia patriarcal que afeta não só a mídia, mas também o sistema judiciário e outras instituições.

A construção social de gênero e sua conexão com o poder demonstram que as normas atribuídas ao que é "masculino" e "feminino" são convenções sociais, e não categorias naturais ou neutras. Essas convenções estão profundamente vinculadas às relações de poder, e ao associar certos traços e comportamentos a homens e mulheres, a sociedade perpetua hierarquias e desigualdades. Essas normas acabam estabelecendo uma estrutura que define não apenas o que é esperado de cada gênero, mas também suas posições e oportunidades na sociedade. Ao naturalizar essas expectativas, as relações de poder são mantidas, reforçando o controle social sobre os papéis de gênero e legitimando a desigualdade. Marcia Veiga da Silva (2014, p.480) reforça essa ideia ao afirmar que “as convenções sociais sobre o masculino e o feminino são produzidas, associadas a distintas formas de relações de poder e os modos como estas convenções produzem hierarquias e desigualdades”.

A fala de Vera Lopes oferece uma análise rica e multifacetada sobre as interseções entre gênero, poder, comunicação e resistência social. A partir de sua experiência, ela ilumina a relevância das rádios comunitárias como espaços de inclusão, transformação e resistência, destacando a luta contínua pela democratização dos meios de comunicação. Vera não apenas reflete sobre o impacto das tecnologias no rádio, mas também ressalta a importância da solidariedade e da educação como ferramentas para enfrentar as desigualdades.

Contudo, a fala de Vera reflete uma compreensão das limitações financeiras da RádioCom, mas acaba suavizando a importância da remuneração para quem

trabalha lá, especialmente para as mulheres que contribuíram tanto. Ao justificar a falta de pagamento com a escassez de recursos, a situação é naturalizada, sem que se questione alternativas para garantir um mínimo de valorização e apoio financeiro. Essa postura, mesmo sem intenção, pode perpetuar a ideia de que trabalhar voluntariamente é suficiente, o que talvez limite o debate sobre a importância de compensar adequadamente o trabalho realizado na rádio.

Sua trajetória pessoal desafia noções convencionais de envelhecimento e reforça a importância do papel das mulheres idosas no trabalho e na sociedade. Ao desafiar as limitações impostas pelo patriarcado, Vera oferece um testemunho poderoso de como as mulheres têm encontrado formas de resistir e transformar espaços historicamente excludentes, evidenciando que, embora o caminho ainda seja longo, essas transformações são urgentes e possíveis.

Além de abordar questões cruciais como gênero, assédio, discriminação e divisão sexual do trabalho, Vera também traz à tona o papel das rádios comunitárias como instrumentos de resistência social e a importância de promover uma comunicação mais plural e acessível. Sua fala reafirma a necessidade de repensar as estruturas de poder, não apenas dentro dos meios de comunicação, mas também na sociedade como um todo.

2.7 Clarissa Henning - "Você tem que fazer marcações de poder, mesmo sem querer, para ser respeitada."

Clarissa Corrêa Henning, nascida em 4 de setembro de 1979, é natural de Pelotas e jornalista por formação. Solteira, é filha de Fernando Henning, juiz falecido em 2020 devido à Covid-19 e de Rosa Maria Correa Henning, professora aposentada da rede estadual. Desde sempre, Clarissa demonstrou uma paixão pela leitura e escrita, iniciando sua trajetória acadêmica em Ciências Sociais, com foco em Sociologia Política, e posteriormente em Direito, antes de se encontrar no Jornalismo.

A entrevista com Clarissa aconteceu na nova sala de redação da RádioCom, no dia 23 de janeiro, em um dia particularmente quente. A conversa durou cerca de duas horas, regada a café, o que deu à entrevista aquele sabor típico de redação jornalística. Pela primeira vez, enfrentei problemas com a gravação, devido à proximidade com o ar-condicionado da sala, que interferiu no som em alguns momentos.

Em sua primeira passagem pela emissora, Clarissa entrou na RádioCom já formada e contratada como CLT, mas recebia como radialista, não como jornalista. Na segunda passagem, foi chamada para um projeto com outro veículo de comunicação e recebia R\$ 700,00 via PIX. Atualmente, Clarissa é coordenadora de jornalismo da RádioCom, foi selecionada para o cargo via edital e recebe o piso de jornalista.

Durante a entrevista, Clarissa compartilhou suas experiências e reflexões sobre a precarização⁴⁸ do trabalho na comunicação, o feminismo e a falta de estabilidade financeira na profissão. A nova sala, com a movimentação constante e o fluxo de ideias, parecia o lugar ideal para uma discussão rica e reflexiva. A entrevista trouxe à tona os desafios e as conquistas de uma mulher que, como tantas outras, navega em um ambiente tradicionalmente masculino, buscando espaço e voz.

2.7.1 Clarissa Henning e sua narrativa

Meu nome é Clarissa Corrêa Henning, nascida em 4 de setembro de 1979, jornalista, natural de Pelotas e solteira. Meu pai, Fernando Henning, era juiz e minha mãe, Rosa Maria Correa Henning, é professora aposentada da rede estadual. Meu pai faleceu em 2020, no ano das vacinas. Ele tomou a primeira dose, mas quando foi tomar a segunda, acabou pegando Covid-19 e não resistiu. Sempre gostei muito de ler e escrever. A primeira faculdade que fiz foi Ciências Sociais, com foco em Sociologia Política, em Porto Alegre. Depois, fiz Direito. Quando voltei para Pelotas, entrei no curso de Direito aqui, mas não gostei e acabei indo para o Jornalismo. Ainda faria Direito de novo, mas agora não sei se teria tempo ou disposição.

Para mim, estudar sempre foi muito importante. Mas, como em todo lugar, a academia tem seus grilhões. A diferença entre o mestrado e o doutorado foi grande. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, era o centro do país e meu orientador era fenomenal. Quando passei para o doutorado na Unisinos, uma professora me disse que eu era "foucaultiana", algo que me pareceu estranho, pois era ligado a autores que não combinavam muito com a minha visão. Além disso, percebi que não tinha

⁴⁸ A precarização pode ser definida de maneira descritiva tanto em relação às novas formas de emprego, designadas como atípicas, quanto em relação às condições de trabalho em função do enfraquecimento ou perda de direitos sociais, sindicais, de prevenção e de reparação dos riscos. Inclui o trabalho a domicílio, a terceirização, o trabalho em tempo parcial, o trabalho informal, os contratos temporários, o trabalho sazonal, mas também designa aqueles nos quais a organização é rígida e é intenso o sofrimento físico e mental. (BRITO, 2000, p. 201).

entrado com bolsa. Acabei me matriculando, consegui uma bolsa depois, mudei de orientador, mas me decepcionei com a academia, principalmente porque me forçaram a fazer várias coisas para manter a pontuação no MEC.

Na epígrafe da minha dissertação, cito uma frase de Nietzsche: “Eu nada amo mais profundamente do que a vida e ainda mais quando a detesto. Se me inclino para a sabedoria e amiúdo com excesso, é porque me lembra bastante a vida”. Para mim, essa citação reflete muito do que acredito sobre o jornalismo. No jornalismo, você não está “pintado com as cores do mundo”, mas está respingado com elas e as transforma para que a comunicação seja ampliada.

Não gosto dessa ideia de “dar voz”. Na verdade, a voz todo mundo tem. O que o jornalismo faz é ampliar essa voz. E é isso que eu sempre quis, trabalhar para essa ampliação, mas não apenas no sentido de dar espaço e sim de aprender com essa ampliação. Tanto no jornalismo quanto na academia, o que marca a qualidade é a escuta. Não é o conceito que você cria, o artigo de opinião que você escreve ou a política que você defende. A escuta é o que define. Você está ali falando sobre algo que, muitas vezes, você não viveu, como estar numa fila do SUS, por exemplo. Essa experiência não é sua, então você precisa escutar para entender de verdade. Esse pensamento mais voltado para a gestão é algo que me atrai e foi com essa carga que voltei para a RádioCom.

Eu trabalhei como redatora para uma iniciativa de cursos online. Esses cursos eram sobre feminismo, pós-estruturalismo e relações internacionais. Eu fazia as entrevistas com os pesquisadores dessas áreas, depois fazia a gravação e melhorava o copywriting⁴⁹, além de escrever newsletters. Fiz bastante coisa, mas eram trabalhos pequenos.

Eu cheguei a pensar em fazer um site voltado para o jornalismo científico, uma área que gosto muito. Até entrei na incubadora da Federal com essa proposta. Mas acabei não levando adiante, porque fazer algo sozinha é muito difícil. É muito trabalho para ver o negócio funcionar. Apesar disso, gostei muito do processo, porque tive que pensar em tudo, planejamento, mídias sociais, financiamento, sustentabilidade. Foi

⁴⁹ Copywriting é a arte e ciência de escrever textos persuasivos com o objetivo de atrair, envolver e convencer um público-alvo específico a tomar uma determinada ação, como comprar um produto, aderir a um serviço ou adotar uma ideia. Disponível em: <https://exame.com/carreira/quia-de-carreira/o-que-faz-um-copywriter-tudo-sobre-a-area/>. Acesso em: 27 de junho de 2024.

uma maneira de aplicar o que eu havia pesquisado no doutorado, que tratava justamente da sustentabilidade no jornalismo.

Meu primeiro emprego foi na RádioCom, logo depois de me formar na Feevale. Nasci em Pelotas, então voltei para cá em 2009. Trabalhei na RádioCom por cerca de dez meses, até engravidar e, pouco depois, me mudar para o Rio de Janeiro, quando meu marido da época passou para o doutorado na UERJ. O Jonas, nosso filho, tinha apenas 45 dias quando nos mudamos. Fiz meu mestrado lá com bolsa. Na RádioCom, eu era muito verde, acostumada com roteiros organizados, certinhos. Mas eu adorava o trabalho. Hoje em dia, já vejo as coisas de forma diferente, menos perfeccionista. Mas foi uma experiência que me marcou profundamente.

Na primeira vez que trabalhei na RádioCom, eu era contratada como CLT, mas ganhava como radialista, não como jornalista, mesmo já sendo formada. Diferente das gurias, eu não fui estagiária na rádio, já entrei como empregada, já formada.

Em 2020, me ligaram da RádioCom para participar de um projeto com a RED⁵⁰, uma TV online. Era um programa em conjunto que era transmitido nos dois veículos. O formato inicial era para rádio, mas com a pandemia, tudo mudou e o projeto acabou ficando mais televisivo. Eu fazia o trabalho de casa e o restante da equipe, as produtoras, o operador, o apresentador e dois diretores, estavam todos em Porto Alegre. O rádio foi descaracterizado porque embarcou muito nessa coisa visual, então eu estava basicamente fazendo um programa de TV, mas transmitido pela FM também. Achei muito estranho, porque eu sempre achei que o encanto do rádio era justamente a falta dessa necessidade de disciplinar tanto o corpo, como é preciso na TV. No rádio, não tem essa de olhar para a câmera o tempo todo. Quando eu olhava para a câmera, eu sentia que perdia o contato com a pessoa que estava entrevistando. Isso tirava o sentido de tudo para mim.

Acabei saindo do projeto por causa de uma discussão com o diretor da RED. Ele queria chamar uma empresa patrocinadora para um debate e eu disse que aquilo não era jornalismo. Não dá para chamar de jornalismo algo que é basicamente uma propaganda disfarçada. Eu sugeri que, se fosse assim, deveríamos chamar as mantenedoras da RádioCom também. A discussão escalou e ele se tornou extremamente arrogante e machista. Ele veio com aquele papo: "Está naqueles

⁵⁰ RED – Rede Estação Democracia - é um veículo de comunicação do Comitê em Defesa da Democracia e do Estado Democrático de Direito, entidade sem fins lucrativos, plural e suprapartidária. Disponível em: <https://red.org.br/>. Acesso em: 27 de junho de 2024.

dias?", "Está nervosinha?". Foi a única vez que discuti com alguém que estava acima de mim. Ainda bem que foi online, mas foi uma situação muito desconfortável. Isso tudo não aconteceu do nada, veio de uma série de pequenas atitudes complicadas ao longo do tempo. Eu não conseguia mais trabalhar com ele, não confiava nele. Além disso, meu chefe aqui na RádioCom não participava das reuniões e, mesmo assim, o diretor da RED não admitia que eu tivesse poder de decisão. Foi uma falta de respeito constante e eu cheguei ao meu limite. Decidi que não ouviria mais desaforo. Eu sempre gostei da RádioCom porque, apesar de todos os defeitos, ninguém nunca me tratou daquela maneira lá.

Nessa segunda vez, que foi há uns três anos, eu ganhava R\$ 700 para fazer um programa diário de uma hora e meia. A gente fazia o roteiro, mas o combinado era que a produtora fizesse isso. Ela era excelente, mas realmente não era boa com roteiros. Acabei ficando com essa parte também. Produção é uma desgraça, eu faço porque sou obrigada, mas não gosto. E isso me tirava tempo para estudar as pautas com mais qualidade. Na época, eu tinha mais tempo para estudar, embora não fosse pago. Fazíamos o programa de segunda a sexta e o roteiro ficava um dia comigo e outro com o âncora.

Naquela época, eu recebia por PIX, sem contrato formal, nem como MEI. Quando saí da rádio, pensei em pedir um certificado para comprovar que tinha trabalhado essas horas, porque queria me candidatar a uma seleção em outro lugar. Mas não consegui o certificado. Se eu tivesse insistido, talvez até conseguisse, acho que foi mais por desorganização da rádio do que por má vontade. Acabei ficando um bom tempo na rádio, fazendo um programa diário, sem registro nenhum. Agora, com o edital recente, tudo foi feito certinho e eu entrei com o salário de jornalista.

Depois dessa experiência, fiquei um ano estudando para concursos. Quando a RádioCom abriu um edital para contratação, eu fiquei dividida. A RádioCom sempre foi importante para mim. Eu escolhi ser jornalista porque sempre quis trabalhar com algo que fizesse a diferença, não por motivos partidários, mas porque sou uma mulher de centro-esquerda e a política sempre foi importante para mim. Então, quando me ligaram para avisar do edital, pensei muito, mas no fim decidi participar. Para mim, o jornalismo é uma relação de amor e ódio. Eu amo o que faço, mas também sei que ele é um amor ingrato. O trabalho é mal pago e nós, mulheres, enfrentamos muitos desafios nesses espaços. Mas eu não sou jornalista por acaso. Eu escolhi isso porque acredito e a RádioCom me atrai exatamente por isso. Aqui, posso falar coisas que

talvez não pudesse em outros lugares, apesar das limitações que existem. No final das contas, a honestidade da RádioCom sobre sua posição política é algo que respeito profundamente. Mesmo com todos os desafios, foi aqui que escolhi estar.

O edital da RádioCom pedia que eu tivesse formação em jornalismo e que trabalhasse seis horas por dia. A principal responsabilidade era a produção do programa "Contraponto", o programa jornalístico editorial da rádio. Mas o edital não pedia para fazer um planejamento estratégico para a rádio como um todo. Mesmo assim, eu fiz. Eu já tinha um planejamento anterior, então foi uma questão de revisar e atualizar as ideias, dar uma olhada em novidades que poderiam chamar atenção. Na entrevista, apresentei esse documento para eles. Além disso, era necessário fazer um programa gravado de até 15 minutos sobre uma pauta determinada. No meu caso, o tema foi a mudança no número de cadeiras de vereadores. Consegui entrevistar o Jurandir Silva e o Marcus Cunha. Quem passava na seleção do programa, ia para a entrevista e tinha que responder perguntas sobre dedicação, interesse, entre outras coisas.

Eu acho que houve uma evolução notável na RádioCom. Se me contassem antes, eu não acreditaria, mas a rádio amadureceu, é de tirar o chapéu. Está muito mais organizada. Sempre foi uma bagunça e embora ainda não seja o ideal, hoje as coisas são muito mais estruturadas. Mesmo assim, acredito que a parte jornalística poderia estar mais próxima da coordenação da rádio. Por exemplo, nós não participamos das reuniões dos coordenadores. Acho que, pelo menos uma vez por mês, seria necessário participar, porque existem demandas e expectativas que eles têm em relação à rádio. Meu cargo é de coordenadora de jornalismo, mas eu não tenho abertura para discutir com os outros coordenadores sobre as questões da rádio. Eu sou empregada, não gestora. Entendo que há coisas que eles falam que eu não preciso saber, mas o alinhamento entre o que os coordenadores esperam do jornalismo e o que o jornalismo pode entregar acaba ficando só comigo. Eu posso falar com eles, mas no dia a dia não há tempo para ficar perguntando sobre tudo. Eu sinto falta dessa integração maior na condução do jornalismo.

A partir do edital, foram colocados critérios que não valem só para a vaga de jornalista, mas também para os estagiários. Agora, não temos mais estagiários voluntários, todos eles são remunerados. Atualmente, são três estagiários, antes eram quatro, mas uma menina saiu. Fizemos um acordo com a coordenação para dobrar a carga horária de um deles, então ele vem todos os dias e é um estagiário excelente.

São todos homens e na última seleção não teve nenhuma candidata mulher. Eu sinto falta disso e não só por uma questão de identidade, mas também pela diversidade de vozes. Faz falta, só tem a minha.

No final do ano passado, uma menina já formada me procurou, pedindo para trabalhar como voluntária. Eu disse que iria estudar essa possibilidade, porque hoje em dia o voluntariado traz várias questões trabalhistas que precisamos considerar com cuidado. Mesmo assim, eu tenho muita vontade de trazê-la para a rádio. Se isso acontecer, seria a primeira vez depois de muito tempo que teríamos alguém nessa condição. O problema é que temos limitações de espaço e equipamentos. Não temos muitos computadores disponíveis, o que é uma pena, pois isso nos impede de ter mais estagiários por aqui.

Agora, estamos nos organizando para fazer a produção do programa diretamente da rua. A ideia é que eu e o Régis façamos o programa “ao vivo” do calçadão. Temos algumas limitações, mas precisamos nos movimentar.

Uma vez, eu fiz um programa de jornalismo científico e de extensão chamado “Sal da Terra”. Foi ao ar por pouco tempo, mas agora quero trazer uma versão reduzida dele para dentro do jornalismo da rádio.

Eu fiz estágio por dois anos na rádio da faculdade e sempre gostei muito, porque o rádio te dá uma liberdade única, justamente por não ter a questão da imagem. Antigamente, a bancada do rádio era uma bagunça, não tinha essa preocupação com a imagem que temos hoje. Aqui, a gente discute muito isso. Tem gente que acha que precisamos olhar para a câmera, mas eu me recuso terminantemente. Eu preciso olhar para o meu entrevistado, porque é ele que está me dando o material.

Nossa área sempre foi precarizada, tanto para radialistas quanto para jornalistas. Isso não é novidade. O que me surpreende é como o sindicato não olhava para isso antes. Mas agora, vejo o sindicato se voltando para essa questão de forma mais direta. A primeira pauta que eu quis fazer na RádioCom foi sobre a precarização do trabalho, mas não me deixaram fazer naquela época. Hoje, as coisas mudaram. Encaminhamos algumas pautas e convidei um diretor da RádioCom para vir aqui e discutir o que ele achava. Uma das sugestões que ele deu foi fazer uma série de notícias sobre os profissionais que trabalham nas ruas, como pipoqueiros e vendedores de artesanato. Sinto essa abertura agora para discutir a precarização do trabalho dentro de um contexto celetista, sem esquecer da realidade do informal.

Eu chego cedo na rádio, no máximo às 7h30. Gosto de ter um momento de tranquilidade antes do programa, revisar a pauta, pesquisar o que saiu sobre o assunto, conversar com os guris para ver quem vai fazer o quê. Dou uma olhada nas notícias do dia para ver o que precisa ser replicado e se a entrevista vai render material para o site. Às 8h30, mandamos o link para o entrevistado e temos que fazer a produção e os cards também. Isso eu não gosto de fazer, porque não sou social media⁵¹, mas com essa evolução da tecnologia, acabo fazendo.

Depois do programa, revisamos as pautas da semana e analisamos o desempenho nas redes sociais. As curtidas nas redes indicam de forma muito clara que nossa audiência é majoritariamente feminina, mulheres entre 35 e 45 anos. O público gosta das pautas sobre diferenças e negritude. É muito interessante ver a performance porque temos esse feedback.

Hoje em dia, já aconteceu umas três vezes de eu sair na rua e as pessoas me perguntarem se eu sou a Clarissa da RádioCom. Na festa de fim de ano da RádioCom, que foi no Armazém do Campo, o Régis me apresentou a uma ouvinte, a Rosa. Ela me disse: “Bah, tu não me conheces, né? A gente acompanha vocês todos os dias e vocês não sabem quem a gente é”. Fiquei morrendo de vergonha, ela falou rindo, na boa, mas não estou acostumada com isso. Eu não fiz jornalismo para TV, não é o tipo de exposição que eu esperava.

Meu professor de rádio, quando fiz a cadeira de rádio, pediu para a gente gravar uma frase e nos ouvir. Ele gostou muito da minha voz e era um cara que eu admirava muito. Ele era o editor-chefe da parte de cultura do Correio do Povo. Foi quando comecei a me encantar pelo rádio. Sempre fui muito ouvinte de rádio e quando comecei a fazer, as pessoas começaram a gostar. Depois, tive outra professora de rádio que também foi muito importante para mim. Uma vez, a Katia Suman, apresentadora da Rádio Ipanema, veio dar uma oficina de rádio. No final do curso, ela me deu o telefone dela, disse para eu entrar em contato, mas fiquei com tanto medo que nunca liguei.

⁵¹ O social media, também chamado de analista de redes sociais, é o profissional responsável pela gestão dos perfis de uma empresa nas mídias sociais. Ele não cria e publica apenas posts. Ele também planeja, estuda e desenvolve uma estratégia de marketing digital. E isso exige pesquisa, análise de mercado e constante atualização. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/o-que-faz-um-social-media,508938a26b657810VqnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em: 27 de junho de 2024.

O rádio tem um dinamismo muito maior por causa da falta ou da secundariedade da imagem. Você pega o telefone, sai para a rua e faz uma matéria, entra “ao vivo” se quiser. Eu, particularmente, não gosto de transmissão “ao vivo”. Meu sonho é que o programa fosse à tarde, para que desse tempo dos acontecimentos do dia se desenrolarem e pudéssemos montar algo bacana no mesmo dia. Acho que o horário ideal do "Contraponto" seria por volta das 18h ou 18h30.

Se eu voltasse no tempo, teria feito algumas coisas de forma diferente. Eu gosto muito do jornalismo, mas gostaria de ter mais estabilidade. Preciso de estabilidade e não tenho. Não há uma perspectiva clara. O piso é R\$ 2600 e, se você pensar em aluguel, água, luz, telefone, internet... acabou o dinheiro.

Outra coisa que me incomoda é a falta de mulheres na rádio e eu não posso falar muito sobre isso, porque sempre me chamam atenção, o que me irrita. Ao mesmo tempo, o retorno que recebemos da audiência aponta para a importância dessas pautas, mas ainda assim, dizem: "Tem mulheres demais!". Fora isso, teve a questão com o pessoal de Porto Alegre. Algumas pautas são complicadas, porque você percebe que o entrevistado nem olha para mim, só olha para o Régis. Você sente a resistência. Já foi mais comum, mas hoje em dia ainda acontece.

O preconceito é muito naturalizado, até pela gente. Às vezes, fico pensando nisso. Eu mesma não gosto de fazer cultura, prefiro política, mas vivem querendo me mandar para a cultura. Quando digo que prefiro política porque estudei, as pessoas se assustam. Quando falo que fiz Ciências Políticas, aí se assustam mais ainda. Você tem que fazer marcações de poder, mesmo sem querer, para ser respeitada. A cultura não é para mim. Acho superimportante, mas não é minha área de escolha pessoal. Faço porque é necessário, mas sempre preciso estudar mais. Sei que só sou direcionada para isso porque sou mulher e esse discurso sempre volta.

No rádio, a equipe precisa trabalhar junta, com sintonia e eu prezo muito por um ambiente leve e harmonioso, mas de vez em quando, tenho que ser firme, dar nos dedos de alguém, porque é necessário. Eu não gosto disso e fico irritada por ter que me comportar de uma maneira que não é da minha natureza.

Eu me entendo como feminista, mas há uma parte do feminismo que me irrita profundamente, porque parece quase doutrinária. Por exemplo, a pressão para que a mulher faça parto normal: “Vai para a puta que te pariu!”. Eu fiz cesárea e aí dizem que você não sabe o que acontece com o bebê, mas eu não estou pensando no bebê, estou pensando em mim. Eu não quero fazer força, não quero correr o risco de me

rasgar. Quero fazer cesárea e isso não me torna burra. Eu sei o efeito que um parto tem na vida da mulher e da criança, mas a escolha é minha. Hoje, uma seguradora privada não faz cesárea, só parto normal, por causa dessa doutrinação. Para mim, isso é colonizar o corpo do outro. Feminismo tem que ser sobre discutir os problemas reais, não sobre me ensinar a ser mulher, porque isso eu já sei.

É a mesma coisa com partido político. Nunca me filiei, porque não vou colocar uma capa preta. Essa doutrinação acaba me afastando de grupos organizados politicamente, de qualquer causa. Eu fico nas bordas, não bato boca, mas me irrita. Por isso, não vou.

2.7.2 Decodificando vozes: análise da narrativa de Clarissa Henning

A fala de Clarissa Correa Henning revela uma profunda reflexão sobre as dificuldades que mulheres enfrentam, especialmente em ambientes tradicionalmente masculinos como o jornalismo e a radiodifusão. Sua narrativa reflete as múltiplas camadas de desigualdade que marcam sua trajetória como jornalista e mãe, além de evidenciar as complexidades das relações de poder que operam nesses espaços.

Clarissa fala sobre como o preconceito é naturalizado ao perceber que sua inclinação para a política é frequentemente questionada pelo fato de ser mulher. A ideia de que as mulheres estão "destinadas" a certas áreas de atuação, como cultura, enquanto os homens ocupam os espaços de poder e política, é uma clara manifestação da divisão sexual do trabalho. Essa divisão distribui funções de maneira desigual entre os gêneros, subordinando as mulheres a atividades menos valorizadas socialmente. Clarissa sente essa pressão ao ser repetidamente empurrada para o jornalismo cultural, uma área que, apesar de importante, não é sua escolha pessoal. Como observa Maria Amélia Teles:

[...] mesmo com as inovações tecnológicas permanece a divisão sexual do trabalho. Mantém-se a divisão por gênero no mercado de trabalho onde as mulheres se concentram nos chamados "guetos profissionais femininos", nos postos de trabalho mais instáveis, precários e com pior remuneração. São o principal alvo de assédio moral e sexual. Enfim, a divisão sexual do trabalho criou condições objetivas para desenvolver desigualdades, excluiu as mulheres de espaços de poder de decisão na política, na religião e na economia, entre outros. Houve a divisão de espaços públicos para os homens e privados para as mulheres. Assim estas ficaram ainda mais isoladas das esferas das decisões fundamentais. Foi-lhes tirado o poder

político tanto sobre sua sexualidade quanto sobre as decisões amplas das comunidades. (MARIA AMÉLIA TELES, 2006, p.45)

O fato de Clarissa precisar reafirmar constantemente sua competência em política, uma área que estudou profundamente e pela qual é apaixonada, evidencia como a sociedade ainda coloca as mulheres em posições de inferioridade, mesmo quando suas qualificações são inquestionáveis. Ela sente a necessidade de fazer "marcações de poder" para ser respeitada, uma demanda imposta a muitas mulheres em ambientes profissionais dominados por homens. Esse esforço constante não se trata apenas de demonstrar competência técnica, mas de provar, repetidamente, que é capaz de ocupar um espaço tradicionalmente reservado ao masculino.

Clarissa destaca a necessidade dessas "marcações de poder" como uma estratégia para afirmar sua autoridade, revelando a pressão que muitas mulheres enfrentam em ambientes em que o poder é construído e reconhecido por meio de comportamentos e atitudes machistas. No entanto, ela expressa desconforto com essa postura, pois não reflete sua verdadeira personalidade, criando uma tensão entre as expectativas do ambiente de trabalho e sua identidade pessoal.

Essa contradição representa uma forma de violência simbólica, em que Clarissa é forçada a se moldar a um modelo de liderança que não condiz com sua visão ou maneira de agir. Como muitas mulheres em posições de liderança, ela sente a pressão de adotar uma postura "dura" para ser levada a sério, o que resulta na perda de autenticidade e em um desgaste emocional constante por desempenhar um papel que não é natural para ela. Esse custo emocional é uma das formas mais sutis e prejudiciais de opressão enfrentada por mulheres que precisam se conformar a padrões impostos para garantir sua legitimidade.

O relato de Clarissa sobre o assédio que sofreu ao discutir com o diretor da RED, que usou frases como "Está naqueles dias?" e "Está nervosinha?", é um exemplo de assédio moral e machismo no ambiente de trabalho. Essas expressões minimizam as capacidades das mulheres, associando suas emoções a ciclos biológicos e tratando suas reações como desproporcionais ou irracionais. É uma forma de desacreditar sua posição e autoridade, reduzindo sua legitimidade profissional a uma suposta instabilidade emocional.

Além disso, Clarissa narra como, em algumas entrevistas, os entrevistados preferem se dirigir ao Régis, seu colega homem, em vez de a ela, ignorando sua presença. Essa dinâmica reflete o machismo velado que persiste em muitos

ambientes profissionais, em que as mulheres são silenciadas ou vistas como inferiores, mesmo quando ocupam posições de liderança. É um exemplo de como a discriminação de gênero afeta as interações cotidianas e a construção da autoridade das mulheres no trabalho.

Clarissa aborda de forma incisiva a precarização do trabalho no jornalismo e na radiodifusão, destacando como essa realidade é especialmente severa para as mulheres. Ela relata que trabalhou sem contrato formal por muito tempo, recebendo pagamentos informais via PIX e sem qualquer garantia trabalhista, algo que reflete a precariedade generalizada em muitos setores. Essa falta de segurança afeta diretamente a vida das mulheres, que, além de enfrentarem desigualdades salariais em relação aos homens, frequentemente trabalham em condições de maior vulnerabilidade.

A precarização do trabalho ocorre de diferentes formas, como o aumento da informalidade, a baixa remuneração e as jornadas prolongadas de trabalho. As crises ampliam o desemprego e, se o desemprego aumenta, o trabalho informal aumenta também. Para Araújo & Lombardi (2013), “As desigualdades sociais estão presentes e se reproduzem na informalidade, diante das desiguais oportunidades de mulheres e negros, quando comparados a homens e brancos”. Nesse sentido, a informalidade acaba sendo a única saída para as pessoas. A partir dessa realidade, os trabalhadores perdem muitos direitos e seguranças.

Pegando como exemplo os motoristas de aplicativos, pode-se considerar as diversas dificuldades que surgem com a informalidade. O motorista aluga um carro para trabalhar; ele não é empregado da empresa, nem do usuário; ele não tem férias, nem folga nos finais de semana, nem plano de saúde. Se ele adoecer, não pode apresentar um atestado, precisa trabalhar para ganhar o dinheiro. E por fim, ele não vai se aposentar.

Essa realidade de informalidade também se aplica ao campo da comunicação. A instabilidade profissional que Clarissa descreve é uma preocupação constante, marcada pelo baixo piso salarial e pelas dificuldades de se manter financeiramente com a remuneração disponível. A precarização do trabalho na área de comunicação impacta toda a categoria, mas as mulheres enfrentam desvantagens adicionais, como salários mais baixos, contratos informais e a ausência de direitos trabalhistas. Essas condições refletem uma realidade ainda mais grave para aquelas que acumulam responsabilidades familiares, como a criação de filhos e o cuidado com o lar.

Clarissa expressa sua frustração com essa situação, que não apenas limita suas oportunidades profissionais, mas também afeta sua vida pessoal e familiar, criando um ciclo de insegurança e vulnerabilidade. A precarização do trabalho não é apenas uma questão econômica, mas também uma barreira que influencia diretamente as escolhas e o futuro das mulheres no mercado de trabalho.

No entanto, o fato de Clarissa buscar um planejamento estratégico para a RádioCom e trazer iniciativas que visam a sustentabilidade no jornalismo demonstra sua resistência e vontade de criar melhores condições de trabalho, não só para ela, mas para o jornalismo como um todo. Ainda assim, ela enfrenta a sobrecarga de funções que não são de sua escolha, como a produção e o social media, o que reflete a divisão desigual de tarefas que frequentemente recai sobre as mulheres.

Clarissa se identifica como feminista, mas faz uma crítica àquilo que vê como uma vertente doutrinária do movimento, especialmente no que diz respeito às escolhas reprodutivas das mulheres. Ela cita o exemplo da pressão pelo parto normal, que enxerga como uma forma de "colonizar o corpo do outro", evidenciando a tensão entre as agendas políticas do feminismo e as experiências pessoais das mulheres. Sua crítica sugere que, em determinados momentos, o movimento feminista pode, inadvertidamente, desconsiderar a autonomia individual, ao impor padrões que podem ser tão limitadores quanto aqueles que o feminismo procura combater.

Essa crítica não invalida sua postura como feminista, mas, ao contrário, destaca a importância de um feminismo que acolha e respeite a pluralidade das experiências femininas. Para Clarissa, a liberdade de escolha é fundamental, e a imposição de modelos de comportamento, mesmo quando bem-intencionada, pode se transformar em uma forma de opressão. Sua reflexão expõe o desafio de conciliar uma postura crítica com a participação em movimentos politicamente organizados, que muitas vezes exigem adesão a princípios rígidos que nem sempre refletem a totalidade das vivências das mulheres.

O ponto levantado por Clarissa é complexo e relevante, especialmente ao questionar um feminismo que, em certas ocasiões, se torna prescritivo, ditando o que é "certo" ou "errado" para as mulheres. Sua defesa da autonomia corporal ressalta a necessidade de o feminismo ser inclusivo e respeitar a diversidade de escolhas, permitindo que cada mulher exerça seu direito de autorregulação. Ao criticar a imposição de padrões universais, Clarissa enfatiza que a luta por igualdade deve abraçar a pluralidade das experiências femininas, reconhecendo que não há um único

caminho para a libertação e que o respeito pelas escolhas individuais é central na construção de um feminismo verdadeiramente emancipador.

Clarissa destaca a falta de diversidade de vozes na RádioCom, com ênfase na ausência de outras mulheres na equipe. Para ela, essa lacuna vai além de uma questão de identidade pessoal; é uma perda significativa para o jornalismo, que se beneficiaria de perspectivas mais amplas e diversas. A presença de mais mulheres traria não apenas representatividade, mas uma pluralidade de experiências que poderia transformar e enriquecer o trabalho realizado. Essa diversidade não seria apenas simbólica, mas prática, contribuindo para um diálogo mais inclusivo e formas mais inovadoras de fazer jornalismo.

A baixa presença de mulheres na RádioCom reflete um padrão recorrente de exclusão feminina dos espaços de poder e decisão, mesmo em ambientes progressistas como uma rádio comunitária. Clarissa expõe a solidão que sente por estar em um ambiente predominantemente masculino, em que a falta de identificação e apoio entre colegas pode ser desafiadora. Além disso, ela reconhece que, em contextos em que poucas mulheres alcançam posições de liderança, essas profissionais acabam sendo sobrecarregadas com a expectativa de representar todas as mulheres, uma pressão desproporcional e exaustiva.

Clarissa destaca a importância da escuta no jornalismo, especialmente ao abordar temas e vivências que ela mesma não experimentou diretamente, como estar em uma fila do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa noção da escuta ativa está alinhada à ideia de interseccionalidade, sendo essencial compreender que as experiências das mulheres não são homogêneas. Diferentes identidades, como classe, raça e gênero, criam realidades distintas. Ao valorizar a escuta, Clarissa demonstra uma consciência sobre o lugar de fala e a importância de amplificar as vozes daquelas que vivenciam as questões sobre as quais ela reporta.

Essa atitude reflete uma compreensão de que o jornalismo deve ser mais do que apenas informar, ele deve dar espaço para que as narrativas dos outros sejam contadas de forma respeitosa e fiel, sem impor uma visão externa ou descontextualizada. Clarissa se posiciona como uma facilitadora da comunicação, buscando não ser "a voz", mas uma intermediária que amplifica as vozes existentes.

Clarissa mencionou o desafio de conciliar o nascimento de seu filho Jonas com sua carreira, especialmente durante a mudança para o Rio de Janeiro. Esse ponto reflete uma questão central na discussão de gênero no trabalho, a dupla jornada e a

difficuldade que muitas mulheres têm de equilibrar a maternidade com as demandas profissionais.

A sociedade ainda impõe às mulheres a expectativa de que sejam as principais cuidadoras dos filhos, mesmo quando têm carreiras exigentes. Clarissa conseguiu manter sua trajetória profissional, mas sua fala indica o peso dessa responsabilidade, sobretudo no contexto de uma mudança significativa de vida e local. Essa pressão afeta não só a forma como as mulheres gerenciam suas carreiras, mas também suas oportunidades de crescimento, já que muitas vezes são forçadas a priorizar uma esfera em detrimento da outra.

A fala de Clarissa vai além de suas experiências individuais, trazendo à tona questões estruturais de desigualdade de gênero no trabalho e na sociedade. Desde a divisão sexual do trabalho, o assédio e a discriminação, até a precarização do emprego e a solidão em ambientes predominantemente masculinos, sua narrativa oferece uma análise das barreiras enfrentadas por mulheres que lutam por espaço e voz em contextos de poder.

Sua crítica ao feminismo doutrinário, aliada à ênfase na escuta ativa, revela sua visão pluralista sobre os movimentos sociais, destacando a necessidade de que as lutas feministas acolham a diversidade de experiências femininas. Clarissa é uma voz que desafia as estruturas de poder sem deixar de valorizar e ampliar as vivências de outras mulheres, em um exercício constante de resistência e aprendizado.

Sua trajetória expõe as tensões entre o desejo por estabilidade e a paixão por um trabalho frequentemente marcado pela precariedade. Além disso, a luta para ser reconhecida em áreas historicamente dominadas por homens reflete os desafios contínuos que as mulheres enfrentam no jornalismo. Clarissa não só ecoa a realidade de muitas mulheres que ainda precisam batalhar por respeito, espaço e voz, mas também aponta para a urgência de transformar essas dinâmicas.

Sua trajetória é um testemunho de coragem e reflexão crítica, mostrando como o caminho das mulheres no trabalho continua permeado por desafios, mas também como essa luta pode pavimentar um futuro mais justo e igualitário.

2.8 Maria Fernanda Passos – “A gente cresce sem perceber que sofre violências, porque elas são naturalizadas, fazem parte da vida de ser mulher”

No dia 26 de junho de 2024, foi realizada uma entrevista com Maria Fernanda Passos das Neves, a Mafe, em Jaguarão. Considerando sua trajetória política e o histórico de estudo conjunto, a expectativa era de uma entrevista profunda, repleta de reflexões sobre sua militância e trajetória. A entrevista foi realizada em sua casa, um local antigo e encantador, decorado com diversos elementos que refletem a personalidade vibrante dela. Além disso, foi possível conhecer o sebo que Mafe mantém em casa, um espaço fascinante repleto com diversas raridades literárias, revelando sua paixão por livros e cultura.

Mafe recebeu a equipe de forma calorosa, com a lareira acesa e mate servido. A entrevista, com duração de cerca de uma hora, explorou sua trajetória, abordando suas lutas políticas, atuação nos movimentos sociais e o impacto de sua vida como mãe e militante. A conversa fluiu de forma natural e trouxe à tona questões importantes sobre feminismo, cultura popular e a dificuldade enfrentadas pelas mulheres na ocupação de espaços de poder. Foi um momento de grande aprendizado e uma experiência enriquecedora, que evidenciou o quanto Mafe se dedica às causas em que acredita e à preservação da cultura local.

Nascida em 31 de agosto de 1982. Mafe é jornalista, mãe e militante, combinando todas essas identidades em sua vida profissional e pessoal. Filha de Jorge Luiz Neves Passos, funcionário público da Receita Federal, e Ana Maria da Conceição, dona de casa, Mafe foi influenciada pelo ambiente literário de sua casa, repleta de livros, o que despertou seu interesse pelo jornalismo como forma de contar histórias.

Mãe de três filhos: Matheus, que trabalha como padeiro em Caxias do Sul, e Alice e Ernesto, de 9 e 7 anos, respectivamente, Mafe trabalhou como jornalista em jornal impresso, rádio e na gestão pública. Ela atuou na Secretaria de Comunicação de Pelotas e em Jaguarão, onde foi diretora da Casa de Cultura, chefe de gabinete do vice-prefeito e secretária de Cultura, além de atuar na produção cultural. Atualmente, é vereadora em Jaguarão.

Mafe participou da fundação da rádio e começou como produtora do programa “Contraponto”, como voluntária e nunca foi formalmente contratada, devido aos recursos limitados da rádio.

2.8.1 Maria Fernanda e sua narrativa

Meu nome é Maria Fernanda Passos das Neves, nasci em 31 de agosto de 1982, sou jornalista e tenho ensino superior completo. Eu sou essa pessoa, mãe, militante, jornalista. Todas essas coisas me compõem. Não tenho uma hierarquia de papéis, a maternidade atravessa minha profissão e minha profissão atravessa minha maternidade. E isso também se mistura com minha atuação política, como militante. Sou uma mistura de tudo isso e é isso que me compõe hoje, tanto como profissional quanto como ser humano.

Escrevi outro dia sobre esse processo doloroso de autoconhecimento e aceitação de quem a gente é e hoje eu olho para trás com orgulho. Tenho orgulho da minha trajetória, de tudo o que passei, de todas as pessoas e lugares que fizeram parte de quem eu sou. Me sinto orgulhosa de quem me tornei e do caminho que trilhei, uma trajetória bonita e respeitosa.

Meu pai, Jorge Luiz Neves Passos, é funcionário público da Receita Federal e minha mãe, Ana Maria da Conceição, é dona de casa. Meu pai teve uma grande influência na minha escolha pela comunicação, embora não diretamente pelo jornalismo. O que realmente me levou ao jornalismo foi a literatura, já que nossa casa sempre esteve cheia de livros e meu sonho sempre foi escrever. Quando percebi que talvez não conseguisse ser escritora, busquei no jornalismo uma forma de contar histórias. Então, posso dizer que meu pai influenciou essa escolha ao me apresentar ao mundo da literatura e dos livros.

Nasci em Pelotas, sou divorciada e tenho três filhos. O Matheus que vive em Caxias do Sul e trabalha como padeiro e meus dois filhos mais novos, Alice, de 9 anos e Ernesto, de 7 anos.

Minha trajetória profissional é bem variada. Já trabalhei como jornalista em jornal impresso, em rádio e na gestão pública. Atuei na Secretaria de Comunicação de Pelotas e depois em Jaguarão como diretora da Casa de Cultura, chefe de gabinete do vice-prefeito e secretária de Cultura. Também estive envolvida na área de produção cultural.

Conheci a RádioCom por meio de um colega da Universidade Católica de Pelotas, o Alexander Aguilar, quando ainda estava no primeiro semestre do curso de jornalismo. Naquela época, a rádio estava nascendo e eu participei de sua fundação, quando ela ainda não tinha completado um ano de vida. O Alexander já estava envolvido na articulação da formação da RádioCom e convidou a mim e a outra colega, Fernanda Cassel, para nos juntarmos a esse projeto. Foi assim que comecei

a trabalhar na rádio como produtora do programa “Contraponto”, um programa jornalístico que existe até hoje nas manhãs da rádio.

Meu vínculo com a RádioCom começou nos bastidores, auxiliando na produção do “Contraponto”. Eu era voluntária e, na verdade, nunca fui formalmente contratada pela rádio, pois naquela época ela passava por um processo muito precário, quase amador, com pouquíssimos recursos. Mesmo quando comecei a participar mais ativamente na bancada do “Contraponto”, dando voz e escrevendo para o jornal impresso Atenta, que a RádioCom teve por um tempo, nunca houve um contrato formal. Às vezes, havia algum subsídio, mas era quase simbólico.

Comecei como produtora, mas, com o tempo, virei âncora do programa, fazendo pesquisa de notícias, entrevistas, opinando e falando no ar. Me formei em 2005 e a única rádio em que trabalhei de forma significativa foi a RádioCom. Tive uma breve experiência em outro programa, “Terceiro Espacio”, em Rio Branco, que era voltado para variedades, notícias, cultura e entrevistas.

Quando cheguei em Pelotas, aos 20 anos, como estudante, eu tinha um medo terrível do microfone. Passava pela salinha dos microfones, apavorada só de pensar em chegar perto. Comecei atuando nos bastidores, na produção, mas os meninos da bancada, como o Clomar Porto, que estava lá no início e depois o Dani Hammes, me provocavam para que eu falasse. Aos poucos, fui me soltando, dando algumas palavrinhas, até me animar a falar mais. Esse processo fez toda a diferença na minha trajetória.

Recentemente, dei uma entrevista para um documentário que a RádioCom está produzindo sobre a sua história e comentei sobre como a rádio me formou enquanto comunicadora popular. Esse é o grande diferencial da RádioCom, a capacidade de formar comunicadores para dialogar com todos os públicos. Hoje, trabalho em um canal do Instituto Cultiva⁵² e já trabalhei no DCM⁵³, que são canais que abordam política nacional e internacional, nos quais entrevisto grandes pensadores e discutimos temas intelectuais. A formação que recebi na RádioCom me deu a habilidade de falar sobre esses assuntos de maneira clara, acessível a todas as pessoas, de qualquer classe social.

⁵² Instituto Cultiva – é uma ONG com foco na educação da cidadania e na participação social. Disponível em: <https://institutocultiva.com.br/>. Acesso em: 27 de junho de 2024

⁵³ DCM – Diário do Centro do Mundo - é um site digital político de esquerda brasileiro criado pelo jornalista Paulo Nogueira. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/>. Acesso em 27 de junho de 2024.

Acredito que essa foi a maior contribuição da RádioCom para a minha formação, a capacidade de fazer uma comunicação popular, onde conversamos com todos e todos conseguem entender os temas mais variados. Essa é uma habilidade fundamental para a comunicação hoje e sou muito grata por ter aprendido isso na RádioCom.

Fiquei uns quatro ou cinco anos lá, durante todo o tempo que estive em Pelotas. Depois de me formar, fui para Pomerode, voltei e trabalhei em um jornal em Camaquã, mas mesmo a distância, eu continuava contribuindo com a rádio. Mesmo não estando ativamente presente, mantive meu vínculo com a RádioCom. Hoje, retorno a ela de outra forma, já que a rádio retransmite o programa que faço, o que me traz de volta ao lugar em que fui gestada profissionalmente.

É incrível ver como a RádioCom preserva essa diversidade. Quando entrei na faculdade, eu não me identificava com as propostas comerciais, pois sempre fui uma pessoa militante. Cresci dentro do PT, meus pais são petistas e tive toda uma formação política dentro do partido. No início, já cheguei participando ativamente do movimento estudantil, fazendo greve na Universidade Católica de Pelotas, imagina! Fazíamos piquete com o Renato Della Vechia e eu ficava pensando: “Onde eu vou trabalhar?”. A RádioCom surgiu como uma possibilidade de fazer uma comunicação engajada, uma comunicação social no sentido mais amplo da palavra.

Acho importante que nem todo mundo passe pela RádioCom, porque ela não é para todos. Nem todos vão se encontrar na RádioCom. Ela nasceu de uma necessidade de ter um olhar diferente sobre a comunicação, uma forma alternativa de fazer comunicação. E o mais interessante da rádio é que ela dá protagonismo justamente para quem não tem formação formal em comunicação e eu acho essa troca muito rica.

Por isso, falo tanto da experiência de comunicação popular que vivi lá. Aprendi muito com o Glênio Rício, um trabalhador da base, pedreiro, que não teve uma educação formal completa, mas é uma pessoa com uma visão e um conhecimento de mundo e de cultura, que muitas vezes não se encontra dentro da universidade. Esse vínculo que a RádioCom faz entre as pessoas da academia e a galera da cultura popular, com essa sabedoria que passa de geração em geração, é o que faz da RádioCom uma potência. Acho que é por isso que ela está há tantos anos em atividade e tem tanta relevância na cidade de Pelotas.

Hoje vejo que a RádioCom tem dois estúdios, o que é uma mudança e tanto! Antes, era só uma salinha onde tudo acontecia, o equipamento de áudio, os discos, os CDs e o telefone ficavam fora do estúdio, onde fazíamos a produção. Eu nunca entendi muito de tecnologia, sou péssima com essas coisas, mas lembro bem da simplicidade da estrutura. Era uma época em que as rádios comunitárias eram muito criminalizadas e existia aquela história clássica de ter que sair correndo com os equipamentos debaixo do braço quando havia batidas policiais, para salvar tudo. Tiravam a rádio do ar e depois voltavam com a transmissão. Havia uma certa clandestinidade e adrenalina envolvidas, que faziam a gente se sentir parte de algo transgressor.

Para mim, jovem recém-chegada, a RádioCom era uma verdadeira trincheira de luta e formação. Começávamos a trabalhar por volta das 7h da manhã, produzindo o programa, selecionando notícias de blogs como o do Miro Borges, o Altamiro do Barão de Itararé, com quem hoje me dou super bem. Usávamos muito esses blogs como fonte para o programa, que ia até umas 10h30 ou 11h. Depois disso, o Danilo comandava o “Manhã Cultural” e em seguida vinha a Kátia com o Prato Cheio. Essa era a programação das manhãs e eu ficava até o meio-dia.

Além de ser um espaço de trabalho, a rádio era também um lugar de socialização, encontro e troca. Hoje, fala-se muito sobre conservadorismo, fascismo e como trabalhadores de aplicativos como Uber e taxistas acabam sendo manipulados pelas pautas da extrema-direita. Na época, algo que me marcava era o fato de termos uma grande audiência de taxistas. Eles ligavam, participavam, comentavam de onde estavam trabalhando. Também havia o pessoal que trabalhava em portarias e na vigilância de prédios, que eram ouvintes fiéis da rádio. O rádio sempre foi a companhia dessas pessoas, especialmente quem está trabalhando sozinho e escuta para passar o tempo.

Lembro bem da interação com os ouvintes, as pessoas ligavam para comentar as notícias, às vezes mandavam até presentinhos para a rádio, como um docinho para os apresentadores. Era muito legal essa proximidade. O rádio tem esse papel forte de ser uma companhia. Eu cresci vendo meu pai andando pela casa com o radinho sempre ao lado. Mesmo quando o sinal saía do ar e depois voltava, ele nunca largava o rádio.

A internet é uma coisa totalmente diferente, é muito louco. Desde que escolhi o jornalismo, eu nunca pensei em trabalhar com imagem. A televisão nunca me atraiu,

sempre gostei de poder ser eu mesma sem precisar me montar. Por mais que seja algo normal, agora eu trabalho de casa, na sala da minha casa, mas você precisa se preparar para entrar “ao vivo”, porque está colocando o rosto ali, as pessoas estão te vendo. Não é só a mensagem que você transmite, sua fisionomia também compõe a mensagem. Isso foi um desafio para mim.

Atualmente, estou em um canal menor, mas no DCM, onde trabalhei antes, havia 350 mil inscritos e tínhamos uma audiência de 2 mil pessoas “ao vivo”. Era impressionante ver como as pessoas vinham de Porto Alegre, São Paulo, Rio até Jaguarão, para me conhecer. Entravam e diziam: “Ah, Mafê, deixa eu te tocar...” Esse contato é algo muito interessante.

A internet, principalmente o YouTube, junta essas duas coisas, o rádio e a televisão. No YouTube, as pessoas podem ficar te ouvindo enquanto fazem outras coisas, como no rádio, mas também têm a questão da imagem, como na televisão. É parecido com aquela sensação de dar “boa noite” para o William Bonner e sentir que ele é uma pessoa próxima, que está ali na sua casa. Muitas pessoas me dizem: “Mafê, você está todo o dia na minha casa.” Isso é muito louco, porque no rádio as pessoas conhecem a sua voz, mas se eu passar por elas na rua, não sabem quem eu sou.

No meu tempo, de mulheres tinha a Vera Lopes, que era nossa precursora. Tinha também outra Vera, que era do sindicato dos bancários, mas não consigo me lembrar do sobrenome dela. Eu ficava fascinada com ela, porque eu a achava uma mulher super livre, a achava o máximo. Ela fazia alguns programas e fazia parte da coordenação da rádio. Havia também a Renata, que trabalhou um tempo na produção do “Contraponto”, mas não me lembro se ela era do jornalismo ou da história. A RádioCom sempre teve essa relação forte com a galera das ciências humanas, história, ciências sociais, assistência social e essas pessoas circulavam muito por lá. Mas eram poucas mulheres. Dá para contar nos dedos. Tinha a Kátia, que não era jornalista, mas fazia um programa musical.

A Vera Lopes, para mim, foi uma grande inspiração. Ela tinha toda uma trajetória na rádio e no jornalismo e talvez por ser uma das poucas mulheres no rádio, ela se tornou uma referência muito forte. A outra Vera, mesmo não sendo diretamente ligada ao jornalismo, também foi uma figura importante nesse processo, pois participava da gestão da RádioCom. Se eu puder nomear duas mulheres que realmente me inspiraram e me marcaram nesse processo, foram as duas Veras.

Se eu tivesse que escolher uma profissão hoje, sem dúvida, escolheria a comunicação novamente. Embora eu tenha uma queda pela minha trajetória na área dos movimentos sociais e da política, afinal, faço parte de um grupo chamado Mulheres de Fronteira, com uma militância muito forte na questão dos direitos das mulheres, no combate às violências e no acolhimento de mulheres vítimas de violência, o jornalismo é algo de que eu não abro mão. Quando você acolhe essas mulheres, acaba acolhendo também as crianças que estão ali, o que me faz ter um interesse pelo serviço social. Acho que seria uma área em que eu gostaria de atuar, estudar mais, mas como profissão, o jornalismo é minha escolha definitiva.

Lembro com carinho dos aniversários da RádioCom, que eram homéricos! Quando entrei, éramos uma gurizada e as festas aconteciam no Mafuá das Artes. Havia uma relação muito forte com a cultura local de Pelotas, uma cidade efervescente de músicos e artistas. A RádioCom, inclusive, lançou uma coletânea de CDs, gravando vários artistas da cidade e depois promoveu espetáculos no Teatro Sete de Abril. Toda essa conexão com arte e cultura me marcou muito.

Foi nesse contexto que desbravei um pouco o campo da produção cultural. Mais tarde, acabei me envolvendo ainda mais com isso, fazendo produção cultural no Porto das Artes e me conectando com a classe artística. Essa relação com a cultura e a produção cultural também passa, de certa forma, pela RádioCom. Isso me lembra da criação do IMA, o Instituto Mário Alves. A rádio estava envolvida com muitos processos de formação política, promovendo eventos sobre a ditadura militar e questões do Chile, entre outros temas importantes. A RádioCom, para mim, sempre foi um espaço de forte ligação com a cidade e suas questões culturais e políticas.

Acho engraçado lembrar do pânico que eu tinha de falar no microfone. É curioso, né? Não sei se isso é uma questão de gênero, mas acredito que tem a ver com o fato de nós, mulheres, termos tão pouco espaço de voz. Somos acostumadas, desde cedo, a cuidar do lar, das relações ou a exercer profissões em que não temos tanto espaço para nos expressar. Eu tinha muito medo de falar bobagem, medo de a minha voz ser ruim, estridente. Isso me dificultava muito. Foi um processo doloroso desconstruir esse medo.

Ainda bem que isso aconteceu na RádioCom, que era um verdadeiro laboratório, um espaço em que todos estavam aprendendo e onde havia muitas pessoas da cultura popular que não se preocupavam tanto em falar certo ou errado. O que importava era a mensagem que estava sendo comunicada. Então, foi muito

bom que essa desconstrução aconteceu lá. Hoje, se pego um microfone, nunca mais largo. Começo a falar e não paro mais.

Na RádioCom, nunca senti assédio ou discriminação direta, exceto aquele tipo de sensação que a gente vive em qualquer espaço, porque sempre tem um pouco, seja nos espaços partidários, seja no lugar em que trabalho hoje. Acho que nós, mulheres, sempre temos que nos esforçar um pouco mais, nos posicionar um pouco mais. E a RádioCom, de certa forma, também reproduz isso. Até sermos respeitadas, o caminho é mais longo do que o dos homens, em todos os espaços. A RádioCom não é diferente nesse aspecto. Nunca senti um assédio direcionado diretamente a mim como pessoa, mas, como mulher nesses ambientes, há sempre essa sensação de que precisamos lutar um pouco mais.

A RádioCom é um espaço que preza pela diversidade e essa diversidade passa pela nossa presença enquanto mulheres. No entanto, a rádio não é uma ilha, ela não está fora do contexto social em que vivemos. São 23 anos de rádio e quantas mulheres você consegue contar na RádioCom? São poucas. Se você olhar para os canais em que eu trabalho no YouTube, vai ver que, mesmo nos canais alternativos e progressistas, são poucas as mulheres que se destacam. Na política, somos ainda menos, ocupando poucos espaços de decisão e poder. Isso é um retrato dos desafios que enfrentamos enquanto sociedade.

Eu não me lembro de programas ou programetes com pautas específicas voltadas para as mulheres, exceto em momentos pontuais, como o 8 de março. Hoje, por exemplo, existe o programa “Quinta Preta”. Mas, quando entrei na rádio, o protagonismo da mulher, o feminismo, ainda não eram discussões tão presentes, pelo menos para mim, que já era vinculada a partido, à militância. Essas pautas não tinham a força que têm hoje.

Muitas vezes, me perguntam se já sofri violências na minha vida e, quando reflito sobre isso, percebo que sim, inúmeras vezes. Mas, na época, eu nem sabia nomear essas experiências como violências, não conseguia diagnosticar o que eram. Para mim, era apenas parte da vida de ser mulher.

Acho que essa geração que veio depois do “Lua Sangrenta”, que, aliás, é um nome super provocativo, uma verdadeira afirmação da mulher, reflete essa evolução. A própria rádio evoluiu nesse sentido e eu fico impressionada com isso. Lembro que, para mim, era supernormal estar no movimento estudantil e sermos apenas uma ou

duas mulheres, enquanto o resto era tudo homens. A gente normalizava muito essa situação.

No DCM, nós tentamos fazer uma live que seria apresentada e moderada só por mulheres e nem era voltada especificamente às questões de gênero. Mas "flopou"⁵⁴, como a gente fala na internet. E eu percebo muito claramente. Sempre que levo uma entrevistada que seja mulher ou uma pessoa negra, a audiência não responde da mesma forma. Mesmo em uma audiência progressista, há uma resistência enorme. Isso me faz pensar no tamanho do abismo que ainda existe. Não sei se é só a questão da audiência ou se os algoritmos também influenciam, já que trabalhamos não só com uma audiência direta, mas também com o quanto o algoritmo te entrega ou te esconde.

É impressionante como há essa resistência à presença das mulheres, inclusive no campo progressista. Precisamos evoluir muito em relação a isso. Existe uma resistência, seja da audiência ou de quem escuta e assiste. A gente vê o dilema gigante que surge quando uma mulher narra um jogo de futebol, como se tivesse mexendo com toda a estrutura do sistema capitalista. Ainda há muita resistência em relação a isso, uma tentativa de deslegitimar a presença das mulheres.

Por isso falo tanto da minha voz. Hoje, me acostumei com ela, porque passo o dia todo falando, mas antigamente me incomodava. Minha voz é fina, uma voz de mulher, às vezes meio estridente e eu sentia que atrapalhava. Acho que, como fomos silenciadas por tanto tempo, o próprio timbre da nossa voz desacomoda. Muitas vezes, dificulta a audiência, até as pessoas se acostumarem com a nossa presença e com o som das nossas vozes.

Acho que o interessante em uma rádio comunitária é justamente essa possibilidade de amplificar a voz e o protagonismo das pessoas comuns, permitindo que elas sejam agentes da própria história. Uma rádio comunitária que se preza tem esse papel de dar destaque às coisas da comunidade, coisas que não seriam notícia em nenhum outro canal, mas que são notícia na rádio comunitária porque ela existe para isso. Ela denuncia e pontua o que realmente interessa àquela comunidade. Falando especificamente da RádioCom, acho que ela teve um papel muito importante no apoio à cultura local. Se não fosse a RádioCom, talvez não teríamos noção do

⁵⁴ Flopar - Flopar/flop é uma "gíria" usada na internet para dizer que algo ou alguém não fez sucesso, fracassou, não fez sucesso. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/diferenca-entre/flopou/flopar/>. Acesso em: 27 de junho de 2024.

tamanho e da diversidade cultural de Pelotas. Para mim, foi uma experiência de vida conhecer a galera do rap, algo que aconteceu graças à RádioCom.

A opressão estrutural das nossas escolhas é tão presente que, às vezes, nem conseguimos dimensioná-la. E, muitas vezes, preferimos não ver, porque é algo tão pesado que preferimos fingir que não está lá. Eu sou mãe solo, então, para mim, a opressão já começa por aí, com essa desigualdade de gênero que te coloca como a única responsável por criar, educar, manter uma casa e montar toda uma estrutura. Na política, por exemplo, cotidianamente temos que reafirmar nossas posições e brigar por coisas. Mesmo entre aqueles que se dizem companheiros de um mundo mais justo, quando se trata de pautas sobre os direitos das mulheres, das minorias ou de qualquer outra questão que consideramos importante, somos descredibilizadas.

Dentro do partido, tive que passar por muitas tentativas de silenciamento. Por muitas vezes, fui silenciada, até chegar ao ponto em que sou mais escutada e faço parte das discussões, mas foi uma luta imensa. Sei que muitas mulheres passam por isso diariamente nesses espaços de política e decisão.

A opressão se manifesta de diversas formas e acho que ela culmina nas violências físicas, no feminicídio, no abuso sexual. Se eu tivesse que citar alguns exemplos dessas opressões estruturais, eu falaria sobre a dificuldade que temos de ocupar espaços de decisão e poder, a dificuldade em compartilhar de forma igual as tarefas de cuidado, seja na criação dos filhos ou no cuidado com os idosos. Todas essas tarefas de cuidado, geralmente, recaem sobre as mulheres e acabam nos oprimindo, nos impedindo de ocupar outros espaços. E há as violências psicológicas, o abuso e a violência física, que são realidades duras que muitas de nós enfrentamos.

Sabe, vou tentar fazer um paralelo com uma questão partidária. Eu sou filiada e militante do Partido dos Trabalhadores (PT). O PT tem um setorial de mulheres, uma bancada feminina forte e é um partido comprometido com a igualdade de gênero. Agora, se essa igualdade realmente acontece na prática, só com muita luta das mulheres para que isso se concretize. E eu acho que a RádioCom é a mesma coisa. Claro que a rádio é comprometida, de alguma forma, com os direitos sociais, os direitos humanos, a diversidade. Mas, na prática, só com muita luta das mulheres é que realmente conseguimos avançar na igualdade de gênero nesses espaços.

Eu não tiro o sentimento de compromisso da RádioCom, mas o que eu disse antes continua sendo verdade em 23 anos, quantas mulheres a gente consegue contar nos dedos das mãos que foram protagonistas dessa história? A equidade de

gênero é um processo que precisa ser coletivo, mas também é individual. Porque, mesmo que o homem diga "sou parceiro, estou nessa luta, participo da marcha das mulheres", se no seu cotidiano, na sua casa, essa equidade não acontece, ela também não vai funcionar nos espaços públicos e muito menos nos espaços de poder.

Os espaços de poder, de voz, sempre foram dos homens. Para eles, é muito complicado e às vezes até imperceptível, renunciar a isso. O homem pode dizer: "Ah, eu sou companheiro, pode falar, companheira", mas, enquanto a mulher está falando, ele está fazendo outra coisa, não prestando atenção no que ela está dizendo. É muito dolorido para os homens abrirem mão desse privilégio, desse lugar que sempre foi deles, que, naturalmente, foi sempre ocupado por eles. Já para nós, mulheres, é muita luta. Por isso, acabamos sendo mais observadoras. Estamos sempre percebendo o que está acontecendo, o que muitas vezes passa despercebido pelos companheiros, porque eles não sentem o que nós estamos sentindo.

Acho que meu relacionamento com a RádioCom nunca foi um romance constante. Já tive momentos de estresse, decepção, principalmente em relação à valorização do trabalho. Por exemplo, quando eu queria me formar e continuar trabalhando na RádioCom, eu esperava que a rádio me incluísse no rol de jornalistas que eles queriam ter. Isso não aconteceu e talvez tenha sido porque não havia interesse ou dinheiro, mas naquele momento eu me senti muito desvalorizada, me senti desprezada. Foi um rompimento doloroso, mesmo que seja aquela dor que você guarda num cantinho, por todo o respeito que tem pela relação.

Hoje, fico feliz de poder voltar de outra forma. Esse convite da RádioCom para retransmitir o programa foi muito significativo para mim. Por mais que possa parecer algo pequeno, para mim é enorme. É um reconhecimento. Muita gente pode pensar: "Ah, mas é só a RádioCom". Para mim, é importante porque, em algum momento, me senti desprezada. Então, é bom lembrar que nem tudo foram flores. Apesar das memórias boas serem a maioria e de eu ter plena consciência de que a RádioCom me formou como profissional, também me formou nas dores. A gente carrega as dores da formação junto com os aprendizados.

2.8.2 Decodificando vozes: análise da narrativa de Maria Fernanda Passos

A fala de Maria Fernanda Passos das Neves traz um panorama das dificuldades enfrentadas pelas mulheres em diversos contextos sociais e profissionais.

Através de sua trajetória pessoal e profissional, ela aborda tanto as conquistas quanto os desafios que marcam a vida de uma mulher, mãe e militante.

A divisão sexual do trabalho, um conceito central para entender as dinâmicas de gênero, se manifesta de forma clara na vida de Maria Fernanda. Ela é uma mãe solo, o que significa que recai sobre ela a responsabilidade integral de criar, educar e manter seus filhos e cuidar de sua casa. Esse exemplo demonstra como o cuidado, historicamente, é associado às mulheres, perpetuando uma desigualdade de gênero que não permite a elas compartilhem essa carga com seus parceiros. A sua fala expressa como essa responsabilidade acaba limitando sua participação em outros espaços de poder, sejam eles profissionais ou políticos. De acordo com Hirata (2002), essa é a principal característica que sustenta a divisão sexual do trabalho:

Enquanto a “conciliação” entre vida profissional e vida familiar, entre trabalho assalariado e trabalho doméstico for pertinente exclusivamente para as mulheres, as bases em que se sustenta essa divisão não parecem estar ameaçadas em seus fundamentos (HELENA HIRATA, 2002, p. 20, grifo da autora).

Ela não só descreve essa sobrecarga, como também conecta sua vivência com o conceito mais amplo do machismo estrutural, reconhecendo que a opressão de gênero é incorporada de maneira tão profunda que, muitas vezes, nem percebemos como ela afeta as escolhas das mulheres. Esse fato evidencia como o sistema impõe uma sobrecarga às mulheres, que além de realizarem o trabalho remunerado, precisam equilibrar suas vidas domésticas e de cuidado, sem o mesmo apoio que os homens geralmente recebem.

Maria Fernanda reflete também sobre as dificuldades que as mulheres enfrentam ao tentarem ocupar espaços de poder e de visibilidade. Ela menciona que, ao longo de sua carreira na RádioCom e no Partido dos Trabalhadores, a presença feminina sempre foi mínima e que poucas mulheres conseguiram se destacar como protagonistas. A própria rádio, que se propõe a ser um espaço de diversidade, ainda não conseguiu alcançar uma equidade de gênero plena. Esse fato exemplifica como, mesmo em ambientes progressistas, há uma resistência sistêmica à participação feminina. Bourdieu (2011, p. 126) afirma que:

As mulheres que atingiram os mais altos cargos (chefe, diretora em um ministério etc.) têm que ‘pagar’, de certo modo, por esse sucesso profissional com um menor sucesso na ordem doméstica (divórcio, casamento tardio, celibato, dificuldades ou fracassos com os filhos,

etc.); ou, ao contrário, que o sucesso na empresa doméstica tem muitas vezes por contrapartida uma renúncia parcial ou total a maior sucesso profissional.

A sua experiência com a tentativa de realizar uma live moderada apenas por mulheres no DCM, que "flopou", revela a dificuldade de engajamento do público com vozes femininas. Mesmo em espaços progressistas, existe uma barreira que impede a audiência de se conectar plenamente com mulheres e pessoas negras. Esse ponto é importante para destacar como o reconhecimento do protagonismo feminino ainda é um desafio, até mesmo entre aqueles que se dizem aliados da causa.

A fala de Maria Fernanda revela uma combinação de nostalgia pela experiência na RádioCom com uma crítica sutil ao ambiente. Embora ela destaque não ter sofrido assédio direto, sua percepção indica uma desigualdade persistente, comum em muitos contextos profissionais. Isso sugere que, ainda que não haja assédio explícito, as mulheres precisam lutar mais do que os homens para conquistar respeito e reconhecimento. Ao comentar que mulheres precisam "se posicionar um pouco mais" para serem ouvidas, Maria Fernanda, assim como Clarissa, expõe a discriminação de gênero em sua forma sutil, porém constante.

Vale considerar os espaços de poder dentro dos partidos políticos, onde, apesar da existência de cotas para incentivar a participação feminina, elas muitas vezes não são efetivamente cumpridas. Essa falta de cumprimento das cotas reflete-se na baixa representatividade das mulheres, que, em grande parte, são limitadas a ocupar posições menos influentes dentro das legendas. Além disso, o número de votos recebidos por candidatas mulheres permanece significativamente abaixo do necessário para equilibrar o cenário político, reforçando a disparidade de gênero. Esse desequilíbrio ocorre tanto pela escassez de apoio e visibilidade que as candidatas recebem em comparação com seus colegas homens, quanto pela resistência estrutural dos partidos em apoiar plenamente a presença feminina em cargos de liderança. Assim, a sub-representação das mulheres na política é um problema que transcende as cotas e aponta para a necessidade de reformas que garantam a efetiva participação e ascensão feminina nesses espaços de poder.

Ela também menciona as inúmeras vezes em que sofreu violências sem sequer ter o vocabulário para nomeá-las como tal. Esse relato reflete um aspecto central do machismo estrutural, a naturalização da violência contra as mulheres a ponto de que, muitas vezes, ela não é percebida como algo fora do comum. Essa percepção, que

só vem com o tempo e o autoconhecimento, evidencia como a sociedade falha em educar e conscientizar as mulheres sobre os seus direitos e sobre as violências que sofrem.

Apesar desses desafios, Maria Fernanda expressa orgulho de sua trajetória e de como foi capaz de superar as dificuldades impostas pelo gênero. A rádio comunitária, por exemplo, serviu como um espaço de formação, tanto em termos técnicos quanto pessoais. Ao trabalhar nos bastidores, sendo incentivada a ocupar espaços de fala, ela foi gradualmente construindo sua autoconfiança. O processo de superação do "pânico de microfone" é simbólico, representando como as mulheres precisam superar as barreiras internas e externas para conquistar seus espaços de fala e poder.

Além disso, sua militância no Partido dos Trabalhadores e no grupo Mulheres de Fronteira reforça sua posição como uma mulher que busca transformar o sistema de dentro para fora. Mesmo enfrentando silenciamento e tentativas de descredibilização, ela persiste, destacando a luta necessária para que as mulheres possam ser ouvidas em todos os espaços.

O desconforto de Maria Fernanda com sua própria voz, que ela descreve como "fina e estridente", reflete uma questão mais ampla sobre a aceitação da voz feminina nos espaços públicos. As vozes das mulheres são muitas vezes vistas como desconfortáveis ou inadequadas, um reflexo de séculos de silenciamento feminino. Essa questão transcende o som da voz e se relaciona com o desconforto que a presença feminina gera em muitos espaços tradicionalmente ocupados por homens. Como ela observa, a resistência à voz das mulheres persiste até mesmo em campos progressistas, como o jornalismo alternativo e a política.

Flávia Biroli e Miguel (2015) complementam o ponto ao destacar que as mulheres, ao produzirem discursos em espaços políticos ou públicos, carregam uma marca de subalternidade e docilidade, imposta pelo próprio campo em que atuam. Essa dinâmica se manifesta no constante questionamento de suas ideias e na deslegitimação de suas falas, enquanto o discurso masculino é percebido como natural e adequado para o exercício da autoridade, criando uma hierarquia discursiva que favorece os homens. Além disso, os padrões de fala considerados apropriados no campo político estão mais próximos do discurso dominante, majoritariamente masculino. O discurso das mulheres, seja pela afetividade atribuída a elas ou pelo timbre de suas vozes, é visto como inferior e inadequado para posições de poder.

Os integrantes dos grupos dominantes também são mais bem treinados na produção do discurso adequado – ou, melhor, o tipo de discurso considerado adequado no campo político é mais próximo de seus padrões de fala, que são marcados positivamente, ao contrário do que ocorre com a fala dos grupos dominados. A fala das mulheres carrega marcas de inferioridade, desde a disposição afetiva associada a elas, julgada como excessivamente compassiva, até o próprio timbre de voz, já que o mais grave é vinculado socialmente ao exercício da autoridade. Por fim, os interesses do grupo dominante são mais facilmente apresentados como interesses universais, o que é outro efeito do “imperialismo cultural” (FLÁVIA BIROLI & MIGUEL, 2015, p. 66).

Sua experiência mostra que, embora as mulheres tenham conquistado direitos e espaços, o caminho para a verdadeira equidade de gênero ainda é longo e tortuoso. A luta de Maria Fernanda, tanto pessoal quanto profissional, é um reflexo das barreiras sistêmicas que as mulheres enfrentam, mas também demonstra o poder de resistência e a capacidade de transformar essas dificuldades em força.

A fala de Maria Fernanda sobre sua experiência como voluntária na RádioCom e sua frustração por não ter sido formalmente contratada levanta a questão da precarização do trabalho feminino. Muitas mulheres, especialmente em espaços comunitários e culturais, sofrem com a falta de valorização profissional e econômica de seu trabalho.

O sentimento de desvalorização que Maria Fernanda experimentou ao não ser contratada como efetiva pela RádioCom, mesmo após sua formação, pode ser analisado sob diversas perspectivas, principalmente em relação ao reconhecimento profissional, gênero, precarização do trabalho e expectativas não atendidas. Maria Fernanda menciona que desejava ser incluída no “rol das jornalistas que eles queriam ter”, mas que isso não aconteceu, possivelmente por falta de interesse ou recursos financeiros por parte da RádioCom. Para ela, a expectativa de que sua contribuição e dedicação à rádio, somadas à sua formação acadêmica, fossem recompensadas com uma contratação formal era legítima. Ela investiu tempo, esforço e paixão em sua atuação na RádioCom, especialmente em um momento crucial de sua formação enquanto profissional.

O não reconhecimento de sua dedicação, simbolizado pela ausência de uma proposta de contratação, gerou um forte sentimento de desvalorização. Esse sentimento é comum em situações em que os trabalhadores, especialmente as mulheres, sentem que o trabalho voluntário ou precário que realizaram não foi

adequadamente reconhecido ou recompensado. Essa falta de valorização pode gerar uma sensação de invisibilidade e de que seu trabalho não foi visto como suficientemente importante, mesmo quando tenha sido essencial para o funcionamento do projeto.

Maria Fernanda também aponta que, historicamente, poucos espaços de poder foram ocupados por mulheres na RádioCom. Tal situação indica uma cultura de subvalorização do papel das mulheres em posições de destaque, mesmo em um ambiente que se propõe progressista, conforme já dito. Flávia Biroli (2018, p.41) afirma que: “O acesso das mulheres a profissões de prestígio, assim como a presença maior de determinadas mulheres em ocupações marcadas pela precariedade, expõe essas formas cruzadas de desvantagem”. A ausência de uma proposta de contratação formal após a formação de Maria Fernanda pode ser lida também como parte desse contexto, em que as mulheres, mesmo sendo competentes e qualificadas, encontram dificuldades para acessar posições de maior reconhecimento e estabilidade.

A frustração de Maria Fernanda é intensificada pelo fato de que ela tinha aspirações de se consolidar profissionalmente na rádio, mas viu essas aspirações bloqueadas. A estrutura de poder dentro da RádioCom pode não ter reconhecido plenamente seu potencial, seja por uma falta de percepção do valor que ela trouxe ao projeto, seja por questões de gênero que, muitas vezes, relegam as mulheres a posições secundárias ou temporárias, sem lhes oferecer a possibilidade de ascender a espaços de maior protagonismo.

Maria Fernanda descreve esse momento como um rompimento doloroso, uma “dor que tu guardas no cantinho por todo o respeito que tem pela relação”. Essa metáfora do rompimento sugere que seu vínculo com a rádio não era apenas profissional, mas afetivo. A RádioCom era o espaço no qual ela queria continuar sua carreira e ser preterida gerou uma dor emocional que transcende a simples questão de não ter sido contratada. O fato de ela ter guardado esse sentimento e continuar respeitando a rádio revela o quanto esse espaço foi importante para sua identidade como comunicadora e como pessoa.

Essa dimensão emocional do rompimento destaca um fenômeno comum entre mulheres que dedicam seu trabalho e sua vida a uma causa ou organização, a mistura de sentimentos de lealdade, pertencimento e desvalorização. O trabalho feminino, muitas vezes, está entrelaçado com afeto, lealdade e sacrifício pessoal, o que torna as decepções e desvalorizações ainda mais dolorosas. O rompimento com a

RádioCom, embora tenha sido profissional, foi também simbólico de um afastamento emocional de um espaço que moldou sua identidade.

A experiência de Maria Fernanda também pode ser analisada sob a lente da precarização do trabalho, um fenômeno que afeta desproporcionalmente as mulheres. Ela menciona que, na RádioCom, era voluntária e que, mesmo quando atuou de forma mais ativa na produção e apresentação de programas, nunca houve um contrato formal. Esse cenário de informalidade, em que as mulheres contribuem de forma significativa sem receber o devido reconhecimento ou remuneração adequada, é uma expressão nítida da precarização do trabalho.

Muitas vezes, em espaços culturais, comunitários e de ativismo, as mulheres são vistas como "trabalhadoras naturais" que devem estar dispostas a contribuir por amor à causa, sem a contrapartida financeira ou profissional que outros espaços mais formais proporcionam. Essa precarização atinge especialmente as mulheres em profissões como o jornalismo, a comunicação e a produção cultural, que são áreas em que o trabalho precário e informal é comum, principalmente em iniciativas independentes e de cunho social.

Essa falta de valorização formal do trabalho de Maria Fernanda pode ser vista como um reflexo desse fenômeno mais amplo, em que as contribuições femininas são aceitas, mas não recompensadas de maneira justa. Esse cenário perpetua a ideia de que o trabalho das mulheres, especialmente em espaços voluntários ou comunitários, é menos digno de reconhecimento.

O retorno de Maria Fernanda à RádioCom, ainda que de forma diferente, ao ter seu programa retransmitido pela rádio, simboliza um processo de reconciliação. Ela afirma que, para ela, o convite para retransmitir seu programa foi muito significativo, mesmo que pareça pequeno para outros. Esse gesto representa um reconhecimento tardio de seu valor para a RádioCom e a resposta de Maria Fernanda revela o quanto ela desejava esse reconhecimento.

Esse retorno oferece uma oportunidade de Maria Fernanda reocupar, mesmo que simbolicamente, o espaço que ela sentia ter perdido. Esse movimento demonstra o quanto o reconhecimento é fundamental para o senso de pertencimento e valorização profissional das mulheres, especialmente em ambientes nos quais elas historicamente foram subvalorizadas.

O sentimento de desvalorização que Maria Fernanda experimentou ao não ser contratada pela RádioCom revela a complexidade das experiências profissionais das

mulheres, especialmente em ambientes comunitários e progressistas. Sua frustração reflete a precarização do trabalho feminino, a luta por reconhecimento em espaços historicamente dominados por homens e a dificuldade de conciliar aspirações profissionais com a realidade de gênero que impõe barreiras invisíveis. O reconhecimento tardio que ela recebeu, ao ter seu programa retransmitido pela RádioCom, pode ser visto como uma tentativa de reparar essa desvalorização, mas também como um lembrete de que o caminho para o reconhecimento das mulheres nesses espaços ainda é longo e desafiador.

A análise da fala de Maria Fernanda nos oferece uma visão profunda sobre como as questões de gênero, divisão sexual do trabalho, assédios e discriminações ainda moldam a vida das mulheres em diversos campos. Ela nos mostra que, mesmo em espaços progressistas, há muito a ser feito para alcançar uma verdadeira equidade de gênero e que a luta das mulheres, seja nos espaços domésticos ou públicos, é contínua e multifacetada. Sua trajetória é um exemplo de coragem, de uma mulher que, apesar das adversidades, construiu uma carreira sólida, marcada por uma mistura de maternidade, militância e profissão.

2.9 Tereza Fuji – "Parece que querem nos empurrar de volta para dentro de casa, como se nosso lugar fosse apenas ali"

A entrevista com Maria Tereza Tavares Fuji ocorreu no dia 21 de agosto de 2024, em uma sala da ASUFPeI, o sindicato dos servidores técnicos-administrativos da Universidade Federal de Pelotas. Tereza, mulher de personalidade forte e muitas histórias, é assistente em tecnologia da informação aposentada, com pós-graduação em gestão pública e, na época, ocupava o cargo de coordenadora geral do sindicato. Divorciada e com uma trajetória que reflete sua dedicação ao serviço público, Tereza é uma figura ativa na defesa dos direitos dos trabalhadores.

A entrevista, que durou cerca de 30 minutos, teve como objetivo entender o papel do sindicato na RádioCom e como eles enxergavam as questões de gênero dentro da emissora, se tinham conhecimento sobre as condições das mulheres, suas necessidades, dificuldades, salários e se havia uma política de gênero na rádio.

Maria Tereza Tavares Fuji nasceu em 20 de setembro de 1956, em Pelotas. Com uma carreira na área de informática, ela é assistente em tecnologia da informação com pós-graduação em Gestão Pública. Ao se descrever, Tereza

menção que é resultado de muitas situações vividas ao longo da vida, comparando-se a uma colcha de retalhos. Ela revela que há momentos em que se sente forte e outros em que a fragilidade toma conta, mostrando uma mistura de calma e raiva, dependendo do momento.

Durante a entrevista, Tereza compartilhou suas experiências e reflexões sobre o papel do sindicato na RádioCom, discutindo as condições das mulheres na emissora, suas necessidades, dificuldades e salários. Ela enfatizou a importância de uma política de gênero na rádio, destacando a necessidade de garantir um ambiente mais justo e igualitário para todos os colaboradores.

2.9.1 Tereza Fuji e sua narrativa

Meu nome é Maria Tereza Tavares Fuji, nasci em 20 de setembro de 1956, em Pelotas. Sou da área de informática, assistente em tecnologia da informação, com pós-graduação em gestão pública. Sou divorciada e, hoje, estou como coordenadora geral do sindicato. Eu sou o resultado de muitas situações que vivi ao longo da vida. Somos como uma colcha de retalhos, vamos costurando, costurando, há momentos em que me sinto forte e outros em que a fragilidade toma conta. Tem dias em que sou calma, tranquila, mas há outros em que estou raivosa. Sou essa mistura. E acho que isso tudo vem do que vivemos, da nossa história. Conforma vamos andando na vida, vamos entendendo que cada momento é único e que não somos uma só. Por vezes uso a força para mascarar certas fragilidades, mas não vivemos 68 anos sem aprender nada. Todo mundo aprende.

Sinto que a RádioCom é uma ferramenta essencial para nós do sindicato. É o espaço onde podemos falar, ser ouvidos. Não temos outros veículos que nos deem essa abertura. A RádioCom, para mim, conecta a cidade ao que acontece dentro dos sindicatos. A ASUFPel, inclusive, é uma das fundadoras da rádio. Temos um programa semanal, o “ASUFPel Comunidade”, todas as terças-feiras, às 15h. Participamos também de outros programas, como o “Contraponto”. Embora, por muitos anos, estivéssemos afastados do Conselho da Rádio, agora voltamos a participar, mas não estamos conseguindo atuar muito, em função das nossas idas para Brasília durante a greve. Não temos gerência nenhuma sobre a programação da rádio.

Sinto que ainda temos um caminho longo a percorrer quando se trata da inserção das mulheres no mundo do trabalho. Somos maioria e mesmo assim estamos invisíveis. Fica aquele peso nas costas da mulher, de cuidar da casa, dos filhos, enquanto precisa trabalhar. Não está escrito em lugar nenhum que a mãe que tem que cuidar do filho, mas a responsabilidade ainda recai sobre nós e isso nos limita em muitas áreas, inclusive na política. Qualquer jornalista da UFPel poderia fazer um bico na RádioCom, por exemplo, mas as mulheres não têm tempo para isso. Temos que cuidar da casa, cuidar dos filhos, estudar, fazer compras... Nós temos que pensar em tudo. A vida da mulher ainda é muito complicada. Na RádioCom teria que ter mais mulheres, acho que têm poucas. Eu vejo só a Clarissa mesmo, nos outros programas de música são mais mulheres, parece que vemos mais mulheres na área da cultura, mas nos programas de política e outras áreas ainda têm o predomínio dos homens.

Não sei mais detalhes do número de mulheres na RádioCom, nem sobre o salário delas. No sindicato, por exemplo, temos a preocupação com a equidade de gênero. Temos muito mais mulheres que homens e é interessante, porque tem uma empresa que faz a seleção para o sindicato e não sei por que, na maioria das vezes, são selecionadas mulheres. Aqui no administrativo são todas mulheres, o único homem é o jornalista.

Somos mais e teríamos que estar em maior número em todos os ambientes, mas já vemos que nos concursos estão sendo aprovadas mais mulheres. Tem um estudo sobre isso que mostra que as mulheres estão passando por terem mais estudo formal do que os homens. Eu vejo mudanças. Quando entrei no IF, éramos apenas 19 mulheres, em meio a milhares de homens, fui da primeira turma de mulheres. Hoje, a situação é bem diferente. Em áreas como a informática, o caminho ainda é difícil. Melhorou muito, mas o ambiente ainda é dominado por homens.

A rádio realiza uma prestação de contas anual para o sindicato, mas nós diminuimos bastante a nossa contribuição. O nosso jornalista faz o programa semanal do sindicato.

Penso que a RádioCom contribui para a inserção das mulheres no trabalho à medida que defende o trabalho das mulheres. São vários grupos em Pelotas que defendem os direitos das mulheres e eles têm espaço na rádio, então a visibilidade contribui, pois a rádio é uma formadora de opinião. Pelotas, como muitas outras cidades, é um lugar difícil para as mulheres das classes menos favorecidas e a rádio serve como um espaço de educação e conscientização. Ela não atinge toda a

população, mas os programas que ficam gravados permitem que mais pessoas tenham acesso e aprendam. A RádioCom tem essa importância.

Somos maioria, precisamos ocupar nossos espaços. Quando uma cadeira está vazia, se a gente não ocupa vem um homem e ocupa. E os homens têm mais facilidade de ocupar, pois não têm um compromisso maior com as vidas de outras pessoas. Ainda assim, o preconceito contra mulheres em cargos públicos persiste. Quando falo que sou pré-candidata a vereadora, ouço piadinhas do tipo: “O que você quer com essa idade? Vai viajar, vai descansar!” Mas não estou aqui por diversão ou por dinheiro, estou aqui para defender algo em que acredito. Esse preconceito com mulheres em espaços de poder é um reflexo do machismo.

Acho que muitas coisas realmente melhoraram. Hoje, as pessoas têm mais liberdade para expressar o que sentem e lutar por aquilo que acreditam. Eu, por exemplo, queria estudar Serviço Social, mas meu pai me dizia que eu não iria “fazer isso para dar comida aos pobres” e que o certo seria fazer Pedagogia. E eu fiz, mesmo odiando, porque naquela época você não tinha escolha. A gente não enxergava um jeito de mudar as coisas.

Quando minha filha quis fazer Gastronomia, eu repeti a mentalidade do meu pai, disse a ela: “Quer cozinhar? Cozinha em casa então”. Mas ela me enfrentou e com razão. Hoje, as pessoas têm mais consciência dos seus direitos e lutam por eles. Eu espero que isso continue, porque já vivemos muitos retrocessos e não podemos perder essas conquistas.

Lá em Brasília, o que se vê são propostas que só tiram direitos, especialmente das mulheres. Parece que querem nos empurrar de volta para dentro de casa, como se nosso lugar fosse apenas ali. Mas a rádio tem o poder de mudar essa realidade, porque ela educa. A maioria dos programas está ligada aos sindicatos e a questões políticas e não apenas partidárias. Eu acredito que a rádio ensina as pessoas a se defenderem. Precisamos mostrar para elas como exigir seus direitos e a rádio cumpre esse papel.

Hoje, vejo que a programação cultural da RádioCom cresceu muito. As pessoas querem discutir política, mas, ao mesmo tempo, estão cansadas. A cultura chama ouvintes e Pelotas é rica em manifestações culturais. Se eu pudesse mudar algo na RádioCom, ampliaria ainda mais a programação cultural. Acho que, após tempos tão difíceis, precisamos de leveza. A cultura é uma saída.

2.9.2 Decodificando vozes: análise da narrativa de Tereza Fuji

A fala de Maria Tereza Fuji oferece uma análise dos problemas que persistem dentro e fora do ambiente da RádioCom, com foco especial no papel da rádio como veículo de conscientização e mudança.

Tereza destaca uma realidade comum a muitas mulheres, a sobrecarga de trabalho que envolve tanto as tarefas domésticas quanto as responsabilidades profissionais. Ela menciona que, embora as mulheres sejam maioria, continuam invisibilizadas nos espaços de poder e em muitas esferas do mercado de trabalho. Tal situação reflete a divisão sexual do trabalho, que historicamente atribui às mulheres a responsabilidade pelas tarefas domésticas e pelo cuidado dos filhos, limitando sua participação ativa em outros setores, como a política e o trabalho formal.

Tereza comenta que a vida da mulher é muito mais complicada, com responsabilidades que vão além do trabalho formal. Essa situação torna ainda mais difícil para elas se envolverem em outras atividades, como “fazer um bico” na rádio ou participar mais ativamente do Conselho. O fato de as mulheres estarem predominantemente em posições administrativas ou na área cultural da rádio reflete um padrão de segregação ocupacional por gênero, onde as mulheres são empurradas para áreas de menor prestígio ou poder decisório. Essa sobrecarga é reforçada por Bruschini e Lombardi:

Pode-se afirmar que, no âmbito da oferta de trabalhadoras, tem havido significativas mudanças. Restam, no entanto, algumas continuidades que dificultam a dedicação das mulheres ao trabalho ou fazem delas trabalhadoras de segunda categoria, que estão sempre em desvantagem no mercado. Em primeiro lugar, elas continuam sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e pelos cuidados com os filhos e demais familiares, o que representa uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas. Em segundo, a presença de filhos pequenos continua sendo um fator que dificulta a ocupação feminina. (MARIA CRISTINA BRUSCHINI & MARIA ROSA LOMBARDI, 2003, p. 330).

Tereza observa a mesma tendência, com uma presença tímida de mulheres em áreas como política, apesar de uma maior participação feminina nos programas culturais. O predomínio masculino em áreas como a política e a gestão da rádio revela que as mulheres ainda encontram barreiras significativas para se inserirem nesses espaços de decisão, evidenciando a perpetuação do machismo estrutural. Esse cenário se reflete na falta de mais mulheres ocupando posições de liderança na

RádioCom, e Tereza sugere que essa realidade pode ser resultado das pressões sobre as mulheres para equilibrarem o trabalho doméstico e suas carreiras, enquanto os homens encontram menos barreiras para assumirem cargos públicos e de poder.

Na fala de Tereza Fuji, fica evidente a percepção de que, embora a ASUFPel seja a mantenedora da RádioCom e tenha uma presença institucional por meio de um programa semanal, sua influência no dia a dia da rádio é limitada. Ela aponta que a ASUFPel não exerce controle sobre a programação ou as decisões cotidianas da emissora, destacando que não há "gerência nenhuma" da parte do sindicato em relação à rádio. Esse fato revela uma certa dissociação entre a gestão sindical e as práticas internas da RádioCom, especialmente no que diz respeito às discriminações de gênero.

Em suma, a fala de Tereza revela que a ASUFPel, apesar de ser uma mantenedora relevante, não tem influência direta nas questões internas da RádioCom, especialmente em relação à gestão da equidade de gênero, o que indica que a rádio, enquanto veículo, pode servir de plataforma para o avanço de discussões sobre gênero, mas suas práticas internas precisam ser alinhadas com os valores que ela promove.

Tereza reconhece a importância da RádioCom como um veículo para dar visibilidade às questões relacionadas aos direitos das mulheres e à inserção delas no mercado de trabalho. No entanto, também observa que o espaço da rádio ainda reflete as desigualdades de gênero que permeiam a sociedade, com uma presença limitada de mulheres, principalmente nos programas de política. Essa observação sugere que, apesar do potencial transformador da rádio, as dinâmicas internas ainda não refletem plenamente o compromisso com a equidade de gênero.

A análise de Tereza expõe um paradoxo: embora a RádioCom seja uma ferramenta de conscientização e visibilidade para as mulheres, as estruturas de poder dentro da rádio, assim como na sociedade em geral, ainda privilegiam os homens. Esse fato reforça a necessidade de uma maior participação feminina nos espaços de decisão, tanto dentro da rádio quanto nos sindicatos e demais esferas de poder.

Tereza também expõe o assédio moral e o silenciamento que muitas mulheres enfrentam, especialmente quando se candidatam a cargos públicos. Ela menciona que, ao se declarar pré-candidata a vereadora, ouve frequentemente comentários depreciativos sobre sua idade, com sugestões de que deveria "descansar" ou "viajar", como se não fosse apta ou digna de ocupar esse espaço. Esse tipo de discurso reflete

o machismo estrutural, que deslegitima a presença de mulheres, especialmente as mais velhas, em cargos de poder e decisão. Aqui está presente, também, o etarismo.

A marginalização das mulheres no espaço público, como a política, é um reflexo de como o poder ainda é percebido como um território masculino. Quando mulheres tentam ocupar esses espaços, enfrentam barreiras invisíveis, como piadas e comentários que visam desestimulá-las. O mesmo ocorre em ambientes como a RádioCom, nos quais a presença masculina nos programas políticos é mais forte e as mulheres ainda são minoria. De acordo com Maria Amélia Teles (2006, p.81-82): "A ausência da representação feminina na política viola os direitos humanos. Prejudica não só os interesses das mulheres, mas de toda a humanidade, pois se encontra mutilada a representação política, o que resulta em prejuízos econômicos e sociais".

Apesar dessas desigualdades, Tereza reconhece a importância da RádioCom como uma ferramenta de conscientização e transformação social. Ela acredita que a rádio contribui para a inserção das mulheres no mercado de trabalho, ao dar visibilidade às suas lutas e necessidades. Programas voltados para a defesa dos direitos das mulheres e para a discussão das desigualdades de gênero têm espaço na rádio, o que ajuda a ampliar a conscientização e a educação sobre esses temas.

A rádio, segundo Tereza, tem o potencial de educar e formar opinião, especialmente em cidades como Pelotas, onde as camadas mais pobres enfrentam maiores dificuldades. No entanto, ela ressalta que a rádio ainda não atinge toda a população, o que limita seu alcance. Mesmo assim, os programas gravados permitem que mais pessoas acessem o conteúdo posteriormente, ampliando a disseminação da informação.

Tereza também reflete sobre as mudanças positivas que vêm ocorrendo ao longo dos anos, como o aumento da participação feminina em concursos públicos e em outras áreas profissionais. Ela menciona que, embora as mulheres ainda enfrentem desafios, há um progresso visível, especialmente no que diz respeito à educação formal. As mulheres estão passando em concursos e conquistando espaços que antes lhes eram negados, graças à sua dedicação aos estudos e à busca por uma qualificação formal.

No entanto, Tereza alerta para os retrocessos nas políticas públicas, especialmente no que diz respeito aos direitos das mulheres. Ela critica as propostas que vêm sendo feitas em Brasília, que, segundo ela, visam retirar direitos conquistados pelas mulheres e relegá-las novamente ao espaço doméstico. A rádio,

nesse contexto, é vista como uma ferramenta essencial para resistir a esses retrocessos, educando a população sobre seus direitos e incentivando as mulheres a ocuparem espaços que lhes pertencem por direito. Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), divulgado em 2023 mostra essa realidade:

As turbulentas eleições de 2014, o aprofundamento da crise política nos anos seguintes, a alteração do *status* hierárquico da SPM⁵⁵ e a deposição da primeira presidenta eleita no país foram o pano de fundo para um novo período na trajetória das políticas para as mulheres caracterizado pela paralisia da agenda e pela interdição no avanço das políticas (CAROLINA TOKARSKI *et al.* 2023, p.51).

A análise da fala de Tereza revela uma visão crítica sobre as desigualdades de gênero e as barreiras enfrentadas pelas mulheres, tanto na RádioCom quanto na sociedade em geral. A rádio, embora seja uma plataforma de transformação social, ainda reflete muitas das desigualdades de gênero presentes em outros espaços. No entanto, Tereza vê na RádioCom um potencial de mudança, especialmente através da visibilidade que ela dá às pautas feministas e aos grupos que defendem os direitos das mulheres.

O machismo, o silenciamento e a discriminação ainda são obstáculos significativos para que as mulheres possam participar plenamente desses espaços, mas a resistência e a luta por mais igualdade, como a de Tereza, apontam para um caminho de transformação.

2.10 Celeste Pereira - "Às vezes, o único jeito que ela encontra para ser ouvida é falar mais alto, porque, se falar baixinho, sua opinião pode ser ignorada"

A entrevista com Celeste dos Santos Pereira ocorreu no dia 24 de junho de 2024, no apartamento dela, localizado na zona do Porto. Com duração de cerca de uma hora, a conversa foi marcada por momentos de reflexão profunda sobre temas como gênero, divisão sexual do trabalho e sua trajetória pessoal e profissional. Assim como em outras entrevistas, a presença de um cachorrinho filhote, muito carente e sempre pedindo atenção, trouxe leveza ao encontro.

Durante a entrevista, Celeste, nascida em Arroio Grande, em 22 de junho de 1964, compartilhou sua história como enfermeira, professora aposentada e militante

⁵⁵ Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

sindical. Além de ex-dirigente da ADUFPel, ela também faz parte da coordenação da RádioCom, o que lhe permite contribuir diretamente para o entendimento e a promoção da equidade de gênero na emissora. Celeste relatou os desafios enfrentados pelas mulheres, tanto na política quanto no cotidiano, abordando como muitas vezes as vozes femininas são desvalorizadas nesses espaços e destacou a importância de lutar por maior representatividade.

A conversa incluiu memórias de sua atuação na luta de classes, sua experiência como mãe e militante, e sua visão crítica sobre o papel das mulheres na sociedade. Celeste destacou a relevância de criar espaços em que mulheres possam ser ouvidas e a necessidade de reconstruir constantemente suas trajetórias, algo que ela disse ter feito "talvez umas 15 mil vezes". Ao final, ela reforçou seu sonho de um mundo em que o respeito mútuo prevaleça e não haja necessidade de "mandar" no outro, mas sim de conviver em harmonia.

2.10.1 Celeste Pereira e sua narrativa

Meu nome é Celeste dos Santos Pereira, nasci em 22 de junho de 1964, e, recentemente, completei 60 anos. Sou professora aposentada da Faculdade de Enfermagem, mas sempre digo que minha essência está na minha formação como enfermeira. Trabalhei muitos anos na assistência e terminei minha carreira profissional como professora. Me formei na Faculdade de Enfermagem em 1986, em duas graduações, bacharelado e licenciatura. Depois, me especializei em saúde coletiva, fiz mestrado em enfermagem e concluí meu doutorado em Ciências da Saúde pela UFPel. Sou natural de Arroio Grande e sou solteira.

Hoje, sou base no sindicato, mas até dois anos atrás, integrava a direção. Acompanho a RádioCom desde antes de ingressar na universidade, quando trabalhava para a Prefeitura. Naquela época, já participávamos de atividades e encontros no movimento social e sindical. Também fui parte da diretoria do SIMP, sempre envolvida nas questões de luta de classes.

Já me reconstruí muitas vezes, talvez umas 15 mil. Acho que isso se deve ao fato de eu ser filha de uma família humilde. Minha mãe sempre foi muito submissa e meu pai, por outro lado, era autoritário. Ele foi um excelente pai quando éramos pequenas, mas à medida que fomos crescendo e começamos a ter nossas próprias opiniões, as coisas mudaram. Fui criada em um ambiente em que apanhar era algo

comum e isso é algo que refleti muito nessa fase de escolhas e de pensar para qual direção seguir. Essa questão é comum entre as mulheres.

Eu me via entre dois extremos, ser como quem bate ou ser como quem apanha. Esse dilema me acompanhou por toda a vida e acabei me tornando uma pessoa autoritária e agressiva em muitos momentos, tentando me impor à força, no grito. No entanto, passei a revisar esse comportamento, especialmente após vivenciar situações difíceis, como o assédio e a perda de empregos. Acho que a maternidade foi um marco nesse processo de reflexão. Com duas meninas para criar, comecei a me perguntar, que tipo de mundo eu quero para elas.

Foi aí que percebi que não era uma questão de escolher entre bater ou apanhar. Existem outras opções, outros caminhos. Esse pensamento virou meu mundo de cabeça para baixo. A militância também foi um ponto importante nesse processo de transformação, mas não foi fácil. Ser mulher e militante traz seus próprios desafios, mesmo dentro de casa. Eu e meu companheiro éramos ambos militantes, mas ele tinha liberdade para ir às reuniões e viajar, enquanto eu militava, mas ao mesmo tempo precisava cuidar das meninas. Só quando consegui garantir que elas estariam bem cuidadas, ou poderiam me acompanhar, foi que comecei a me engajar mais ativamente. E isso não foi fácil de resolver.

Enfrentei muitos desafios para ser quem sou hoje e te digo que ainda tenho muito o que melhorar. Mas gosto da pessoa que me tornei. Aprendi que a vida não precisa ser só sobre bater ou apanhar. Talvez eu ainda não tenha encontrado o equilíbrio perfeito e às vezes escorrego para um lado ou para o outro, mas me permito refletir, sofrer quando preciso e me alegrar com as conquistas.

Tive muitas oportunidades na minha vida e sou muito grata por todas as experiências que me ajudaram a ser quem sou hoje. Convivi com mulheres maravilhosas, com histórias profundamente impactantes. Para te dar um exemplo, quando eu fazia meu mestrado, ainda trabalhava como enfermeira assistencial em uma comunidade do interior. Nós criamos um Centro de Aleitamento Materno na cidade e o lema era “Quem ama, amamenta”. Eu comecei a trabalhar nesse centro e então me tornei mãe. Minha filha tinha muita dificuldade para mamar. Meu peito rachava, doía, ela chorava, gritava e não ganhava peso. Eu olhava para aquele lema e pensava: “Meu Deus, será que eu não amo a minha filha?”

Enquanto isso, decidi fazer meu mestrado e estudar o aleitamento materno. Durante essa fase, entrevistei uma mulher de mais de 40 anos, grávida do sexto filho.

Eu fazia o pré-natal dela e um dia ela me procurou dizendo: “Celeste, preciso conversar contigo. Tive um sonho muito ruim, algo está errado com o meu bebê.” Quando a examinei, percebi que a altura uterina não correspondia ao tempo de gestação, o que indicava a necessidade de exames mais detalhados.

Enquanto aguardávamos os resultados, ela me contou uma história que me marcou profundamente. Ela disse: “Celeste, eu morava na Grande Porto Alegre, fui mãe solteira e minha família me disse que eu teria que dar um jeito, que precisava trabalhar. Então, eu trabalhava em uma cidade enquanto meu filho ficava com minha mãe e minha tia em outra cidade. Eu lembrava dele durante o trabalho e meus peitos choravam. Eu não podia amamentá-lo. Naquele momento, decidi que, se eu tivesse outros filhos, não os privilegiaria com o que aquele primeiro filho não pôde ter.” Aquela fala mexeu muito comigo. Percebi que a dimensão do amor e do cuidado podia ser outra e essa experiência me fez repensar muitas coisas.

Essas vivências me desconstruíram, me fizeram olhar o mundo de outro jeito. Agora, como avó, o meu olhar é novamente transformado. Eu gosto da pessoa que me tornei, mas às vezes penso como seria ter trinta anos com a cabeça que tenho hoje. Hoje me sinto bem, sem problemas de saúde até o momento e tenho orgulho de quem me tornei.

Sei que tive privilégios que muitas mulheres não tiveram. O privilégio de ter experiências que outras não puderam viver, o privilégio de ter pele clara, o que me coloca em uma posição diferente da maioria das mulheres negras e periféricas. Mas isso não significa que não enfrentei desafios. A vida me fez passar por situações que me obrigaram a refletir e a redimensionar meu olhar. Cada dificuldade e aprendizado me moldou e sigo querendo continuar me orgulhando de quem sou.

Conheço a RádioCom há muito tempo e acredito que é um espaço fundamental para divulgar a versão dos fatos sob a ótica da classe trabalhadora. Sabemos que as mídias tradicionais, seja a imprensa escrita ou falada, são tendenciosas, beneficiando, na maioria das vezes, o capital em detrimento da classe trabalhadora. Portanto, entendemos que fortalecer um espaço como a RádioCom é essencial para amplificar a voz dos movimentos sociais e sindicais.

Nossa seção sindical, a ADUFPeI, sempre contribuiu para a manutenção da RádioCom. Embora eu não saiba precisar o valor exato atualmente, acredito que esteja em torno de R\$ 2.800 mensais. Outros sindicatos contribuem com valores diferentes, alguns maiores, outros menores, dependendo da arrecadação de cada um

e da deliberação política de suas direções. No entanto, a ADUFPel tem mantido essa contribuição constante, pelo reconhecimento da importância da rádio.

Em outros momentos, eu não saberia precisar, mas de um tempo para cá, a ADUFPel tem tentado intervir politicamente na rádio. Bom, já autorizei e vou falar sobre isso. No início da história, o nosso campo de debate político estava muito mais centrado em companheiros que militavam no PT, articulados via Central Única dos Trabalhadores (CUT). No entanto, com o passar do tempo, esse panorama mudou. Algumas posturas políticas adotadas pelo PT fizeram com que parte das pessoas se afastasse e novos partidos e militantes vinculados a essas outras correntes começaram a ganhar espaço.

A RádioCom, por sua vez, não é partidária. Ela é constituída por sindicatos que têm concepções políticas próximas, mas não necessariamente idênticas e nem todos os sindicatos possuem uma ligação mais forte com um partido específico. Na verdade, nós defendemos que a rádio deve ter autonomia em relação a partidos.

Por isso, entendemos que era importante intervir politicamente no debate da rádio, especialmente na linha editorial. Para isso, começamos a indicar pessoas nos processos de sucessão da coordenação da rádio, para ocupar esses espaços. Agora estamos na terceira gestão consecutiva em que a ADUFPel faz parte da coordenação geral. A primeira foi acompanhada pelo professor Schuch e nas últimas duas gestões eu estou à frente. Na primeira, ainda fazia parte da direção do sindicato e agora, mesmo fora da direção, a seção sindical me indicou para continuar com essa representação.

Nosso objetivo é trazer pautas que estão no debate cotidiano e a pauta das mulheres, por exemplo, é uma das principais que procuramos fortalecer. Como eu estava te dizendo, até a última eleição, eu era a única mulher na coordenação da rádio. Não estou nem mencionando as radialistas, que foram muito poucas e na coordenação era a mesma coisa. Mas agora, nessa gestão, somos três mulheres e temos conseguido participar efetivamente das reuniões. Antes, já houve outras companheiras, mas elas acabavam não dando conta devido à multiplicidade de tarefas e frentes que assumiam. A participação não era tão consistente, mas agora somos três lá, sempre presentes e “incomodando” em todas as reuniões.

Digo isso brincando, mas ao mesmo tempo falando sério, porque é muito difícil esse universo da política. Ele ainda é visto como um espaço masculino, no qual o homem fala com voz grossa, dá gritos, impõe sua presença. Já as mulheres são

esperadas a ter uma fala mansa, mais calma. E quando uma mulher fala mais alto, muitas vezes dizem que ela está se “masculinizando”. Mas nem sempre é isso. Às vezes, é o único jeito que ela encontra para ser ouvida, porque, se falar baixinho, sua opinião pode ser ignorada. Aí, vem um companheiro, fala a mesma coisa e as pessoas dizem que concordam com a fala do fulano e não mencionam a fala da mulher.

Eu tenho cobrado muito isso. Se eu falei algo, se reporte à minha fala e não precise que alguém venha explicar o que eu disse. Não preciso que me expliquem, porque eu já falei. Se não entenderam, podem perguntar e eu explico de novo, mas não precisa que um homem interprete minhas palavras. Esse é um processo. Embora entendamos que, na luta de classes, estamos em campos opostos, trabalhadores versus o patronato, dentro da própria classe trabalhadora o machismo ainda está muito presente. Alguns companheiros se esforçam, estudam, leem, mas muitos ainda têm dificuldade de sair desse lugar comum, dessa visão histórica que carregam.

Não é um espaço fácil, mas eu acredito que, se estamos entre pares, é mais fácil do que lutar contra nosso campo oposto. A ADUFPel, além de minha representação na coordenação da rádio, também tem um programa que aborda as questões do magistério federal superior, toda segunda-feira, às 13h30, na RádioCom. É um espaço que usamos e está disponível para todos os sindicatos. Outros sindicatos também têm seus programas na rádio, tratando de seus próprios temas.

Os sindicatos que participam da RádioCom têm o objetivo de representar suas categorias. Eu não estou lá por minha cabeça, estou lá para defender os interesses da ADUFPel. Levamos para a rádio o que consideramos importante para a nossa categoria. Já tivemos alguns enfrentamentos, como quando a rádio entende que o debate deve seguir por um caminho e a ADUFPel pensa que o caminho deve ser outro. Nesses casos, fazemos a disputa política e vemos como isso se desenrola.

Vou te dar um exemplo simples, atualmente estamos em um processo de disputa pela reitoria da universidade. Nós, da ADUFPel, entendemos que a rádio deve ser um espaço para veiculação de informações e para promover o debate, mas de forma organizada. Quem precisa ser ouvido primeiro é a comissão eleitoral, que organiza o processo através das entidades e depois abrimos o espaço para as chapas. Não pode ser uma coisa aleatória, do tipo “vou convidar fulano ou sicrano”. Isso precisa ser programado, pensado e com espaço para todos, mas sob a coordenação de quem está conduzindo o processo, que são as entidades. Essa foi uma demanda nossa e a rádio acatou, porque não dá para ser de qualquer jeito.

Existem algumas influências da ADUFPel na rádio que acredito serem positivas e espero que frutifiquem. Agora, por exemplo, passamos a ter atas das reuniões. Estamos controlando melhor o tempo de fala e há um respeito maior pela fala de cada um. Não é mais aquela coisa de quem fala mais alto ganha espaço. Enquanto um fala, os outros escutam. Isso é um avanço.

Além da regularidade nas reuniões, conseguimos implementar algo que considero muito importante. Embora seja difícil, pois a rádio sempre funciona com poucos recursos, conseguimos uma segunda sala. A primeira é a sala do estúdio, com os equipamentos e os programadores e agora temos outra sala em que realizamos a parte administrativa da rádio. É ali que fazemos a produção de textos, matérias e onde nos reunimos semanalmente. Antes, as reuniões ocorriam em sindicatos diferentes, porque não tínhamos espaço na rádio. Agora, temos um lugar para sentar, trabalhar e estar mais perto dos nossos funcionários. Conseguimos até um cafezinho, água e instalamos um ar-condicionado. Isso facilita muito.

Enfim, a situação ainda é precária, mas estamos tentando equipar a rádio para garantir qualidade de trabalho para as pessoas que atuam ali. Não estamos mais no patamar em que tudo pode ser amador, é preciso profissionalizar. Acho que duas iniciativas importantes da ADUFPel são, primeiro, a criação dos editais para jornalistas. Não contratamos amigos, contratamos profissionais para trabalhar na rádio, com tarefas claramente estabelecidas e dialogadas. A pessoa que tiver a formação mais adequada e atender aos requisitos políticos necessários para o espaço da rádio é quem ocupará o lugar.

A segunda questão, que considero muito importante, é a formação acadêmica. Na Universidade Federal de Pelotas, onde militamos, não há uma formação em jornalismo que priorize o radialismo de forma mais relevante. Sem desqualificar outras instituições de formação, decidimos oferecer a RádioCom como um campo de estágio acadêmico. Temos voluntários, mas também oferecemos a rádio como um espaço de formação, para que os alunos saibam que esse espaço de comunicação existe e pode ser muito potente.

Isso é um diferencial na formação dos estudantes e na maneira como eles leem o mundo. Precisamos formar não apenas para o mercado de trabalho, mas também para uma visão crítica da sociedade. A RádioCom oferece essa oportunidade, permitindo que o estudante faça o “Contraponto” com a grande mídia.

Nós temos pautado constantemente a inserção das mulheres e o nosso sindicato tem uma grande preocupação com essa questão. É notório que as mulheres enfrentam duplas, triplas, até quadruplas jornadas de trabalho. Temos uma imensa maioria de mulheres professoras, muitas delas mães, mães solo, mulheres negras e periféricas. Há uma ideia equivocada de que quem entra na universidade está em uma posição privilegiada, mas a realidade é bem diferente. Um exemplo emblemático disso aconteceu durante a pandemia. Estávamos fazendo algumas reuniões online, pois era o único jeito possível e um professor homem, estava com a câmera fechada. Quando pedimos para ele abrir a câmera, ele respondeu: "Desculpa, mas não dá. Minha casa é muito pequena. Minha esposa está na sala-cozinha preparando a comida, as crianças estão no quarto fazendo o dever de casa e eu estou no banheiro, que é o único lugar disponível para participar da assembleia."

Essa realidade é a de muitas pessoas, mas não tenho dúvidas de que pesa muito mais sobre as mulheres. Temos trabalhado nesse sentido e nossa diretoria é composta, em sua maioria, por mulheres. Nos conselhos e entre os representantes, também há uma grande maioria de mulheres. Precisamos olhar para isso, porque as políticas educacionais impactam diretamente a vida das mulheres. Pegue qualquer política atual, como o novo ensino médio⁵⁶ ou o homeschooling⁵⁷ e todas elas afetam mais intensamente as mulheres, que já têm dificuldade de encontrar um lugar para deixar seus filhos. A falta de creches na universidade, por exemplo, é uma pauta que discutimos bastante.

Esses temas são debatidos e tentamos formular propostas que nos permitam avançar um pouco nessa questão. Essa lógica também se reflete no debate dentro da rádio. Foi um dos fatores determinantes para brigarmos pela presença de mais

⁵⁶ Novo Ensino Médio - O Novo Ensino Médio foi sancionado no Brasil em 23 de dezembro de 2020, por meio da Lei nº 14.172/2021. Essa reforma busca modernizar o currículo do ensino médio, oferecendo mais flexibilidade e opções de itinerários formativos para os alunos. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio-descontinuado>. Acesso em: 24/07/2024. As críticas ao Novo Ensino Médio tratam de questões sensíveis às lutas de gênero e raça como a desigualdade de acesso, o currículo pode refletir a diversidade cultural e social do país, a ênfase em determinados itinerários formativos pode perpetuar estereótipos de gênero e raça, falta de formação de educadores e desvalorização das culturas locais.

⁵⁷ Homeschooling - A educação domiciliar é uma modalidade de ensino em que pais ou tutores responsáveis assumem o papel de professores dos filhos. Assim, o processo de aprendizagem dessas crianças é feito fora de uma escola. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/educacao-domiciliar>. Acesso em 24/07/2024. Existem diversas críticas ao Homeschooling, como o reforço de estereótipos de gênero com a sobrecarga da mãe, limitação da socialização das crianças, currículos e abordagens não inclusivas, reforço de normas tradicionais de gênero, limitando as oportunidades das meninas em determinadas áreas e a limitação de acesso a recursos educativos que promovem a diversidade de gênero.

mulheres na coordenação da rádio. Não se trata apenas de sua presença física, mas de sua opinião, de sua voz. É o empoderamento dessas mulheres em mais um espaço de luta, porque a rádio é, sim, um espaço de resistência e de luta.

Na rádio, entre os trabalhadores, se não me engano, temos apenas duas mulheres na equipe a Clarissa, nossa jornalista e uma funcionária da higienização. O restante da equipe é composta por homens, como os programadores, que são três. Entre os radialistas, temos o Régis, a Helô, que é nossa radialista contratada e a Chica, que está na coordenação e trabalha junto com a Helô em um programa. A Eva também tem uma contribuição importantíssima. A Helô é contratada, mas sobre a Chica e a Eva, não tenho certeza se são contratadas ou não.

Na coordenação da rádio, somos sete, sendo três mulheres e quatro homens. Conseguimos, no entanto, incluir mais mulheres no conselho fiscal e no conselho comunitário, o que é uma conquista, embora ainda sejamos minoria. Já estamos discutindo a ideia de buscar a paridade para a próxima eleição da coordenação da rádio.

Na rádio, não pautamos a questão de pagamento por gênero. Nossa jornalista, Clarissa, recebe o salário que corresponde à função de jornalista, independentemente de ser ela ou outra pessoa. Os homens que trabalharam anteriormente como jornalistas na rádio recebiam o mesmo que ela. O que queremos agora é avançar na qualificação do valor pago, pois, se entendemos e respeitamos a importância do trabalho que nossos profissionais realizam, é essencial que o pagamento também seja adequado. Gostaríamos de poder pagar mais, algo equivalente a dois ou três pisos, mas, por enquanto, o que baliza os salários é a função e não o gênero.

Acredito que ainda cometemos alguns erros nesse sentido. Embora hoje não atuemos mais de forma tão amadora, muitos de nós viemos daquele tempo em que começamos juntos na militância. Conhecemos a Helô, por exemplo, desde os anos 1990 e a Eva também já trabalhou comigo em outros espaços. Então, há essa familiaridade, mas reconheço que a rádio não tem uma política formal para conhecer as demandas de seus trabalhadores. Esse pode ser um equívoco nosso, porque é necessário compreender melhor quem são essas pessoas. Nós as conhecemos porque convivemos há muito tempo, mas se alguém estivesse chegando agora, não haveria uma política para integrar e conhecer essas pessoas de forma mais estruturada.

Nós temos trabalhado bastante pela equidade de gênero, inclusive dentro da nossa seção sindical. Recentemente, realizamos uma pesquisa sobre a situação dos e das docentes e desse estudo surgiram vários recortes que estamos tentando aprofundar. O primeiro é a questão do adoecimento. O segundo está relacionado à essência feminina, especialmente no que diz respeito às mulheres que são chefes de família, que têm necessidades muito distintas. Estamos trabalhando com esse material que produzimos para ver como podemos avançar e em quais direções.

Há diversas questões que já elencamos, mas ainda temos dificuldades para efetivar mudanças. Uma das questões que mencionei no início é a falta de uma creche na universidade. Muitas mães, incluindo nossas estudantes, não têm onde deixar seus filhos. Durante meu tempo como professora, dei aula para várias alunas que precisavam levar seus bebês para a sala de aula, porque não havia outra opção. A universidade, enquanto instituição, ainda não acolheu esse tipo de demanda, mas temos levantado essa questão no sindicato. Em nossas assembleias e atividades comemorativas, por exemplo, temos procurado garantir um espaço onde as mães possam levar seus filhos. Embora alguns pais também precisem desse apoio, a grande maioria são mulheres. Além disso, temos focado na inclusão de interpretação em Libras, pois, embora esses grupos sejam vistos como minorias, são demandas que precisam ser atendidas com mais atenção.

A rádio também faz balanços mensais e uma das iniciativas que implementamos na coordenação foi a criação de um novo site. Nesse site, publicamos nossos balanços, além de promover campanhas de arrecadação. Ao final do ano, sempre fazemos um balanço e o entregamos aos nossos mantenedores. Este ano, por exemplo, fui uma das pessoas que ajudou a redigir esse documento para enviar aos nossos apoiadores. Há muitas melhorias que realizamos, como a troca das mesas de som, a compra de um computador e de um novo microfone. Tudo isso precisamos comunicar e devolver para quem nos possibilita continuar o trabalho, inclusive a obtenção de uma nova sala, algo que conseguimos graças à melhora na arrecadação.

A transparência é fundamental, porque se os sindicatos contribuem, é necessário que saibam como estão sendo destinados esses recursos. Caso contrário, não faz muito sentido.

Não há uma gerência direta da ADUFPeL sobre os salários pagos a cada pessoa. Isso é definido pela coordenação, mas seguindo princípios formais mínimos.

Ninguém vai receber menos do que o salário-mínimo e ninguém vai receber abaixo do piso da sua categoria. Esse é um princípio básico.

Eu soube que, em uma época, houve um caso em que uma pessoa era jornalista, mas recebia o salário de radialista. Isso foi um problema, porque na verdade, algumas pessoas estavam cumprindo o papel de radialista, mas não tinham essa formação. Conversamos bastante sobre isso e chegamos à conclusão de que isso não é possível, nem desejável. Para qualificar a rádio, precisamos efetivamente profissionalizá-la. O edital que lançamos veio dessa necessidade de profissionalizar a rádio, garantindo que tenhamos pessoas habilitadas e qualificadas para cada função, dando um upgrade na rádio, na programação, no debate e na própria atuação de quem executa as tarefas. Não podemos ter alguém realizando uma função de jornalista e recebendo como radialista ou em outra função.

Esse debate nos levou a correr muito atrás de apoio. Quando entrei para a coordenação, a rádio tinha apenas sete sindicatos como mantenedores. Já havia sido mais no passado, mas, com a crise, algumas entidades sindicais pararam de contribuir. Agora, conseguimos elevar esse número para 12 sindicatos que apoiam a rádio. Além disso, temos algumas contribuições de parceiros que não são sindicatos. Por exemplo, alguns escritórios de advogados trabalhistas nos apoiam.

Também fizemos uma campanha chamada Amigos e Amigas da RádioCom, que é uma forma de colaboração individual. Na ADUFPeI, contribuimos institucionalmente, mas eu, Celeste, contribuo individualmente como amiga da rádio. Todo mês recebo um recado dizendo: “Sua ajuda tem sido muito importante para mantermos o trabalho da rádio”. É uma maneira de lembrar que está na hora de fazer a contribuição. As contribuições são modestas, de acordo com o que as pessoas podem doar, algumas podem ajudar com R\$ 5, R\$ 10, R\$ 20, outras com R\$ 50. A pessoa nos diz o valor que pode contribuir mensalmente. É um ato de solidariedade. Temos também alguns patrocínios, mas ainda são poucos. Eles são mais como apoios culturais, mas estamos avançando.

Sobre o edital, o que pensamos foi o seguinte, primeiro havia a questão da formação. Procurávamos pessoas com um viés mais social, político e sindical. Sabíamos que, na formação, esse enfoque aparece menos, porque a maioria tende a se direcionar para a televisão ou outros tipos de rádio, como o jornalismo esportivo, por exemplo. Não estou desmerecendo essas áreas, mas o viés da nossa rádio é outro. Queríamos focar em um perfil mais alinhado com a nossa proposta.

No processo seletivo, realizamos uma prova escrita, na qual fornecemos uma pequena resenha sobre um fato político importante para nós e pedíamos que o jornalista redigisse uma matéria sobre isso. Avaliávamos se a pessoa prestava atenção aos aspectos que consideramos essenciais. Depois, realizamos uma entrevista, que permitia à pessoa falar além do seu portfólio. Às vezes, o que aparece no currículo é só uma parte da história, mas a pessoa pode ter outros desejos e experiências que não estão lá. A vida não cabe no Lattes e a entrevista era justamente para abrir esse espaço, permitindo um contato mais direto e uma exposição mais ampla da pessoa.

Conhecemos muitas pessoas bacanas. Houve momentos em que ficamos em dúvida, querendo contratar duas ou três pessoas, mas só tínhamos verba para uma. Tivemos oito inscrições em um dos processos seletivos, o que considero um número muito bom para o espaço que oferecemos. Todas as pessoas que participaram tinham o desejo de contribuir com a rádio, mas, infelizmente, só pudemos contratar uma.

A ideia era que essa pessoa pudesse assumir bancada, fazer entrevistas e, principalmente, participar do “Contraponto”, que é o carro-chefe do debate político na RádioCom. No início, a Clarissa intervinha pouco no programa, mas foi se desenvolvendo e agora é ela quem comanda o “Contraponto”. Além disso, ela faz matérias diárias para nossas mídias, porque a rádio não é apenas ouvida, hoje ela também é vista e lida. Produzimos matérias diárias sobre temas de interesse, relacionados aos sindicatos mantenedores, à luta de classes e a situações que impactam a vida da população. Sempre que possível, buscamos trazer matérias “ao vivo”.

Clarissa tem trabalhado bastante em matérias de rua junto com os estagiários. A ideia é ir até onde as pessoas vivem, enfrentam dificuldades e contar suas histórias. Ela tem feito um excelente trabalho, embora às vezes brigue com a gente por precisar de mais gente na equipe. Mas o objetivo é continuar qualificando o trabalho da rádio e mostrando cada vez mais a realidade da comunidade.

Estamos mudando a grade de programação e a partir desta semana teremos um programa novo de informações logo cedo, para quem está saindo de casa. A ideia é oferecer notícias importantes do que aconteceu no dia anterior, trazendo os fatos que impactam a vida das pessoas. Esse programa será na primeira hora da manhã, para que as pessoas possam se atualizar antes mesmo do café.

Até o momento, não cogitamos deixar de contribuir para que a rádio continue existindo. Pelo contrário, estamos fazendo todos os esforços para garantir que ela se mantenha, tanto com a contribuição financeira quanto com ajudas extras e com nossa participação política, tanto na coordenação quanto nos programas que colocamos na rádio. Entendemos que é fundamental garantir esse espaço, como já mencionei antes, porque é um espaço onde podemos ouvir algo além do que a mídia formal e hegemônica nos oferece.

É essencial que tenhamos um espaço onde trabalhadores e trabalhadoras falem diretamente para outros trabalhadores e trabalhadoras, sem intermediários, sem a voz do patrão. Para nós, isso é fundamental. Nunca passou pela nossa cabeça deixar de investir nesse espaço e o vemos como um espaço formativo.

Acredito que é isso mesmo, a mulher que está em casa cuidando dos filhos, trabalhando na casa de alguém, se deslocando para o trabalho na fábrica ou indo para a escola pode se informar e encontrar ali espaços de utilidade, sabendo onde pode buscar ajuda para diferentes situações. Esse aspecto é muito importante também.

Acho que a rádio é muito importante e tem um impacto real. Ela tem um grande potencial, mas precisamos trabalhar mais e melhor. Precisamos criar mais, cavar outros espaços e encontrar imaginação suficiente para chegar até aquelas pessoas que ainda não alcançamos. Acredito que a rádio já avançou um pouco e foi muito positivo o que conseguimos fazer até agora, mas ainda temos um longo caminho a percorrer.

Quero te dizer que sonho com uma rádio comprometida com a equidade de gênero, mesmo com os limites que discutimos anteriormente. Os camaradas que trabalham na rádio são pessoas por quem tenho muito apreço e reconheço as histórias, a militância e o valor de cada um. Mas é isso, precisamos continuar o debate cotidiano, aprendendo uns com os outros e nos posicionando, porque somos companheiros e companheiras. Acredito que também podemos avançar mais nesse sentido. O debate que fizemos durante a constituição da nova coordenação já apontou nessa direção.

Durante a assembleia para escolha da coordenação, que foi uma aberta e muito participativa, muitas mulheres se manifestaram. Foi muito legal ver esse engajamento. Lançamos esse desafio para nós, mulheres, que a próxima coordenação seja paritária, garantindo na prática o que defendemos em discurso.

Vamos batalhar para que isso aconteça, tanto na coordenação geral quanto nos dois conselhos.

Acredito que as mulheres vivenciam cotidianamente muitas opressões. Posso falar desse enfrentamento político diário, em que acabamos sendo desqualificadas no discurso, com a ideia de que a fala do homem é mais potente ou a sua ideia é melhor do que a nossa. Isso, mesmo em um mundo que tenta debater essas questões. Ainda escutamos piadinhas sobre o corpo, embora em menor quantidade. Acho que os homens têm tomado mais cuidado hoje em dia. Os comitês de assédio, de certa forma, têm funcionado nesse sentido. É necessário que as pessoas percebam que certas coisas não cabem mais no mundo. Então é preciso ter cuidado com o que se diz. Já ouvi vários companheiros dizendo: "Agora não podemos mais falar tal coisa porque pode parecer assédio". E, de fato, têm que pensar bem no que vão dizer, para que não seja assédio. Se não querem que seja assédio, então é bom refletir antes de falar.

Além disso, estamos mudando o olhar sobre os papéis de gênero. O homem não chora, não lava louça, não arruma a casa, não vai ao mercado, não cuida do filho, não fica acordado à noite para fazer o bebê dormir. Tenho esperança de que possamos superar esses estereótipos com o enfrentamento necessário e, ao mesmo tempo, com leveza. Não precisamos brigar com os homens. Eu, particularmente, não sou alguém que defende um mundo sem homens. Também não quero um mundo em que as mulheres mandam. O que eu desejo é um mundo em que ninguém precise mandar em ninguém. Quero um ambiente de harmonia, no qual respeitemos o limite e o desejo do outro. Temos uma longa estrada pela frente, mas acredito que já estamos fazendo coisas legais. Ainda não são suficientes, mas estamos apontando um caminho e na rádio estamos tentando seguir por ele também.

Penso que uma rádio comunitária tem o potencial de alterar, em alguma medida, o quadro de desigualdade. Muitos talvez ainda não reflitam sobre tudo isso que discutimos. Precisamos empoderar mais as mulheres e para isso temos que garantir que elas tenham acesso às oportunidades. Quando tivermos mais mulheres na coordenação, o olhar feminino estará mais presente e isso pode se refletir até na programação da rádio. Seria algo muito positivo. Acredito que grande parte do nosso público ouvinte é composto por mulheres e muitas das demandas que atendemos na rádio estão ligadas à pauta feminina, enfrentamentos, participação na política e outros temas.

A rádio tem um enorme potencial, mas precisamos trabalhar mais e melhor. Temos feito coisas bacanas, mas ainda estamos correndo atrás dentro desse sistema maluco.

2.10.2 Decodificando vozes: análise da narrativa de Celeste Pereira

Celeste dos Santos Pereira, ao compartilhar suas experiências pessoais e profissionais, reflete sobre as opressões e desafios enfrentados pelas mulheres em diferentes esferas da vida, oferecendo uma análise rica e abrangente.

A trajetória de Celeste ilustra as barreiras que colocam mulheres em desvantagem tanto no âmbito doméstico quanto no profissional. Ela menciona as dificuldades que enfrentou ao ser mãe e militante, enquanto seu companheiro tinha liberdade para participar de reuniões e viajar, sem a mesma carga de responsabilidades familiares. Esse relato evidencia a distribuição desigual das tarefas de cuidado, tradicionalmente delegadas às mulheres. Celeste destaca o impacto disso, explicando que somente quando conseguiu garantir que suas filhas estariam cuidadas, pôde se engajar mais ativamente na militância.

Além disso, ela aponta como a falta de estrutura, como creches nas universidades, afeta diretamente as mulheres, inclusive as estudantes mães. Essa questão reforça o conceito de que a sociedade e as instituições frequentemente negligenciam as necessidades das mulheres, perpetuando a divisão sexual do trabalho, em que as responsabilidades de cuidado recaem quase exclusivamente sobre elas.

A assistência estudantil, uma pauta histórica do movimento estudantil, inclui o direito a creches universitárias para garantir que mães e pais estudantes, possam permanecer no ensino superior. Embora a educação pública seja essencial, ela não garante, por si só, a permanência de todos, especialmente em tempos de crises. Para mulheres que se tornam mães durante a vida acadêmica ou sua carreira docente, é fundamental a implementação de políticas que assegurem sua permanência e segurança. Apesar das conquistas, como a maior presença feminina no ensino superior, desafios ainda persistem e muitas dessas políticas de apoio às mães, sejam estudantes ou professoras, ainda carecem de efetividade.

Na sociedade capitalista, a divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres ficam encarregadas do trabalho reprodutivo (com a casa e a

família e cuidado com os idosos, no espaço privado) e os homens do trabalho produtivo (na política e na economia) gera desigualdades. A maternidade nesse contexto acaba sendo experiência angustiante para algumas mulheres, circundadas por aflições, renúncias, carência de tempo para realizar atos básicos como os de higiene, alimentação e recomposição de sono. Dificuldades que conformam não só uma sobrecarga de jornadas, mas, e principalmente, de cansaço, sofrimentos e constrangimentos para a mãe que não consegue vislumbrar alternativa para seguir em frente com seus estudos, a não ser ter que levar a prole consigo e se limitar a assistir aulas (iniciação científica, projetos de extensões soam como sonhos distantes para a maioria); para a criança, tolhida de movimento, voz, aconchego, em um ambiente que não é adequado para si; para os colegas e corpo docente que, por mais que se esforcem para ser solidários, nem sempre conseguem lidar com crianças em ambientes de adultos. (MARLY DIAS & BRENDA SOARES, 2019, p.70)

Como outras narrativas vistas anteriormente, a fala de Celeste também aborda de maneira contundente o assédio e o machismo nos ambientes de trabalho e militância. Ela relata que, em muitas situações, as mulheres têm suas opiniões desconsideradas, enquanto as falas dos homens são mais valorizadas. Essa desqualificação da voz feminina reflete o machismo estrutural, que continua a moldar as dinâmicas de poder, mesmo dentro dos movimentos progressistas.

O exemplo das "piadinhas" sobre o corpo das mulheres, que ainda são ouvidas, mesmo que com menor frequência, e a necessidade de que homens reflitam sobre o que dizem para evitar comportamentos de assédio, reforçam como o espaço público ainda é um campo de batalhas para as mulheres. Embora Celeste mencione avanços, como os comitês de assédio que têm funcionado, o fato de que esse tipo de comportamento persiste indica que o problema é profundo e culturalmente enraizado.

Celeste também compartilha seu processo de "reconstrução", revisitando a educação autoritária que recebeu e o impacto desse histórico em sua personalidade. Criada em um ambiente conservador, ela se viu confrontada com a escolha de ser "quem bate ou quem apanha". Essa dualidade imposta pelos papéis de gênero limitantes moldou sua visão de mundo até que, através da maternidade e da militância, ela começou a perceber que outras opções e caminhos são possíveis. Da mesma forma, a radialista da Rádio Federal FM, Teresa Cunha (2018), entrevistada para a dissertação abordou essa questão:

Bom, voltei para casa do meu pai e falei para minha mãe: olha, estou começando a trabalhar, arranjei um emprego, vou trabalhar na Tupanci, com o Deogar Soares. Eu estava com 18, acho que era 74, meu pai teve um ataque: - Não, mulher trabalhando em rádio... E

nessa época ele era secretário executivo do Grêmio Esportivo Brasil, do Xavante, então ele convivia com esses jornalistas esportivos, esses repórteres... - E isto não é ambiente para minha filha, não vai trabalhar coisa nenhuma. E eu: - Tudo bem, só que quando eu tiver 21 anos, eu vou trabalhar. Aí estava na época de vestibular e eu fiz vestibular para Educação Artística na Federal, passei, cursei um ano e parei, fui para Católica fiz vestibular para Assistente Social, cursei um ano e não fiz, quando eu fiz 21 anos eu voltei em casa e disse para ele: - Agora eu vou voltar lá na Tupanci e vou trabalhar. Voltei na Tupanci, fiz o Deogar se lembrar de mim, e disse assim: - Agora eu quero aquela vaga. (SILVANA MOREIRA, 2019, p.147)

Essa "reconstrução" é particularmente significativa quando Celeste menciona que a maternidade foi um ponto de virada em sua vida, levando-a a refletir sobre o tipo de mundo que queria para suas filhas. Aqui, há um reconhecimento de que as mulheres enfrentam desafios adicionais em suas trajetórias, pois, além das questões profissionais e pessoais, elas também carregam a responsabilidade de criar novas gerações em um contexto de desigualdade de gênero.

Celeste também aborda o papel das mulheres na militância e nos espaços de poder, como a RádioCom. Ela descreve as dificuldades enfrentadas por mulheres que assumem posições de liderança em espaços tradicionalmente dominados por homens. A resistência às vozes femininas, vistas como "mansas" ou "femininas demais", reforça os estereótipos de gênero que marginalizam as mulheres.

No entanto, Celeste também descreve avanços, como a inclusão de mais mulheres na coordenação da rádio e a busca pela paridade de gênero. Ela defende que a maior presença de mulheres na liderança não só fortalece a rádio, mas também influencia diretamente a programação, trazendo uma perspectiva mais diversa e inclusiva. Ao empoderar as mulheres nesses espaços, a rádio também se torna um veículo para quebrar as barreiras de gênero e evidenciar as vozes que muitas vezes são silenciadas.

Celeste demonstra uma consciência crítica de seu lugar na sociedade ao reconhecer os privilégios que teve ao longo de sua vida, como ser uma mulher de pele clara, o que a coloca em uma posição diferente das mulheres negras e periféricas. Esse reconhecimento é importante, pois aponta para a interseccionalidade de opressões, mostrando que, embora todas as mulheres enfrentem desafios, essas experiências variam significativamente dependendo de outros marcadores, como raça e classe.

Finalmente, Celeste destaca o papel da RádioCom como um espaço para a luta de classes e para a promoção da equidade de gênero. Ela vê a rádio como um lugar em que trabalhadores e trabalhadoras podem expressar suas vozes, sem a mediação do "patrão" e no qual as mulheres podem encontrar um espaço de luta e resistência. Para Celeste, a emissora tem o potencial de reduzir o quadro de desigualdade ao abrir espaço para mais vozes femininas, tanto na gestão quanto na programação, e para refletir as demandas das mulheres na sociedade.

Celeste menciona várias vezes sua militância e a participação em movimentos sindicais, o que evidencia sua consciência sobre a luta de classes. Ela destaca a importância de espaços como a RádioCom, que são voltados para a classe trabalhadora, permitindo que essa parcela da sociedade seja ouvida. Esse foco em dar visibilidade às lutas dos trabalhadores reflete um entendimento sobre a relação entre desigualdade de classe e o papel da mídia. Celeste critica a mídia tradicional, que muitas vezes está a serviço do capital, e vê a RádioCom como uma ferramenta para contrapor essa hegemonia. A relação entre gênero e classe é interseccional em sua fala, pois ela reconhece como as mulheres, especialmente as mães e chefes de família, são duplamente oprimidas pela desigualdade social.

Celeste, assim como as outras entrevistadas, também aborda a importância da autonomia feminina e a necessidade de aumentar a representatividade das mulheres nos espaços de decisão. Ela reflete sobre o quanto as mulheres têm lutado para ocupar espaços como a coordenação da RádioCom e os conselhos, destacando a necessidade de paridade de gênero. Além disso, há uma crítica implícita ao fato de que, muitas vezes, a presença feminina em certos espaços é limitada a papéis coadjuvantes, quando a voz e a participação ativa dessas mulheres deveriam ser centrais para garantir que suas demandas sejam levadas em consideração.

A atividade econômica feminina continua sendo caracterizada pela segregação ocupacional, em setores de baixo status, com remuneração menor que a dos homens, mesmo quando elas exercem a mesma carga horária e têm níveis equivalentes de escolaridade. Além disso, nas áreas que estão abrindo novas oportunidades para as mulheres, as atividades, em grande parte, são de empregos part-time, ou em postos precários e menos qualificados, além de uma presença forte no mercado informal. (MARIA CRISTINA BRUSCHINI % MARIA ROSA LOMBARDI, 1999, p. 124).

Outro ponto relevante é a ênfase que Celeste coloca na formação acadêmica e na profissionalização da rádio. Ela defende que os profissionais contratados devem

ter habilidades adequadas e que a rádio deve ser um espaço de aprendizado para estudantes, oferecendo estágios e oportunidades de desenvolvimento. Essa visão reflete sua preocupação com o fortalecimento da educação, algo que perpassa sua trajetória como professora e militante. A rádio é vista por Celeste como um espaço formativo, tanto para os ouvintes quanto para os profissionais que nela trabalham, o que amplia a ideia de que a educação e o conhecimento são ferramentas essenciais para combater desigualdades sociais e de gênero.

Celeste reforça a importância da solidariedade em sua fala, especialmente ao mencionar campanhas de arrecadação, como a "Amigos e Amigas da Rádio" e a participação coletiva de sindicatos e apoiadores. Ela destaca que esse tipo de apoio financeiro e de engajamento político é o que sustenta projetos como a RádioCom, revelando sua visão de que mudanças estruturais só ocorrem através de esforços coletivos. Essa perspectiva reflete um ideal de coletividade e de colaboração, que é fundamental para fortalecer lutas sociais e promover mudanças significativas.

Celeste traz à tona a questão das políticas educacionais e seu impacto específico sobre as mulheres. Ela menciona o *homeschooling* e o novo ensino médio como exemplos de políticas que afetam diretamente a vida das mulheres, especialmente aquelas que já lidam com a sobrecarga de trabalho e as dificuldades de conciliar a educação de seus filhos com suas próprias carreiras. Essa análise reflete uma compreensão mais ampla das políticas públicas e como elas frequentemente não levam em conta as demandas específicas das mulheres, principalmente as mais vulneráveis, como mães solo, mulheres negras e periféricas.

A maneira como Celeste fala sobre sua trajetória de vida e o processo de envelhecimento é outro ponto interessante. Ela menciona que, com 60 anos, reflete sobre as decisões que tomou e como gostaria de ter a cabeça que tem hoje quando era mais jovem. Essa perspectiva sobre o envelhecimento é importante, pois revela o acúmulo de experiências e a capacidade de reavaliação constante, que é fundamental para o crescimento pessoal e para a própria militância. Celeste reflete sobre o envelhecimento com gratidão, reconhecendo suas conquistas e o quanto ainda deseja contribuir, especialmente para as gerações mais jovens.

Celeste também expressa sua visão sobre a relação entre homens e mulheres, ao afirmar que não deseja um mundo sem homens ou um mundo em que as mulheres mandam. O que ela busca é harmonia e respeito mútuo, na qual ninguém precise mandar em ninguém. Essa visão destaca a busca por igualdade de gênero que não

se baseia em antagonismos ou polarizações extremas, mas sim em respeito e cooperação.

Celeste destaca a importância da imaginação e da criatividade para expandir o alcance da RádioCom e fortalecer a luta das mulheres. Ela menciona a necessidade de "cavar outros espaços" e de trabalhar de forma mais inovadora para alcançar pessoas que ainda não foram impactadas. Tal abordagem sugere uma perspectiva otimista, em que a criatividade é vista como uma ferramenta essencial para superar as limitações e desafios estruturais enfrentados pela rádio e pelos movimentos sociais.

O machismo estrutural também é evidente na fala de Celeste, que, ao ser indagada sobre essas desvalorizações, justificou que as pessoas recebiam como radialistas porque desempenhavam atribuições de radialistas. Essa resposta reflete um desalinhamento institucional, em que a visão administrativa não conseguia reconhecer as diferenças entre o trabalho técnico e o trabalho jornalístico, nem as sobrecargas e o acúmulo de responsabilidades que muitas vezes recaem sobre as mulheres. Ao justificar essas práticas com base em uma suposta divisão de atribuições, a liderança da rádio não reconhecia que as mulheres, na prática, assumiam funções que iam além do que o cargo de radialista exigia.

O papel de Celeste como dirigente da rádio é central nessa análise, pois sua justificativa de que as trabalhadoras recebiam como radialistas, por desempenharem essas funções, aponta para uma visão institucional limitada. Embora seja compreensível que a estrutura da rádio seguisse uma lógica de funções e remuneração com base em cargos definidos, essa postura desconsiderava o fato de que mulheres como Didi e Lili realizavam trabalhos além do esperado para a função de radialista. A falta de flexibilidade em reconhecer e corrigir essa discrepância revela uma cegueira institucional para as necessidades específicas dessas mulheres.

A fala de Celeste pode também ser interpretada como uma tentativa de justificar práticas passadas, sem uma análise mais crítica do papel que ela, como líder, poderia ter desempenhado na busca por maior equidade e reconhecimento para essas mulheres. No entanto, é importante destacar que Celeste, assim como outras dirigentes da rádio, enfrentava um ambiente em que o machismo estrutural também limitava sua atuação, algo que precisa ser levado em consideração ao avaliar sua posição.

Apesar dessas falhas no passado, é importante reconhecer que a RádioCom evoluiu nessa questão. A criação de um edital de seleção para jornalistas, que resultou na contratação de Clarissa, é uma medida que demonstra um avanço institucional. Clarissa agora recebe como jornalista, como deveria ter acontecido com Didi, Lili, Helena e Maria Fernanda no passado.

Esse edital reflete um reconhecimento tardio, mas importante, das injustiças cometidas anteriormente. O fato de Clarissa estar sendo remunerada de forma adequada, conforme suas atribuições jornalísticas, é um indicativo de que a RádioCom está buscando corrigir seus erros e caminhar em direção a uma maior formalização e valorização do trabalho. No entanto, é crucial que a rádio continue atenta a essas questões e que outras mulheres que contribuíram para sua história, tenham seus legados reconhecidos e que suas experiências sirvam de aprendizado para evitar novas precarizações.

A fala de Celeste revela uma compreensão sobre as complexas interseções de gênero, classe, raça e trabalho. Sua narrativa aborda questões estruturais que afetam as mulheres, ao mesmo tempo em que propõe soluções práticas e simbólicas para enfrentar essas desigualdades. No entanto, o papel de Celeste como dirigente da rádio é central nessa análise, pois sua justificativa de que as trabalhadoras recebiam como radialistas, por desempenharem essas funções, aponta para uma visão institucional limitada, que desconsiderava o fato de que mulheres como Ediane e Lili realizavam trabalhos além do esperado para a função. Importante salientar que a sua trajetória como mulher, mãe, militante e educadora reflete uma busca constante por justiça social, autonomia e senso de coletividade, com uma visão de mundo que equilibra reflexão crítica e esperança de transformação.

A narrativa de Celeste é uma reflexão poderosa sobre as múltiplas formas de opressão que as mulheres enfrentam, desde a infância até a vida adulta, passando pelas esferas doméstica, profissional e política. Sua trajetória de luta, tanto pessoal quanto coletiva, exemplifica a coragem e a capacidade das mulheres de se reconstruírem e reivindicarem seus espaços. Ao mesmo tempo, seu relato revela os desafios persistentes impostos pelo machismo, pela divisão sexual do trabalho e pela exclusão de mulheres de espaços de poder. A RádioCom surge como uma metáfora e um instrumento de resistência, um espaço em que é possível sonhar e construir um mundo mais justo, no qual ninguém, seja homem ou mulher, precise "mandar" no outro.

3 Vozes cruzadas: análise das narrativas das radialistas

3.1 Gênero, poder e representatividade: lutas femininas nos espaços radiofônicos

A análise das narrativas das dez mulheres – Heloisa (DJ Helô), Didi, Vanessa, Lili, Helena, Vera, Clarissa, Maria Fernanda, Tereza e Celeste – revela a diversidade de experiências relacionadas às questões de gênero, divisão sexual do trabalho, discriminação, assédio e interseccionalidade. Cada uma delas apresenta suas vivências em contextos variados, como a militância, o jornalismo, a comunicação comunitária e a vida familiar, proporcionando um panorama abrangente das opressões e resistências que moldam a vida das mulheres.

A divisão sexual do trabalho surge como um tema transversal em todas as narrativas, revelando como as mulheres são sobrecarregadas com responsabilidades domésticas e de cuidado, o que limita seu engajamento pleno na vida pública e profissional. Maria Fernanda, por exemplo, como mãe solo, expressa como essa carga impacta diretamente sua capacidade de participar de atividades políticas e profissionais. Ela precisa constantemente equilibrar a criação dos filhos com suas aspirações profissionais, refletindo a invisibilidade do trabalho reprodutivo na esfera pública. Da mesma forma, Celeste menciona as dificuldades de ser mãe e militante, destacando como o papel de cuidadora é atribuído às mulheres de forma quase natural, sem questionamento sobre a falta de apoio estrutural que as sobrecarrega.

Essa sobrecarga também se reflete no ambiente profissional. Vanessa relata como, além de sua carreira como jornalista, ela precisa realizar atividades informais, como tratamentos capilares, para complementar a renda familiar. Esse acúmulo de funções reflete não só a desigualdade no trabalho formal, mas também a sobreposição de trabalhos informais e não remunerados, que muitas vezes são invisíveis.

Além disso, há uma evidente relação entre a divisão sexual do trabalho e a posição que essas mulheres ocupam na RádioCom. Tereza aponta como a rádio reflete essa divisão, relegando as mulheres às áreas administrativas ou culturais, enquanto os homens dominam a política e a gestão. Tal situação reflete uma segregação ocupacional, na qual as mulheres são empurradas para funções de menor prestígio e poder.

A divisão sexual do trabalho é sempre indissociável das relações sociais entre homens e mulheres, que são relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas e antagônicas. A divisão do trabalho é, assim, indissociável das relações sociais entre homens e mulheres, que são relações de exploração, de opressão entre duas categorias de sexo socialmente construídas (HIRATA, 2002, p.280).

As narrativas revelam formas de assédio e silenciamento, mostrando como o machismo estrutural permeia diferentes esferas da vida das mulheres, mesmo em espaços considerados progressistas, como a RádioCom. Essas experiências também são observadas na fala de Helena, que destaca a resistência masculina às demandas feministas e à inclusão de pessoas não binárias na rádio. Ela descreve como, mesmo em um espaço que se declara vanguardista, como a RádioCom, ainda existe uma hierarquia masculina que limita o poder decisório das mulheres. Essa dinâmica se reflete também em outras esferas, como a política, em que Tereza menciona ser frequentemente desqualificada devido à sua idade, com comentários sugerindo que ela deveria "descansar" ao invés de participar ativamente.

Maria Fernanda reconhece que, apesar das dificuldades, houve progresso no aumento da participação feminina em concursos públicos e outras áreas profissionais. Ela e Tereza observam que, mesmo em lugares como a RádioCom, as mulheres ainda precisam lutar para ocupar posições de poder, mas estão avançando lentamente. Celeste, por sua vez, enfatiza a importância da representatividade feminina na coordenação da rádio e a luta contínua por paridade de gênero.

Apesar das opressões, as dez mulheres demonstram uma forte resistência e uma contínua luta por reconhecimento e igualdade. Helena destaca a importância de programas como o "Lua Sangrenta", que deram espaço para mulheres, pessoas não binárias e trans na RádioCom. Lili menciona a criação desse locus feminista na rádio, desafiando a hegemonia masculina, enquanto Vera reflete sobre o avanço que as mulheres conquistaram ao ocupar mais espaço na rádio comunitária e em outros movimentos sociais.

O caso de Didi é emblemático ao evidenciar a desvalorização profissional das mulheres negras, mesmo em locais que deveriam ser progressistas e inclusivos, como uma rádio comunitária. Apesar de desempenhar atribuições típicas de jornalista, ela era remunerada como radialista, uma profissão com piso salarial inferior. Essa disparidade entre responsabilidades e remunerações reflete a precarização do

trabalho feminino, especialmente no caso das mulheres negras, que muitas vezes são subvalorizadas, mesmo ocupando cargos de maior qualificação.

A permanência de Didi por dez anos na RádioCom sem promoção ou ajuste salarial adequado demonstra uma invisibilidade sistêmica do trabalho de mulheres negras. Sua demissão, sem justificativa aparente, reforça como as profissionais são vistas como descartáveis, mesmo após anos de dedicação. Essa precarização não se limita à questão econômica, ela também engloba uma invisibilidade racial e de gênero, na qual as contribuições dessas mulheres são minimizadas e desvalorizadas.

A experiência de Didi, como mulher negra, expõe a presença de discriminação racial em um ambiente que deveria, em tese, promover igualdade e inclusão. Seu silenciamento, desvalorização e demissão injustificada revelam o racismo estrutural que persiste, mesmo em espaços comunitários. Esse racismo, muitas vezes disfarçado, não pode ser dissociado da desvalorização que sofreu, refletindo um padrão histórico no qual as mulheres negras são relegadas às margens do mercado de trabalho, enfrentando dificuldades desiguais e falta de reconhecimento profissional.

De maneira similar, Lili também enfrentou uma longa jornada de trabalho na RádioCom sem o devido reconhecimento formal. Durante seis anos, ela trabalhou com dedicação diária, mas nunca foi contratada, evidenciando uma política institucional que permitia, na prática, a exploração do trabalho voluntário ou informal, especialmente de mulheres. A situação de Lili reflete a contradição da militância progressista, em que as mulheres são incentivadas a participar e contribuir, mas seu trabalho não é formalizado nem reconhecido economicamente.

Maria Fernanda também enfrentou desvalorização em termos de reconhecimento profissional. Após anos de contribuição para a rádio, não foi contratada formalmente, o que gerou frustração e descontentamento. Sua experiência reflete a precarização que muitas mulheres enfrentam em espaços que deveriam ser de militância e luta por direitos, mas que reproduzem práticas de exclusão e desvalorização.

Clarissa e Didi oferecem exemplos contundentes de como o assédio moral e o machismo operam de forma velada, silenciando suas vozes e minando sua autoridade profissional. Clarissa relata a maneira como seus entrevistados preferem se dirigir a seu colega homem, ignorando sua presença, o que reflete o preconceito de gênero que associa a autoridade e a competência à masculinidade. Didi, por sua vez, descreve como sua contribuição foi desvalorizada na RádioCom, culminando em sua

demissão sem justificativa, mesmo após dez anos de dedicação à emissora. A desvalorização do trabalho de mulheres negras, periféricas e acadêmicas, como Didi, revela a interseção entre racismo e machismo, intensificando a opressão.

O mundo do trabalho acentuou profundamente a divisão sexual do trabalho, reservando para as mulheres espaços específicos que, na maioria das vezes, se caracterizavam pela inferioridade hierárquica, pelos salários menores e por atividades adaptadas a suas capacidades inatas. (CLAUDIA NOGUEIRA, 2004, p.18)

Celeste, ao reconhecer seus privilégios como mulher de pele clara, aborda como as mulheres negras e periféricas enfrentam uma realidade muito mais dura em termos de discriminação e acesso a oportunidades. Essa compreensão crítica das opressões interseccionais reflete uma solidariedade feminista que busca incluir todas as mulheres, especialmente aquelas que estão nas margens da sociedade.

As mulheres entrevistadas frequentemente mencionam o silenciamento de suas vozes e a invisibilidade que enfrentam. Vanessa descreve como suas sugestões em reuniões eram ignoradas até que um homem dissesse a mesma coisa. Helena e Lili relatam como, mesmo em um ambiente progressista como a RádioCom, suas demandas feministas e críticas eram frequentemente silenciadas ou minimizadas. Esse padrão se repete nas experiências de Clarissa e Tereza, que observam como a presença feminina em espaços de poder ainda é tímida, com as vozes masculinas dominando as discussões e decisões.

A precarização do trabalho feminino é um elemento em comum nas narrativas dessas mulheres. Muitas delas relatam a falta de contratos formais, a ausência de direitos trabalhistas e a desvalorização econômica de seu trabalho. Um questionamento interessante que surge é a razão pela qual nenhuma delas procurou as direções dos sindicatos mantenedores para denunciar essas questões de pagamentos e o prolongado voluntariado.

Infelizmente, a precarização do trabalho é um problema que afeta muitas áreas profissionais no Brasil, incluindo o mundo do trabalho no rádio. Muitos trabalhadores do rádio, incluindo locutores, repórteres e produtores, enfrentam condições precárias de trabalho, baixos salários, jornadas excessivas, falta de segurança e outras situações que afetam negativamente sua saúde e bem-estar.

Um dos principais fatores que contribuem para a precarização do trabalho no rádio é a ausência de regulamentação adequada da profissão, uma vez que

profissionais do setor não possuem contratos de trabalho formalizados, o que os torna mais vulneráveis a abusos e exploração. Além disso, a falta de sindicalização e representação coletiva também pode dificultar a luta por melhores condições de trabalho. Esse cenário reflete a invisibilidade do trabalho das mulheres em setores que, embora socialmente relevantes, são frequentemente subvalorizados e precarizados, perpetuando a desigualdade de gênero. As mulheres são frequentemente direcionadas para setores de baixa remuneração e alta precariedade, nos quais os direitos trabalhistas são escassos e a exploração é intensa. Em comparação, os homens geralmente têm acesso a melhores condições de trabalho e remuneração, o que resulta em uma marginalização desproporcional das mulheres. A globalização econômica perpetua antigas formas de exploração da mão de obra feminina, reintroduzindo "sistemas produtivos, já superados, em determinadas economias capitalistas". Esse fenômeno acentua significativamente a marginalização das mulheres, ultrapassando a marginalização dos homens (SAFFIOTI, 2013, p. 92).

Clarissa também destaca essa precarização ao mencionar que, por algum tempo, recebeu pagamentos informais por PIX, sem garantias trabalhistas. Essa insegurança financeira é intensificada pelo fato de que as mulheres, como relatado por Vanessa, muitas vezes têm que assumir outros trabalhos para garantir a estabilidade financeira de suas famílias, evidenciando como a precarização do trabalho feminino afeta diretamente a vida pessoal e familiar dessas mulheres.

Algumas das entrevistadas, como Clarissa e Celeste, oferecem uma visão crítica sobre aspectos do feminismo doutrinário. Clarissa critica a imposição de padrões no movimento feminista, como a pressão por parto normal, que vê como uma forma de "colonização do corpo". Sua defesa da autonomia feminina enfatiza a importância de respeitar as escolhas individuais de cada mulher, um ponto que reflete a necessidade de um feminismo que abarque a diversidade de experiências femininas. De maneira semelhante, ao lembrar como ficava angustiada por não conseguir amamentar sua filha, Celeste mostra que muitas vezes as campanhas de amamentação adoecem as mães ao trabalhar uma ideia de que só quem amamenta ama. Essas perspectivas mostram a complexidade das experiências femininas e a necessidade de um movimento feminista que não imponha normas rígidas, mas que reconheça e valorize as diversas escolhas e vivências das mulheres. Como Scavone (2001, p. 142) ressalta:

A perspectiva de gênero nos possibilitou abordar a maternidade em suas múltiplas facetas. Ela pôde ser abordada tanto como símbolo de um ideal de realização feminina, como também, símbolo da opressão das mulheres, ou símbolo de poder das mulheres, e assim por diante, evidenciando as inúmeras possibilidades de interpretação de um mesmo símbolo (SCAVONE, 2001, p. 142).

As rádios comunitárias, especialmente a RádioCom, são vistas como espaços de resistência e transformação social, apesar de refletirem muitas das desigualdades de gênero que permeiam outras instituições. Vera e Celeste veem na rádio uma ferramenta importante para dar maior espaço às mulheres e promover debates sobre questões de gênero, raça e classe. No entanto, várias entrevistadas, como Tereza, Maria Fernanda e Helena, apontam a falta de representatividade feminina nos cargos de liderança da rádio, sugerindo que, embora a rádio seja um espaço de luta, ela ainda está longe de alcançar a equidade de gênero plena.

Essas mulheres reconhecem o potencial das rádios comunitárias como ferramentas de conscientização e mudança, mas também apontam que, para alcançar esse objetivo, essas instituições precisam se abrir mais à participação ativa das mulheres em todas as esferas, incluindo a tomada de decisões e a programação.

Várias das entrevistadas falam sobre processos de reconstrução pessoal, ligados à maternidade, à militância e ao autoconhecimento. Celeste menciona como a maternidade foi um ponto de virada em sua vida, levando-a a repensar a forma como foi educada e a buscar uma nova maneira de entender o mundo. Maria Fernanda também reflete sobre a importância da maternidade em sua vida, destacando quanto esse papel impacta suas decisões e sua militância.

Essa reconstrução pessoal é também uma forma de resistência, em que essas mulheres reconstroem suas identidades a partir das lutas que travam em suas vidas cotidianas. O empoderamento que elas encontram na militância, no jornalismo e na rádio é um reflexo de sua capacidade e coragem diante das múltiplas opressões que enfrentam.

As narrativas revelam a importância da solidariedade e da coletividade para o avanço das mulheres. Celeste e Lili destacam como os espaços coletivos, como a RádioCom e os movimentos sindicais, são fundamentais para fortalecer a luta por igualdade. Elas enfatizam que o apoio entre mulheres é essencial para superar as barreiras estruturais e transformar esses espaços, promovendo um ambiente mais inclusivo e justo. A prática desse discurso é facilmente percebida na análise das

entrevistas. As radialistas, mesmo quando enfrentam situações de concorrência, se defendem, apoiam e valorizam umas às outras em suas narrativas, desafiando a cultura estrutural de competição entre as mulheres.

No entanto, as histórias das radialistas da RádioCom mostram que a solidariedade pode prevalecer. Um exemplo é o de Didi, que mesmo com a mágoa de ter sido demitida após 10 anos conduzindo seu programa, desejou sucesso para sua substituta, a DJ Helô. Didi relata a tristeza que sentiu ao ser demitida de uma forma tão traumática. Apesar disso, ela elogia Helô, que foi convidada para assumir o "Navegando" com metade do salário de Didi. Helô, que já estava no "Manhã Cultural", procurou Didi antes de aceitar o convite, expressando seu desconforto com a injustiça da situação. Didi admirou a atitude de Helô e a encorajou a aceitar a posição, afirmando que Helô faria o programa à sua maneira e seria tão boa quanto.

Essa atitude de Didi, de apoiar e desejar sucesso para Helô, reflete a solidariedade entre mulheres e a busca por um ambiente mais justo e inclusivo, onde as diferenças são respeitadas e valorizadas. Mesmo diante da adversidade, Didi reconheceu o valor e o potencial de Helô, destacando que, embora seus programas fossem diferentes, ambos tinham seu valor e propósito. Esta postura ilustra uma realidade que desafia a competição tradicionalmente imposta às mulheres, promovendo a colaboração e o fortalecimento mútuo.

Sabíamos, por experiência própria, que, como mulheres, fomos socializadas pelo pensamento patriarcal para enxergar a nós mesmas como pessoas inferiores aos homens, para nos ver, sempre e somente, competindo umas com as outras pela aprovação patriarcal, para olhar umas às outras com inveja, medo e ódio. O pensamento sexista nos fez julgar sem compaixão e punir duramente umas às outras. O pensamento feminista nos ajudou a desaprender o auto-ódio feminino. Ele nos permitiu que nos libertássemos do controle do pensamento patriarcal sobre nossa consciência. (bell hooks, 2018, p.29)

As narrativas das dez mulheres revelam uma convergência de experiências de opressão, resistência e luta por igualdade de gênero. Apesar de atuarem em diferentes áreas e enfrentarem desafios diversos, todas elas compartilham o desejo de transformar seus espaços de atuação, sejam eles a RádioCom, o jornalismo, a militância ou o ambiente familiar. As barreiras que elas enfrentam são profundas e estruturais, mas suas histórias de resistência mostram que, coletivamente, as mulheres estão construindo novos caminhos para a equidade e o reconhecimento.

No geral, nota-se que a presença das mulheres no rádio tem crescido nas últimas décadas, no Brasil. No passado, a maioria das vozes que se ouvia no rádio eram de homens, mas hoje em dia muitas mulheres têm conquistado espaço e se destacado em diferentes áreas do rádio, seja como locutoras, repórteres, produtoras, apresentadoras ou em outras funções. Por outro lado, Pelotas tem diminuído o número de mulheres no rádio.

A análise das trajetórias de Ediane, Lili, Maria Fernanda e Celeste na RádioCom revela como as dinâmicas de precarização e discriminação de gênero e raça se entrelaçam para criar condições de trabalho desiguais, mesmo em espaços progressistas. O fato dessas mulheres terem desempenhado papéis fundamentais na rádio sem o devido reconhecimento salarial e institucional aponta para um descompasso entre os princípios de igualdade e a prática real dentro da emissora.

No entanto, a mudança institucional, como a criação do edital que contratou Clarissa, sinaliza uma transformação positiva, em que a rádio parece estar buscando uma formalização mais justa das atribuições e responsabilidades de seus trabalhadores. Essa alteração é um passo importante, mas deve ser acompanhada de uma reflexão contínua sobre as práticas de contratação e valorização dos profissionais, especialmente das mulheres, negras e periféricas, que muitas vezes ficam à margem das políticas formais de reconhecimento.

Assim, a RádioCom serve como um microcosmo de uma sociedade maior, na qual as discrepâncias de gênero e raça ainda persistem, mas na qual também existem oportunidades para mudança e evolução, desde que haja uma vontade institucional de corrigir os erros do passado e garantir maior equidade para todos os trabalhadores.

3.2 Lua Sangrenta: feminismo e coletividade nas ondas do rádio comunitário

O ambiente radiofônico, assim como vários outros, é preponderantemente masculino (VALCI ZUCULOTO, 2017). Partindo dessa realidade, a presença feminina no rádio ainda é atravessada por desigualdades e invisibilizações.

A Rádio Mulher⁵⁸, inaugurada em 1969, emergiu como uma voz ousada em um campo dominado por homens, desafiando normas sociais enraizadas e trazendo

⁵⁸ LOPES, Naian. Rádio Mulher: o veículo que enfrentou o machismo nos anos 1970 e acabou perdendo. 2023. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/06/11/radio-mulher-o->

inovação ao meio radiofônico brasileiro. Sua história é marcada pela luta por reconhecimento e espaço em um cenário que, frequentemente, relegava as mulheres a papéis secundários. Nesse contexto, a Rádio Mulher se destacou não apenas pela inclusão de jornalistas femininas em sua equipe, mas também por proporcionar uma plataforma para que elas pudessem narrar eventos esportivos, algo considerado audacioso para a época.

Em 12 de maio de 1969 é criada a Rádio Mulher, de São Paulo, a primeira emissora brasileira a se especializar exclusivamente em assuntos femininos, fundamentada em moldes norte-americanos e europeus. A base da programação era assuntos como moda, horóscopo, música romântica, consultórios etc. (GISELA ORTRIWANO, 1985, p.24)

Com a equipe completamente feminina, um marco significativo na trajetória da Rádio Mulher foi a narração de um jogo de futebol, realizada pela radialista Zuleide Ranieri, em 1971. Este momento foi mais do que uma simples transmissão, pois representou uma quebra de paradigmas, desafiando a ideia de que o esporte era um domínio exclusivamente masculino. O sucesso de Zuleide, com bordões que se tornaram icônicos, como “A cada mulher no estádio, um palavrão a menos”⁵⁹ e “Agarra Leão, o goleiro das pernas mais lindas do Brasil”, não apenas atraiu um público diversificado, mas também estabeleceu precedentes para futuras gerações de mulheres no jornalismo esportivo.

Contudo, a Rádio Mulher enfrentou um ambiente repleto de resistência. Apesar de conquistar uma audiência crescente, especialmente entre o público masculino, a presença feminina na narração esportiva ainda gerava desconfiança e preconceito entre muitos profissionais da área. O machismo era palpável, refletindo um sistema que frequentemente subestimava as capacidades das mulheres. As radialistas precisavam superar não apenas a desconfiança de seus colegas, mas também o preconceito generalizado que permeava a sociedade, que considerava o futebol uma atividade destinada aos homens.

veiculo-que-enfrentou-o-machismo-nos-anos-1970-e-acabou-perdendo.ghtml. Acesso em: 27 de junho de 2024.

⁵⁹ BROCANELLI, Rodney. Radioamantes no Ar relembra a equipe esportiva da Rádio Mulher formada só por mulheres em um papo com Zuleide Ranieri. 2015. Blog Radioamantes. Disponível em: <https://radioamantes.com/2015/11/16/radioamantes-no-ar-relembra-a-equipe-esportiva-da-radio-mulher-formada-so-por-mulheres-em-um-papo-com-zuleide-ranieri/>. Acesso em: 27 de junho de 2024.

As mulheres tiveram uma participação significativa desde os primeiros anos do rádio paulista. No entanto, foi somente em meados dos anos 1970 que elas começaram a trabalhar no radiojornalismo esportivo no estado. A Rádio Mulher foi a primeira a ter uma equipe exclusivamente feminina nos esportes, transmitindo também futebol. Todas as funções eram exercidas por mulheres, desde as administrativas, como chefe de reportagem, discotecaria, motorista do carro de reportagem, técnica de som, entre outras. Claudete Troiano e Zuleide Ranieri revezavam as funções de narradora da partida e repórter de campo, os comentários ficavam a cargo de Leilah Silveira, as reportagens eram responsabilidade de Germana Garili e Jurema Iara, e Lilian Loy era a plantonista da equipe. A iniciativa recebeu algumas críticas, em razão do preconceito existente no ambiente, até então de hegemonia masculina, de que mulher não entende de futebol e muitos desacreditaram do sucesso da equipe. No entanto, com a aceitação do público que acompanhavam as transmissões nos estádios, com o aumento da própria audiência e, conseqüentemente, retorno financeiro através da venda de espaços publicitários elas foram se fortalecendo e transformando o gênero esportivo brasileiro (VALCI ZUCULOTO & EDIANE MATTOS, 2017, p. 7).

As dificuldades enfrentadas pela Rádio Mulher, que acabou fechando por volta do ano 1975, ecoam nos desafios que o programa "Lua Sangrenta" viria a enfrentar. Assim como a Rádio Mulher, "Lua Sangrenta" foi uma iniciativa inovadora, buscando amplificar as vozes das mulheres e promover discussões sobre questões de gênero em um espaço ainda predominantemente masculino. O programa foi criado em um contexto em que a luta pela igualdade de gênero e a visibilidade das mulheres na mídia se tornavam cada vez mais urgentes. Ambas as iniciativas representaram passos significativos na construção de um espaço para as vozes femininas, embora o caminho tenha sido repleto de obstáculos.

A luta da Rádio Mulher por espaço e reconhecimento estabeleceu um precedente importante que inspirou programas como o "Lua Sangrenta", na RádioCom. Ao celebrar e contar as histórias de mulheres que desafiaram normas sociais, ambas contribuíram para a visibilidade das mulheres na mídia e para a luta por igualdade de gênero. Assim, ao explorarmos a história do "Lua Sangrenta", é essencial reconhecer as raízes dessa luta e como ela se entrelaça com as experiências anteriores como as da Rádio Mulher, refletindo as contínuas batalhas e conquistas das mulheres no rádio.

Entre as principais emissoras da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, a RádioCom ganhou destaque pela sua origem nos movimentos sociais, sindicalistas, de trabalhadores, artistas e demais pessoas que se dedicam às lutas sociais.

Com uma grade de programação diversificada pautada por temáticas ligadas às lutas e identidades da cidade, a programação da rádio contava com programas de debate político, musicais, de movimentos sociais ou de coletivos locais. Nesse contexto, surgiu um programa feminista denominado “Lua Sangrenta”. Produzido e apresentado semanalmente, o programa foi ao ar de 2015 a 2019 e era produzido por mulheres e pessoas não-binárias em um formato de roda de conversa, entrevistas e debates, com duração de uma hora e meia.

O nome do programa feminista “Lua Sangrenta” carrega uma simbologia rica e profunda, conectada a elementos femininos, ciclos naturais e resistência. A lua é frequentemente associada à mulher, à intuição e à renovação, enquanto o termo “sangrenta” pode remeter a aspectos como a menstruação, um aspecto natural exclusivo do corpo feminino, além da luta e das dificuldades enfrentadas pelas mulheres ao longo da história.

A “Lua Sangrenta” também é um evento astronômico que ocorre durante eclipses lunares, quando a lua adquire uma coloração avermelhada. Nesse contexto, pode simbolizar transformação e visibilidade, ideias centrais ao feminismo. Assim, o nome evoca tanto a força quanto a vulnerabilidade feminina, promovendo um espaço de expressão para vozes historicamente silenciadas e reafirmando a conexão entre os corpos, a natureza e as lutas sociais.

Uma das fundadoras do programa foi a interlocutora desta pesquisa, Lili Rubim, que criou blocos diários para tratar de determinados assuntos dentro do programa “Manhã Cultural”, apresentado por ela. Nas sextas-feiras, era tratada a temática feminista e, após algum tempo, o bloco ganhou uma proporção maior e virou um programa semanal, que utilizava o espaço do “Manhã Cultural”.

A história do feminismo sempre foi atravessada pela mídia alternativa ancorada na contrainformação, em seus diversos formatos, seja impresso, sonoro, audiovisual ou digital, provocando diferentes debates sobre o tema. A necessidade de se fazer ouvir, através de um discurso combativo, de denúncia e de mobilização para as diversas lutas travadas por direitos, seguidamente colocou as mulheres nesses espaços. O programa “Lua Sangrenta” se somou a esses espaços, como um canal de resistência e fortalecimento de lutas, buscando o protagonismo e a valorização da mulher, tanto para as que trabalhavam no “Lua Sangrenta”, quanto para as que atuavam na RádioCom como um todo, as ouvintes, as mulheres que participaram de alguma forma da programação e tantas outras mulheres que foram beneficiadas

através das discussões abrangendo pautas de saúde, política, entretenimento, cultura e debates sobre as lutas do movimento de mulheres. O espaço era utilizado para discutir, ler, ouvir, falar e estabelecer trocas entre interlocutoras, convidadas e ouvintes, a respeito de suas vivências no mundo e na mídia, pensando nas relações de gênero, classe e raça.

As experiências do programa “Lua Sangrenta” consolidaram-se como uma ferramenta da democracia e da luta feminista em um espaço radiofônico majoritariamente masculino. O programa “Lua Sangrenta”, segundo a fala de Helena Brandt Corrêa de Oliveira, representou uma iniciativa feminista inovadora dentro da RádioCom, um espaço comunitário, mas dominado por uma estrutura de poder masculina. A partir da análise da fala de Helena, o “Lua Sangrenta” pode ser entendido como uma plataforma de resistência e transformação, que abordou questões de gênero, interseccionalidade e o papel das mulheres e pessoas não binárias em uma sociedade desigual.

Helena destaca que o “Lua Sangrenta” era um programa coletivo, sem hierarquias, o que o torna um exemplo de organização feminista horizontal. O programa não apenas abria espaço para mulheres, pessoas não binárias e trans, mas também envolvia essas mesmas pessoas na criação e condução dos conteúdos. Esse formato coletivo e inclusivo reflete uma tentativa de romper com as estruturas tradicionais de poder, que são geralmente hierárquicas e masculinas, permitindo que diferentes perspectivas feministas fossem abordadas.

O programa, além de ser politicamente engajado, promovia uma abordagem interseccional do feminismo, e isso fica evidente na diversidade de vozes que tornaram o programa um espaço de diálogo e aprendizado sobre as várias camadas de opressão que afetam diferentes grupos.

O “Lua Sangrenta” teve um impacto relevante não apenas fora, mas também dentro da RádioCom. Helena observa que, embora a rádio fosse progressista, sua estrutura ainda era controlada por homens mais velhos, o que criava um ambiente de resistência às mudanças propostas pelo programa feminista. Um exemplo foi o episódio em que uma fala machista, feita por um participante de outro programa da rádio, foi trazida à tona pelas integrantes do “Lua Sangrenta”, que organizaram um programa para discutir e rebater essa visão.

Esse episódio demonstra como o “Lua Sangrenta” desafiava ativamente as normas patriarcais, inclusive dentro da própria emissora, criando espaço para a crítica

e a educação feminista. Ao questionar publicamente a exclusão e a desvalorização das mulheres em espaços intelectuais, como na filosofia (no caso mencionado por Helena), o programa ampliou o debate sobre o machismo presente não apenas na sociedade em geral, mas também em espaços considerados progressistas. Essa prática reflete o que bell hooks defende sobre a disseminação do conhecimento feminista por meio de mídias acessíveis, como o rádio, para alcançar e transformar a sociedade:

Ensinar pensamento e teoria feminista para todo mundo significa que precisamos alcançar além da palavra acadêmica e até mesmo da palavra escrita. Há uma multidão que não tem habilidade para ler a maioria dos livros feministas. Audiolivros, músicas, rádio e televisão são formas de compartilhar o conhecimento feminista. (bell hooks, 2018, p.47)

O “Lua Sangrenta” foi um projeto fundamental para a RádioCom e para a comunidade local, atuando como um espaço feminista, interseccional e inclusivo dentro de um ambiente que, apesar de progressista, ainda refletia desigualdades de gênero e de poder. A partir da fala de Helena, fica evidente que o programa não apenas impactou as vidas das participantes, mas também desafiou as estruturas patriarcais tanto dentro quanto fora da rádio. Contudo, a falta de financiamento e o voluntariado, questões estruturais comuns em iniciativas comunitárias, acabaram contribuindo para o seu encerramento, evidenciando a necessidade de maior apoio para iniciativas feministas e alternativas no campo da comunicação.

Helena também traz à tona a precariedade de manter um programa feminista em uma rádio comunitária sem financiamento adequado. Ela menciona que o “Lua Sangrenta” era realizado de forma voluntária e muitas vezes as participantes precisavam se equilibrar entre outras demandas da vida pessoal e profissional. Essa falta de financiamento e reconhecimento financeiro é uma barreira estrutural comum em espaços de comunicação alternativos, que muitas vezes dependem do trabalho gratuito de suas participantes.

A ausência de remuneração adequada para as pessoas envolvidas no “Lua Sangrenta” reflete, mais uma vez, a desvalorização do trabalho dessas pessoas, mesmo em um ambiente que deveria promover justiça social. Essa questão se conecta a uma crítica mais ampla que Helena faz sobre a necessidade de financiamento adequado para manter um jornalismo acessível e democrático, sem sacrificar a dignidade dos profissionais envolvidos.

Apesar de seu impacto, o “Lua Sangrenta” enfrentou desafios para se manter ao longo dos anos. Helena menciona que, com o tempo, o programa se tornou cada vez mais difícil de sustentar, especialmente devido à falta de recursos financeiros e ao esgotamento das participantes. Tal situação reflete a realidade de muitos projetos feministas e comunitários, que, apesar de sua importância política e social, enfrentam dificuldades para continuar existindo em um sistema que não oferece o suporte necessário para sua continuidade.

O “Lua Sangrenta” se destacou por abordar temas importantes para as mulheres e pessoas não binárias, não apenas em Pelotas, mas também em um contexto mais amplo. Helena menciona o impacto positivo que o programa teve ao envolver ouvintes de diferentes faixas etárias, incluindo uma senhora idosa que se sentiu conectada com o conteúdo feminista abordado no programa. Esse exemplo demonstra que o “Lua Sangrenta” conseguiu atravessar as barreiras geracionais e dialogar com públicos diversos, ampliando a compreensão sobre as questões de gênero e feminismo.

Além disso, o programa funcionava como um espaço seguro para a discussão de questões que muitas vezes eram ignoradas ou silenciadas em outros ambientes de comunicação. A inclusão de mulheres, pessoas trans e não binárias para compartilhar suas vivências e perspectivas era uma forma de dar visibilidade a questões que estão nas margens da sociedade e do jornalismo tradicional.

Para Helena, o “Lua Sangrenta” não foi apenas um espaço de ativismo, mas também de transformação pessoal e profissional. Ela menciona que foi o programa que a manteve no jornalismo, mesmo quando ela enfrentou dificuldades na universidade. O “Lua Sangrenta” ofereceu a ela uma experiência prática de como o jornalismo pode ser feito de forma inclusiva, política e coletiva. Essa experiência revela o impacto formativo que projetos alternativos e comunitários podem ter sobre jovens profissionais, especialmente mulheres e pessoas não binárias que buscam um espaço de atuação que reflita seus valores.

Já o programa “Lua Sangrenta”, na visão de Lili, representa um marco dentro da RádioCom, não apenas por seu conteúdo, mas por sua estrutura e função como espaço de resistência e visibilidade para mulheres e pessoas não binárias. A fala de Lili oferece um panorama rico sobre a importância do programa e os desafios enfrentados para mantê-lo.

O “Lua Sangrenta” surge como um programa que rompe com a invisibilidade das vozes femininas e das pessoas não binárias nos meios de comunicação comunitários. Segundo Lili, o programa foi uma resposta à falta de representatividade das mulheres dentro da própria RádioCom, refletindo uma problemática maior da sociedade, a exclusão de mulheres, especialmente aquelas que não se conformam com normas hegemônicas de gênero e sexualidade, dos espaços de decisão e de fala.

A presença de mulheres nos meios de comunicação pode colaborar para a construção de trajetórias políticas individuais e também para uma inserção maior e mais efetiva delas, como grupo, no campo político. Mas, dependendo de seu volume e feitiço, pode, também, naturalizar a sub-representação e a presença marginal das mulheres, ao torná-las invisíveis ou restringir sua participação a espaços e temas que ativam compreensões convencionais de gênero, sobretudo das habilidades e vocações que seriam caracteristicamente ‘femininas’. (FLÁVIA BIROLI & MIGUEL, 2011, p. 1).

O fato de o programa ter sido inteiramente produzido e protagonizado por mulheres e pessoas não binárias trouxe um diferencial importante. Ele se dedicava a discutir temas feministas, como as opressões de gênero, o machismo estrutural e a violência contra mulheres, criando um espaço seguro e aberto para debates que frequentemente eram negligenciados nos meios tradicionais e, até mesmo, nas rádios comunitárias. Esse foco evidencia a relevância do programa para dar visibilidade às lutas por igualdade e diversidade, além de desafiar o status quo dentro e fora da rádio.

Lili menciona que, ao longo do tempo, o programa se tornou uma plataforma para denúncias de machismo institucional, com mulheres ligando para relatar casos de assédio e agressão. Esse papel do “Lua Sangrenta” como um canal de denúncia destaca sua função social crucial, a criação de um espaço de escuta ativa e acolhimento, em que as vítimas de violência de gênero podiam compartilhar suas histórias sem medo de represálias. Esse caráter de enfrentamento colocou o programa em uma posição delicada dentro da RádioCom, gerando questionamentos internos, especialmente por parte dos homens que temiam processos legais.

Apesar do impacto social e cultural do “Lua Sangrenta”, Lili relata que o programa enfrentou forte resistência dentro da RádioCom, principalmente por parte da direção composta por homens. O fato de que esses homens eram responsáveis pela gestão dos recursos e das decisões editoriais da rádio impedia uma autonomia completa para o programa, criando um ambiente de constantes tensões.

Lili fala sobre a necessidade de insistir repetidas vezes para validar o programa e conseguir que ele se mantivesse no ar, o que reflete um padrão comum nas organizações, ou seja, mulheres precisam se esforçar muito mais para serem ouvidas e levadas a sério, especialmente em espaços dominados por homens. Mesmo com essa resistência, o “Lua Sangrenta” conseguiu se consolidar como um espaço de debate feminista e, mais importante, inspirou outras mulheres a se engajarem na comunicação comunitária.

Ainda assim, Lili destaca que a postura das apresentadoras era firme em relação à necessidade de denunciar e de manter uma linha editorial crítica às estruturas patriarcais. Essa postura reforça a importância do programa como uma ferramenta de transformação social, que não apenas discutia o machismo, mas também incentivava a ação direta, exemplificada pelas denúncias e debates sobre violência.

Embora o “Lua Sangrenta” tenha sido inicialmente associado a mulheres universitárias, Lili enfatiza que o programa se expandiu para incluir mulheres de movimentos periféricos da cidade. Essa abertura foi essencial para criar uma ponte entre diferentes realidades e fortalecer o diálogo entre mulheres de diferentes origens sociais e raciais. Ao incluir vozes periféricas, o programa ampliou sua representatividade e trouxe à tona narrativas que são frequentemente silenciadas ou marginalizadas, mostrando a interseccionalidade das lutas feministas.

Essa pluralidade de experiências é importante, pois evidencia que as questões de gênero, raça e classe estão interligadas e que o feminismo precisa ser plural para atender às necessidades de mulheres com diferentes histórias de vida. O “Lua Sangrenta” tornou-se, assim, um espaço não apenas de discussão, mas de ação coletiva e construção de solidariedade entre mulheres de diferentes contextos.

O “Lua Sangrenta” também se destacou por promover eventos culturais, como festivais e feiras, que extrapolavam o conteúdo radiofônico e se manifestavam na esfera pública. Esses eventos trouxeram visibilidade para artistas, produtoras culturais e outras mulheres envolvidas na cena cultural de Pelotas, criando um movimento de ocupação de espaços que iam além da rádio.

Essa intersecção entre comunicação, cultura e ativismo reforça o caráter revolucionário do programa, que não se restringia apenas ao conteúdo transmitido, mas se estendia para práticas concretas de transformação social. Ao criar esses

eventos, o “Lua Sangrenta” conectou a rádio com a comunidade de maneira mais direta, promovendo encontros que fortaleceram a luta feminista na cidade.

Lili também menciona que o programa funcionou como uma plataforma de capacitação para outras mulheres, ao ensinar técnicas de operação de rádio e desenvolver a postura de comunicação necessária para falar ao microfone. Esse processo de empoderamento técnico e pessoal é significativo, pois muitas dessas mulheres tiveram a oportunidade de aprender e se desenvolver em áreas nas quais não haviam tido acesso anteriormente, reforçando o papel do “Lua Sangrenta” como um espaço de inclusão e formação.

O “Lua Sangrenta”, a partir da fala de Lili, se destaca como um programa de resistência feminista e interseccional, que não só abriu espaço para mulheres e pessoas não binárias, mas também promoveu debates, denúncias e transformações culturais em Pelotas. Foi um espaço de luta contra o machismo, a invisibilidade feminina nos meios de comunicação e a resistência patriarcal dentro de uma rádio comunitária que deveria, em teoria, ser inclusiva.

Além de espaço privilegiado de reprodução e difusão de discursos, os meios de comunicação são, também, um espaço central ao reconhecimento das ‘falas legítimas’ e à naturalização das distinções socialmente construídas, com sentidos que assume em diferentes contextos (FLÁVIA BIROLI & MIGUEL, 2011, p. 12, grifos dos autores).

O programa foi mais do que uma iniciativa radiofônica, foi um movimento social que utilizou a comunicação para fomentar diálogos, criar redes de apoio e capacitar mulheres a ocupar e transformar espaços que historicamente lhes foram negados. O impacto do “Lua Sangrenta” permanece como um exemplo de como a comunicação comunitária pode ser um veículo poderoso para a luta feminista e para a democratização das vozes.

O programa “Lua Sangrenta”, conforme descrito por Vanessa Rodrigues Silveira, pode ser analisado como um espaço crucial de resistência feminista e de subversão das normas patriarcais dentro do ambiente da rádio comunitária. A análise da fala de Vanessa revela vários aspectos importantes sobre o papel transformador desse programa em relação às questões de gênero, poder e inclusão no campo da comunicação.

Vanessa destaca que o “Lua Sangrenta” era inteiramente produzido e apresentado por mulheres e tinha um foco em dar visibilidade às vozes femininas,

entrevistando exclusivamente mulheres. Esse formato não apenas criava um espaço de representatividade dentro da RádioCom, mas também confrontava a histórica ausência e silenciamento das mulheres nos meios de comunicação. Em um ambiente geralmente dominado por homens, tanto nas esferas de poder quanto no conteúdo produzido, o programa trouxe à tona questões que frequentemente são ignoradas ou marginalizadas pela mídia convencional.

O programa era conhecido por sua postura firme e crítica, o que Vanessa descreve como as "meninas metendo a real", ou seja, abordando temas feministas de forma direta e sem receios. Ao desafiar o sistema estabelecido, o "Lua Sangrenta" não apenas oferecia um espaço seguro para as mulheres discutirem suas experiências, mas também forçava os homens da rádio, o "macharedo", como Vanessa se refere, a confrontarem suas próprias crenças e preconceitos. Esse confronto resultava em um processo de aprendizado, pelo menos para aqueles dispostos a ouvir. A existência de um programa feminista em uma rádio de esquerda reforça a importância de incorporar práticas inclusivas e interseccionais mesmo em espaços que se propõem progressistas. O "Lua Sangrenta", ao fornecer um espaço para que as mulheres desafiem as normas patriarcais e debatam suas experiências, ilustra a crítica de Biroli sobre as dificuldades que as mulheres enfrentam para influenciar decisões e expressar suas perspectivas em espaços de poder, mesmo em ambientes progressistas.

Embora as hierarquias de classe e raça incidam na definição de quem tem acesso aos espaços de poder, a divisão sexual do trabalho e as formas da construção do feminino a ela relacionadas fazem com que as mulheres tenham chances relativamente menores do que os homens de ocupar posições da política institucional e de dar expressão política, no debate público, a perspectivas, necessidades e interesses relacionados à sua posição social. Têm, com isso, menores possibilidades de influenciar as decisões e a produção das normas que as afetam diretamente (FLÁVIA BIROLI, 2018, p. 24).

Vanessa menciona que o programa "Lua Sangrenta" era importante porque questionava a estrutura de gênero da rádio e do próprio setor de comunicação. O fato de o programa ter sido feito exclusivamente por mulheres e para mulheres, numa época em que poucas mulheres ocupavam espaços na emissora, aponta para uma tentativa de equilibrar a balança de poder. Essa iniciativa vai ao encontro da crítica que Vanessa faz à falta de diversidade nos espaços de mídia, em que, na maior parte das vezes, homens brancos dominam as conversas e as decisões editoriais.

Além de ser um espaço de resistência, o "Lua Sangrenta" também funcionava como um programa educativo. Ele proporcionava às ouvintes e aos ouvintes uma visão crítica sobre as questões feministas, incentivando debates sobre temas como igualdade de gênero, violência contra a mulher, direitos reprodutivos e outras questões importantes para as mulheres. Vanessa destaca que o programa tinha grande impacto não apenas pelo que falava, mas pela maneira como abordava esses temas de forma aberta e honesta, sem medo de causar desconforto. Essa abordagem demonstra o papel transformador do programa, não apenas para quem o ouvia, mas também para os próprios membros da rádio.

O fato de Vanessa situar o "Lua Sangrenta" como um período particularmente rico na história da rádio também sugere que sua existência marcou uma era de maior conscientização e diversidade de gênero na RádioCom. O programa representava um ponto alto em termos de inclusão feminina e de visibilidade para questões feministas, algo que nem sempre foi constante na rádio. Essa temporalidade reflete a dificuldade em manter espaços feministas permanentes e sustentáveis nos meios de comunicação, especialmente em ambientes que ainda lutam contra estruturas patriarcais.

O programa "Lua Sangrenta" representa um espaço de resistência, transformação e conscientização feminista dentro da RádioCom, conforme relatado por Vanessa. Ele não só criou um ambiente em que as mulheres podiam se expressar livremente e serem ouvidas, mas também desafiou as normas de gênero e poder presentes tanto na rádio quanto na sociedade em geral. A narrativa de Vanessa mostra que o "Lua Sangrenta" foi um espaço essencial para a promoção de um diálogo crítico sobre o feminismo, tendo um impacto duradouro tanto na rádio quanto nas pessoas que estavam dispostas a aprender com ele.

Já a análise do programa "Lua Sangrenta" pela fala de DJ Helô revela um espaço de resistência feminista, no qual mulheres e pessoas não binárias encontraram espaço em um ambiente que tradicionalmente as exclui. O programa é destacado por Helô como uma iniciativa marcante, mas também carrega as complexidades e desafios de ser voluntário e de estar inserido em uma rádio comunitária, ainda marcada por estruturas patriarcais.

Um dos desafios que Helô destaca é o caráter voluntário do "Lua Sangrenta". Embora o programa tenha sido um espaço importante para as mulheres, o fato de ser voluntário cria uma situação de instabilidade. Essa condição reflete uma crítica maior

de Helô à própria estrutura da RádioCom, que, apesar de ser uma rádio de esquerda e comunitária, não oferece o devido suporte financeiro e estrutural para as iniciativas que nascem dentro dela. A precariedade do voluntariado, nesse caso, refletia uma fragilidade do programa, que terminou após certo período.

As novas formas de trabalho precarizado fazem-se presentes por meio da utilização de estagiários, trabalhadores temporários, de cooperativas de trabalho e/ou associações de produção, bem como, do trabalho voluntário, apologeticamente apresentado na mídia como uma "alavanca ao desenvolvimento do país", e o voluntário como uma gente de transformação social (VALESKA GUIMARÃES et al., 2012, p. 79).

Esse ponto toca em uma questão mais ampla sobre a sustentabilidade dos projetos feministas e comunitários em espaços que, embora tenham uma proposta progressista, não conseguem romper completamente com as lógicas de exploração e precarização do trabalho, especialmente o trabalho de mulheres. A falta de remuneração adequada e a dependência de trabalho voluntário expõem a vulnerabilidade das iniciativas que buscam desafiar o status quo.

A fala de Helô também sugere que o "Lua Sangrenta", embora tenha sido um programa forte, não foi suficientemente apoiado pela rádio. Essa observação reflete uma crítica à falta de investimento e atenção que programas voltados para questões de gênero e raça recebem em comparação com aqueles que seguem a linha tradicional da emissora. Helô menciona que, mesmo dentro de uma rádio que valoriza a cultura, programas como o seu (e, por extensão, o "Lua Sangrenta") não recebem o mesmo nível de apoio ou estrutura que outros programas.

O "Lua Sangrenta" surge como uma resposta à necessidade de um espaço em que as pessoas pudessem falar e se expressar, tanto no que diz respeito à sua identidade quanto às suas lutas. Helô reconhece o programa como "sensacional", mostrando que ele preenche uma lacuna na programação da rádio, que até então era dominada por vozes masculinas. Esse exemplo demonstra que, em um ambiente frequentemente marcado pelo machismo, como a própria Helô aponta, o "Lua Sangrenta" foi um espaço de resistência e criação de novas narrativas feministas.

A criação do programa, liderado por cinco mulheres, reforça a necessidade de representatividade feminina nos meios de comunicação, especialmente em rádios comunitárias que muitas vezes perpetuam as mesmas estruturas de poder das rádios comerciais. O "Lua Sangrenta" dá visibilidade às vozes de mulheres, que

historicamente foram excluídas dos espaços de decisão e de protagonismo nos meios de comunicação.

Esse ponto também levanta a questão da visibilidade das pautas feministas e de gênero nas rádios comunitárias. O "Lua Sangrenta" abordava questões que muitas vezes são marginalizadas, como a luta das mulheres, das pessoas não binárias e da comunidade LGBTQIA+. A dificuldade de manter esse programa no ar reflete como, mesmo em espaços alternativos, as pautas feministas e interseccionais ainda enfrentam barreiras significativas para serem amplamente aceitas e sustentadas.

O "Lua Sangrenta", como destacado por Helô, não era apenas um programa de rádio, mas um espaço de luta, resistência e transformação social. A rádio, em sua concepção, deveria ser um espaço de construção comunitária e de fortalecimento de vozes que são marginalizadas pela mídia hegemônica. Nesse sentido, o "Lua Sangrenta" representa uma tentativa de transformar o rádio em uma ferramenta de empoderamento e ação política para as mulheres e pessoas não binárias.

O término do "Lua Sangrenta" é mencionado por Helô de forma melancólica, indicando que, mesmo programas com grande potencial de impacto social e cultural, como esse, enfrentam dificuldades para se manterem ativos. O fim do programa reflete as limitações estruturais da rádio, em que a sustentabilidade de iniciativas depende muitas vezes de recursos e apoios que não são garantidos. O fato de o programa ser voluntário agrava ainda mais essa situação.

O "Lua Sangrenta" foi um espaço de resistência, conforme já dito, no qual as vozes femininas e não binárias puderam emergir em um ambiente dominado por homens. Apesar de seu caráter inovador e transformador, o programa enfrentou os desafios comuns a projetos feministas e interseccionais em um mundo que ainda não se ajustou para valorizar e apoiar plenamente essas iniciativas. A análise da fala de Helô sobre o programa destaca não apenas o seu sucesso como ferramenta de empoderamento, mas também as barreiras que impedem que programas como esse tenham uma vida longa e sustentável.

O "Lua Sangrenta" é um símbolo da luta por inclusão e igualdade em espaços de mídia, mas também serve como um lembrete das limitações enfrentadas pelas mulheres e pessoas não binárias ao tentar romper com as estruturas opressivas que permeiam mesmo os espaços de mídia comunitária.

A visão de Vera Lopes sobre o Lua Sangrenta reflete tanto admiração quanto crítica ao predomínio de homens em espaços de poder. Ela destaca a força e a

determinação de Helena, uma jovem idealizadora do programa, por criar um espaço "inquietante" e marcadamente feminino em um meio dominado por homens. Para Vera, o programa é um exemplo raro e necessário de resistência e de voz feminina no rádio, mas ela também aponta que, apesar da importância de iniciativas como essa, a programação e a estrutura das rádios ainda são amplamente controladas por homens. Vera acredita que, para além de programas pontuais, é fundamental que as mulheres ocupem posições de maior poder e decisão nas rádios, ampliando suas vozes e controlando as narrativas.

A fala de Maria Fernanda sobre o Lua Sangrenta revela o impacto significativo que o programa feminista teve na RádioCom, ao criar um espaço de afirmação e protagonismo feminino. O nome do programa, descrito como "super provocativo", remete à ressignificação de símbolos ligados ao corpo da mulher, como a menstruação, transformando algo tradicionalmente silenciado em um símbolo de força e poder. Essa provocação reflete a afirmação das mulheres como sujeitos centrais na comunicação, rompendo com padrões convencionais que evitam essas temáticas.

Maria Fernanda também destaca que o Lua Sangrenta reflete uma evolução no espaço das mulheres dentro da RádioCom. No início de sua trajetória, o feminismo ainda não era uma pauta forte, e poucas mulheres ocupavam posições de liderança ou decisão. A criação do programa marcou uma mudança nesse cenário, permitindo que as mulheres trouxessem à tona discussões feministas e ocupassem esses espaços com mais voz e protagonismo.

Por fim, ela reflete sobre a naturalização da desigualdade de gênero, mencionando que, no passado, era normal ver poucas mulheres nos espaços de poder. O Lua Sangrenta representa, para Maria Fernanda, uma desconstrução dessa aceitação passiva da exclusão feminina, oferecendo uma plataforma para que as mulheres desafiem as estruturas de poder e reivindiquem seu lugar na comunicação e na sociedade.

O programa *Lua Sangrenta* se destacou como um importante espaço de resistência feminista e inclusão na RádioCom, ao reunir mulheres e pessoas não binárias para discutir questões de gênero, raça e sexualidade de maneira interseccional. Funcionando sem hierarquia e com rotatividade entre seus integrantes, o programa simboliza uma ruptura com as formas tradicionais de organização e produção de conteúdo, promovendo um ambiente de diálogo colaborativo e livre. Através do *Lua Sangrenta*, vozes historicamente marginalizadas encontraram um

canal para amplificar suas lutas e demandas, desafiando as estruturas patriarcais e racistas que ainda predominam em muitos espaços, incluindo os midiáticos. O impacto do programa vai além do rádio, ao criar um espaço de acolhimento e empoderamento, que fortalece a autonomia e a visibilidade de identidades plurais, contribuindo para uma transformação social mais ampla e inclusiva.

Conclusões

A presente tese buscou entender e evidenciar a complexidade das experiências das mulheres radialistas no cenário das rádios comunitárias de Pelotas, analisando como gênero, raça e classe influenciam suas trajetórias e percepções dentro de um ambiente historicamente masculino e pouco inclusivo. Por meio da metodologia da História Oral, foi possível captar a subjetividade e a resistência de mulheres que, mesmo enfrentando discriminação e silenciamento, continuam a lutar para ocupar seus espaços e amplificar suas vozes. As histórias narradas revelam nuances importantes sobre as estruturas de poder que se impõem sobre essas profissionais, oferecendo, ao mesmo tempo, reflexões sobre as transformações que essas mulheres vêm promovendo, ainda que de forma gradual.

As entrevistas realizadas com as radialistas permitiram a revelação de realidades marcadas pela divisão sexual do trabalho, pela precarização e pela luta constante por reconhecimento e valorização. Entre as questões mais evidentes, destacou-se o fato de que algumas dessas mulheres acumularam funções além daquelas formalmente previstas. Um exemplo é Didi e Lili, cujas experiências revelaram a falta de acolhimento institucional em valorizar devidamente suas contribuições enquanto jornalistas e produtoras, em contraste com a remuneração de radialistas. Essa desvalorização ecoa o que as teorias feministas e interseccionais denunciam: a sobrecarga de trabalho e a negligência em reconhecer as habilidades e o tempo dedicados por mulheres em ambientes precarizados.

Os resultados deste estudo apontam para uma confluência de opressões de gênero, raça e classe que dificultam a inserção plena das mulheres nos espaços de poder e decisão dentro da comunicação. Embora o rádio comunitário tenha um histórico de resistência e inclusão, ainda permanece permeado por dinâmicas de silenciamento e machismo estrutural, que limitam o acesso das mulheres a cargos de liderança e decisão. É notável, no entanto, a evolução observada na RádioCom nos últimos anos, marcada pela criação de um edital de seleção para profissionais de comunicação, o que resultou na contratação de Clarissa como jornalista. Tal avanço evidencia um reconhecimento tardio da importância de se oferecer uma estrutura que valorize o trabalho jornalístico de maneira justa.

Apesar dos avanços, a análise comparativa das narrativas das entrevistadas demonstra que o caminho para a equidade de gênero na comunicação comunitária e

no jornalismo é árduo. Em suas falas, as entrevistadas abordaram temas como o assédio, o silenciamento e a deslegitimação das vozes femininas, mesmo em espaços que se colocam como progressistas. A crítica que elas tecem, muitas vezes velada, também reflete a esperança de que as mudanças ocorram de forma mais ampla e profunda, englobando desde a estrutura hierárquica até a valorização das diferentes perspectivas e habilidades que elas trazem ao rádio.

A solidariedade entre as mulheres emerge como um elemento crucial na luta por igualdade e justiça, como evidenciam as histórias narradas nesta pesquisa. A atitude de apoio mútuo, como demonstrada na relação entre Didi e Helô, transcende as adversidades e reforça a importância da coletividade. Essa prática de união entre mulheres desafia a lógica da competição imposta pelo patriarcado, criando redes de apoio que potencializam suas vozes e suas conquistas. Assim, a solidariedade feminina não apenas fortalece a resistência contra as opressões de gênero e raça, mas também fomenta a construção de espaços mais inclusivos, onde as mulheres possam exercer seu protagonismo de forma plena e colaborativa.

Em termos de contribuição acadêmica e social, esta pesquisa oferece uma reflexão sobre o papel da rádio comunitária como um espaço de luta e resistência, não apenas pela inclusão, mas pela construção de novas formas de representação e visibilidade das mulheres. As experiências compartilhadas nesta tese, marcadas por coragem e perseverança, são um chamado para que a comunicação comunitária se torne, de fato, um meio de amplificação de vozes diversas, estabelecendo-se como uma plataforma que questiona as hegemonias e combate as opressões de maneira proativa.

Portanto, é necessário que a rádio comunitária continue a investir em políticas de valorização e equidade de gênero, como as que resultaram no recente edital para contratação formal de jornalistas. O reconhecimento de que essas mulheres contribuem significativamente para a diversidade e a profundidade do jornalismo local é o primeiro passo para a transformação de espaços como a RádioCom em ambientes verdadeiramente igualitários. É também um convite para que as mulheres ocupem, sem receios, os lugares que lhes pertencem por direito, desafiando as barreiras impostas pela sociedade patriarcal e construindo novas narrativas, onde possam ser autoras e protagonistas de suas próprias histórias.

A conclusão desta tese reafirma a importância de uma abordagem interseccional que considere as vivências específicas das mulheres em suas

diferentes condições de classe e raça, na análise do rádio comunitário. Este trabalho propõe que a academia e as práticas de comunicação abracem uma visão mais crítica e inclusiva, permitindo que o protagonismo feminino seja mais do que uma exceção e se torne parte integral da construção coletiva de uma sociedade mais justa e democrática.

Além disso, a conclusão da tese ganha um contorno importante ao refletir sobre a suposição inicial de que uma rádio comunitária teria um ambiente mais propício e inclusivo para a atuação das mulheres. A RádioCom adota em seu discurso institucional um compromisso com a comunicação livre, democrática e acessível, posicionando a comunicação como um direito universal, não como uma concessão. Inspirada no artigo XIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a rádio declara promover um espaço de expressão em que as opiniões, informações e ideias circulam livremente. Com uma programação cultural de 17 horas diárias e o envolvimento de aproximadamente 85 "rádio-companheiros", a RádioCom se posiciona como um canal independente que busca representar as vozes dos grupos sociais excluídos pela mídia tradicional, reforçando a valorização da cultura local e regional.

Ao longo do estudo, ficou evidente que, embora o rádio comunitário tenha o potencial de ser um espaço de resistência e diversidade, ele também reproduz os problemas estruturais de gênero que permeiam a sociedade. Ao analisar as entrevistas realizadas para esta pesquisa, surge uma questão fundamental: a prática diária da RádioCom reflete integralmente esses princípios de igualdade e liberdade, ou ainda carrega marcas das opressões de uma sociedade patriarcal? Embora a RádioCom promova a inclusão e a diversidade em seu discurso, os relatos indicam que as estruturas de gênero e poder ainda influenciam as dinâmicas da emissora. Mesmo com seu papel de resistência contra a visão comercial da comunicação, a rádio espelha certas limitações impostas pelo patriarcado, revelando, em alguns momentos, uma discrepância entre a intenção institucional e a prática cotidiana. Essa tensão evidencia que, embora o discurso da RádioCom seja fundamental para um projeto de comunicação inclusiva, a superação das estruturas de poder patriarcais na emissora é um desafio contínuo e parte essencial para concretizar plenamente seu compromisso com a igualdade e a liberdade de expressão.

Essa constatação é significativa para repensar o papel da rádio comunitária como um espaço efetivamente democrático e igualitário. Em vez de se constituir como

um espaço neutro ou isento das dinâmicas opressoras externas, a rádio expõe os desafios que as mulheres enfrentam ao tentar ocupar espaços de poder e decisão, seja como jornalistas, produtoras ou locutoras. Esse cenário reforça a necessidade de que a comunicação comunitária invista em políticas e práticas ativas de valorização e equidade de gênero, de forma que possa realmente se distinguir como um espaço onde a voz das mulheres é legitimamente amplificada e respeitada, e onde as desigualdades de gênero não são perpetuadas, mas, sim, desafiadas.

A reflexão final sugere que, para uma transformação efetiva, o rádio comunitário deve ir além da inclusão nominal e investir em mudanças estruturais que garantam igualdade de condições e respeito para as mulheres em todas as suas funções. Somente com esse compromisso poderá cumprir plenamente seu papel como um espaço de resistência, representatividade e justiça social para as mulheres e demais grupos marginalizados.

Apêndices

Apêndice 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA RADIALISTAS

1. Nome
2. Data de nascimento
3. Profissão
4. Escolaridade? Curso que a vinculou ao rádio?
5. Nome dos pais – profissão deles – Eles te influenciaram na escolha da profissão?
6. Cidade do nascimento
7. Estado civil
8. Tem filhos?
9. Nome dos filhos e profissão deles
10. Quais os cargos que ocupou durante sua trajetória laboral? No que já trabalhasse?
11. No rádio como costuma ser teu vínculo com a emissora? Valor recebido? Horário?
12. Quais programas atuou?
13. Fale sobre sua profissão vinculada ao rádio. Quando começou a exercê-la? Como foi no início e como é hoje?
14. Por quais transformações do rádio você passou? Como foi a adaptação?
15. Como era a sua rotina de trabalho?
16. Como é/era a interação com os ouvintes? Tem alguma história sobre?
17. Quando iniciou outras mulheres se dedicavam ao mesmo ofício? Lembra de outros nomes que também trabalhavam na rádio? Era comum mulheres trabalhando no rádio?
18. Alguém o influenciou para iniciar no ramo? Tens algum modelo de inspiração?
19. Como foi a tua atuação/adaptação na pandemia? Como o rádio contribui neste momento?
20. Em quais emissoras/programas você atuou?
21. Eventos importantes que você participou?
22. Quais dificuldades você teve para iniciar no rádio?

23. Ocorreu alguma dificuldade nesse sentido? Preconceito? Assédio? Discriminação? Racismo?
24. Na tua trajetória foi pensado em algum programa que tivesse como público prioritário as mulheres? Atuasse nele?
25. Achas que seria interessante se ter um programa com esta natureza?
26. Como é a tua atuação como jornalista? Podes contar um pouco sobre a tua experiência?
27. E como militante?
28. O que achas mais relevante em uma rádio comunitária?
29. Vivemos em um mundo a cada dia mais tecnológico. O que pensas a este respeito?
30. Se tivesse que escolher hoje qual profissão seguir, escolherias a de radialista ou outra?
31. Se tivesses que te apresentar hoje, quem é a Fulana?

Apêndice 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA SINDICATOS

1. Nome
2. Data de nascimento
3. Profissão
4. Escolaridade? Curso?
5. Cidade do nascimento
6. Estado civil
7. Qual a posição que ocupa no Sindicato?
8. Qual a visão sobre a RádioCom?
9. Qual o aporte financeiro do sindicato na RádioCom?
10. Desde quando se dá essa parceria?
11. Como se dá a participação do sindicato na emissora?
12. Como se dá a influência do sindicato sobre as decisões/programação/equipe da rádio?
13. Qual a visão do sindicato sobre a necessidade de inserir as mulheres no mundo do trabalho?
14. Tu sabes quantas são as mulheres e quantos são os homens que atuam na rádio?
15. Sabes se alguma das mulheres ocupa algum posto de protagonismo ou se há equidade salarial entre homens e mulheres?
16. Vocês conhecem a realidade das mulheres que trabalham na rádio, a partir das demandas de gênero?
17. E no sindicato em que atuas há preocupações pela busca da equidade de gênero?
18. A RádioCom realiza algum tipo de prestação de contas para o sindicato?
19. Há alguma gerência do sindicato sobre a contratação da equipe?
20. Há alguma gerência do sindicato sobre o salário que é pago para cada um?
21. Qual a expectativa/busca do sindicato com o patrocínio?
22. Você entende que a rádio contribui efetivamente para a inserção das mulheres no mundo do trabalho?
23. Você acredita que a RádioCom é comprometida com a equidade de gênero?

24. Quais opressões que as mulheres vivenciam cotidianamente, segundo o teu entendimento?
25. Pensas que uma rádio comunitária pode alterar esse quadro de desigualdade em alguma medida?

Fontes e Referências Bibliográficas

Fontes Orais

CUNHA, Maria Teresa. Jornalista e ex-radialista da Rádio Federal FM. Entrevista concedida a Silvana de Araújo Moreira. Realizada na Câmara dos Vereadores, Pelotas, 2018.

DUARTE, Heloisa. Radialista da RádioCom e DJ. Entrevista concedida a Silvana de Araújo Moreira. Realizada na casa da entrevistada, Pelotas, 2022.

ESTRELLA, Maria Alice. Radialista e locutora aposentada da Rádio Federal FM. Entrevista concedida a Silvana de Araújo Moreira. Realizada na casa da entrevistada, Pelotas, 2017.

FUJI, Tereza. Dirigente do Sindicato dos Servidores Técnicos-administrativos da UFPel. Entrevista concedida a Silvana de Araújo Moreira. Realizada no Sindicato, Pelotas, 2024.

HENNING, Clarissa. Jornalista da Rádio Federal FM. Entrevista concedida a Silvana de Araújo Moreira. Realizada na sala de redação da RádioCom, Pelotas, 2024.

LOPES, Vera. Diretora de Produção aposentada e ex-diretora da Rádio Federal FM. Entrevista concedida a Silvana de Araújo Moreira. Realizada na casa da entrevistada, Pelotas, outubro de 2017.

LOPES, Vera. Colaboradora da RádioCom. Entrevista concedida a Silvana de Araújo Moreira. Realizada na casa da entrevistada, Pelotas, 2024.

OLIVEIRA, Ediane. Jornalista, Produtora Cultural e Radialista. Entrevista concedida a Silvana de Araújo Moreira. Realizada via WebConf-UFPel, Pelotas, 2022.

OLIVEIRA, Helena. Jornalista e ex-radialista da RádioCom. Entrevista concedida a Silvana de Araújo Moreira. Realizada na Padaria Brasil, Pelotas, 2022.

PEREIRA, Celeste. Base do Sindicato dos Docentes da UFPel e coordenadora da RádioCom. Entrevista concedida a Silvana de Araújo Moreira. Realizada no apartamento da entrevistada, Pelotas, 2024.

PASSOS, Maria Fernanda. Jornalista e ex-radialista da RádioCom. Entrevista concedida a Silvana de Araújo Moreira. Realizada na casa da entrevistada, Jaguarão, 2024.

RUBIM, Lili. Jornalista e Cineasta. Entrevista concedida a Silvana de Araújo Moreira. Realizada via WebConf-UFPel, Pelotas, 2022.

SILVEIRA, Vanessa. Jornalista e Radialista. Entrevista concedida a Silvana de Araújo Moreira. Realizada na casa da entrevistada, Pelotas, 2022.

VAZ, Luiz Carlos. Jornalista e Radialista aposentado. Entrevista concedida a Silvana de Araújo Moreira. Realizada no Mercado Público, Pelotas, 2017.

Fontes Documentais

Jornal Diário Popular. 09 de junho de 1925. Acervo Bibliotheca Pública Pelotense.

Jornal Diário Popular. 25 de julho de 1967. Acervo Bibliotheca Pública Pelotense.

Jornal Diário Popular. 10 de setembro de 1968. Acervo Bibliotheca Pública Pelotense.

Jornal Diário da Manhã. 08 de janeiro de 1981. Acervo Bibliotheca Pública Pelotense.

Jornal Diário Popular. 08 de janeiro de 1981. Acervo Bibliotheca Pública Pelotense.

Jornal Diário da Manhã. 18 de junho de 2001. Acervo Bibliotheca Pública Pelotense.

Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de; ROCHA, Dora. **Elas ocuparam as redações**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

AGUIAR, Ronaldo Conde. **As Divas do Rádio**: as vozes eternas da Era de Ouro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2020.

_____. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1989.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**. Textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

AMARANTE, Maria Inês. Vidas, Vozes e Palavras de Mulheres no Rádio: sim, elas podem. **Revista Alterjor**, v. 3, n. 1, p. 1-14, 2011.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. **Cadernos de pesquisa**, v. 43, p. 452-477, 2013.

AREND, Silvia Fávero. Trabalho, Escola e Lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016.

BAHIA, Lilian Mourão. **Rádios Comunitárias: mobilização social e cidadania na reconfiguração da esfera pública**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BARSTED, Leila Linhares. Comunicação: é falando que a gente se entende. In: PROJETO MULHER. **Mulheres em Movimento**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero; Instituto de Ação Cultural, 1983. p. 13-16.

_____. Lei e realidade social: igualdade x desigualdade. In: As mulheres e os direitos humanos. **Coletânea Traduzindo a Legislação com a perspectiva de gênero**. Rio de Janeiro: Cepia, 2001.

BETTI, Juliana Gobbi; ZUCULOTO, Valci. A história (das mulheres) do rádio no Brasil- uma proposta de revisão do relato histórico. **ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA**, v. 13, p. 1-12, 2021.

Bezerra, Thereza; Barbosa, Larisse Helena; Vione, Katia; Athayde, Rebecca; & Gouveia, Valdiney. (2021). **Escala Clance do Fenômeno do Impostor: adaptação brasileira**. Psico-USF, Bragança Paulista, 26(2), 333-343, <https://www.scielo.br/j/psuf/a/fKftCy3xJsDYyQyMF9D5VFh/?lang=pt>

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Caleidoscópio convexo**: mulheres, política e mídia. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2011.

_____. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e cconvergências na reprodução das desigualdades. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 2, p. 27-55, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRITO, Jussara Cruz de. Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 16, p. 195-204, 2000.

BRUSCHINI, Maria Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras, profissionais de prestígio. **Revista Estudos Feministas**, v. 7, n. 01-02, p. 09-24, 1999.

_____. Capítulo suplementar: Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. **As novas Fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho; Clevi Rapkieviez (tradutora). – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 151-172.

CAMARGO, Mário Lázaro; ALMEIDA, Natália de Sousa; JÚNIOR, Edward Goulart. Considerações sobre o assédio moral como fator contribuinte para os episódios depressivos no trabalho: a violência velada e o adoecimento mental do trabalhador. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, [S. l.], v. 39, n. 2, p. 129–146, 2018. DOI: 10.5433/1679-0383.2018v39n2p129. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/34170>. Acesso em: 29 junho 2024.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CAPELATO, Maria Helena. História do Tempo Presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta (orgs). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA Empreendimentos Sociais; TAKANO Cidadania (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

CASTEL, Robert. A DINÂMICA DOS PROCESSOS DE MARGINALIZAÇÃO: DA VULNERABILIDADE A DESFILIAÇÃO. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 10, n. 26, 2006. DOI: 10.9771/ccrh.v10i26.18664. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18664>. Acesso em: 9 out. 2024.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316.

CENSO da educação superior 2019. Brasília, DF: **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira** - INEP, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: jan. 2021.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano I: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHAVES, Elisiane Medeiros. **“Tu não sabes do que eu sou capaz [...] me solta que eu quero matá-la”: um estudo sobre feminicídios, nas formas tentada e consumada, ocorridos em Pelotas/RS (2014-2022)**. Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

COLLING, Ana Maria. **Resistência da mulher à ditadura militar**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

_____. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. **História em Revista**, v. 10, n. 10, 2004.

COLLINS, Patricia Hill. EM DIREÇÃO A UMA NOVA VISÃO: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão In: MORENO, Renata (Org.) **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015. 96p. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 4)

CONRAD, Kalliandra Quevedo. **Rádios comunitárias e mobilização social: um estudo sobre as estratégias comunicacionais da RádioCom FM, de Pelotas - RS**. 2013. 178 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**". Estudos feministas, Salvador, n. 1, 2002. Disponível em: <https://glefas.org/download/biblioteca/feminismo-antirracismo/Kimberle-Crenshaw.-Ainterseccionalidade-de-raza-y-género.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

DAVIS, Angela. **A Liberdade é uma Luta Constante**. Org. BARAT, F. São Paulo: Boitempo Editorial, ed. 1, p.138, 2018.

DEL PRIORE, Mary. **Mulheres no Brasil colonial**. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

DELGADO. Lucília de Almeida Neves. Jango: cinema, história, memória e reconhecimento – intersecções. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta (orgs). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

DIAS, Marly de Jesus Sá; SOARES, Brenda Vanessa Pereira. **Assistência Estudantil X Creches nas Universidades Públicas: desafios para mães-estudantes**. 2019. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/11481/6520>.

DIETMANN, Sofia; CHAVES, Leslie Sedrez. **As Recatadas**: as mulheres enquanto pauta e protagonistas no rádio. Anais do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 2020.

DOMINGUES-DA-SILVA, Juliano Mendonça; DE BARROS, Chalini Torquato Gonçalves. **O Que Significa “Democratização da Comunicação”?** Limites e possibilidades de enquadramentos teóricos a partir de modelos de democracia. Revista Política Hoje, v. 22, n. 1, 2014.

DOWNING, John D. H. **Mídia Radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

DAVIS, Angela. **“Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”**. EL PAÍS, Salvador, 27 de julho de 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html. Acesso em: 27 de junho de 2024.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Teto de vidro, piso pegajoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: por que as iniquidades persistem?. **Cadernos de Campo**: Revista de Ciências Sociais, n. 26, p. 79-104, 2019.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio no Rio Grande do Sul (anos 20, 30 e 40)**: dos pioneiros às emissoras comerciais. Canoas: Ed. Da ULBRA, 2002.

_____. **Rádio e Capitalismo no Rio Grande do Sul:** as emissoras comerciais e suas estratégias de programação na segunda metade do século 20. Canoas: Editora Ulbra, 2007.

_____. **Rádio:** teoria e prática. São Paulo: Summus, 2014.

_____. **Conceitos de rádio:** múltiplos olhares ressignificando e atualizando definições. [Trabalho apresentado] 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Recife, Pernambuco, Brasil, 2021.

FERREIRA, Ricardo Frankllin; CAMARGO, Amilton Carlos. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 31, p. 374-389, 2011.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p. 43-59, jan/jun. 2012.

FONSECA, Vicente Fernandes Dutra. **Rádios universitárias federais gaúchas: um estudo da programação jornalística**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso de Comunicação Social: Habilitação em Jornalismo. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 23. Ed. São Paulo: Graal, 2004.

FUSER, Igor. América Latina: progressismo, retrocesso e resistência. **Saúde em debate**, v. 42, p. 78-89, 2018.

GILL, Lorena Almeida. A luta de Olga por seus direitos: imigração, saúde e trabalho de mulheres em Pelotas, RS (década de 1940). **História [online]**. 2019, vol.38, e2019003. Epub Jan 31, 2019. ISSN 0101-9074. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-4369e2019003>.

GILL, Lorena; SILVA, Eduarda. Perspectivas para a História Oral. In: Pedro Robertt; Carla Rech; Pedro Lisbero e Rochele Fachineto. (Org.). **Metodologia em Ciências Sociais Hoje:** Práticas, Abordagens e Experiências de Investigação. 1ed.Jundiaí, Santa Catarina: Paco Editorial, 2016, v. 2, p. 107-126. <https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2021/05/Perspectivas-para-a-Historia-Oral-.pdf>
Acesso em 30 de setembro de 2024.

GONZÁLEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (Org.). **O lugar da mulher:** Estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

_____. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. **Raça e Classe**, Brasília, ano 2, n. 5, p. 2, nov./dez. 1988.

GUIMARÃES, Valeska. N., Soares, Sandro. V., & Casagrande, Maria. Denize. H. (2012). Trabalho docente voluntário Em uma Universidade Federal: nova modalidade de trabalho precarizado? **Educação em Revista**, 28(3), 77-101. Recuperado de

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982012000300004&lng=pt&nrm=iso.

HABIB, Lia. **Jornalista: profissão mulher**. São Paulo: Sapienza Editora, 2005.

HAMERMÜLLER, Amanda Farias. **A cor na televisão: uma análise da representatividade racial entre os repórteres e apresentadores da Rede Globo e o papel televisivo na construção da identidade negra**. 2018. TCC

HELLER, Agnes. **Estrutura da vida cotidiana**. São Paulo: Editora Paz & Terra, 1972.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 2, p. 97-128, 2015.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002

_____. Por quem os **sinos** dobram? Globalização e divisão sexual do Trabalho. In: SÃO PAULO. **Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**/Marli Emílio (org.), Marilane Teixeira (org.), Miriam Nobre (org.), Tatau Godinho (org.). -São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003, p. 15-30.

_____. Mulheres brasileiras: relações de classe, de “raça” e de gênero no mundo do trabalho. **Confins**, n. 26, 2016. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/10754>>. Acesso em: 02 set.2020.

_____. Divisão internacional do trabalho, precarização e desigualdades interseccionais. **Revista da ABET**, v. 17, n. 1, p. 7-15, 2018.

HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret. **As novas fronteiras da desigualdade – homens/mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Senac,2003.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Le harcèlement moral: la violence perverse au quotidien**. Paris: Syros, 1998.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2013.

hooks, bell. **Talking Back: Thinking Feminist, Thinking Black**. Tradução: Stephanie Borges. Cambridge: South End Press, 1989.

_____. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

KÜCHEMANN, Berlindes Astrid. **Estratégias de Sobrevivência de Mulheres no Setor Informal Urbano**. In: Gerd Kohlhepp (Coord.). (Org.). Brasil: Modernização e Globalização. 1ed.Frankfurt am Mai/: Vervuert, 2001, p. 155-174

KURZ, Charles Anderson dos Santos. **Nas ondas do rádio: as transformações ao longo do século XX e a busca dos trabalhadores do rádio pelos seus direitos em Pelotas/RS**. TCC (Graduação em História). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LONER, Beatriz; GILL, Lorena; MAGALHÃES, Mario. **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: Editora da UFPel, 2017. <https://repositorio.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/3735/Dicion%C3%A1rio%20de%20Hist%C3%B3ria%20de%20Pelotas.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 30 de setembro de 2024.

LOTH, Guilherme Blauth; SILVEIRA, Nereida. Etarismo nas organizações: um estudo dos estereótipos em trabalhadores envelhecidos. **Revista de Ciências da Administração**, v. 16, n. 39, p. 65-82, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

LUZ, Laura Becker da. **Em busca de espaço: Mulheres no jornalismo esportivo em rádio e televisão**. Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

MAIA, Gretha Leite. A juventude e os coletivos: como se articulam novas formas de expressão política. **Revista eletrônica do curso de direito da UFSM**, v. 8, n. 1, p. 58-73, 2013.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço Feminino no Mercado Produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016.

MEIHY, José e HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2017.

MORAES, Maria Lygia Quartin. **Cidadania no feminino**. História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

MOREIRA, Silvana de Araújo. **“ZYD 579, 107,9 Mega Hertz – Rádio Federal FM” o protagonismo do radialista como sobrevivente das mídias (1980-2017)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

MUDROVCIC, Maria Inês. Alguns consideraciones epistemológicas para una historia del presente. **Hispania Nova: Revista de História Contemporânea**, Contemporânea disponível em: <<http://hispanianova.rediris.es>>.

NEVES, V. N. S. et al. **Utilização de lives como ferramenta de educação em saúde durante a pandemia pela COVID-19**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 42, 2021.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas: Autores Associados, 2004.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio - os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus, 1985.

PAGLIOSA, Lidiane; HERMES, D. **O Rádio em Chapecó-SC: um mercado ainda predominado por homens diante da frágil participação feminina**. Anais do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 2018

PAIVA, Ana Vitória Reis Coutinho. **Presença feminina no radiojornalismo cearense**. Encontros de Iniciação Científica UNI7 v. 7, n. 1, 2017.

PEREZ, Lícia. Os desafios para o século XXI. In: GALEAZZI, I.M.S. (Org) Mulher e Trabalho. **Publicação Especial do Convênio da Pesquisa e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PEDRMPA)** v. 1, 2001. p. 51-53.

PERROT, Michelle; FERREIRA, Roberto Leal. **Mulheres públicas**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

_____. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru/São Paulo: UDUSC, 2005.

_____. **Minha história das mulheres**. 1. ed., 1ª reimpressão—São Paulo: Contexto, 2008.

PINHO, Antônio Vinícius Santos. **Entre ambiguidades, legislação e negociações: a Era Vargas e a regulamentação do trabalho feminino (1930-45)**. 2021. Departamento de Curso em História. UnB, Brasília, 2021.

PINSKY, Carla. **Estudos de Gênero e História Social**. Estudos Feministas, 17 (1), janeiro-abril, 2009, p. 159-189. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000100009/10988>

PINSKY, Carla; PEDRO, Joana Maria. **Igualdade e especificidade**. História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) Mulher?”. In: Leila Algranti (org.) **“A prática Feminista e o Conceito de Gêner”**. Textos Didáticos, nº 48. Campinas, IFCH-Unicamp, 2002, pp. 7-42.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral**. In: Projeto História (15). São Paulo: EDUC, 1998.

_____. **História Oral como arte da escuta.** São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PRONI, Marcelo Weishaupt; GOMES, Darcilene Claudio. Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça. **Estudos Avançados**, v. 29, p. 137-151, 2015.

RÁDIOCOM. **[Site institucional]**. Disponível em: <https://www.radiocom.org.br/>. Acesso em: 27 de julho de 2024.

RAGO, Magareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: **História das mulheres no Brasil**. 2001. p. 578-606.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Sara Cristina. A participação da mulher nas rádios de Imperatriz. In: **Jornalismo, mídia e sociedade: as experiências na região Tocantina**. Org. Nayane Cristina Rodrigues de Brito; Rodrigo Nascimento Reis; Roseane Arcanjo Pinheiro; Thays Assunção Reis –Imperatriz: EDUFMA, 2017

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: Notas sobre a “Economia Política” do Sexo. In: **Políticas do Sexo**. São Paulo: Editora Ubu, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SANTHIAGO, Ricardo; DE MAGALHÃES, Valéria Barbosa. **Rompendo o isolamento: reflexões sobre História Oral e entrevistas à distância**. Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, v. 27, 2020.

SCHUSTER, Aline Josiane. PEDRAZZI, Fernanda Kieling. Mulheres no rádio: uma investigação sobre a presença feminina nos microfones das rádios de Frederico Westphalen. **Anais do IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul**, 2008.

SCOTT, Joan. **Gênero, uma categoria útil para análise histórica**. Recife: Mimeo, 1991.

_____. **História das mulheres**. In: BURKE, P. (Org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992. p. 63-95.

SILVA, Kellen Carolina Vieira; QUADRADO, Jaqueline Carvalho. **O AFROFUTURISMO COMO FORMADE REPRESENTAÇÃO CULTURAL**. In: EMI Cult. 2. 2016. São Luiz Gonzaga. Anais. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Disponível em: <http://omicult.org/emicult/anais/wp-content/uploads/2016/11/O-AFROFUTURISMO-COMOFORMA-DE-REPRESENTA%C3%87%C3%83O-CULTURAL-2.pdf>.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. AS COMPLEXIDADES DA NOÇÃO DE FRONTEIRA, ALGUMAS REFLEXÕES. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 2, n. 3, 14 Out 2011 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/223>. Acesso em: 8 mar 2024.

SOLNIT, Rebecca. **Os homens explicam tudo para mim**. São Paulo: Cultrix, 2017.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são direitos humanos das mulheres**. Maria Amélia de Almeida Teles. São Paulo: Brasiliense, 2006. Coleção Primeiros Passos; 321.

_____. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. **Revista Interdisciplinar em Direitos Humanos**, Bauru, v.2, n.2, p.9-18, jun. 2014. Disponível em: <http://www2.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/173/97>. Acesso em: 19 nov. 2017.

TOKARSKI, Carolina & Matias, Krislane & Pinheiro, Luana & Correa, Ranna. (2023). TD 2866 - **De política pública à ideologia de gênero**: o processo de (des)institucionalização das políticas para as mulheres de 2003 a 2020. Texto para Discussão. Brasília, 2023. 1-62.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa** (tomos I, II e III). 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **“Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”**. In: Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Folclore, antropologia e história social. In: NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sérgio. **As peculiaridades dos Ingleses e outros ensaios**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001, p. 227-268.

WOOLF, Virginia. Profissões para mulheres. In: WOOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros escritos**. Tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre: L & PM, 2019.

ZUCULOTO, Valci. MATTOS, Ediane. **As mulheres no radiojornalismo esportivo**: contextualizações para pesquisa histórica sobre sua presença profissional em Santa Catarina. Trabalho apresentado ao GT História da Mídia Sonora, do XI Encontro Nacional da História da Mídia, Mackenzie, São Paulo, 2017.

_____. A constituição histórica da presença da mulher no radiojornalismo esportivo brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba. **Anais do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2017. p. 1-13. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-2554-1.pdf>. Acesso em: 27 de junho 2024.

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, Silvana de Araújo Moreira, matrícula nº 20103313 declaro para todos os fins que o texto em forma de () Dissertação de mestrado ou (X) Tese de Doutorado, intitulado **"Acho que, como fomos silenciadas por tanto tempo, o próprio timbre da nossa voz desacomoda": as vozes femininas nas ondas da RádioCom (2001 – 2024)**, é resultado da pesquisa realizada e de minha integral autoria. Assumo inteira e total responsabilidade, sujeitando-me às penas do Código Penal ("Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos").

Pelotas, 26 de dezembro de 2024.

ASSINATURA